

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ANA LÁDIA CONCEIÇÃO SILVA

FALAS DE DECADÊNCIA, MORALIDADE E ORDEM: a “História do Maranhão” de Mário Martins Meireles.

São Paulo
2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

FALAS DE DECADÊNCIA, MORALIDADE E ORDEM: a “História do Maranhão” de Mário Martins Meireles.

Ana Ládía Conceição Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Social
Orientador: Prof. Dr. Paulo Teixeira Iumatti

São Paulo
2008

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Ládía Conceição Silva

Falas de decadência, moralidade e ordem: a “História do Maranhão” de Mário Martins Meireles.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Social

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço vivamente a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho:

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Paulo Teixeira Iumatti, pelo carinho, por toda atenção a mim dispensada e pela segura e tranqüila orientação.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de mestrado que viabilizou o desenvolvimento seguro da pesquisa.

À Ana Maria Meireles, muito especialmente, por ter permitido o meu acesso irrestrito ao arquivo pessoal do seu pai, o professor Mário Martins Meireles. Sou grata pela sua disponibilidade em cooperar incondicionalmente para a realização segura de minha pesquisa. Lembrar-me-ei sempre das tardes agradáveis que passei em sua casa.

À Casa de Cultura Josué Montello, por ter permitido a reprodução fotográfica de parte significativa do material de estudo.

A Ricardo, pelo carinho e pela paciência que dispensou a mim nos momentos mais difíceis.

E por fim, a minha família, que embora distante, cuidou para que a minha permanência em São Paulo fosse a mais tranqüila possível.

RESUMO

SILVA, A.L.C. **Falas de decadência, moralidade e ordem: a “História do Maranhão” de Mário Martins Meireles**. 2008. 177f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Trata-se de um estudo a respeito de uma das obras referenciais da historiografia maranhense no século XX - a **História do Maranhão** de Mário Martins Meireles, - publicada pelo DASP em 1960. Empreende-se um esforço interpretativo voltado para o conhecimento da obra em seus múltiplos aspectos, privilegiando-se, desse modo, os sentidos de sua produção e suas implicações com a realidade da época, o perfil intelectual do autor que a tornou possível, bem como os conceitos e as noções temporais inscritas na narrativa. Analisam-se as possibilidades discursivas subjacentes a essa produção intelectual que reforçaram construtos míticos, utilizados como instrumentos de reafirmação elitista em meio à ameaça de desintegração identitária. Entende-se os conceitos de decadência, moralidade e ordem, cujos critérios de validade estavam voltados para a tentativa de retorno a uma passadidade arcaica, como elementos centrais da obra, desenvolvidos com a finalidade de fixar um ponto de vista tradicional e regionalista da história, tendo em vista a invenção de um espaço de excelência intelectual e material num contexto histórico vivenciado sob os signos da “escassez” e das “carências”.

Palavras-chave: Historiografia maranhense, decadência, identidade cultural, Mário Meireles.

ABSTRACT

SILVA, A.L.C. **Speeches of decadence, morality and order: the “História do Maranhão” by Mário Martins Meireles**. 2008.177f. Dissertation (Master's degree) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

This study deals with one of the key reference works in the historiography of Maranhão in the twentieth century – the “**História do Maranhão**” by Mário Martins Meireles – published by DASP in 1960. It utilizes an interpretive approach centered on knowing the work in its multiple aspects, privileging, in this way, the meanings of its production and its implications in the reality of the epoch, the intellectual profile of the author which made it possible, as well as the concepts and temporal notions inscribed in the narrative. The study analyzes the discursive possibilities underlying this intellectual production which reinforce mythic constructions, used as instruments of an elite reaffirmation in the midst of the threat of the disintegration of identity. Central elements in the work of Meireles include the concepts of decadence, morality and order, whose criteria of validity are based on the attempt to return to an archaic past. These are developed with the intention to establish a traditional and regionalist interpretation of history with a view to invent a space of intellectual and material excellence in a historical context characterized by “scarcity” and “need”.

Keywords: Historiography of Maranhão, decadence, cultural identity, Mário Meireles.

*“Meu este sol que me aclara.
Minha esta brisa, estes céus:
Estas praias, bosques, fontes,
Eu os conheço – são meus!*

*Mais os amo quando volte,
Pois do que por fora vi,
A mais querer minha terra
E minha gente aprendi.”*

GONÇALVES DIAS

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CAPÍTULO 1. FALAS DE (RES)SENTIMENTO E ANGÚSTIA: O MARANHÃO VISTO E SENTIDO PELO SIGNO DA FALTA	13
2.1.O DISCURSO DA DECADÊNCIA E A INVENÇÃO DO “MARANHÃO-ATENAS”.....	13
2.2. AS INSTITUIÇÕES “REDENTORAS”: a Academia Maranhense de Letras e o Instituto de História e Geografia do Maranhão.....	31
3. CAPÍTULO 2: UMA TRAJETÓRIA, UMA MISSÃO	48
3.1. O PERCURSO INTELECTUAL DE MÁRIO MEIRELES.....	49
3.1.1.Aspectos formativos.....	49
3.1.2.Vida funcional.....	53
3.1.3.As produções iniciais.....	55
3.1.4.A consagração intelectual.....	59
3.1.5.A criação da FAFI – Faculdade de Filosofia de São Luís.....	66
3.2. ASPECTOS DE UMA FALA INSTITUCIONAL: a visão do historiador Mário Meireles a partir dos ideais da “Casa de Antônio Lobo.”.....	71
4. CAPÍTULO 3: REGIONALISMO E (RE)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA EM “HISTÓRIA DO MARANHÃO”: UM CONTEÚDO TRADICIONAL ACERCA DA HISTÓRIA MARANHENSE	88
4.1. UM ESTÍMULO À IMAGINAÇÃO DA DECADÊNCIA: o sentido da escrita de “História do Maranhão” num cenário de “escassez” e “carências.....	88
4.2. MITOS, FATOS E HERÓIS: ecos de uma história exemplar.....	111
4.2.1. Os mitos fundadores.....	112
4.2.2. Sobre fatos e heróis.....	120
4.2.2.1. A “Jornada Milagrosa”.....	120
4.2.2.2. A “aventura holandesa”.....	123

4.2.2.3. O “heroísmo” de Bequiman.....	127
4.2.2.4. O triunfo da “ordem”.....	130
4.3.SOBRE UMA VISÃO DE HISTÓRIA MARANHENSE.....	135
4.3.1. O conteúdo.....	136
4.3.2. O método.....	149
4.4.MORALIDADE E ORDEM: os “bons princípios” e as coisas “no seu devido lugar”.....	154
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
6. FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	172

1.INTRODUÇÃO:

Este trabalho pretende analisar uma das obras referenciais da historiografia maranhense - a **História do Maranhão** de Mário Martins Meireles, - cuja primeira edição veio a público em 1960. Nosso esforço interpretativo está voltado para o conhecimento da obra em múltiplos aspectos, tais como: o sentido da produção da obra, o contexto histórico em que a obra foi elaborada, os sentidos inerentes à sua produção, o perfil intelectual do autor, os discursos implícitos no corpo do texto e suas implicações com a realidade da época, as noções temporais inscritas na visão de história que a narrativa enunciava.

Dentre as inúmeras possibilidades de categorias interpretativas elegemos algumas que nos pareceram mais operacionalizáveis para a realização do nosso estudo: a noção de decadência; o conceito de memória de Jacques Le Goff; geração e sociabilidade intelectual de Jean François Sirinelli; o lugar teórico e institucional do discurso historiográfico de Michel de Certeau e o conceito clássico de história analisado por Reinhart Koselleck.

O nosso ponto de partida é o discurso da decadência presente em toda a obra. Fartamente analisado por intérpretes da historiografia maranhense, ele se constitui como um discurso enunciado insistentemente pelas elites do Maranhão, a partir de meados do século XIX, para expressar um momento que se acreditava ser de escassez e falências tanto no campo econômico quanto intelectual. Esse discurso, que se tornou referencial na realidade maranhense, a partir dessa época, ganhou amplas dimensões, chegando a “contaminar” inúmeras produções que fizeram do Maranhão o seu referencial analítico. Segundo, Alfredo Wagner de Almeida, sua repetição insistente e desprovida de críticas a teria tornado uma espécie de “periodização ortodoxa”, categoria a partir da qual boa parte da produção intelectual maranhense até o século XX estaria subordinada, alimentando assim, uma necessidade que tinham as elites de afirmar uma suposta prosperidade passada.

A fixação dessa ideiação ou discurso da decadência encontrou nos esquemas memorativos um acolhimento providencial. A memória, “sem a qual não é possível definir uma memória pessoal ou coletiva”, conforme o conceito desenvolvido por Jacques Le Goff, competiu para a consolidação de mitos maranhenses que diziam a existência de uma excelência intelectual e econômica localizada no passado maranhense. Em História do Maranhão ela se insinua com muita força no mito da “Atenas Brasileira”, ideário segundo o qual o Maranhão foi, no século XIX, a terra da prodigalidade intelectual. Concordando com Le Goff, a memória, aí implícita, aparece na sua “forma transbordante”, ou seja, superdimensionada, com a finalidade de preencher uma “falta social”.

Considerando que a obra se inscreve na lógica de uma construção memorativa, não se pode pensar a tentativa de elaboração de uma identidade regional, ou melhor, dos discursos que a sustentam sem considerar o papel da intelectualidade nesse processo. Para avaliar essa atuação recorreremos ao conceito de “geração” desenvolvido por Jean François Sirinelli. Para ele, as solidariedades da idade são peças constitutivas da vida do intelectual sem as quais não é possível vislumbrar determinados fenômenos compartilhados pelos grupos que de um modo ou de outro constituiriam a “bagagem genética” de cada um deles. Desse modo, para compreendermos os discursos que fundamentaram a obra, consideraremos a trajetória intelectual do autor privilegiando aspectos como: sua formação educacional e sua vivência nos círculos intelectuais de sua época.

Partindo do princípio de que as experiências dos intelectuais são fundamentais para devida compreensão de seus discursos ou produções, baseamo-nos amplamente na noção de que toda interpretação histórica depende de um sistema de referências. Michel de Certeau o denomina de “lugar social”, sem o qual não se poderia pensar a historiografia como um prática polissêmica e historicamente situada. Desse modo, acreditamos ser muito produtivo, para a nossa análise, o conhecimento dos espaços institucionais nos quais o autor constituiu suas experiências intelectuais. Privilegiamos, sobretudo, a sua experiência na Academia Maranhense de Letras, no Instituto Histórico e Geográfico Maranhense, dentre outras.

A análise da configuração de saber historiográfico de Mário Meireles em **História do Maranhão** também nos foi instrumentalizada pela chamada *História Magistra Vitae*, conceito clássico de história, cunhado por Cícero, e analisado por Reinhart Koselleck. Segundo esse autor, essa concepção de história, cujo uso remetia a uma “possibilidade ininterrupta de compreensão prévia das possibilidades humanas em um *continuum* histórico de validade geral”, conduziria ao aperfeiçoamento moral ou intelectual de seus contemporâneos e pósteros pelas lições que trazia. Essa dimensão ética da história, que tornava perene “o seu valioso conteúdo da experiência”, é um dos conceitos pelos quais analisaremos a escrita de **História do Maranhão**, partindo do princípio de que, para o autor, a função da História é sempre dar exemplos baseados nos critérios da moralidade e da ordem.

Para operacionalizar a nossa análise dividiremos o texto em três capítulos, de acordo com a disposição coerente dos eixos interpretativos.

No primeiro capítulo, que está dividido em duas partes, dissertaremos acerca dos discursos que fundaram um modo superlativo de conceber a realidade maranhense, sobretudo no plano da cultura e da economia, e que instituíram padrões explicativos amplamente utilizados pelas elites intelectuais como ponto de partida de suas análises sobre o Maranhão. Destarte,

nossa análise estará voltada para o mito da decadência e para o mito da Atenas Brasileira, ambos correlatos e complementares, instituídos no século XIX e que tiveram como ponto de apoio, no século XX, duas instituições chave: a Academia Maranhense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Maranhense -, instituições cujo fulcro inscreveu-se na criação dos “lugares de memória” -, espaços legitimamente constituídos, criados nas primeiras décadas do século com a finalidade de referendar tradições locais e, com isso, fortalecer os regionalismos pela construção de identidades culturais.

O segundo capítulo, que está dividido em duas partes, tratará do percurso intelectual de Mário Martins Meireles. Para tanto, enfatizaremos desde os aspectos mais elementares de sua formação, como a vida familiar e os primeiros momentos de sua vida educacional, passando pela suas primeiras experiências no serviço público privilegiando, sobretudo, a sua inserção institucional nos lugares de memória que já mencionamos. Toda essa verificação nos pareceu pertinente para que pudéssemos analisar o conjunto referencial do autor de **História do Maranhão** e, com isso, empreender um esforço de compreensão da obra como uma produção intelectual vinculada aos discursos, necessidades e também relações de poder vinculados a determinada realidade social.

No terceiro e último capítulo, dividido em três partes, dissertaremos sobre a **História do Maranhão**. Para tanto, analisaremos o sentido da escrita da obra em um momento que se acreditava ser de crise profunda, configurada num cenário de “escassez” e “carências”, que era amplamente divulgada pelas elites intelectuais e/ou econômicas, com a finalidade de afirmar o discurso de uma prosperidade situada no passado. Nesse discurso de forte conotação nostálgica, vislumbraremos diversos aspectos e momentos da obra que expressam um conteúdo regionalista e tradicional da história. Nesse agrupamento memorativo, vislumbraremos, principalmente, as alusões aos mitos, fatos e heróis, a metodologia empregada para construção do texto, os nexos narrativos e temporais, e por fim, a moralidade e a ordem, conceitos fundamentais empregados na obra e que se configuram como partes essenciais de uma visão exemplar da história.

2. CAPÍTULO 1: FALAS DE (RES)SENTIMENTO E ANGÚSTIA: O MARANHÃO VISTO E SENTIDO PELO SIGNO DA FALTA.

2.1. O discurso da decadência e a invenção do Maranhão-Atenas;

Há situações em que, para se pensar com criticidade e clareza algumas nuances de uma determinada realidade sociocultural, faz-se necessária a observação de alguns elementos que exprimem critérios de percepção e formas de sensibilidade peculiares. Com a experiência maranhense não podia ser diferente.

Referimo-nos a uma experiência desalentadora onde tudo parece “definhar”, “esmorecer”, “cair aos pedaços”. Uma maneira angustiada de perceber e sentir a realidade em suas variadas dimensões foi, e ainda é, em certos aspectos, uma característica marcante da cultura maranhense. Falou-se e fala-se muito a partir de um sentido de perda; cultivou-se e cultiva-se a crença de que períodos fáusticos, embora longínquos, constituíram-se realidades inquestionáveis, prontas a serem submetidas à categoria das coisas memoráveis, dignas de serem lembradas e, também, motivos de orgulho para os que delas são caudatários. “O Maranhão já foi glorioso e próspero!”, dizem muitas vozes. E porque não o diriam, se foi historiado pelos homens de letras, falado pelas casas da cultura, cantado e decantado pelos poetas? E se essa prosperidade foi passageira, o que restou então?

Quando fazemos uma análise dos discursos que tornaram possível pensar o Maranhão como realidade histórica, sobretudo aqueles enunciados entre o início do século XIX pelo menos meados do século XX, deparamo-nos com um número considerável de autores que em suas produções fazem ver um sentimento de falta social, um choro, às vezes contido, às vezes explícito, justificado apenas quanto se perde ou se imagina perder algo de grande valor simbólico e/ou material. Sensação apenas comum a uma realidade onde o que se sente e o que se vê é apenas a imagem espectral da decadência.

Como nos diz Manoel Barros Martins, a temática da decadência avulta na produção intelectual sobre o Maranhão constituindo-se uma permanência substantiva presente que, seminal ou sub-repticiamente, perpassa o âmago da produção literária, econômica, política e científica e que informou e continua informando crítica ou acriticamente as mais distintas dimensões discursivas.¹

O discurso da decadência que nos referimos institui-se, segundo análise de Alfredo Wagner Berno de Almeida, como centro de análises e reflexões de estudos produzidos nas primeiras décadas do século XIX, por autores consagrados pelas agências de legitimação

¹ MARTINS, Manoel Barros. **Operários da saudade: Os Novos Atenienses e a invenção do Maranhão.** São Luís: EDUFMA, 2006. p.27.

intelectual a nível regional, como Raimundo José de Sousa Gaioso, Garcia de Abranches, Manuel Antônio Xavier, Francisco de Paula Ribeiro, Antônio Bernardino Pereira do Lago, dentre outros, quando se empenhavam na compreensão da vida econômica e social da província. Para esses autores, a partir de meados do século XVIII, sob o governo de Joaquim de Melo e Póvoas, o Maranhão teria experimentado uma conjuntura de efetivo progresso material ou de grande prosperidade econômica ocasionada pela atuação “progressista” da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que foi instituída pela ação “modernizadora” do primeiro-ministro de Dom José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Segundo essa interpretação, a criação da Companhia, instituindo uma política de fomento da lavoura maranhense, sobretudo privilegiando a cultura do algodão e, posteriormente, do arroz, inaugurou um período áureo da economia maranhense, nunca antes experimentado.

Segundo Almeida, as reflexões de Raimundo José de Sousa Gaioso, talvez o principal intérprete desse momento da conjuntura maranhense, distingue-se de outras anteriores sobre a vida econômica maranhense, como as de Bernardo Pereira de Berredo, por exemplo, por afirmar “um objeto peculiar”², fixar “uma data considerada essencial”³, gravando assim o que chama de “clivagem”⁴ que marcará o pensamento erudito. Para ele, isso fica claramente expresso quando Gaioso revolve os escritos de Berredo para demarcar um momento preciso ou um “princípio da prosperidade” maranhense, como expressa o fragmento:

He certo que nos annaes do Maranhão, sabiamente compilados por Bernardo Pereira de Berredo, que veio governar este Estado no anno de 1718, se podia achar tudo que era capaz de formar a instrução dos curiosos, tocante ao principio deste estabelecimento, sua independencia, e geografia local; porem *nenhuma memória se acha nelle que decida sobre objectos agricoltivos da capitania, pois que do estabelecimento da companhia geral do commercio em 1756, data o principio de sua prosperidade, na criação da riqueza territorial*⁵.

Fica óbvio que a dita clivagem, a partir da leitura de Gaioso, que instaurou as bases dos *princípios de prosperidade*, estabelece uma separação narrativa entre dois períodos antitéticos: um Maranhão onde reinava a gentildade, a miséria, a “antiga barbaridade”⁶, como dizem suas palavras, e um outro posterior, caracterizado pela riqueza e pela opulência econômica. Numa demonstração do quanto o Maranhão tornara-se visível após as medidas benfazejas da Companhia, Gaioso metaforizava a grandiosidade econômica recém-surgida:

² ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência**: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão. São Luís: IPES, 1983. p. 48.

³ Ibid.p.48.

⁴ Ibid.p.48.

⁵ GAIOSO apud ALMEIDA, Op.cit.p.49.

⁶ Ibid.p.49.

Qual outra *foeniz renascida das cinzas, o Maranhão levanta sua altiva cabeça para emparelhar com as províncias mais opulentas do Brasil*. Apenas saído da gentilidade, elle não conhecia nem commercio, nem agricultura: os portos se achavão sem comunicação, os poucos effeitos da sua produção empatados; a cidade sem edificios; os moradores dispersos, e finalmente reputado como inutil este fertil torrão.⁷[grifos nossos]

O que nos é pertinente observar é que esse ponto de vista e de outros semelhantes como o de Garcia de Abranches, que caracterizava esse momento da história maranhense como de “*fortuna*” ou “*aurora da prodigiosa opulência e engrandecimento da província*”⁸, fixou-se como a interpretação essencial da economia maranhense, instituindo-se como um padrão dominante de explicação da realidade. Para Barros, as representações produzidas pelos intelectuais regionais acerca da realidade maranhense, a partir do início do século XIX, conformam-se a duas imagens fundantes dos discursos correspondentes: “a um período de prosperidade sobreviria indubitavelmente um período de decadência avassaladora, que deveria ser combatido por todos os espíritos lúcidos com vistas ao retorno, no porvir, a uma nova Idade do Ouro, da regeneração, dimensionada pelo influxo do exemplo da antecedente.”⁹ Estendendo sua reflexão Barros nos diz que tal perspectiva define um estado decadência como sendo percebido, “aos olhos de quem o sente e emite seu juízo, do ângulo geralmente estreito da idealização de um passado mítico que deve ser imitado para produzir um futuro destituído de possíveis ocorrências traumáticas”¹⁰.

A economia maranhense ganhava, a partir desse discurso, dimensões fáusticas ancorada em dois produtos: o algodão, cuja cultura principiara-se em 1760 e, posteriormente, o arroz, introduzido cinco anos depois, sendo os principais gêneros de exportação: “Tenho concluído a exposição das que são relativas a esta capitania. Desta forma mostrar quais são as que formam a sua principal exportação, e riqueza, e dessa análise se verá igualmente o prodigioso aumento que tem tido os dois gêneros mais importantes da lavoura do paiz, isto lhe é arroz, e o algodão”.¹¹

A Companhia de Comércio do Grão-Pára e Maranhão, torna-se, segundo esse viés interpretativo, a principal responsável por criar condições objetivas de expansão da economia maranhense, a partir de sua instalação, haja vista que o “monopólio mercantil era condicionado à rígidas exigências de suprimento de mão-de-obra escrava, implementos e

⁷ GAIOSO apud ALMEIDA, Op.cit.p. 50.

⁸ GARCIA DE ABRANCHES apud ALMEIDA, Op. cit. p. 49.

⁹ BARROS, 2006. Op. cit. 28.

¹⁰ Ibid. p.28.

¹¹GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Livros do mundo Inteiro, 1970.p.226.

insumos agrícolas aos produtores”¹². Segundo Gomes, contingenciada pela expansão da nova fronteira, com a incorporação de terras de maior produtividade, e pela ênfase ao cultivo do algodão, na ocasião da guerra de Independência dos Estados Unidos e o seu conseqüente rompimento do novo País com a Inglaterra, a economia maranhense expande-se substancialmente por toda última metade do século XVIII e decênios iniciais do século XIX.¹³

Dados fornecidos por Gaioso, a partir do *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*, acerca da exportação indicam esses índices de crescimento da exportação para Lisboa:

Ano	Exportação (toneladas)	
	Algodão	Arroz
1759	10	
1766	...	43
1771	61	...
1772	...	974
1774	...	1.544
1798	952	...
1819	...	5.400
1821	3.392	...

Não obstante as flutuações e vulnerabilidade dos preços, essa conjuntura favorável seria a responsável por situar São Luís como a quarta cidade do Império em população e também umas das mais rentáveis, haja vista que a Província do Maranhão suplantava São Paulo, Bahia e Pernambuco ficando em desvantagem apenas para o Rio de Janeiro. Toda essa situação se configurou como motivo de orgulho e objeto de estudo com caracteres superdimensionados para os que se empenharam em avaliar esse momento da economia.

Fica nítido que, por esse esquema de pensamento, atribui-se ao monopólio da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, viabilizando taxas de crescimento consideradas espetaculares, a supressão de um extenso período de completa indigência e miséria extremada, uma vez que alinhara a região ao mercado internacional pela exportação do algodão e, posteriormente, do arroz, inaugurando um período de prosperidade nunca antes experimentado. Conforme análise de Jerônimo de Viveiros, a empresa era um corpo político composto de um provedor, oito deputados, um secretário e três conselheiros, com o fim de

¹² GOMES, José Tribuzzi Pinheiro. **Formação econômica do Maranhão**: uma proposta de desenvolvimento. São Luís: FIPES, 1981. p. 13.

¹³ Ibid. p. 14.

exercer o comércio e a navegação com o Estado do Maranhão e Grão-Pará; submetia-se diretamente aos poderes do Soberano e sua Mesa, dispondo do direito absoluto de realizar o intercâmbio marítimo, o fornecimento de escravos, a comercialização de produtos europeus, a aquisição de produtos coloniais, etc¹⁴, fazendo-se, desse modo, a artífice da “felicidade do Maranhão e do Pará”.¹⁵ Em virtude desse entendimento, principiado ainda no limiar do século XIX, esse momento fixou-se na memória dos cronistas provinciais como uma espécie de “idade do ouro” da lavoura maranhense, cuja perda passa a ser lamentada, sobretudo em conjunturas posteriores de “crise” como nos mostra o relato de Cruz Machado:

A idade de ouro da lavoura desta província data do estabelecimento da Companhia de Comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão cujos estatutos foram aprovados pelo alvará de 7 de junho de 1755; até essa época as produções da capitania de São Luís eram insignificantes, e nenhum o seu comércio. Além do arroz vermelho, chamado arroz da terra, mandioca, milho e café os seus moradores nada mais cultivavam, a não ser em pequena escala, o algodão que fiavam e reduziam a novelos e a rolos de pano; o que constituía o representativo da moeda da capitania.¹⁶

A fala desse intelectual é sintomática de uma forma de ver e perceber a realidade maranhense instituída no início do século XIX. Na análise de Almeida, essas interpretações partindo dos chamados “prógonos” ou “clássicos”, instituíram um “padrão de explicação” confirmado de maneira quase unânime pelos intérpretes posteriores. Tais intérpretes teriam adotado os mesmos pressupostos, as mesmas modalidades de percepção do objeto mantendo uma “periodização ortodoxa” ou um “pensamento de escola”, preservando as incongruências e intenções políticas que, escapando do domínio puramente científico, subordinam-se às versões oficiais fixadas pelo campo do poder.¹⁷ Desse modo, “o Maranhão é representado como se fosse uma eterna tendência. Sugere um vir a ser permanente. É representado como não sendo. Entretanto, já foi e deverá ser. O presente é indubitavelmente uma expressão do declínio”.¹⁸

Segundo Almeida, é possível perceber essa insistência discursiva durante todo o Império nas falas dos administradores provinciais. Em vários relatórios analisados ele nos mostra que falar de decadência e crise, mesmo em conjunturas relativamente prósperas, onde os índices econômicos mostravam-se mais animadores, torna-se quase uma obsessão. Reclamava-se com bastante frequência da escassez de braços para o trabalho, de terras férteis para a lavoura e de capitais e recursos, como consequência direta de acontecimentos que teriam impactado a vida econômica e social da província como, por exemplo, a Balaiada e as constantes oscilações no preço do algodão. Na verdade o que se observa é a tentativa de dar

¹⁴ VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.v.1, p.71.

¹⁵ *Ibid.* p. 69.

¹⁶ CRUZ MACHADO, 1856 apud ALMEIDA, 1983. p. 82.

¹⁷ ALMEIDA, 1983 Op. cit. p. 52.

¹⁸ *Ibid.* p. 68.

legitimidade ao discurso da decadência através da culpabilização de alguns aspectos da conjuntura social.

Essa modalidade de pensamento autorreferente, fundada a partir de uma ótica oficial, bem como o sentimento de falta social que o acompanha, integrou o imaginário intelectual maranhense com tanta força que chegou a orientar até mesmo as produções intelectuais que tentaram explicar o Maranhão em boa parte do século XX. Sobre essa questão, Borralho afirma que:

Em contraposição à decadência da lavoura aparece a já referida “idade de ouro”, que se relaciona ao estabelecimento do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 7 de junho de 1755. O passado idealizado representa para os administradores provinciais uma perspectiva de futuro desejado. Ou seja, os mesmos autores que narram sobre a “decadência”, são os mesmos que inventariam a “idade de ouro”. Então, a partir de uma certa ótica: “decadência” e “idade de ouro” passam a ser símbolos contrários de uma mesma ordem, igualmente mitos. São os mesmos “clássicos” da economia local que propalam o período do Marquês de Pombal e Mello e Póvoas como símbolo da prosperidade que criaram inteligibilidade para a “decadência”.¹⁹

Toda a economia maranhense no século XIX apoiou-se na agroexportação de basicamente três produtos: o algodão, o arroz e o açúcar. Há uma quase unanimidade dos autores que avaliaram os meandros da economia maranhense desse longo período, em afirmar que a atividade exportadora teve sua fase áurea no final do século XIX até início do século XIX, especialmente até o fim das guerras de independência dos Estados Unidos, quando havia uma forte demanda internacional por esses produtos. Concordando com análise de Gaioso (clássico da economia regional), Gomes afirma que a economia maranhense desse período experimenta um verdadeiro “boom”, não obstante até 1808 ainda sofrer o atravessamento comercial português. Imbuído da concepção que deu ênfase positiva ao fomento da Companhia de Comércio à agricultura maranhense, afirma expressivamente que: “A expansão econômica do período 1756-1820, que evidenciava a viabilidade de desenvolver-se uma economia no trópico úmido, fez-se a taxas de crescimento *realmente espetaculares* e possibilitadas pelo ingresso da massa de trabalhadores escravos, cuja força de trabalho era intensivamente explorada, pela ampla disponibilidade de terra acessível, graças à navegabilidade dos grandes rios convergentes ao porto da capital”²⁰

Referendando esse ponto de vista oitocentista e tradicional, de que foi a Companhia que desenvolveu as fontes da economia maranhense, Jerônimo de Viveiros, em *História do Comércio do Maranhão* afirma que: “a Companhia transformou a nossa penúria em fartura, a

¹⁹BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e céu de nostalgia**: tradição e identidade em São Luís do Maranhão. Assis(SP); UNESP, 2000 – Dissertação de Mestrado. p. 59.

²⁰GOMES, (1981) Op. cit. p. 17.

nossa pobreza em riqueza” e que “deve-lhe o Maranhão o surto de progresso que desfrutou nos últimos quarenta anos do período colonial e que todos os historiadores consideram notável”.²¹

Não queremos dizer, com as apreciações acima expostas, que não houve uma dinamização econômica nesse período ou que tudo o que propalaram os autores tanto do século XIX, quanto do XX, acerca desses tempos áureos, pode ser avaliado apenas no plano de um imaginário coletivo, ou de pura invenção intencionalmente exposta para falsear a realidade. O que queremos mostrar é que embora certos dados de crescimento econômico sejam reais, houve um esforço em superdimensionar esse momento da realidade econômica, mitificando-o como um tempo inédito de prosperidade, tão marcante e tão profundo que, a posteriori, as lembranças daí advindas nutririam a angústia da perda material e da opulência experimentada.

Nesse sentido, e como bem avaliou Almeida, o passado de prosperidade é aparentemente irrecuperável em sua plenitude, entretanto, alimenta as esperanças do presente e torna o futuro uma possibilidade real porque, de certo modo, encerra uma recuperação. Recuperação que se insinua como factível porque, ao nível da representação, a natureza é exuberante e as terras férteis, constituindo-se um potencial precioso. O Maranhão é visto como tendendo a uma prosperidade possível, embora imerso em uma constante decadência.²²

A situação econômica do Maranhão, no período imediatamente posterior a essa conjuntura “fáustica”, conheceu momentos de relativo ânimo e também de significativas baixas consideradas como “crises”. Toda a dinâmica de produção e exportação flutuou de acordo com as oscilações do mercado externo, ora apresentando conjunturas favoráveis, ora desfavoráveis. Assim é que, a partir de 1850, a produção sofreu um freio com a proibição inglesa do tráfico de escravos o que significava: “uma drástica queda no ritmo de ingresso de força de trabalho”. Não obstante esse fator limitador, o algodão, que era o principal produto da Província, atinge elevada produção em 1854 (387.004 arrobas) e declina nos anos posteriores, vindo somente a superar esse índice em 1869 (397.344 arrobas), estimulado pela alta de preços provocada pela Guerra de Secessão e pela guerra Brasil-Paraguai.²³ No período em que o algodão experimentava um sensível declínio houve uma reorientação das atividades produtivas para o açúcar que se manteve com elevados níveis de produção num período de trinta anos.

²¹ VIVEIROS (1954) Op.cit.v.1, p. 74.

²² ALMEIDA (1983). Op.cit. p.202.

²³ GOMES, op. cit. p. 18.

Durante todo o transcurso do século, especialmente nos momentos de crise, muitas falas passam a bendizer o período “fáustico” de outrora, nutrindo a sensação de que o presente estava inexoravelmente imerso numa atmosfera de fracasso:

Tudo definha! Tudo esmorece! Tudo cahe aos pedaços!...Por que casos de fortuna acontece que esteja em dissolução esta bela província, quando por todas as manifestações do espírito por suas empresas, até mesmo por suas corajosas tentativas de melhoramento e progresso nos diversos ramos de actividade humana é ela das primeiras d’entre as mais cultas e adeantadas províncias do Império!? De onde vem?²⁴

Essas falas de angústia que diziam um Maranhão cáustico, sombrio e arruinado foram a princípio a expressão de um desalento, experimentado pelas elites, quando circunstâncias externas punham a nu as já débeis bases da economia. Todavia essa sensação ocasionada pela perda de posições satisfatórias no âmbito econômico “se derramava nas versões rotineiras de um público amplo e diferenciado” contaminando os mais variados segmentos sociais. A imprensa também conhecia “as queixas do povo” comum.²⁵

Nesse sentido, verificamos uma certa “presencialidade do passado”, visto sempre como um compromisso de repetição, algo a ser louvado e até mesmo imitado pelas gerações seguintes. Ressentidos, alguns maranhenses em posições-chave divulgavam a crença numa recuperação possível, embora nunca em sua plenitude. Para Almeida, o presente passa a ser vivido como um resíduo do período denominado áureo. E este período, por sua vez, dependendo do presente de quem fala, pode estar sujeito a ligeiras alterações, porque no fundo o que está em jogo é uma permanente idealização do passado, cujo marco inicial é bem explícito mas, cujo ponto de término encontra-se sujeito a determinadas mudanças.²⁶

Partindo desse princípio, já consagrado das chamadas conjunturas alternadas de prosperidade e decadência, a economia maranhense teria atingido seu “fastígio” com a cultura do açúcar em 1882, momento em que em virtude desse relativo sucesso, parte do empresariado se decide pela precipitada modernização dos engenhos, criando gigantescas unidades agro-industriais, à custa de vultosos dividendos, resultando em fracasso, em virtude de pesados ônus financeiros. Exemplo maior desse mal-sucedido investimento foi o fechamento do Engenho Central de São Pedro.²⁷

Para a consolidação deste estado de coisas, alguns autores (tanto do século XIX, quanto do século XX) apontam como fatores limitantes da produção o precário sistema de transporte fluvial que dificultava a ocupação de terras virgens, uma vez que o sistema de derrubada e queima reduzia a fertilidade das terras próximas aos rios e cuja penetração a

²⁴ Jornal da Lavoura, 15 de julho de 1876, p.140.

²⁵ Ibid.

²⁶ ALMEIDA (1983). Op.cit..p.201.

²⁷ GOMES (1981). Op.cit. p.19.

grandes distâncias oneravam e dificultavam o transporte; a constituição de um empresariado mercantil; a propensão a padrões de vida suntuária, sem manifestar preocupação com inovações tecnológicas internacionais; enfim, uma estrutura cuja renda altamente concentrada e o monopólio do trabalho escravo ordenavam uma produção para monocultura e cuja tecnologia primitiva resultava na qualidade inferior dos produtos de exportação.²⁸

Sobre esse aspecto, o Relatório da Associação Comercial observava, em 1882, os efeitos das deficiências do sistema produtivo:

O algodão e o açúcar encontram nos mercados europeus formidáveis competidores e, com o pesar o dizemos, perdemos sempre quando entramos em confrontação. O próprio algodão, cuja qualidade talvez só encontre superior no célebre 'sea island', é, em geral, tão mal preparado que sua cotação fica a par, e não raro cede à de outros que lhe são inferiores quanto a natureza do produto.²⁹

Parece-nos sempre presencial nos discursos, um acentuado inconformismo por parte de quem analisa as várias conjunturas econômicas acerca das questões concernentes aos índices de crescimento e nas insuficiências dos sistema produtivo. Fica óbvio que boa parte da intelectualidade reclama melhoras, aponta as deficiências, lamenta as perdas, chora as crises, e reafirma de modo contundente o discurso da decadência e ruína material. Um exemplo disso são as reflexões de alguns intelectuais que nas últimas décadas do século XIX, se empenhavam em diagnosticar a decadência e propor soluções. Para Miguel Vieira Ferreira, cuja obra foi analisada por Manoel Barros Martins³⁰, a situação de decadência era explicada pela “falta de braços activos ou de trabalhadores; falta de capital moral, ou de educação verdadeiramente artística e industrial; e a falta de capital numerário”³¹. Para ele nada podia ser feito para por termo a essa situação de atraso se não fossem tomadas providências como a organização do mundo do trabalho, a montagem de uma estrutura creditícia e aquisição de capital moral que indicasse um rumo a “uma população desorientada”. Criticava a inércia com que se posicionava a população em relação aos problemas que acometiam a Província ocasionada pela falta de planejamento e pela pouca disposição do maranhense em buscar melhorias:

²⁸ GOMES(1981). Op.cit.p. 19 e 20.

²⁹ Relatório da Associação Comercial apud GOMES(1981).p. 20.

³⁰ Na obra “**Operários da saudade: Os Novos Atenienses e a invenção do Maranhão**”, Manoel Barros Martins analisa as propostas e ações dos chamados Novos Atenienses no sentido de “resgatar” o Maranhão da situação de decadência econômica e cultural em que se encontrava no final do século XIX e décadas iniciais do século XX.

³¹ FERREIRA apud MARTINS, 2006. Op. cit. p. 36.

O nosso espírito é pouco profundo, o nosso typo é o da indolência e fraqueza mental, e por isso mesmo o da superficialidade; contentamo-nos em geral de illudir o público[...] entre nós escreve-se muito, muito se projeta, mas não se escrevem obras, nem se fazem trabalhos desenvolvidos[...] não há firmeza ou plano assentado; começa-se hoje para tudo amanhã ser abandonado.³²

Outro intelectual que pensou soluções para remediar a decadência foi Fábio Alexandrino de Carvalho Reis. Para esse intelectual, cuja obra se constituiu de um conjunto epistolar, escrita num momento imediatamente anterior à abolição da escravidão(1877), utiliza-se, como muitos outros intelectuais da época, de um discurso conclamatório com a finalidade de por fim à letargia resultante do processo decadentista. As principais causas da decadência que seriam passíveis de equação eram: a extinção do tráfico negreiro; o baixo preço do algodão ocasionado pela concorrência desleal com os Estados Unidos; a abolição do *maximum* do juro; o comércio direto com outras partes do país e do exterior realizado pelas províncias do Pará e do Piauí e, por fim, o comércio interprovincial de escravos. E com a intenção de chamar a atenção para essa situação angustiada, fazia uma dura conclamação:

Accordemos do lethargo emquanto é tempo, pois já nos achamos a dous passos do abysmo; e é preciso transpol-o ou cair n'elle, [...] o que dirão de nós os nossos vindouros, quando souberem que recebemos dos nossos antepassados este bello torrão prospero e fluorescente e lh'o legamos empobrecido e decandente, por falta de iniciativa, de actividade e energia?³³

Essa sensação de fracasso e, conseqüentemente, essa angústia diante das sucessivas “catástrofes” experimentadas pelas elites intelectuais e econômicas, aprofunda-se sobremaneira, quando alterações institucionais profundas passam a redesenhar o cenário econômico e redefinir posturas valorativas e ideológicas. Referimo-nos, à abolição da escravidão e à derrocada da monarquia. Alterações institucionais que deram significativo relevo à atmosfera traumática e dissolvente que há tempos já vinha sendo vivenciada pelos maranhenses. Tem-se, portanto, a perda de um antigo status senhorial conjugada a um novo regime político que trariam rupturas substantivas no cerne de uma sociedade onde parte de sua produção e de seu patrimônio material só podiam ser justificadas e compreendidas no cerne das antigas estruturas sociais.

A abolição talvez tenha sido o acontecimento mais traumático na Província, compreendido por muitos como uma verdadeira hecatombe. Ela foi considerada a responsável pela desordem no sistema produtivo agrário baseado no escravismo. Segundo Jerônimo de Viveiros, cerca de 70% dos engenhos e 30% das fazendas cessaram suas atividades após o ano de 1888³⁴. Diz-nos ainda, esse historiador, que na tentativa desesperada de salvar o capital auferido com a venda das antigas fazendas, reduzidas a praticamente um décimo do seu real

³² FERREIRA apud MARTINS(2006). Op. cit. p. 38.

³³ REIS apud MARTINS, 2006. Op. cit. p. 45.

valor, os empresários comerciais e rurais voltaram suas expectativas para a indústria que, a época, se apresentava como uma perspectiva promissora no sul do país. Viveiros classifica essa tentativa de reinvestimento de capitais como a “vertigem das fábricas”, “a loucura da época – transformar o Maranhão agrícola em um Maranhão industrial”³⁵, algo que duraria até 1895, “quando se esgotaram todas as possibilidades financeiras da nossa terra”³⁶. Um investimento que mobilizou um investimento da ordem de 20 mil contos e concretizou-se no seguinte parque industrial: 10 indústrias de fiação e tecidos, 1 de fiar algodão, 1 de tecido de cânhamo, 1 de tecido de lã, 1 de cerâmica, 4 de pilar arroz, 2 de pilar arroz e fazer sabão, 1 de sabão, 2 de açúcar e aguardente, 1 de meias, 1 de fósforo, 1 de chumbo e pregos, 1 de calçado.³⁷ Numa análise mais específica, Gomes afirma que tal empreendimento desacreditou-se rapidamente, vitimadas as empresas em virtude das irregularidades na administração e pela desvalorização da moeda, além disso, “os maquinismos custaram o dobro do que tinham sido orçados” implicando “na venda das empresas a terceiros, com prejuízo total para os acionistas minoritários.”³⁸

Em virtude dessas ocorrências “traumáticas” a essência da decadência parecia absorver os espíritos com mais intensidade. A insuficiência do sistema industrial contrariava os prognósticos de prosperidade aprofundando, para as elites, a sensação de falta social, no entanto, a crise material que, como vimos, se apresentou como um discurso recorrente durante todo o século XIX, mesmo em épocas de relativo ânimo e superdimensionado pelo desejo retorno a uma imaginada ‘idade de ouro’, revelava apenas um dos aspectos da decadência. O signo da falta atingia, em paralelo, a dimensão intelectual da cultura maranhense.

É oportuno, a partir de agora, pontuar que o fantasma da decadência que assombrou as elites durante todo o século XIX, e ainda no século XX, não apresentou uma única face. O discurso fundador da ruína material, antitético a uma suposta ‘idade de ouro’, não ficou restrito apenas ao âmbito da produção econômica, ele atingia, concomitantemente, um lado importante da realidade maranhense. Não se chorou apenas a perda de um lugar privilegiado na economia, um status material que posicionou a sua capital entre as mais opulentas do Império, mas se chorou também, e principalmente, a perda de uma ‘período áureo’ da cultura, a tão propalada “Atenas Brasileira.” Uma outra “idade de ouro”? Por quais razões e em quais circunstâncias isso se deu?

³⁴ VIVEIROS, Jerônimo. **História do Comércio do Maranhão**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954, v.2.. p. 557.

³⁵ Ibid. p. 558

³⁶ Ibid. p. 558.

³⁷ GOMES(1981) Op. cit. p. 22 e 23.

³⁸ Ibid. p. 23.

É sabido que, embora exagerada pelos cronistas, a dinamização do processo produtivo maranhense, experimentado nas últimas décadas do período colonial e nas primeiras décadas do século XIX, ocasionou um relativo enriquecimento material que propiciou aos filhos das elites senhorial e urbana serem enviados à Europa, para desfrutarem o privilégio da educação universitária. Partindo desse juízo, Sérgio Buarque de Holanda, nos diz que: “a rápida e efêmera ascensão econômica do Maranhão coincidirá, por sua vez, com um aumento notável no número de estudantes daquela capitania e província nortista, que chegará a ultrapassar largamente, no meio século imediato, os próprios totais de Minas e os de Pernambuco”³⁹. Em retorno da Europa, os bacharéis, juntamente com os que aqui haviam se formado ‘autodidaticamente’, propiciaram uma certa alteração na vida cultural, uma vez que se acentuou o “culto religioso e perfeccionista” da Língua Portuguesa, havendo até auditórios para polêmicas gramaticais; abrigou-se com mais simpatia e largueza a arte cênica, com a construção do Teatro União e o incentivo aos espetáculos teatrais; e as produções literárias passaram a ser a pedra de toque da atividade intelectual; multiplicaram, enfim, os “vetores de difusão dos valores, costumes, atitudes, modismos e comportamentos tipicamente europeus, em especial lusitanos: portugueses contaminados de francesismos”⁴⁰.

Essa ambiência, considerada “refinada,” possibilitou um surgimento um destacado grupo de literatos, com participação na configuração da literatura nacional, cognominado de Grupo Maranhense, cujos ícones foram o humanista Odorico Mendes, o gramático Sotero dos Reis, o poeta Antônio Gonçalves Dias e o jornalista e historiador João Francisco Lisboa. A atuação desses intelectuais, supervalorizada pela sociedade maranhense, ocasionou aquilo que Rossini Correa considera como a fabricação de uma excepcionalidade, pelo manuseio de uma suposta superioridade espiritual, a definição de Atenas Brasileira, “a consequência espiritual” do Maranhão algodoeiro e rizicultor. Densamente elitista, a sociedade maranhense, num momento em que se buscava uma unidade nacional, procurava uma “integração destacada”⁴¹ protegendo-se na “selvagem” América com a cultura clássica da Europa, além de dissimular um complexa divisão social. Assim:

³⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Tentativas de mitologia**. São Paulo: Perspectiva, 1979.p. 109.

⁴⁰ CORRÊA, Rossini. **Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: SIOGE, 1983. p.54.

⁴¹Ibid. p. 103.

A mitologia da Atenas Brasileira correlacionou o **principium sapientiae** grego, ao papel desempenhado pelo Grupo Maranhense no desafio de responder as exigências constitutivas de uma cultura brasileira. Representou, na verdade, um auto-retrato dourado da sociedade senhorial gonçalvina, feito por meio da dimensão literária da intelectualidade, trazendo para os trópicos, em nível arquetípico, em espaço figurativo, enfim, em âmbito retórico, o ideal de formação do homem grego, magistralmente estudado na Paidéia, pelo humanista Werner Jaeger.⁴²

A propósito de uma apreciação analítica o chamado Grupo Maranhense constituía-se de duplo caráter: literário e científico. No discurso de José Veríssimo, a posteriori, e que não foge à herança da própria tradição que referendou o mito, os ícones da Atenas eram assim caracterizados: Gonçalves Dias – o primeiro e grande poeta do Brasil, considerando sua expressividade, inspiração e profunda educação estilística; Odorico Mendes, de profunda formação clássica, tradutor de Homero e Virgílio e, portanto, considerado o mais acabado humanista que já tivemos; Sotero dos Reis – o gramático que embora não dispondendo da “densidade erudita” de Odorico Mendes teria se destacado pela amplitude e originalidade; João Francisco Lisboa, jornalista, historiador considerado um liberal avançado de alicerçada erudição, cujas idéias “por virtude de pensamento e de forma não envelhecem e ficam contemporâneas de todas as eras”.⁴³ Mencionando esse grupo, também denominado de atenienses de primeiro grau, Corrêa afirma que em se tratando da interferência na realidade concreta, “consistiu na crítica intelectual da organização da sociedade, com a pretensão de ordená-la, através da submissão moralista dos costumes sociais estabelecidos – econômicos, políticos e ideológicos, aos princípios esclarecidos da convivência humana, originários da Antiguidade Clássica e da Revolução Francesa.”⁴⁴

Segundo Manoel Barros, num exame do ambiente cultural em que se realizou a atividade do Grupo Maranhense, pontua que se caracterizava por um dinamismo observado no florescimento de várias sociedades recreativas e literárias; pela recorrência de palestras e conferências literárias, políticas e científicas; pela publicação intensiva de obras nativas e de outras províncias; pelas festas tradicionais; pelas disputas jornalísticas elegantemente talhadas; pelo crescente número de obras comercializadas; pela quantidade expressiva de livrarias existentes; pela inauguração do Liceu Maranhense; pela intensificação da atividade tipográfica e pelo significativo número de periódicos criados.⁴⁵

A julgar pelo caráter essencialista de que se revestiu esse modo de ver e dizer a realidade maranhense, ou mais especificamente, são-luisence, vê-se que essa construção é

⁴² CORRÊA, Rossini. **Atenas Brasileira**: A Cultura Maranhense na Civilização Nacional. Brasília: Editora Thesaurus, 2001. p. 29.

⁴³ VERÍSSIMO apud CORRÊA (1983). Op. cit. p. 124.

⁴⁴ CORRÊA (1983). Op. cit. p.151.

⁴⁵ MARTINS (2006). Op.cit. p. 95.

parte de um sentimento narcísico e, portanto, enaltecedor, compartilhada pelos segmentos dominantes da época “mergulhados no impasse angustiante do problema do passado insepulto português e do futuro inseguro brasileiro, preocupavam-se com a escultura da diferença: reunidos, mas não confundidos.”⁴⁶

É certo que não há como negligenciar a existência e a importância de um dinamismo intelectual vivenciado a partir das atividades intelectuais de membros das elites, na São Luís oitocentista, no entanto, a visão da cidade como uma espécie de Atenas dos trópicos, cuja sociedade se considerava cultíssima, só pode ser compreendida, se tomarmos em consideração a construção de um lugar imaginário, a partir da idealização de um passado. Destarte, o modo como essa realidade cultural se estatuiu nas consciências, pode ser compreendido na perspectiva do mito, mesmo porque:

O mito não está, no entanto, obrigatoriamente contra a história. Ele tanto pode ser usado para remeter a um passado que se quer manter vivo, tornando o presente continuidade de um dado passado que se constrói, como foi o caso dos mitos tecidos pelos tradicionalistas, como pode ser usado para valorizar uma descontinuidade entre o presente e o passado. Quando o mito se humaniza, se encarna na história, faz a história possível; torna a utopia material.⁴⁷

Esse traço “distintivo” originado a partir da segunda metade do século XIX, passa a ser insistentemente acionado e, enquanto uma espécie de “ficção orientadora”,

incrustou-se profundamente no imaginário social maranhense, referendando práticas sociais políticas, econômicas e culturais dos mais díspares sujeitos participantes do devir histórico do torrão gonçalvino. Ao enunciarem seus discursos, tais sujeitos pontuaram a importância desse distintivo do ser maranhense no conjunto da população brasileira⁴⁸.

Enquanto elemento referencial da sociedade maranhense, o mito da Atenas Brasileira perpassou desde então os discursos das elites, cristalizando-se, e passando a integrar a memória coletiva. Assim, podemos afirmá-lo como um ponto sensível da cultura maranhense, o que equivaleu, efetivamente, à construção de um espaço afetivo e ideológico. Nesse sentido, parece-nos pertinente para entender tal experiência a compreensão de Maria Lígia Prado acerca das identidades culturais que, uma vez sendo construções discursivas “constituem o real integram o jogo conflituoso das representações e, ao mesmo tempo, tocam os corações e despertam a sensação de pertencimento do indivíduo a uma coletividade”.⁴⁹ Identidade que se construiu a partir de uma “tradição inventada” - a idéia de que o conteúdo social é atravessado por um fluxo contínuo de cultura e que essa característica seria responsável pela extraordinária

⁴⁶ CORRÊA (1983). Op. cit. p. 103.

⁴⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Editora Cortez, 2001. p. 193.

⁴⁸ Ibid., p. 51.

⁴⁹ PRADO, Maria Lígia Coelho. **Identidade latino-americanas (1870-1930)** Mimeo, 2006, p. 1.

capacidade intelectual do povo maranhense. Tradição que, esclareçamos, nem sempre correspondeu ao que foi conservado na memória popular “mas aquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo.”⁵⁰

É por isso que a partir da segunda metade do século XIX, quando a morte de alguns ícones ou a emigração para o centro-sul em busca reconhecimento privou a cidade de São Luís do convívio com parte significativa desses intelectuais, coincidindo ainda com o agravamento da crise algodoeira, o discurso da decadência ganha contornos mais expressivos, ocasionando o adensamento da idéia de que o passado foi uma época de prosperidade tanto econômica quanto intelectual. Avaliando essa conjuntura “nebulosa” Antônio Lobo, intelectual que fundou a Academia Maranhense de Letras, dizia que o fim do periódico *O Semanário Maranhense* (1867 -1868), onde colaboraram vários ícones do chamado Grupo Maranhense, foi “o canto do cisne da brilhante geração literária que em meados do século findo, no Maranhão viveu e trabalhou, explorando com maestria e fulgor, quase todos os variadíssimos departamentos da produção mental”⁵¹. O desaparecimento progressivo dessa geração intelectual, aliado à retração dos processos produtivos, aprofundou o sentimento de falta social, experimentado, sobretudo, pelas elites.

Referindo-se a esse momento, Lobo asseverava que havia começado para o Maranhão “uma tristíssima e caliginosa noite, em que, por tão longo tempo, viveram imersas as suas letras, noite cortada, por vezes, pelo clarão fugidio de algum astro errante, que para logo se ia eclipsar na morte, ou perder-se na distância a que era impelido pelas inelutáveis fatalidades de sua trajetória.”⁵² Para ele, pouco a pouco, obliteraram-se as reminiscências das épocas fecundas do passado e com a conseqüente escassez das atividades literárias, criou-se uma atmosfera pronunciadamente hostil a todo e qualquer trabalho de semelhante natureza.⁵³

Nessa atmosfera pouco favorável a fala de Sousândrade também indicava com angústia e pesar esse momento crítico da vida cultural maranhense:

Aquella floração intellectual brilhante, artificial, extinguiu-se. A poesia e a criação estylizavam-se na grammatica e na copia de clássicos verbais, longinquos e extranhos. Os que deviam trazer a seiva nova ainda não eram entendidos. A intelligencia desertou do seu antigo solo e o seu êxodo e o das forças da mocidade, precipitaram a decrepitude. A preguiça espiritual marcava o ritmo moroso. Nessa indolencia, nesse abafamento, eu me agitava, sufocado e sôffrego. O meu rihtmo era acelerado. Só eu tinha pressa. De quê?⁵⁴

⁵⁰ HOBBSBAM, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 21.

⁵¹ LOBO, Antônio. **Os Novos Atenienses**: subsidios para a história literária do Maranhão. 2.ed. São Luís: Academia Maranhense de Letras. p.13.

⁵² Ibid. p.14.

⁵³ Ibid.p.14

⁵⁴ GRAÇA ARANHA apud CORREA(2001). p. 127.

Vê-se que o discurso da decadência, enunciado no limiar do século XIX, transcendeu a esfera do puramente econômico, tornando-se um pensamento referencial até mesmo para as questões que envolveram a produção intelectual. Lastimava-se a perda da Atenas de forma acentuadamente dramática, trágica, intensa, cujo esforço de desabafo diante da angústia tomava forma quase verborrágica, compulsiva, contaminando as produções intelectuais em vários níveis, aparecendo nos periódicos, nos romances, nos estudos que tentavam explicar o Maranhão.

Além do Grupo Maranhense, que lançou os fundamentos da prodigalidade intelectual maranhense, um segundo grupo de literatos se formou, também denominados atenienses de segundo grau, tendo como expoentes: Celso da Cunha Magalhães, Alúcio Tancredo Gonçalves de Azevedo, Artur Nabantino Gonçalves de Azevedo, Teófilo Dias de Mesquita, Raimundo Corrêa, Henrique Maximiliano Coelho Neto, José Pereira Graça Aranha, Raimundo Nina Rodrigues, dentre outros. Segundo Corrêa foi essa geração a primeira a elaborar os fundamentos da reverência à condição excepcional dos maranhenses e do Maranhão. Vinculados a uma tradição revestida de mitologia, os intelectuais desse grupo “conseguiram realizar a cobertura das mais variadas exigências, como a evolução do teatro, a renovação do romance, a iniciação dos estudos do folclore, a continuidade e o futurismo poéticos e, até mesmo, a doutrinação política”⁵⁵. Para Corrêa, esses intelectuais, por serem conhecedores de circunstâncias particulares, “trilharam os caminhos de uma intervenção na realidade concreta de inegável diferenciação, transparecendo uma faculdade propositora de alternativas mais distanciadas da reordenação social, como consequência do exercício da vontade intelectual.”⁵⁶

O surgimento desse segundo grupo, de formação mista, uma vez que alguns desses intelectuais haviam se formado na faculdade de Direito de Recife, espaço regional de discussão e difusão de novas idéias, parecia oxigenar a ambiência angustiante ocasionada pela perda dos ícones do chamado Grupo Maranhense, alimentando a esperança na continuação da idéia de São Luís perpetuar-se como a terra de prodigalidade intelectual e do apuro na linguagem oral e escrita. Com a situação econômica em declínio, boa parte desses literatos rumou para a capital da República com a finalidade de sobreviver escrevendo para os jornais além de produzirem peças teatrais, poemas e romances. Alguns desses integrantes do segundo grupo fizeram parte da fundação da Academia Brasileira de Letras.

Para Borralho, em trabalho em que analisou o modo como os maranhenses de letras articularam o poder em nível estadual, a partir de determinadas tradições e invenções de identidade, essa idéia ou ideação de decadência econômica e cultural “foi a chancela que as

⁵⁵ CORREA(1993). Op.cit. p. 151

⁵⁶ Ibid. p. 152.

elites utilizaram para demarcar seu espaço, se autoconsagram como portadoras e porta-vozes de uma inteligência, um saber distinto de outros segmentos da população”. Os intelectuais do século XX estariam dentro de uma longa *démarche*, provavelmente nascida no século XIX de imaginar o Maranhão como lugar que já possuiu “destaque”. Ressalta ainda que “por força das contingências históricas – por eles explicados dentro de uma mesma lógica orientada pelos clássicos do século XIX, mergulhou num sono profundo, colocando, a princípio, a Província, depois o Estado, em uma situação deplorável de pobreza e miséria.”⁵⁷

Com efeito, a presencialidade do passado, expressa na reafirmação constante do mito da Atenas Brasileira, e dessa suposta prodigalidade intelectual do maranhense, reafirma o discurso da decadência que, originado a partir de uma falta material, reveste-se de uma característica axiomática, a ponto de atingir até mesmo os domínios da cultura. Questão que passa a ser a ‘pedra de toque’ de muitos trabalhos que tentam pensar o Maranhão, sobretudo do pensamento historiográfico, cujos clássicos se tornaram uma via dominante de interpretação da história maranhense, pensada a partir de conjunturas sucessivas de ascensão e declínio. Para Soares, essa questão encerra o pensamento historiográfico numa espécie de armadilha envolvendo três tipos de convicções e sentimentos articulados: o sentimento da perda do passado luminoso; o ressentimento triste da vida a ser tocada sob o domínio de um presente em queda e turvo e o pressentimento do futuro radiante a chegar como a realização de uma promessa de ressurreição.⁵⁸ Há um lamento insistente pela perda de um momento iluminado pela sabedoria, no entanto, não se verifica um total pessimismo, já que se acreditava haver apenas uma espécie de suspensão da capacidade intelectual e não o seu total aniquilamento:

A primazia das letras, conquistada para este recanto das terras brasileiras, pelos maiores vultos da literatura nacional, si empallidece e obumbra-se, n’este último quartel do século, parecendo viver apenas das recordações e da fama d’aquelles que sublimaram suas épocas e o transcurso da fulgurosa existência, nem por isso extinguiu-se a apagou de vez: como todos os phenomenos da natureza, tem o entendimento os seus brilhos e os estadios de repouso e descanso.⁵⁹

Assim, o passado maranhense, imerso em uma surpreendente atmosfera de prodigalidade intelectual, era apresentado de forma clara, completa e quase consensual sendo possível, por ele, definir um **ser maranhense**. Havia, pelo quadro de desolação geral com que

⁵⁷ BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e céu de nostalgia**: tradição e identidade em São Luís do Maranhão. Assis(SP); UNESP, 2000 – Dissertação de Mestrado. p. 46.

⁵⁸ SOARES, Flávio José. **A “História do Maranhão”, a decadência e seu avesso**. Artigo publicado no Jornal Folha do Maranhão. São Luís, 24 de novembro de 2002.

⁵⁹ LEAL, Pedro Nunes apud LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A Fundação Francesa de São Luís e seus Mitos**. 2. ed. São Luís: Lithograf, 2002. p. 119.

se descrevia a realidade maranhense, o reconhecimento de que o presente era sombrio e decadente, mas isso não anulava de forma alguma a qualidade inerente ao maranhense de destacar-se pela produção intelectual. Nesse caso, a condição presente podia ser perfeitamente remediada pela lembrança de um passado glorioso e pela possibilidade de resgatar - pelas intervenções na dinâmica cultural - a condição que no século XIX, garantia à intelectualidade maranhense uma posição de destaque. Desse modo, o lugar onde os elementos da tradição fixavam suas raízes tinha uma existência real, embora precisasse ser reconstruído. Perspectiva bastante coerente uma vez que se tinha estabelecido como verdade incontornável o fato de que o Maranhão “foi sempre a terra por excelência dos poetas” pois “através de toda nossa vida, ele se nos deparam aos punhados, grandes e inspirados, nos períodos brilhantes dessa vida, inferiores e rasteiros nas suas fases de decadência e apatia, mas sempre obstinadamente apegados ao vício incurável de idealização da rima.”⁶⁰

Destarte, a sensação de decadência que marcou profundamente o cenário cultural maranhense de fins do século XIX, e durante boa parte do século do XX, ancorada num sentimento nostálgico ou de apego à terra natal, foi a razão da existência de um desalento ou, melhor dizendo, de um desassossego coletivo frente a uma realidade cultural que não mais apresentava uma dinâmica de produção cultural comparável à ambiência que se idealizou no século XIX, não obstante “o vício incurável da idealização da rima”, ela não se configurou como algo que não apresentasse uma saída ou destruísse vontades. O recurso à memória apresentava-se como um elemento essencial nesse processo de fuga. Reconstruiu para o presente uma ambiência idealizada do passado e, com isso, permitiu consolidar a imagem e o perfil de um “ser maranhense”. Contexto propício para o surgimento de as instituições destinadas ao resgate da condição que tornou o Maranhão a terra por excelência da virtude da sabedoria. A concepção de história implicava uma “essência” e, não raro, era dominada pela possibilidade de “retorno ao passado”.

⁶⁰ LOBO, Antônio. Op. cit. p. 33.

2.2. As instituições “redentoras”: a Academia Maranhense de Letras e o Instituto de História e Geografia do Maranhão.

Em depoimento escrito em sua principal obra *Os Novos Atenienses: subsídios para a história literária do Maranhão (1909)*, Antônio Lobo lembrava das reuniões que agrupavam um grupo de jovens intelectuais maranhenses, nos anos iniciais da República, em torno da banca de trabalho de Manoel de Béthencourt, professor de Filosofia do Liceu Maranhense:

Manoel de Béthencourt acolhia-nos a todos amistosamente, em franca e íntima camaradagem, sem que procurasse afetar o ares clássicos do mestre-escola, a dominar pela carranca conselheiral e doutrinária, a assembléia de alunos que lhe circundavam a banca. Ouvia-nos as parolices, interessava-se pelas opiniões que expedíamos, escutava a leitura dos ensaios literários que submetíamos à sua apreciação, resolvia as dúvidas que lhe propúnhamos, fornecia-nos todas as informações que do seu saber solicitávamos e, não raro, fazia coro conosco nessa tarefa tão cara à irreverência indomável dos primeiros anos, que deverá mais tarde ser cultivada como uma preciosa e útil qualidade de desancar, pela troca, os grandes ídolos convencionais do oficialismo, da burocracia, do magistério[...] De outras feitas, era ele, exclusivamente, quem fazia as honras da noite. Sentado à cabeceira da mesa[...] abria prodigamente os diques da sua extraordinária erudição.⁶¹

A saudosa referência de Lobo, acerca do incentivo intelectual promovido pelo mestre liceísta, indica os primeiros ensaios literários de um grupo intelectual que, posteriormente, se autoproclamaria “Os Novos Atenienses”. Obviamente, esse qualificativo não esconde a referência ao mito da Atenas Brasileira, fortemente disseminado na ambiência cultural maranhense que se convencionou chamar de decadentista, sobretudo nas décadas finais do século XIX, embora num nível mais imediato revele a ligação com o projeto de criação de uma universidade em São Luís, a **Universidade Nova Atenas**, idealizada por Sousândrade – poeta republicano e professor de grego do Liceu Maranhense. Eram os Novos Atenienses um grupo intelectual, cuja maioria dos seus integrantes eram nascidos entre as décadas 1870 e de 1890, acrescentando-se alguns pertencentes à chamada segunda geração de atenienses, ou que produziram suas obras entre 1890 e 1930.

Para Manoel Barros Martins, esses intelectuais, os quais denominou de “operários da saudade” eram:

⁶¹ LOBO, Antônio. *Os Novos Atenienses: subsídios para a história literária do Maranhão*. 2. ed. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 1970. p. 17 e 18.

promessas intelectuais em busca de afirmação, situadas no centro da tensão e do desconforto de descortinar e construir o futuro, sem, contudo, olvidar o passado mitológico, onipresente, herdado dos “*gigantes*” da velha Atenas, a partir daquela realidade movediça, em que o ideário decorrente das noções de civilização e progresso fazia prosélitos e instigava esses jovens intelectuais à reação em face de semelhante estado de coisas, detonador das glórias amealhadas nos tempos áureos de dinamismo da cena regional, na Colônia e no Império, transformados em Idades de Ouro indelévelis por essa jovem intelectualidade ilhada física e mentalmente, já que o norte brasileiro paulatinamente perdia o vigor alcançado em épocas pretéritas, quando marcara o ritmo com que se movimentaram a América Portuguesa e, depois, o jovem Estado Brasileiro.⁶²

Os principais expoentes desse grupo eram: Antônio Lobo, polígrafo, jornalista, professor, escritor e que foi secretário do Governo do Estado, inspetor da Instrução Pública, diretor da Biblioteca Pública e do Liceu Maranhense; Fran Paxeco, historiógrafo, crítico literário, jornalista, diplomata, e um dos idealizadores e professores da Faculdade de Direito do Maranhão; José Ribeiro do Amaral, historiador e professor do Liceu Maranhense; Antonio Baptista Barbosa de Godóis, bacharel em Direito e professor da Escola Modelo; Justo Jansen, doutor em Medicina e professor de Geografia Geral e Corografia do Brasil do Liceu Maranhense; Antonio Lopes da Cunha, bacharel em Direito, professor catedrático de Literatura do Liceu Maranhense e de Filosofia da Faculdade de Direito do Maranhão; Domingos de Castro Perdigão, diretor, por muitos anos, da Biblioteca Pública do Estado e o principal fundador da Faculdade de Direito; José Nascimento Moraes, professor, escritor e jornalista; dentre outros.

Essa geração intelectual, considerada por alguns como o “*produto da derrocada material do Maranhão*”⁶³, e que teria prolongado a reverência ao mito da Atenas, personificado no chamado Grupo Maranhense, foi a primeira a empreender um esforço consciente e direcionado no sentido de constituir um sistema cultural dinâmico que possibilitasse resgatar ou ao menos reconstruir, numa ambiência sociocultural em que o signo da falta dava a tônica aos discursos, o esplendor cultural idealizado no passado. Por isso, parte de suas ações consistiram em criar espaços que presentificassem os ideais de superioridade cultural, ou em outras palavras, um “*monumento devotado a esse passado identificado por eles como glorioso e imperecível, era essa a função que devia cumprir o acervo institucional criado entre 1890 e 1930.*”⁶⁴ Entre essas instituições, destacam-se aquelas que já existiam e que apenas sofreram reformas ou reestruturações, a exemplo da Escola Normal(1890), do Liceu Maranhense(1893), da Escola Modelo(1896), da Escola de Música (1902) e aquelas que foram efetivamente criadas como a Oficina dos Novos (1900), a Renascença Literária, a

⁶² MARTINS(2006). Op. cit. p. 118.

⁶³ CORREA (1993). Op.cit. 197.

⁶⁴ MARTINS (2006). Op. cit. p. 174.

Biblioteca Pública do Estado, a Faculdade de Direito do Maranhão e, especialmente, a Academia Maranhense de Letras e o Instituto de História e Geografia do Maranhão.⁶⁵

Segundo Manoel Barros Martins, através dessas instituições eles objetivavam afirmar e perpetuar suas visões de mundo, possibilitar ao Estado travar contatos mais duradouros com os avanços conquistados pelos mais distintos ramos do conhecimento e lançar os alicerces de um Maranhão renovado, estruturado por instituições sólidas e de alcance social abrangente. Era, portanto, urgente incluir o Maranhão nas trilhas do progresso e da civilização restituindo-lhe o papel que desempenhou a nível nacional quando no período imperial, conheceu épocas de fastígio, expressas pela riqueza material alcançada e pela qualidade da produção intelectual de alguns membros de sua elite⁶⁶. Em outras palavras, tratava-se de instituições cujo fulcro inscreveu-se na criação dos “lugares de memória” do início do século XX, quer dizer, espaços regionais legitimamente constituídos com o objetivo de afirmar ou construir identidades culturais elaboradas a partir da reafirmação das tradições e de determinados mitos locais.

No cerne desse processo de “ressurreição espiritual”, Antônio Lobo louvava o papel dos Novos Atenienses, uma vez que:

Aos anos de apatia e marasmo que se seguiram à brilhante e fecunda agitação literária, de que foi teatro a capital deste Estado, nos meados do século findo, e que ficará marcado para honra e glória nossa, uma das épocas mais fulgentes da vida intelectual brasileira, substituiu-se, afinal, uma fase franca de revivescência intelectual, que desde o início, vem progressivamente caminhando, cada vez mais acentuada e vigorosa, destinando-se a reatar as riquíssimas tradições de nossas letras, que a muitos já se afigurava totalmente perdida.⁶⁷

A fala acima evidencia o caráter quase heróico que se atribui ao desempenho das elites intelectuais maranhenses. A tarefa de capitanear o processo de resgate cultural ficava sempre a cargo desse segmento que se destacava sobremaneira de outros extratos da sociedade. Razão considerada justa uma vez que para uma certa linha de pensamento da época e que o próprio intelectual fazia expressar, a elite mental era formada por indivíduos que se destacavam, inconfundivelmente da massa do seus contemporâneos, não somente “pela sua alta potência

⁶⁵ Além da criação de diversas instituições, esses artífices da “regeneração cultural”, no combate ao “marasmo imperante”, fundaram alguns periódicos, entre os anos finais do século XIX e décadas iniciais do século XX, tais como: o periódico literário **O século**; **Filomatia**, revista artística, literária e filosófica; **A alvorada**, “órgão literário, crítico e noticioso”; **A Revista do Norte**, dedicada a abrigar discussões em várias áreas do conhecimento; a **Revista Elegante**, especializada em assuntos relativos à moda masculina; dentre outros. Verifica-se, também, a promoção de diversos eventos cívicos, a exemplo das comemorações do centenário da Abertura dos Portos (1908), o tricentenário da fundação de São Luís (1912), e do Centenário da Adesão do Maranhão à Independência do Brasil (1923).

⁶⁶ Ibid. p.174.

⁶⁷ LOBO, Antônio.(1970) Op. cit. p. 4 e 5.

cerebral” como também pelo “caráter especial” de suas produções científicas, em que se forravam “as considerações interessadas, no utilitarismo social, imediato e prático.”⁶⁸

No âmbito das iniciativas de “revivescência intelectual”, a Academia Maranhense de Letras é talvez uma das mais significativas instituições criadas pelos Novos Atenienses com a finalidade de honrar as tradições literárias, e por extensão, fixar os mitos de distinção cultural. Ela surgiu a partir de um amadurecimento intelectual vivenciado na Oficina dos Novos, instituição criada em 1900 nos moldes das academias literárias, e cuja inspiração teria sido a visita do escritor Coelho Neto ao Maranhão em 1899. A academia foi então criada sob o patronato do poeta Antônio Gonçalves Dias, no dia 10 de agosto de 1908, e foi instalada no dia 7 de setembro do mesmo ano, tendo como fundadores os já mencionados Novos Atenienses, sendo seu principal idealizador um dos maiores incentivadores da mocidade intelectual de seu tempo, Antônio Francisco Leal Lobo, em cuja honra o sodalício foi chamado de “Casa de Antônio Lobo”.

Para Flávio Soares, a Academia Maranhense de Letras é talvez a primeira experiência bem-sucedida de um tipo de sociedade cultural, especialmente intelectual, que buscou criar uma imagem simbolicamente eficaz do Maranhão, talvez a primeira, “almejando dar sentido de agregação a uma realidade histórica no fundo heterogênea, desigual e de difícil determinação.”⁶⁹ Isto porque, não obstante toda a construção acerca de um padrão intelectual calcado num ideal civilizador, o que se observava era a existência de uma memória transbordante que tinha a intenção de negligenciar a existência de uma realidade contrafeita aos perseguidos ideais de civilização, uma vez que se tratava de uma sociedade de maioria analfabeta.

Em que pese a importância da fundação do sodalício, em 1908, para perpetuação das tradições locais, para Domingos Barbosa a Academia tinha no seu início uma existência apenas virtual. Além das reformas estatutárias, como a de 1916 e a de 1918, a construção de vínculos mais regulares com os governos estaduais foi um dos fatores decisivos para que a instituição passasse a ter existência real, não obstante o fato de que a Academia se encontrava em situação de relativo abandono até pelo menos o final da década de 40. É pertinente pontuar que o sodalício era, nesse período, uma instituição quase mendicante, sem ao menos dispor de uma sede própria em que pudesse funcionar. Abrigava-se em espaços temporários cedidos pelo poder público, a exemplo de um que foi concedido em 1946, nos baixos do prédio do

⁶⁸ Ibid. p .7.

⁶⁹ SOARES, Flávio. A “História do Maranhão”, a Decadência e seu Averso. Artigo publicado no Jornal da Manhã, 24 de novembro de 2002.

Congresso Estadual suprimido com o Estado Novo. Com a chamada reconstitucionalização, e com as ações do Governo no sentido de reinstalar a Assembléia Legislativa, a Academia foi praticamente despejada, sendo seus arquivos e demais pertences recolhidos à residência do seu então presidente, o poeta Ribamar Pinheiro.⁷⁰

Tal ordem de coisas só viria a mudar a partir de 1948, quando Clodoaldo Cardoso, o presidente do sodalício, à época, utilizou-se de seu prestígio de homem público para conseguir junto ao governador do Estado, Sebastião Archer da Silva, a doação de uma sede para a Academia. Com o assentimento do Poder Legislativo, esse governante fez a doação do prédio onde antes fora a sede da Biblioteca Pública Estadual, na qual a própria Academia fora fundada em 1908.⁷¹

Todavia, o propósito para o qual fora criada, que era de referendar a prodigalidade intelectual da “gente gonçalvina”, manteve-se coeso, sobrevivendo como um ideal a ser perpetuado no tempo e solidificado enquanto a verdade cultural maranhense por excelência.

Como nos diz o poeta José Chagas, as academias, por sua própria natureza, não são feitas para acompanhar os tempos, mas para esperar por eles:

As academias não são o risco, o salto no escuro. As academias são a experiência, a moderação, o denominador comum que soma depois as diferentes frações que as idéias e os sistemas deixam. Elas não se rebelam contra as idéias novas nem a estas aderem de pronto, porque sabem que essas idéias também envelhecem no tempo, passam por um rigoroso crivo, cabendo a elas resguardar o residual espírito da “verdade” que fica.⁷²

Enquanto espaço de culto, a Academia Maranhense de Letras deu amplitude e legitimidade ao mito ateniense, que foi insistentemente reafirmado na quase totalidade dos discursos proferidos pelos seus sócios e membros efetivos, necessariamente correlato a uma mentalidade decadentista e à sensação de falta social.

Desse modo, são bastante emblemáticas as palavras de apresentação de um de seus números, publicado em 1935, após pontuar as dificuldades que a instituição vinha enfrentando, tanto pela crescente perda de grandes intelectuais, quanto pela ausência daqueles que, objetivando reconhecimento, rumaram para outras regiões do país:

⁷⁰ REVISTA da Academia Maranhense de Letras. São Luís, Ano 80, v.20, dezembro de 1998. p. 182 e 183.

⁷¹ Ibid. p. 183.

⁷² CHAGAS, José. **As academias e a nossa academia**. In: Revista da Academia. Vol. XV, agosto de 1983.

A cultura literária sempre acompanhou todos os grandes movimentos da vida nacional. O Maranhão nunca foi indiferente ao prestígio das letras e por essas sempre gozou da melhor evidência no país[...] Sirvam de estímulo todos os exemplos, para que não se abandone nunca, entre nós, a prática das letras de tantos louros para nossa terra em todos os tempos.[...]A Academia Maranhense de Letras fará o possível pelo conservar dessa tradição, que muito nos honra e que é um traço magnífico da atuação da gente maranhense na vida nacional.⁷³

A insistência nesse caráter excepcional da cultura maranhense aparecia corriqueiramente nos discursos de posse e recepção, em homenagens à determinadas personalidades, em artigos, necrológios e até mesmo em alguns poemas. A ênfase é sempre dada à glória de um passado distante, soterrada pela decadência presente. Uma pequena mostra da recorrência desse discurso pode ser apreciada a partir de alguns fragmentos do poema *Um sabiá de novo está cantando* do poeta Correia de Araújo, que serviu de prefácio ao livro de versos *Castelos no ar*, da poetisa Laura Rosa, também membro da Academia, a partir de 1943:

Quando entre nós, caiu, há muito, a noite espessa,
Noite sem astros, sem faíscas, sem trovões,
Admira que alguém vele e não adormeça
Na Urbs dormida, e Cariátide, à cabeça
Contenha toda luz das nossas tradições
A nossa glória está no passado distante

.....
Entre ruínas imponentes
De nossa Atenas, junto aos mausoléus sagrados,
Onde estão a dormir aos nossos ascendentes,
Vultos resplandescentes
De Heróis e Gênios imortalizados
Modelos culturais para as bárbaras gentes;
Pisando com os pés nus, a Terra onde a Sarça
Do Espírito e onde o espírito a lançar
Raios que aos maus ofuscam
E aos néscios fazem menos enxergar
Mas são bons para os bons, os eleitos que buscam
Mudar em Drama e Farsa
Da existência vulgar;
Vieste a solicitar do irmão mais velho,
A canonização ou a excomunhão
Para o teu, evangelho,
Novo canto de glória e redenção⁷⁴

Para reafirmar o conteúdo de civilização e prodigalidade que teria caracterizado a ambiência intelectual maranhense, o poeta recorreu à imagens fortes e expressões marcantes. A ‘radiosa aurora da inteligência e da cultura’ que caracterizou o Maranhão de outrora se

⁷³ REVISTA da Academia Maranhense de Letras, janeiro a maio de 1935. 2 ed. Co-edição AML/UFMA, 2000. p. 2.

⁷⁴ ARAÚJO, Correia de. In: Revista da Academia Maranhense de Letras, vol. VI, maio, 1949.p.7.

converteu em “noite espessa, sem astro, sem faíscas e sem trovões”, em que apenas alguns poucos, na *urbs* adormecida, velavam as tradições e a glória de um passado distante. Nessas imagens, a Atenas ainda é uma realidade inegável, mas uma realidade em ruínas a guardar em “mausoléus sagrados” os vultos resplandecentes de heróis e gênios imortalizados. Em que pese a existência de “bárbaras gentes”, a cultivar uma “existência vulgar”, alguns espíritos eleitos pelos determinismos da existência ainda entoavam o “canto sagrado” do evangelho da glória e redenção no resgate das letras e das artes.

A própria homenageada, a poetisa Laura Rosa, reiterava no seu discurso de posse, no referido sodalício, a responsabilidade dos intelectuais maranhenses no exercício de sua atividade intelectual com a preservação das glórias literárias conquistadas em outros tempos. Conclamava todos a não deixarem se perder, sobretudo pelo esquecimento, abandono e descaso, o patrimônio literário da Atenas do Brasil:

É dever dos brasileiros cultuarem e exaltarem as gloriosas letras tradicionais dessa velha Atenas, porque, para além deste céu e destes mares, estenderam-se as fulgurações da pena do jornalista João Francisco Lisboa, da gramática de Sotero dos Reis, o burilador da boa linguagem, do cérebro matemático e arrojado de Gomes de Sousa, da ciência hipocrática de Nina Rodrigues, da harmonia suave dos versos de Gonçalves Dias, do Mal Secreto de Raimundo Correia, das penas cintilantes de Coelho Neto e Humberto de Campos, de Teixeira Mendes e outros tantos, honrando e elevando o valor literário e a grandeza do nome da Pátria! [...] Mas, ao Maranhão, cabe a responsabilidade, imensurável, de zelar pela memória desses antepassados; o dever moral e intelectual de transmitir às gerações vindouras e à presente, o amor à sapiência, valor incontestável para a vida, o amor às belas letras e o grande culto respeitoso ao valioso patrimônio que lhe foi confiado.⁷⁵

É notória a recorrência a Sotero dos Reis, João Lisboa, Gonçalves Dias, Gomes de Sousa etc., - os ícones do chamado Grupo Maranhense da literatura. Eles aparecem nos discursos como a evidência mais concreta de uma suposta predestinação intelectual do povo maranhense servindo, portanto, de alicerce ao mito ateniense. Destarte, são elevados à categoria de ídolos intocáveis e irretocáveis, quase nunca submetidos a um raciocínio crítico ou a uma análise que considerasse as particularidades dos seus contextos de produção intelectual. Endeusados pelos pósteros, imprimiram a marca totalizadora/generalizante do *ser maranhense*, indivíduo dotado de uma suposta essência particular caracterizada pela virtude da sabedoria.

No âmbito desses discursos e práticas sociais, empenhados no esforço de construção memorativa de um espaço de excelência cultural, parece-nos pertinente lembrar o conceito de memória de Jacques Le Goff, em que a mesma é um elemento essencial do que se chama de identidade individual e coletiva, cuja busca é, necessariamente, uma das atividades

⁷⁵ REVISTA da Academia Maranhense de Letras, Ano 80, v.20. dez, 1998.p. 15.

fundamentais dos indivíduos e sociedades na febre e na angústia. Em sendo um elemento definidor e integrante na construção de elementos de identificação, é também um *instrumento e um objeto de poder*. Um poder não necessariamente coercitivo, mas efetivamente legitimador:

a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.⁷⁶

No cerne do processo de construção de uma memória histórica positiva acerca do Maranhão e do maranhense, destacamos a fundação, em 2 de dezembro de 1925, de um outro lugar de memória pelos Novos Atenienses - o IHGM – Instituto de História e Geografia do Maranhão. Criada com o caráter de associação científica, segundo consta no próprio regimento de sua criação, tinha como objetivo o estudo e difusão dos conhecimentos da história, geografia, etnografia, arqueologia, especialmente do Maranhão e o incremento à comemoração dos vultos e fatos notáveis do seu passado e a conservação dos seus monumentos. Por essas razões, encarregar-se-ia de promover: reunião de sócios para apresentação de assuntos referentes às ciências de que se deveriam ocupar; correspondências com associações congêneres, tais como arquivos, bibliotecas e museus para elucidação de eventuais problemas; comemorações cívicas dos vultos, datas e fatos da história do Maranhão e do Brasil; conferências públicas acerca dos temas abordados; explorações geográficas e arqueológicas; a organização de uma biblioteca histórico-geográfica do Maranhão com vista a reunir cartas geográficas e topográficas, plantas de monumentos, medalhas, quadros, etc.; a elaboração de uma bibliografia científica do Maranhão; a organização de um dicionário histórico-geográfico; coleta de material para o estudo do folclore maranhense; propaganda de conhecimentos científicos sobre o Maranhão.⁷⁷

Como é comum em instituições desse caráter, decidiu-se que todos os resultados dos estudos produzidos deveriam ser publicados numa revista que, no caso, teria publicação trimensal. A revista, que era uma das mais importantes promessas do programa do IHGM, não se constituía apenas como um campo de ação reservado somente para os sócios do Instituto ou às publicações de caráter exclusivamente teórico, mas pretendia *acolher com real interesse trabalhos de valor firmado por pessoas estranhas à associação, contanto que se destinem a*

⁷⁶ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.p.469.

⁷⁷ REVISTA do Instituto de História e Geografia do Maranhão. Ano I, n.1. São Luís: Tipografia Teixeira, 1926. p. 61 e 62.

contribuir para o conhecimento da história e da geografia do Maranhão, desde que se tratassem de obras de extraordinário e reconhecido valor.

Logo no primeiro número se mostraram muito marcantes as intenções de reafirmação da grandeza cultural maranhense. Nas linhas iniciais de um dos ítems que compõem o índice, intitulado *Subsídios para bibliografia maranhense*, e que traz ao leitor uma série de referências bibliográficas comentadas, para fins de conhecimento de tudo o que foi produzido sobre o Maranhão, desde a sua origem, a justificativa para existência de tal seção é que nela entrevia-se “um meio de fixar aquela passada grandeza intelectual, mercê da qual esta terra desfruta o evocativo cognome de Atenas Brasileira”⁷⁸. O entusiasmo pelo glorioso passado mental do Maranhão era o que dava a tônica, sobretudo nesse primeiro momento, aos estudos publicados pela revista.

As temáticas eram variadas. Destarte, esse primeiro periódico contemplava a questão de fronteira entre o Maranhão e o Piauí, a chamada *Questão de Tutoya*, já solucionadas à essa altura; vislumbrava possibilidades reais de crescimento econômico do Maranhão, através de suas potencialidades naturais; trazia um estudo geográfico sobre a ilha de São Luís; outro sobre a nobiliarquia maranhense (justificado pela proposta de culto aos vultos do passado); um estudo sobre o dicionário histórico e geográfico maranhense, dentre outros trabalhos.

Partindo desse corpo temático e das intenções iniciais da instituição observados nessa e nas publicações posteriores, há uma clara regularidade dos discursos que pretendiam instituir ou se valiam de uma memória para o Maranhão, mesmo considerando que da primeira publicação até a segunda houve um intervalo de tempo de 22 anos. Situação que se justifica pelo fato de que o IHGM, que a princípio sobrevivia a partir das subvenções concedidas pela administração municipal, não mais foi beneficiado por esse auxílio, a partir de 1926. Não encontramos indícios suficientes que comprovassem uma possível disputa política que tenha ocasionado a suspensão das subvenções por parte do poder público. Acreditamos que essa questão só poderá ser explicitada com um estudo mais aprofundado que venha privilegiar a história da instituição nas suas relações com o poder político. O certo é que a Revista só voltaria a ser publicada a partir de 1948, quando a instituição recebeu uma subvenção do governo federal. Acerca dessa lacuna, o segundo número publicado em novembro desse ano reclamava:

⁷⁸ Ibid. 31 e 32.

Não poucos revezes salteram o Instituto na vigência do regimen político instaurado em fins daquele ano. Uma administração do município de São Luís, retirou o parco auxílio com que eram custeadas as despesas com a Revista. Desalojaram a associação reconhecida de utilidade pública por lei estadual...; do próprio Estado no qual a instalara o governo de uma maranhense, e os seus livros e as coleções do seu interessante museu foram atirados para escuros e húmidos porões de edificios públicos, onde ficaram expostas a inegáveis estragos[...] Dias melhores virão, por certo, para o Instituto ainda não restaurado de tantos abalos sofridos numa época de violências e desatinos peculiares aos regimens ditatoriais e não indenizado de prejuízos materiais consideráveis que lhe foram causados.⁷⁹

Resta óbvio que a fala é sintomática do desinteresse governamental em relação às atividades dessa agremiação, conquanto se tratasse de uma instituição de relativa importância para a vida cultural do Maranhão e para a preservação de suas tradições mais caras, especialmente no período interventorial quando se observa também uma política de severa contenção de despesas públicas. Segundo Mário Meireles, a situação do Instituto equiparava-se à da Academia Maranhense de Letras, pois se tratavam de instituições que vinham sobrevivendo à duras penas, sem sede, sem recursos financeiros e sem prestígio para ao menos despertarem o interesse na composição dos seus quadros sociais, não obstante o fato de que contassem nos seus quadros, intelectuais de grande prestígio como Ribeiro do Amaral, Antônio Lopes da Cunha e Nascimento de Moraes. Situação que apenas se suaviza no final da década de quarenta, pois assim como a Academia, o IHGM só viria a ter uma sede própria por iniciativa de Clodoaldo Cardoso, também membro da Academia e Secretário de Finanças do governo de Sebastião Archer com quem, fazendo uso de sua posição favorável na vida pública, conseguiu a doação de uma sede própria para a instituição.⁸⁰

Os números seguintes da Revista, publicados a partir de 1948, também se increvem na mesma lógica que justificou a criação do primeiro número. Os trabalhos publicados revelam uma forte intenção em alicerçar um conhecimento sólido da história e geografia do Maranhão e, seguindo os princípios que nortearam a criação do instituto, era muito clara a preocupação em reproduzir os discursos acerca da excepcionalidade cultural do Maranhão, embora alguns intelectuais sustentassem a idéia de que “ a exposição dos fatos deve ser feita com clareza e exatidão; o confronto da matéria debatida por vários estudiosos especializados deve ser apresentado com segurança absoluta e sem paixões de ordem regional.”⁸¹

⁷⁹ REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Ano II, nº1, novembro, 1948. p. 3

⁸⁰ MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. 2.ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980. p. 414.

⁸¹ REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Ano II, nº1, novembro, 1948.

O fato de utilizarmos as revistas do IHGM, para fins de verificar os rumos tomados pela instituição, se justifica por compartilharmos a idéia de Jean François Sirinelli de que o meio intelectual constitui um “mundo estreito” onde os laços se atam em torno das chamadas “estruturas elementares de sociabilidade”, que seriam essenciais para a compreensão desse meio. Sirinelli assinala que as revistas são importantes porque conferem uma estrutura ao campo intelectual “por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que a subentendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem - e de exclusão - pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas”⁸². Em sendo um lugar interessante para análise do movimento das idéias, uma revista é, antes de tudo, um lugar de fermentação intelectual e relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade.

Em que pese toda carga representativa do valor da ciência, os estudos publicados pela Revista estavam inscritos num vasto programa que tinha como responsabilidade resgatar o passado maranhense e o culto às suas figuras e vultos mais ilustres. Por essa razão é que em discurso de posse numa das cadeiras do IHGM, em 1948, Joaquim Vieira da Luz, um de seus membros, reiterava a importância da instituição no papel de culto e reverência ao passado, a despeito de toda a indiferença com que esse vinha sendo tratado:

...inicia brilhantemente uma fase de intensa atividade na sua vida útil e necessária à defesa do patrimônio artístico-histórico-cultural maranhense, dando relevo aos vultos e fatos que vêm caindo em criminoso esquecimento pela incúria daqueles que deviam propugnar com denodo e entusiasmo a conservação das riquezas tradicionais do Maranhão colônia, do Maranhão já grandioso no reinado de D.João VI, do Maranhão áureo dos cientistas, dos literatos, dos poetas, que, em Coimbra, Paris, Londres, e outros centros de cultura elevaram o nome de sua terra e conquistaram-lhe o cognome de Atenas Brasileira. ⁸³

As publicações que se seguiram a partir 1948, das quais já anteriormente citamos os números, seguiram o mesmo plano inicial traçado pelas propostas da instituição. Embora tendo como pano de fundo a necessidade de instituir uma memória para o Maranhão, os assuntos dispostos nas publicações seguintes eram variados. Os estudos existentes, que não se furtavam à lógica da proposta institucional, são dessa forma caracterizados: biografias e estudos de forte cunho apologético acerca de intelectuais e autoridades políticas, conhecidos ou não pelo público, com forte teor moralista e exemplar para a história maranhense; caracterização da economia maranhense e sugestão de iniciativas para o seu desenvolvimento pleno e integrado, sobretudo pela exploração do potencial oferecido pelos recursos naturais;

⁸² SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais**. In: REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996. p. 249.

⁸³ Ibid. p. 53.

estudos circunscritos ao âmbito da geografia física, geralmente ligados ao relevo, à climatologia, à hidrografia e à vegetação; sugestões e divulgação de bibliografias de autores maranhenses, mormente aquelas que versavam sobre temáticas regionais; trabalhos referentes à instrução escolar e às questões relacionadas à literatura e às artes; estudos sobre o patrimônio histórico material, envolvendo a descrição e valorização dos monumentos históricos; datas cívicas e fatos notáveis; e ainda, alguns poucos estudos sobre cultura popular.

Essas apreciações nos permitem dizer que o modelo de instituição representado pelo IHGM, cujos objetivos integravam a lógica de culto às tradições locais, não se furtava, aparentemente, aos propósitos de vários institutos históricos que surgiram no final do século XIX, ou inícios do século XX, e que, por sua vez, foram inspirados pelo modelo do IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro, em 1838. Tendo como finalidade construir uma história para a jovem nação, este espaço reunia os homens de letras selecionados a partir de critérios que remontavam às academias ilustradas européias do século XVII e XVIII. Sobre esse aspecto, Manoel Luís Salgado Guimarães assinala que:

Marcada pelos critérios que presidem e organizam um tipo de sociabilização própria de uma sociedade de corte, esta produção[...] escapa assim, às regras e injunções específicas do mundo acadêmico, cujo critério de recrutamento básico apóia-se no domínio de um certo saber específico. Enquanto na Europa o processo de escrita e disciplinarização da história estava se efetuando fundamentalmente no espaço universitário, entre nós esta tarefa ficará ainda zelosamente preservada dentro dos muros da academia de tipo ilustrado, de acesso restrito, regulamentado por critérios que passam necessariamente pela teia das relações sociais e pessoais. Como traços marcantes desta história nacional em construção, teremos o papel do Estado Nacional como o eixo central a partir do qual se lê a História do Brasil.⁸⁴

Assim como o IHGB, que tinha o papel de “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos, buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos”,⁸⁵ os institutos históricos estaduais que surgiram posteriormente, buscando hegemonia intelectual e científica, tinham como função servir como um espaço oficial, ou semi-oficial e, portanto, legítimo, de construção das histórias regionais no cerne das disputas pelo poder político, econômico ou intelectual, sobretudo nos primeiros tempos da República. Dentre inúmeros exemplos dessas instituições, destacamos: o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco que, fundado em 1862, e por essa razão sendo o precursor dessas agremiações regionais, surgiu para “legitimar elites decadentes,

⁸⁴ GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos**. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: Estudos Históricos. Associação de Pesquisa e Documentação Histórica. CPDOC/FGV, 1988. p. 5 – 27.

⁸⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 99.

que destacavam um passado glorioso, mas viviam um passado tedioso”⁸⁶; e o IHGSP – Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo fundado em 1894 por integrantes do círculo econômico e intelectual paulista, com a intenção de “fincar raízes de um povo, as tradições de uma região e um porto seguro na avalanche modernizadora”.⁸⁷

Segundo Lília Moritz Schwarcz, o IAGP foi criado para responder às aspirações políticas e culturais de Pernambuco com a finalidade de manter uma certa hegemonia dessa província, especialmente, no interior da região nordestina. Algo que se explica pelo fato de que Pernambuco, que até 1820 fora responsável por 50% da renda obtida com a exportação do algodão e do açúcar, experimenta, desde princípios do século XIX, uma franca retração econômica motivada pela concorrência internacional. Situação que se agrava a partir de 1870, quando se observam alterações no equilíbrio interregional brasileiro que se fazem notar, tanto pelos preços e incentivos diferenciados, quanto pela política de imigração fortemente favorecida na região Sul e dificultada no Norte. A perda progressiva da segurança econômica pelas elites os motivava a preservar, através de uma perspectiva romantizada, o passado de glórias em detrimento de um futuro incerto.⁸⁸ Já no que diz respeito ao caso de São Paulo, o IHGSP buscava no passado fatos e vultos que fossem representativos para construir uma historiografia marcadamente paulista, que desse conta do país como um todo e que se posicionasse contra a posição hegemônica da agremiação carioca personificando uma disputa elitista entre os dois estados.⁸⁹ Nos dois casos, o que se buscava era a legitimidade das elites no poder, fosse pela criação do mito do bandeirante, qualificando o paulista pelos atributos da força, disposição e empreendedorismo, como pela criação dos mitos do heroísmo, abnegação e valentia do povo pernambucano na resistência ao domínio estrangeiro.

Compunham o quadro dessas instituições indivíduos de formação acadêmica jurídica, médica ou politécnica, de modo geral “autoditadas”, no domínio de alguns saberes específicos. E em certos casos esses intelectuais eram dotados de conhecimento tecnocientífico, tais como engenheiros e geólogos, ou até mesmo militares que, inclinados ao bacharelismo, realizaram trabalhos nas áreas da história e da etnografia.⁹⁰

⁸⁶ Ibid. p. 136.

⁸⁷ FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 97.

⁸⁸ SCHWARCZ(1993). Op. cit. p. 118.

⁸⁹ Ibid. p. 126.

⁹⁰ Ibid. p. 122.

Em estudo sobre a historiografia das primeiras décadas do século, Ângela de Castro Gomes afirma que não havia clareza quanto às distinções disciplinares. Estas se constituíam como produtos de interseções ou da busca do estabelecimento de fronteiras entre os saberes. Assim, os intelectuais que compunham os quadros desses institutos eram um

bom exemplo de produtores culturais em amplo espaço do conhecimento, envolvendo biologia, etnologia, folclore, linguística e geografia, além da história. Eles escrevem sobre a história da geografia ou geografia da história, produzem textos sobre flora e fauna brasileiras, estudam línguas indígenas e “olham” etnograficamente festas religiosas e populares, além de serem filósofos e literatos. Mas são esses mesmos homens, em sua polivalência, que estimulam a divisão e a especialização dos campos do conhecimento, apontando, inclusive, a necessidade de reformular cadeiras de ensino que reuniam assuntos de grande diversidade na área de humanidades, em geral, e da história, em particular.⁹¹

Podemos dizer que pelas apreciações referidas, caracterizando a prática desse momento de institucionalização do saber historiográfico, delineava-se um tipo ideal de intelectual, cuja característica fundamental era a profunda erudição, algo que lhe permitia o desempenho de múltiplas habilidades e, com isso, um trânsito facilitado em diversos domínios do saber. O perfil era muito claro: “o homem público, pesquisador sério, escritor de múltiplas habilidades e, além de tudo, dotado de uma bela oratória”⁹². Em suma, eram *hommes de lettres* que aos poucos desenvolviam *status* de pesquisadores, em virtude do modelo de ciência que se instituía.

No Maranhão os intelectuais contemporâneos a essa realidade também expressavam esse perfil. Tratavam-se de homens públicos, hábeis tribunos, em suma, beletistas que transitavam em diversas instâncias do conhecimento. Eram sobretudo bacharéis, médicos, engenheiros, professores que obtiveram formação acadêmica em centros de referência como Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia, ou que se formaram pelo exercício do autodidatismo. De qualquer forma, eram representantes de uma época em que se experimentavam “um bando de idéias novas”, expressas em ideais de evolução, progresso e desenvolvimento que se encontravam “nos estudos biológicos e sociológicos de Darwin, Comte e Spencer” e nas teorias mecanicistas “de que Haickel seria expoente máximo”. Reformulando em certo nível a escala de seus valores, “dialogavam com as posturas filosóficas e teorias científicas em voga na Europa como o materialismo científico, o evolucionismo, o liberalismo, o determinismo, o positivismo, o contra-espiritualismo, a laicização, o anticlericalismo, o livre pensamento, o naturalismo”.⁹³

⁹¹ GOMES, Ângela de Castro apud FERREIRA, Antônio Celso(2002). Op. cit. p. 122 e 123.

⁹² FERREIRA, Antônio Celso(2002). Op. cit. p. 123.

⁹³ MORAES (1977). Op. cit. p. 151 – 152.

Conquanto a proposta dos institutos postulassem uma certa imparcialidade no tratamento das matérias e temáticas a serem abordadas, com *segurança absoluta e sem paixões de ordem regional*, conforme preconizava o próprio IHGM, o ideal de história era densamente influenciado pela concepção antiga, concebida como um saber fértil de lições que não só davam sentido, como legitimavam as ações do presente. Dimensão ética e pedagógica da história que em muitos momentos servia para justificar paixões de ordem regional, como aquela do IHGSP que afirmava ser a “história de São Paulo”, a “história do Brasil” ou, no caso maranhense, a afirmação de que o Maranhão era uma terra de distinção em relação às outras unidades da federação no que dizia respeito à capacidade intelectual de seu povo.

Sem dúvida, eram falas regionais em busca de demarcação identitária que se expressavam por um viés emotivo, permeadas, necessariamente, por um sentimento saudosista em relação ao passado e pela expectativa entusiasta de uma redenção presente ou futura. Vê-se que a construção dessa tessitura identitária não prescindia do apego às tradições locais que se constituíam como elementos de coesão e consagração das elites e, por extensão, de sua “história regional”⁹⁴.

Na *Microfísica do Poder*, um ponto de vista do qual compartilhamos, Foucault argumenta que os discursos seriam tramas, redes, desredes, imagens e falas tecidas nas relações sociais, assumindo valor significativo na instituição de reais. Conquanto não possam ser classificados como falsos ou verdadeiros, produzem efeitos de verdade, absolutamente necessários à legitimação e ao reconhecimento das formas pretensamente hegemônicas:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, ‘sua política geral de verdade’: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto de quem tem o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.⁹⁵

Segundo Foucault, essa verdade possui algumas características historicamente importantes: é centrada na forma de discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação política e econômica; é objeto de várias formas, de uma imensa difusão e consumo; é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns aparelhos políticos e econômicos; enfim, é objeto de debates e de confronto social.⁹⁶

⁹⁴ Essa relação acerca dos discursos e seu papel na relação entre saber e poder já foi feita em outros trabalhos correlatos (mas não idênticos), como por exemplo o de ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São paulo: Cortez Editora, 2001.

⁹⁵ FOUCALT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2004. p.12.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 13.

Na particularidade maranhense, a lógica que subjazia ao Instituto Histórico era contribuir discursivamente para consolidação de um ideal de grandeza maranhense. Algo que confirmava não somente pelos inúmeros textos onde os autores faziam menção ao tão propalado fenômeno da “Atenas Brasileira”, mas pelo incentivo crescente, em se tentar resgatar, por meio de ações efetivas, propostas nos textos, a dinâmica econômica e cultural teoricamente experimentada em outros tempos. Havia claramente dois níveis de preocupação que caracterizavam as produções intelectuais dos intelectuais responsáveis pela criação do instituto e que se refletiam em suas atitudes e trabalhos de um modo geral: de um lado havia um esforço em entender e discutir o contexto social, cultural e econômico da realidade maranhense com a finalidade de propor soluções ou alternativas para combater entraves que impediam o pleno desenvolvimento humano e social; de outro, a tentativa de reafirmar mitologias, mormente aquela que atribuía ao maranhense uma extraordinária capacidade intelectual.

Desse modo é que se faz compreensível a diversidade temática que compunha o corpo do seu periódico. Todos os temas estavam inseridos numa lógica de resgate das glórias materiais e intelectuais de outrora. O pleno conhecimento das questões de fronteira, das possibilidades de exploração econômica - a partir do mapeamento físico-geográfico da região -, da proposição de medidas eficazes e efetivas, no que concerne ao ensino sistemático, eram fatores de extrema importância no sentido de reconstruir no Maranhão uma ambiência sociocultural promissora. Conhecer o Maranhão nos seus múltiplos aspectos significava a possibilidade de realizar ações integradas para sanar todos os males decorrentes da tão propalada ambiência decadentista.

Tudo convergia para que o Instituto, assim como a Academia, que se constituíam como espaços de consagração intelectual das elites, assumissem um papel redentor no processo de reabilitação do antigo *status* intelectual maranhense. Mobilizando um universo de imagens positivas acerca da vida cultural do Maranhão, os idealizadores dessa instituição tencionavam construir uma representação desse espaço, deslindando e consolidando a sua “verdade”. Essa noção essencialista, que dizia a sociedade maranhense como a mais erudita, talvez fosse um suposto elemento assegurador de coesão social num cenário pontilhado de carências e incertezas. A convicção romântica de que o passado guardava um momento especial da capacidade produtiva do povo (entenda-se elite) maranhense era um dos argumentos possíveis naquele momento para a (re)afirmação de uma identidade. Artefato cujo

processo de invenção/reinvenção não hesitou em cortejar as fronteiras do imaginário ou da memória na sua forma mais intensa e transbordante.

3. CAPÍTULO 2: UMA TRAJETÓRIA, UMA MISSÃO.

A reflexão tradicional que no final do século XIX e décadas iniciais do século XX tipificou o Maranhão e os maranhenses criou e reformulou mitos, a partir de um viés institucional, influenciando de maneira significativa as contribuições intelectuais em toda a segunda metade do século XX.

No que concerne à experiência historiográfica, uma contribuição fundamental pode ser observada quando se avalia, a partir de critérios geracionais, a experiência intelectual do historiador Mário Martins Meireles na construção de uma história maranhense. Não se furtando aos cânones de sua geração, fez-se como um intelectual tradicional e regionalista, cujas reflexões eram fortemente apoiadas em critérios e representações que exprimiam uma visão mitificada e romântica da história.

Em quase seis décadas de pesquisa e produção, tornou-se uma das figuras exponenciais da historiografia, ao lado de outros intelectuais de grande expressão no cenário intelectual maranhense, como: Antônio Baptista Barbosa de Godois, José Ribeiro do Amaral, Jerônimo de Viveiros, dentre outros⁹⁷, que atuaram sobretudo nas primeiras décadas do século XX.

Mário Meireles atuou durante toda a segunda metade do século XX, empenhou-se substancialmente num esforço de síntese vindo a construir, efetivamente, um programa de história do Maranhão. Destarte, pelo esforço em referendar e fixar identidades e, pelo fato de ter, de certo modo, “inventado”⁹⁸ uma história para o Maranhão, é que entendemos ser fundamental uma análise da trajetória intelectual desse historiador, afim de que possamos compreender os caminhos pelos quais ele construiu esse conhecimento historiográfico acerca da realidade maranhense, o qual foi extravasado para a sociedade em geral e em livros didáticos e, especialmente, no seu livro mais importante “**História do Maranhão**”, que elegemos como nosso objeto preferencial de análise.

⁹⁷ Sobre esse item ver: GODOIS, Antônio Baptista Barbosa de. **História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal**. São Luís: Typ. de Ramos de Almeida & C., 1904; ___ **Introdução cívica - Resumo didático** (De acordo com o programa da Escola Normal de São Luís do Maranhão). Maranhão: Typ. Frias, 1900; AMARAL, José Ribeiro do. **Fundação do Maranhão**: memória. São Luís: Typogravura Teixeira, 1912; ___ **Ephemerides maranhenses** (Para comemorar o centenário do Maranhão à causa da Independência e do Império). Maranhão: Typogravura Teixeira, 1923; ___ **Apontamentos para a História da Revolução da Balaiada na província do Maranhão**. Maranhão: Typogravura Teixeira, 1898,1900,1906;3v; ___ **Glorificação de Manuel Odorico Mendes**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1913; VIVEIROS, Jerônimo. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. São Luís: Serviço de Imprensa Oficial, 1950.

⁹⁸ Os termos inventar e invenção, assim utilizados, partem da compreensão de que o conhecimento produzido pelo historiador não é **uma reconstrução do** passado e sim **uma construção sobre** o passado ou uma determinada **constituição** do passado.

3.1. O percurso intelectual de Mário Meireles

Esse é um momento que entendemos ser essencial para a compreensão da obra de Mário Meireles. Para nós um momento delicado e de intenso esforço de busca. Isto porque durante a pesquisa não encontramos obras que privilegiassem a trajetória do intelectual em questão, com exceção de um livro de memórias organizado recentemente pela professora Regina Faria do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão. Assim, para o delineamento pormenorizado desse percurso nos foi imprescindível recorrer ao arquivo pessoal do autor, em cujo conteúdo constavam textos não publicados, inúmeras cartas, currículos, recortes de jornais etc.

Pensando na problemática dos lugares de produção do saber (De Certeau) e nos indícios que apontavam para a introjeção de um *habitus* no sentido de Bourdieu, fizemos, a partir desse contato, a seleção das informações mais relevantes para fins de reconstrução da trajetória como a vida escolar e funcional, a experiência no magistério, a participação na consolidação do ensino superior no Maranhão e as inserções nos lugares de memória constituídos para fins de legitimidade intelectual.

3.1.1.Aspectos formativos:

Mário Martins Meireles nasceu em São Luís do Maranhão, a 08 de março de 1915, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos, localidade circunscrita no perímetro urbano da capital maranhense. Era o filho primogênito de Vertiniano Parga Leite Meireles(13/10/1887 – 07/07/1925), então funcionário do Tesouro Público do Estado e da dona de casa Maria Martins Meireles (05/02/1890 – 05/01/1988), ambos maranhenses.

Uma vez sendo o pai funcionário público da instituição fazendária, vindo a exercer alguns cargos em outros estados, Mário Martins Meireles iniciou seus estudos no Jardim de Infância do Liceu Feminino Santista, em Santos – SP(1920/1921). Começou o Curso Primário no Grupo Escolar Barão do Rio Branco em Manaus – AM(1922/1924), prosseguindo no Grupo Escolar Ester Pedreira de Melo, no Rio de Janeiro – DF(1925) e o terminou na Escola Modelo Benedito Leite, em São Luís – MA, em 1926. Iniciou em 1927 o Curso Secundário no Instituto Raimundo Cerveira, prosseguindo-o no Instituto Viveiros, do professor Jerônimo de Viveiros, entre os anos de 1928 e 1931, ambas escolas localizadas em São Luís.

O início da vida educacional de Mário Martins Meireles esteve condicionado ao desejo do pai, “homem de hábitos austeros e refinados”⁹⁹ e de grande cultura literária, de encaminhá-lo na carreira diplomática. Desejo compreensível naquele contexto histórico, quando a carreira pública era uma possibilidade efetiva de projeção sociocultural, mormente num Estado como o Maranhão que, à época, ia mal economicamente, sofrendo com a frustração financeira ocasionada pela derrocada do “surto fabril”, experiência econômica que no início do século XX se apresentava como uma possibilidade de reinvestimento dos capitais auferidos com a venda das obsoletas fazendas de algodão e açúcar no pós-abolição¹⁰⁰.

Tal situação pode ser melhor representada quando recorremos aos números. Segundo dados da estatística oficial de 1925, publicada pela Diretoria da Estatística Federal, o Maranhão já em 1925, quanto ao total das rendas arrecadadas, ocupava 13º lugar entre os Estados, e quanto às divisas era o 14º.¹⁰¹ Desse modo, ante as reduzidas oportunidades de ascensão social (o comércio que era uma delas, encontrava-se em dificuldades) a carreira pública era algo mais viável e, de certo modo, mais seguro, como meio de acesso e proximidade em relação aos grupos dirigentes¹⁰².

Além da estrutura básica do ensino formal, a vida educacional de Meireles fora a princípio incrementada com aulas de piano iniciadas em Manaus, para onde o seu pai fora enviado a trabalho. Em que pese o esmero inicial na condução de sua formação educacional, a carreira diplomática não viria a se tornar uma realidade para Mário Meireles. Vindo o pai a falecer em São Luís em 1925, sua família (sendo agora composta por sua mãe e mais três irmãos) vivenciava um franco processo de empobrecimento, algo que dificultou, consideravelmente, o prosseguimento de sua vida escolar.

Ao término do ensino primário deu início aos estudos secundários no Instituto Raimundo Cerveira (no qual estudou apenas um ano), prosseguindo numa escola particular, o Instituto Viveiros¹⁰³, estabelecimento de instrução primária e secundária, internato e externato,

⁹⁹ FARIA, Regina Helena; MONTENEGRO, Antônio Torres (Orgs.). **Memória de professores: histórias da UFMA e outras histórias**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão/ Departamento de História; Brasília: CNPq, 2005.p.411.

¹⁰⁰ Acerca dessas questões ver: VIVEIROS, Jerônimo de, **História do Comércio do Maranhão v. III**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão/ Lithograf, 1992.

¹⁰¹ FERNANDES, Henrique Costa. **Administrações Maranhenses :1822 – 1929**. São Luís: Instituto Géia, 2003. p.219.

¹⁰² Vide MICELI, Sergio. **Intelectuais à Brasileira**, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁰³ Segundo consta no livro acima citado de Henrique Costa Fernandes, com a reforma do ensino em 1925, este instituto transformou em ginásio o seu Curso Secundário, pondo-o nos moldes do Colégio Pedro II, que era o estabelecimento paradigma de ensino no país. Em 1927, ainda em conformidade com essa reforma, requereu que fossem válidas em todas as escolas superiores os exames prestados pelos seus alunos no próprio colégio, prerrogativa que lhe foi concedida pela Direção Geral do Departamento Nacional de Ensino. Foi a primeira

com sede em São Luís, cuja vaga lhe foi oferecida gratuitamente em razão de sua mãe ser prima legítima da esposa do proprietário, o professor de História e também historiador, Jerônimo José de Viveiros .

Esse é um ponto importante a ser observado na carreira de Meireles. Ele indica que devido à morte do pai e à falência financeira da família, sua formação intelectual, em princípio, assegurava-se pela mobilização do capital de relações sociais desfrutados pela mãe, ou seja, pelos laços de parentesco que, de certo modo, os uniam a uma fatia da classe média maranhense intelectualizada.¹⁰⁴

Em virtude de sua vida escolar estar, de certo modo ancorada a um favor, concedido à sua mãe, Meireles teve que cumpri-la, como mesmo diziam suas palavras “*com a obrigação indiscutível e incondicional de ser sempre um bom aluno, disciplinado*”¹⁰⁵, esforçando-se até o ponto de ser considerado “*o primeiro da turma e o primeiríssimo em História, matéria ensinada pelo professor Viveiros*”, de quem acabou por “*conquistar a amizade*”¹⁰⁶.

O esforço em cumprir com as obrigações escolares e se manter, como ele mesmo o dizia, numa situação privilegiada em relação aos demais alunos na disciplina de História, durante todo o curso secundário, teve como aliada a sua relação intensa com a leitura, favorecida pelo contato com os livros que lhe restaram da biblioteca particular do pai, não tantos, uma vez que foram quase todos vendidos pela mãe para ajudar na compra de uma casa, mas o suficiente para satisfazer suas necessidades de estudante secundário.

Dentre os livros que lhe restaram, encontrava-se o **Dicionário** de Cândido Figueiredo, considerado um dos “mestre da Língua Portuguesa”, à época; uma Coleção Lusitana composta pelas obras de Alexandre Herculano, Eça de Queiroz, Camilo Castelo Branco, João Grave, Gil Vicente e Antônio Feliciano de Castilho; alguns autores franceses como Alexandre Dumas, Victor Hugo, Émile Zola e o alemão Goethe, todos traduzidos. Também havia entre eles **O inglês sem mestre** e **O francês sem mestre**, obras que o auxiliaram no aprendizado dessas duas línguas estrangeiras.¹⁰⁷

Ainda nesse aspecto é importante atentarmos à influência que a leitura dos clássicos da literatura portuguesa exerceram sobre o jovem Meireles. Diante das dificuldades enfrentadas para aquisição de outros livros, pois que em virtude do empobrecimento familiar levava uma vida de grandes privações, constituiu um capital cultural principalmente a partir dos livros que

instituição de ensino no Maranhão que conseguiu tal reconhecimento. p. 280 – 281.

¹⁰⁴ Sobre as estratégias de reconversão intelectual pela mobilização do capital de relações sociais ver : MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁰⁵ FARIA, 2005. Op., cit. p. 410.

¹⁰⁶ Ibid. p.410.

¹⁰⁷ Ibid.,p.410.

o pai lhe havia deixado. Essa influência viria marcar profundamente a produção intelectual de Meireles, não só pela adesão geral aos cânones da cultura ocidental, mas por fatores mais específicos, uma vez que seu estilo de escrita, por exemplo, aproximava-se das convenções gramaticais do português arcaico, como ele mesmo viria a comentar posteriormente:

Fui influenciado pelo estilo desses autores. Ainda hoje escrevo o português de Portugal antigo e não o do Brasil. Meus períodos são tão longos que, às vezes, tenho que dividir um em dois. E isso decididamente reflete a influência que tive da literatura portuguesa. Tenho por vezes trabalho para identificar sujeito e predicado de tão longos que ficam os períodos¹⁰⁸.

O que não havia na biblioteca herdada do pai, Mário Meireles adquiria pela compra. Como não tinha, aparentemente, e segundo seu próprio depoimento, outras possibilidades de lazer, distraía-se com a leitura numa rotina de estudos intensos incentivados pela mãe, como afirmara numa ocasião: “...*tive uma infância de privações e proibições feitas por minha mãe. Não tinha dinheiro para dar uma volta de bonde, para nada. Não tinha nenhum lazer, a não ser ler.*”¹⁰⁹

Elementos cruciais para se compreender a vida intelectual de Mário Meireles e que não podem ser deixados em suspenso são as influências recebidas de Jerônimo de Viveiros, sobretudo, quando cursava o ensino secundário. Os anos de convívio com esse professor foram, para aquele intelectual, os principais responsáveis para sua formação de historiador. E isso se avalia quando observamos mais detidamente os aspectos formativos daquele intelectual maranhense.

Jerônimo de Viveiros era neto de barões, descendente, portanto, da aristocracia maranhense. Bacharel em Letras e em Direito, tornou-se Diretor da Instrução Pública, e ainda no plano da Educação, construiu uma longa carreira no magistério, principalmente em duas instituições de ensino de São Luís: o Liceu Maranhense, no qual era professor catedrático de História Universal desde fins de 1908, e no Instituto Viveiros, do qual era proprietário e onde ministrava as disciplinas de História, Aritmética e Álgebra. Entre os anos de 1939 e 1949 veio a ser professor no colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro. Fez-se membro, a partir da década de 50, da Academia Maranhense de Letras, do Instituto de História e Geografia do Maranhão e do Diretório Regional de Geografia. Publicou estudos importantes de História do Maranhão, na década de 50, três dos quais foram consagrados pelas instâncias de legitimação intelectual, como clássicos da historiografia maranhense. Quais sejam: **Alcântara no seu passado econômico, social e político**, publicado pela Imprensa Oficial em 1950; **História do**

¹⁰⁸ Ibid., p. 417.

¹⁰⁹ Ibid., p. 413.

Comércio do Maranhão, cujos volumes I, II e III foram publicados pela Associação Comercial do Maranhão; e, **Benedito Leite – um verdadeiro republicano**, tratando-se de um estudo da obra e da personalidade do estadista maranhense Benedito Leite, publicado em 1957 pelo D.A.S.P.¹¹⁰

As obras de Viveiros se caracterizavam por eleger o Maranhão como objeto privilegiado de análise, sobretudo nos seus aspectos político e econômico. São obras de síntese, mais descritivas do que analíticas, comportando uma riqueza de detalhes que se evidencia na preocupação em fixar datas, nomes, quantidades, etc. A rigor, são trabalhos produzidos no âmbito de uma concepção tradicional de historiografia, que superdimensiona o valor factual dos objetos de estudo e o caráter essencialmente descritivo da narrativa.

À formação intelectual de Mário Meireles, acrescentamos um outro elemento importante: a sua entrada no curso superior. Havendo em São Luís apenas três alternativas: Direito, Farmácia e Odontologia, escolheu a de Direito, iniciando o curso em 1933, embora não chegasse a concluí-lo. À mesma época, foi admitido como funcionário do Serviço do Imposto de Renda, e removido para a Seção da Bahia, onde veio a abandonar o curso em 1934, em virtude da coincidência do horário das aulas da faculdade com as do expediente da repartição.

Conquanto fosse impossibilitado o término de sua formação superior, Meireles deu continuidade a sua formação intelectual autodidaticamente. Estruturou um capital cultural a partir de uma intensa rotina de leitura, sobretudo de produções nas áreas de História, Literatura, Direito (Civil e Comercial) e Contabilidade, estas duas últimas então justificadas pelas atribuições da carreira que seguia no Imposto de Renda.

3.1.2. Vida funcional:

Como a carreira pública era talvez a via mais promissora, das poucas que se apresentavam, de projeção social num estado de finanças depauperadas e intensos conflitos políticos, para Mário Meireles, essa foi, circunstancialmente, a que se apresentou, considerando-se que provinha de uma família de classe média empobrecida e sem outras possibilidades de melhoria das condições sociais. Sobre esse aspecto Regina Faria comenta que:

¹¹⁰ Incluem-se ainda: VIVEIROS, Jerônimo de. **A vida de um apóstolo** (Conferência proferida na AML). São Luís: AML, 1956; ____ **O centenário de Temístocles Aranha**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1937; ____ **A ficha de Adelino Fontoura na Academia**. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1967. Além desses trabalhos e de outros mais escreveu biografias de intelectuais maranhenses como Rafael de Carvalho, Celso Magalhães e Gonçalves Dias. Colaborou também na obra **A Balaiada** de Astolfo Serra.

Devido às condições financeiras de sua família não pode abrir mão de um emprego federal, símbolo de segurança num cenário tão marcado pelas perseguições políticas. Ter um emprego estadual à época, era ficar a mercê de oligarcas ou de interventores autoritários, como Paulo Ramos, interventor federal no Maranhão, conhecido pelas represálias a seus opositores.¹¹¹

Não ingressaria na carreira diplomática como sua família havia planejado, no entanto, ingressou na instituição fazendária em 09 de março de 1932 como Servente Interino da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Maranhão. Em 1933, por intermédio de Paulo Martins de Sousa Ramos, que era então secretário do presidente geral da Fazenda Nacional e que viria, posteriormente (1937 a 1945), se tornar Interventor Federal do Estado do Maranhão, foi contratado como Praticante de Terceira Classe para a seção do Imposto de Renda na Bahia (anteriormente, Alfândega; depois, Receita Federal) razão pela qual, como já anteriormente comentamos, abandonara o curso de Direito que havia iniciado no Maranhão. Tal favorecimento se explica pelo fato de que o futuro interventor havia sido levado para o Rio de Janeiro e apresentado ao Dr. Beléns de Almeida, diretor-geral da Fazenda Nacional pelo pai de Mário Meireles, Vertiniano Parga Leite Meireles que, à época, era funcionário da Alfândega¹¹². Tudo indica que sua nomeação como funcionário efetivo do Imposto de Renda teria ocorrido por uma retribuição de um favor embora os vínculos pessoais com Paulo Ramos não viessem, posteriormente, a se consolidar.

Em 1934 foi efetivado como praticante de Primeira Classe e voltou a servir no Maranhão(22/03/1935); em 1936, foi promovido pelo seu chefe o Delegado do Imposto de Renda da Bahia José de Magalhães Bravo, a 4º Oficial, contanto apenas três anos de serviço; em 1939, passou por concurso a Oficial Administrativo H (Nível 14) e foi removido para a seção de Minas Gerais (7/10); em 1940 passou a oficial administrativo 16 e foi lotado na Divisão do Imposto de Renda no Rio de Janeiro(10/08/1944); em 1946 foi removido a pedido para o Maranhão (12/01) e passou a Oficial Administrativo; em 1947 passou a classe L e em 1948 a classe O, alcançando, portanto, o último nível da carreira.¹¹³

Paralelamente à carreira na instituição fazendária Mário Meireles também veio a construir uma longa carreira como educador. Sua aproximação com a docência, embora ainda não de caráter formal, remonta ao ano de 1931 quando ainda era estudante secundarista, como preparador de alunos, por indicação do professor Jerônimo de Viveiros, em disciplinas e séries diversificadas.

¹¹¹ FARIA, Regina Helena Martins. **O historiador Mário Meireles e a invenção do Maranhão**. Minuta da palestra proferida na Casa de Cultura Josué Montello, em São Luís do Maranhão em 18 de maio de 2005. p. 3.

¹¹² FARIA, 2005.Op. cit., p. 419.

¹¹³ Informações obtidas a partir do **Curriculum Vitae** de Mário Meireles que reúne suas atividades até o princípio da década de 90. Documento do arquivo pessoal de Mário Meireles.

Todavia, o exercício formal do magistério só viria se concretizar em pleno Estado Novo, a partir de 1939, quatro anos após ter retornado da Bahia, à época com 24 anos de idade, quando foi convidado por Arimatéia Cysne, professor de Língua Portuguesa e Latim, que havia sido seu professor, para ministrar as disciplinas História Universal e História do Brasil e, posteriormente, de Francês, no estabelecimento de ensino de sua propriedade, o Colégio Cysne.

Para Regina Faria, esse reencontro com a História pode ser considerado como o terceiro fator na sua formação de historiador, o terceiro elo que o ligou a esse campo de conhecimento, em que se notabilizou como professor e escritor¹¹⁴, além dos outros dois: o hábito de ler, incentivado pelo exemplo do pai; e a convivência, a admiração e a gratidão que sentia pelo professor Jerônimo José de Viveiros.

Esse foi, todavia, apenas o passo inicial da longa carreira que construiu no magistério. Isto porque, posteriormente, na qualidade de membro da Academia Maranhense de Letras, juntamente com os demais membros, deu início ao processo de criação da Faculdade de Filosofia de São Luís, na qual viria a criar a cátedra de História da América para o curso de História e Geografia da recém criada faculdade. E dando continuidade ao exercício foi até a década de 1990 professor do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão, onde viria a criar o Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica e Geográfica.

3.1.3. As produções iniciais:

Conquanto a experiência de educador tenha sido um dos aspectos produtivos de grande relevância para a constituição intelectual de Mário Martins Meireles, ela foi combinada com o outro aspecto não menos significativo para fins de análise da sua trajetória: uma produção considerável de textos que o mesmo escreveu, de iniciativa própria, no período em que ainda não tinha sido consagrado pelas instâncias de legitimação intelectual.

Referimo-nos aos trabalhos produzidos entre as décadas de trinta e quarenta, mais exatamente até 1948, ano em que se deu a sua entrada na Academia Maranhense de Letras. Até então Meireles não havia, ainda, produzido obras historiográficas propriamente ditas, embora não se possa desconsiderar a relevância intelectual e o caráter não totalmente descompromissado desses trabalhos. Nesse momento incipiente de sua vida intelectual, os textos produzidos se nos apresentavam basicamente em pelo menos três categorias: algumas composições poéticas; alguns estudos que tratavam de grandes literatos, maranhenses ou não; episódios da história maranhense e também alguns comentários de obras. A quase totalidade

¹¹⁴ FARIA (2005), Op. cit. p. 4.

desses estudos foram publicados em alguns jornais; outros, maior dimensionados, encontrados apenas em rascunho datilografado.¹¹⁵

Melhor detalhando, desses textos produzidos até 1948 constam 8 artigos; 1 estudo sobre o poeta Castro Alves, escrito no formato de livro e 1 produção literária intitulada **Os meus versos**, organizada em 1946. Esta última reunindo 57 composições poéticas escritas entre 1935 e 1946, e estando assim divididas: 12 canções e poemas, 4 quadras, 3 sertanejas e 37 sonetos. Além dessas composições, o livro é composto por mais quatro traduções: **Manon Lescaut**, poema de Musset; **Les lendemains**, composição de Charles Dufresny; **A cena do balcão**, tradução da cena II do ato II de “Romeo and Juliet”, de William Shakespeare; e **So we’ll go no more a-roving**, poema de Lord Byron.

Os artigos que analisamos, publicados em jornais maranhenses entre os anos de 1947 e 1948, tratam-se de comentários ligeiros da vida e da obra de alguns intelectuais brasileiros, mormente de literatos. Eram publicados não aleatoriamente, mas geralmente na ocasião das comemorações dos centenários de nascimento ou morte desses autores. Nesse contexto é que se inscrevem a publicação, pelo jornal “O Imparcial”, jornal de grande circulação na capital maranhense, dos seguintes artigos: **Gonçalves Crespo**, publicado em março de 1947 na ocasião do primeiro centenário de nascimento desse poeta brasileiro, radicado em Portugal; **Castro Alves**, publicado também na ocasião do centenário de nascimento do poeta abolicionista; **Le-Sage**, publicado em homenagem ao segundo centenário desse poeta arcáde. Ou ainda, **Padre Antônio Vieira**, artigo publicado no jornal O Globo, na ocasião do 250º aniversário de falecimento do orador sacro.

O que caracteriza esse textos de Mário Meireles, além de outros semelhantes, que não chegamos a citar, é a preocupação em marcar com características e qualificações positivas a vida e as trajetórias desses intelectuais. Trata-se indícios de um dos elementos que a posteriori veio a caracterizar a sua obra de historiógrafo – a ênfase nos grandes homens, em seus feitos, em suas atribuições morais, nas suas contribuições à humanidade. Assim é que quando escreve sobre Gonçalves Crespo, insiste em fixar com sentimento as qualidades do poeta: “Poeta cheio de melodia e sentimento, sugestivo e delicado em suas descrições e imagens, Gonçalves Crespo foi um parnasiano correto, com requintes de forma e metrificacão cuidadosa, e grande influência exerceu sobre a geração de seu tempo não só em Portugal onde viveu, como no Brasil, onde foi sempre muito lido e admirado”,¹¹⁶ homem de “grande inteligência, cultura e inspiração.”¹¹⁷ Ainda nesse texto, Meireles faz questão de reivindicar a

¹¹⁵ Esse material avulso foi encontrado no arquivo pessoal de Mário Meireles.

¹¹⁶ MEIRELES, Mário Martins. **Gonçalves Crespo**. In: Jornal O Imparcial. São Luís, 11/03/1947.

¹¹⁷ Ibid.

brasilidade do poeta, em que pese a “injustificada recusa”¹¹⁸ da Academia Brasileira de Letras em reconhecê-lo como um poeta brasileiro, já que havia construído uma carreira em Portugal.

Do mesmo teor é o artigo escrito em homenagem ao poeta Castro Alves, sobre o qual Meireles escrevera, posteriormente, um outro trabalho intitulado **Castro Alves – o poeta do amor**, que não viria a ser publicado. Nesse artigo publicado pelo jornal O Imparcial, em março de 1947, Meireles o descreve como “um dos maiores vates das letras luso-brasileiras, rivalizando com o nosso grande Gonçalves Dias na primazia da fama e imortalidade poéticas”,¹¹⁹ prova incontestemente “do seu alto mérito e de sua sublime inspiração”,¹²⁰ e questionava ainda “o que teria sido e em que páramos da glória se teria alçado, se a morte traiçoeira o não tivesse arrebatado tão cedo.”¹²¹ Não sem razão, em se tratando de um poeta que tinha como qualidades principais a “profundidade, a delicadeza, a correção e a excelsidade de sentimentos” expressa “na sua voz predestinada”.¹²²

Ainda um exemplo desse aspecto em Meireles é um outro texto escrito em homenagem ao padre Antônio Vieira em que lhe destaca com intensidade as qualidades pessoais. Parafraseando o gramático Sotero dos Reis, qualifica-o como “o mais correto e o mais perfeito dos prosadores da língua, sem contradições”¹²³ e ainda sugere que se erga em uma das praças de São Luís, um busto em homenagem “ao grande jesuíta e insigne mestre da língua”¹²⁴.

Note-se, a partir desses três exemplos acima descritos, o teor das expressões utilizadas por Meireles no sentido de dimensionar a importância histórica dos seus personagens. “Grande inteligência”, “profundidade”, “mérito”, “delicadeza”, “excelsidade de sentimentos”, “correção”, “perfeição”, “voz predestinada”, “sublime inspiração”; todas expressões que, de certo modo, minimizam nos personagens a condição de indivíduos limitados em seus respectivos contextos histórico-sociais, dando-lhes uma feição de ídolos, gênios sublimes, seres dotados de qualidades superiores que só se explicariam pelos desígnios da predestinação.

Outro elemento significativo no percurso intelectual de Mário Meireles foi a sua experiência (passageira, ressalte-se) de escrever poemas. Não veio a se tornar um poeta, mas foi com um livro de versos **Os meus versos**, que se tornou um dos membros da Academia Maranhense de Letras, iniciando-se na carreira de escritor.

O livro de versos reúne dezenas de composições que foram escritas entre os anos de 1935 e 1946. A importância da análise e da verificação dessas composições se justifica pelo

¹¹⁸ Ibid.

¹¹⁹ MEIRELES, Mário Martins. **Castro Alves**. In: O Imparcial. São Luís, 16/03/1947.

¹²⁰ Ibid.

¹²¹ Ibid.

¹²² Ibid.

¹²³ MEIRELES, Mário. **Padre Antônio Vieira**. In: Jornal O Globo. São Luís, 18/07/1947.

¹²⁴ Ibid.

fato de que estas últimas são sintomáticas das influências intelectuais recebidas pelo autor no campo da estética literária. Os poemas são caracterizados por um intenso predomínio do lirismo e da subjetividade sobre a razão o que implica reconhecer neles a existência de uma tônica acentuadamente romântica. Influência que sofreu do romantismo, uma vez que se dizia leitor contumaz e profundo admirador do poeta Gonçalves Dias.¹²⁵

Meireles dizia ser grande, imensurável e indefinível sua veneração pelo “Cantor dos Timbiras”. Admirava-lhe, dizia, “o gênio poético”, “a correção da linguagem”, sua “incrível compreensão da natureza”, a “variedade do estilo” e o “sentimento de brasilidade”.¹²⁶ Tanto era sua admiração que, já em 1935, parodiava seus poemas – uma prática que chamou de o seu “sacrilégio”. Um desses poemas intitulava-se **O Imortal Marabá**¹²⁷, poema em rima inspirado no quadro representativo da morte de Gonçalves Dias - óleo sobre tela do pintor Eduardo Sá -, existente no “hall” do Palácio da Educação no Maranhão e decalcado no **Canto do Piaga. Ainda uma vez adeus**, outro conhecido poema de Gonçalves Dias inspirou em Meireles a escrita de um outro poema também datado de 1935, intitulado **A carta que não mandei**, dedicado a um de seus “amores da juventude”. Após longa explanação acerca de um amor não declarado, concluía-o com o verso:

Que me perdoe o poeta de quem os versos roubei
Pois estes versos, bem sei,
Outra paixão já cantaram
Mas, certo estou do perdão,
Pois que ele vate imortal,
Não negaria a um mortal
As glórias que lhe sobraram.¹²⁸

E tão confiante se mostrava na grandiosidade e na excelsidade de Gonçalves Dias que em 1948 ocuparia na Academia Maranhense de Letras, a cadeira patrocinada pelo “Poeta da Raça”.

¹²⁵ MEIRELES, Mário Martins. **Os meus versos**. São Luís: S/N., 1946. Documento do arquivo pessoal de Mário Meireles.

¹²⁶ MEIRELES, Mário. **O Imortal Marabá**. Discurso de posse na Academia Maranhense de Letras. São Luís: Tip. M. Silva, 1948. p.25.

¹²⁷ Refere-se ao poema O Imortal Marabá escrito em 1935 e não ao discurso de posse na Academia de Letras de título homônimo.

¹²⁸ MEIRELES, Mário Martins. “A carta que não mandei”. In: **Os meus versos**. São Luís: S/N., 1946.p.6.

3.1.4. A consagração intelectual:

Ao final da década de 1940, Meireles já havia esboçado uma produção intelectual relativamente significativa com seus versos e artigos que, vez por outra, chegavam ao conhecimento público através dos jornais, sobretudo do jornal “O Imparcial” que, à época, tinha grande circulação na capital maranhense. Podemos ver isso como indício do prestígio, na capital maranhense, dos referenciais teóricos do século XIX – os quais já não prevaleciam em centros como São Paulo, em que a vida universitária se desenvolvia e as questões da profissionalização e da especialização já se colocavam na ordem do dia¹²⁹. Havia também iniciado uma carreira no magistério, embora paralela às ocupações na instituição fazendária. Conquanto tais fatores tenham sido importantes na sua vida intelectual, o reconhecimento público de suas atribuições intelectuais somente se efetivaria a partir da entrada nos espaços institucionais constituídos para fins de legitimação e produção do conhecimento.

A primeira instituição dessa ordem, à qual Mário Martins Meireles teve acesso, foi o Diretório Regional de Geografia – órgão do Conselho Nacional de Geografia -, criado pelo decreto-lei n.º. 1.209 de 11 de maio de 1946 destinado, conforme previam seus estatutos, a reunir e coordenar estudos sobre a Geografia do Maranhão e a promover a articulação dos serviços oficiais, instituições particulares e dos profissionais que se ocupassem de estudos geográficos, no sentido de ativar uma cooperação geral para um conhecimento melhor e mais sistematizado do território maranhense.

A inserção nessa instituição se deu com sua nomeação para o quadro de consultores técnicos da Revista de Geografia e História, periódico semestral que, conforme nos informava em suas palavras de apresentação, surgiu para “servir a um estado que não logrou, levantar em condições aceitáveis, sua própria carta geográfica nem conhecer em toda sua extensão, o território com o que formou a monarquia portuguesa.”¹³⁰ Essa iniciativa, segundo a Revista, se justificava pelo fato de que todo o trabalho cartográfico que se produzira no sentido de representar geograficamente o Estado do Maranhão, tanto nos pormenores, quanto no contorno geral, estava demasiado “distante da verdade.”¹³¹ Havia também um grande interesse em conhecer toda a larga porção do solo maranhense banhada pelo curso superior do rio Turiaçu que, a essa época, ainda se encontrava indevassada pelo homem.

Segundo o Diretório, o trabalho que o Maranhão deveria executar no campo da Geografia era sobremaneira volumoso e árduo, compreendendo não apenas a ampliação dos conhecimentos que já se possuía da terra e do homem maranhenses como, também, o

¹²⁹ Vide MICELI, Sergio (Org.) História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Idesp/Vértice, 1989-1995.

¹³⁰ Revista de Geografia e História do Diretório Regional de Geografia. Ano I, n.º1, dezembro de 1946. p. 5.

¹³¹ Ibid. p. 5.

desbravamento de parte do próprio campo que teria de ser objeto desse conhecimento. A tarefa dos geógrafos, na qualidade de cultores da ciência, era orientar, com os seus estudos as ações do poder público na empresa de desbravamento, e, naturalmente, de exploração econômica da região. Desse modo, enquanto órgão de divulgação científica, o objetivo da Revista era, então, realizar e divulgar tais produções.¹³² Para tanto, a direção do Diretório conclamava os intelectuais a se voltarem com entusiasmo para o estudo dos assuntos da Geografia e História maranhenses transmitindo ao público, por intermédio da Revista, o resultado de suas investigações.

Mário Meireles não só integrava o quadro dos consultores técnicos, como também participava como colaborador em alguns números da Revista. Dos cinco números localizados, publicados entre 1946 e 1961, há dois trabalhos de sua autoria. O primeiro deles, publicado no número 1 de dezembro de 1946¹³³, era um rápido estudo biográfico sobre José Domingues da Silva, engenheiro maranhense, sócio efetivo do Instituto de História e Geografia do Maranhão, do qual foi presidente, e no dizer de Meireles “um dos filhos mais ilustres da geração”¹³⁴ que teve “uma vida proveitosa e edificante”,¹³⁵ em grande parte dedicada ao estudo das “coisas e fatos”¹³⁶ do Maranhão. O segundo texto, que foi publicado no número 2 de junho de 1947¹³⁷ com o título de *Maranhão*, tratava-se de um estudo sobre a origem da palavra que teria dado nome a esse Estado. Embora não afirmasse qual a verdadeira origem da palavra, rememorava as diversas hipóteses, conjecturas e opiniões com as quais diversos estudos tinham pretendido

¹³² O corpo técnico e administrativo do Diretório Regional de Geografia era composto de 23 indivíduos entre diretores natos, consultores técnicos, presidente, secretário e diretor de secretaria. Dentre os membros efetivos do Diretório ou mesmo colaboradores havia um número significativo de intelectuais que eram ou, que, posteriormente, seriam membros da Academia Maranhense de Letras, intelectuais de grande projeção no cenário intelectual maranhense, a exemplo de: José Luso Torres, Domingos Vieira Filho, João Bacelar Portela, José de Mata Roma, Clodoaldo Cardoso, Arnaldo de Jesus Ferreira, Rubem Almeida e Joaquim Vieira da Luz. Todos eleitos para a Academia entre as décadas de 1930 e 1950.

¹³³ Nesse primeiro número foram publicados trabalhos com os seguintes títulos: **Efemérides** (Luso Torres); **Baixada maranhense** (J. Silvestre Fernandes); **Fortes e fortalezas do Maranhão** (Tasso de Moraes Rego Silva); **A radiogoniometria e a sua aplicação na colheita de dados topográficos** (Olimpio Fialho); **Onomástica geográfica** (Leopoldino Lisboa); **Negros fugidos** (Domingos Vieira Filho); **Monumentos históricos** (Correa de Araújo); **No domínio da geografia econômica: considerações sobre o Maranhão** (Wilson Soares).

¹³⁴ MEIRELES, Mário. **José Domingues da Silva**. In: Revista de Geografia e História do Diretório Regional de Geografia. Ano I, nº1, dezembro de 1946.p.101.

¹³⁵ Ibid. p. 101.

¹³⁶ Ibid. p. 101.

¹³⁷ Trabalhos publicados nesse segundo número: **Topônimos tupis no Maranhão** (Antônio Lopes); **As nascentes do rio Pericumã** (Wilson Soares); **Negros deformados** (Domingos Vieira Filho); **Contribuição à psicologia do indígena** (Bacelar Portela); **Os semi-deltas do noroeste maranhense** (J. Silvestre Fernandes); **História da assistência à infância no Maranhão** (Olavo Correa Lima); **A imigração e a lepra** (Aquiles Lisboa); **A contribuição dos antoninos para a história do Maranhão** (Rubem Almeida); **Bacia hidrográfica do rio Corda** (Olimpio Fialho); **A ilha do Maranhão** (Sousa Bispo); **São Vicente Ferrer em 1946** (Luís Roland); **A pedra da memória** (Joaquim Vieira da Luz); **Para a história do Maranhão** (Antônio Lopes); **Fortes e fortalezas do Maranhão** (Tasso de Moraes Rego Serra).

responder tal questão. Como não sustentava a existência de uma resposta exata, lançava um desafio aos curiosos em “descobrir a chave do problema”¹³⁸.

Embora as publicações de Mário Meireles não tivessem excedido a dois rápidos trabalhos, a importância de sua participação não seria, por isso, diminuta. Ora, o Diretório era uma instituição reconhecida como um espaço de produção de saber, legitimamente constituída pelo poder público para o pleno conhecimento e desbravamento de algumas regiões, inclusive das regiões de fronteira, e por essas razões, indiscutivelmente ligada à construção das identidades regionais nas primeiras décadas do século XX. Como o próprio periódico afirmava, era necessário conhecer - e isso pressupunha tipificar -, o Maranhão e os maranhenses, supostamente abandonados ao esquecimento pelo poder público, desde o princípio da colonização.

Não menos significativa para a constituição intelectual de Mário Meireles foi o seu ingresso no quadro de sócios efetivos do Instituto de História e Geografia do Maranhão em 1948, no qual viria a ocupar a cadeira do Brigadeiro Sebastião Belfort. No número de 1948 da Revista não há nenhum estudo atribuído a Mário Meireles, que só viria a publicar um trabalho no terceiro número datado de junho de 1952 – um estudo biográfico sobre o general César Mariano Albuquerque Cavalcanti, oficial do exército imperial que supostamente teria nascido no Maranhão.

Assim como no Diretório, a incorporação de Mário Meireles aos quadros do IHGM é um dos elementos centrais a serem considerados na observância de sua constituição intelectual. Era essa instituição um espaço privilegiado para produção e divulgação de pesquisas científicas; para o compartilhamento de idéias e interesses, comuns ou não; para a comunicação com outras instituições do mesmo gênero, ampliando, assim, as bases de pesquisa dos intelectuais envolvidos; para a discussão dos problemas maranhenses, especialmente no campo da ciência, da educação; enfim, um espaço de organização de sociabilidades intelectuais.¹³⁹

Outro dos passos mais significativos na consolidação de sua carreira intelectual foi a sua entrada na Academia Maranhense de Letras, considerando-se o fato de que o referido sodalício, tal como o IHGM, criado posteriormente, surgiu como um lugar de memória por excelência das tradições literárias do Maranhão.

¹³⁸ MEIRELES, Mário. **Maranhão**. In: Revista de Geografia e História do Diretório Regional de Geografia. Ano II, nº 2, junho de 1947, p.35.

¹³⁹ Acerca dessas considerações ver: SIRINELLI, Jean François. **Os intelectuais**. In: REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Era 1948 e Meireles, que agora já ocupava o cargo de Delegado da Fazenda Federal, ainda não havia produzido uma obra historiográfica de grande vulto que lhe permitisse ter acesso a Academia como um historiador, como veio mais tarde a se tornar. Havia publicado alguns artigos nos jornais e produzido rápidos estudos sobre alguns escritores e poetas. Todavia, como já havíamos dito, versejava com alguma frequência. E foi essa prática, juntamente com o contato que já estabelecia com intelectuais já consagrados, ou “acadêmicos”¹⁴⁰, que o lançou no quadro de sócios efetivos daquele cenáculo literário.

Não seria exagero afirmar que a admiração de Mário Meireles por um conhecido poeta brasileiro tenha sido uma das razões que o teria impellido a solicitar uma vaga no referido sodalício. Catulo da Paixão Cearense, o autor de **Luar do Sertão**, era o poeta em questão.

Quando do falecimento de Catulo em maio de 1946, Meireles escreveu, para aquele, um necrológio em forma de poesia imitando o seu estilo romântico e regional. Comovido e fazendo uso representativo da fala cabocla, traço peculiar da poética de Catulo, dizia o seu:

Onte à noite...

Onte a noite eu oiava pru céu,
Co’as istrela briando no iscuro,
Paricendo, meu Deus!, cumo um véu
Bem pretinho, do preto mais puro,

Conde vi derrepente, na lua,
Uma sombra qui fez me ispantá!
Uma coisa passou pela rua...
_ Te isconjuro, tu é boitatá!

Eu oiei outra vez, co’arreceio,
Lá pru cima, pru céu tão bunito:
_ Quede a lua qui tava no meio?!...
Chegue inté me ispantei cum meu grito.

E os meus óio não pude tirá...
As estrela pegaro a sumí
Paricendo qui o céu, a chorá,
As fazia no iscuro caí!

¹⁴⁰ Visualizamos essas relações não somente pelos relatos de “memórias” do autor como também pela existência de cartas no seu arquivo pessoal que demonstravam um contato muito próximo com intelectuais da Academia e de outros círculos intelectuais. É importante ressaltar que as publicações de seus artigos na imprensa, antes de 1948, foram, sem dúvida, fatores que o expunham como um educador e funcionário público comprometido com a difusão do conhecimento e, por essa razão, passível de se tornar um “nome” importante no cerne da intelectualidade regional.

E as arves pegaro a gemê,
 Mode o vento que tava soprando...
 E os meus dente pegaro a batê
 De pavô! Que qui tava se dando?!

No teiado da casa pegada,
 Iscutei a curuja cantar;
 E depois..., qui silêncio!...mais nada!
 Nem no céu num si tinha qui oiá!

Fui drumi. De manhã bem cedinho,
 Eu curri na janela pra vê:
 Tuvo tava dereito, iguarzinho,
 Qui eu inté nem de mais quis sabê...

Mas eu soube depois: no jorná
 Tava iscrita a nutiça da morte
 Do pueta qui soube cantá
 A beleza da terra do norte.

Foi Catulo, o cantô do sertão,
 Foi Catulo, o cantô do luá,
 Qui onte à noite, naquela visão,
 Fez no céu as istrela chorá!¹⁴¹

Segundo o próprio Mário Meireles, na introdução da obra **Catulo, Seresteiro e Poeta**, que viria publicar em 1963, a homenagem em verso prestada ao poeta “*que soube cantar as belezas do norte*”, cedo chegaria ao conhecimento público por intermédio do acadêmico e professor José de Mata Roma, que a levou para ser declamada em seção solene da Academia Maranhense de Letras, na ocasião de uma homenagem prestada ao cantor de o **Luar do Sertão**. Mata Roma teria levando consigo, aos poucos, outros poemas à medida que Meireles os localizava entre textos mais antigos e depois de feita sua crítica de poeta e professor de Língua Portuguesa, pediu ao autor que os passasse a limpo, que os retocasse e os reunisse num volume datilografado. Às poesias que ia aos poucos reunindo, pediu que acrescentasse o que porventura já tivesse escrito em prosa, a exemplo daquelas que havia publicado na imprensa.¹⁴²

Roma levou consigo tudo o que Meireles pudera reunir e que conseguira produzir a partir de então. De posse desse material inscreveu-o a uma vaga na Academia Maranhense de Letras, e justamente à poltrona que, em virtude da morte de Catulo, ficara desocupada.¹⁴³

Foi então, como poeta, que Mário Meireles se candidatou à Academia, apresentando ao sodalício, o seu livro **Os meus versos**:

¹⁴¹ MEIRELES, Mário Martins. **Os meus versos**. São Luís: S/N., 1946.p.49.

¹⁴² MEIRELES, Mário Martins. **Catulo, seresteiro e poeta**. São Luís: Tip. São José, 1963. p.9.

¹⁴³ Ibid.

Apresento-vos, pois, **Os meus versos**, repito, pretendendo uma das cadeiras vagas dessa Academia; e, aguardando vosso acertado “veredictum” fico, não obstante, na esperança de breve poder compartilhar da companhia dos de hoje que tão carinhosamente velam pelo nome de Atenas Brasileira, merecida e justamente alcançado para nossa terra por vossos insígnies patronos.¹⁴⁴

Candidatou-se e elegeu-se, vindo também, logo no primeiro ano, a se tornar o segundo secretário no quadro da diretoria. Elegeu-se para ocupar a cadeira de número nove que antes fora de Catulo da Paixão Cearense, e cujo patrono era o poeta Antônio Gonçalves Dias. A escolha da cadeira tinha, portanto, a justificativa da admiração que admitia ter por esses dois insígnies poetas. O primeiro, pela poética “que se fizera singelamente sublime”, e o segundo, pelo “gênio poético”, a “sublimidade da inspiração” e a “riqueza das idéias”.¹⁴⁵

É importante ressaltar que embora Meireles demonstrasse uma profunda admiração por Catulo da Paixão Cearense não se observa daquele autor um pendor ou uma inclinação aos traços regionais considerados “populares”. Ao contrário, sua inclinação era profundamente erudita, ao contrário do cantor de **Luar do Sertão**. Para Meireles, sem desconsiderar o valor da poética “popular” de Catulo, o que era mais importante era o fato de este ser, a seu modo e com suas peculiaridades literárias, um ícone contemporâneo da “Atenas”.

Quando de sua posse, uma vez permitindo os estatutos da casa em sua oração primeira escolher o elogio do antecessor ou do patrono, preferiu a este último, Gonçalves Dias que, no seu dizer, era uma figura excelsa, o grande poeta da nação. No discurso de posse, sugestivamente intitulado **O Imortal Marabá**, justificava com estas palavras a sua escolha:

...escolhi a poltrona de Gonçalves Dias simplesmente porque grande, imensurável, indefinível, é minha admiração, mais que isso, minha veneração, pelo excelso cantor de “Os Timbiras”, e nunca por pretender me julgar à altura de ocupá-la, mormente quando nele me antecederam Inácio Xavier de Carvalho, seu fundador, e Catulo da Paixão Cearense, há pouco falecido[...]Mas tão grande é a minha fascinação pela genialidade artística do Poeta da Raça, tão grande é minha veneração por seu nome augusto e glorioso, que não me pude furtar à satisfação, ou à vaidade de tê-lo como patrono, ante a coincidência de estar vaga a sua cadeira quando de minha candidatura, como se assim, pudesse eu, de ora em diante, e só por isso, afinar melhor as frouxas cordas da lira que dedilho ou na ingênua convicção de que sob o fulgor de seus loiros pudesse me tornar menos insignificante.¹⁴⁶

Atente-se para o fato de que o que aí estava implícito não era somente um gosto pessoal, uma preferência, melhor dizendo, pelo poeta em questão. O significado da obra de Gonçalves Dias e o lugar que este ocupava no imaginário da terra que lhe serviu de berço é, também, um elemento importante a ser considerado. Gonçalves Dias era um dos ícones, talvez o mais expressivo, do chamado **Grupo Maranhense** da literatura brasileira. Engrandecê-lo

¹⁴⁴ Carta de Mário Meireles ao presidente da Academia Maranhense de Letras e demais membros, escrita em 1 de novembro de 1946. Documento do arquivo pessoal de Mário Meireles.

¹⁴⁵ MEIRELES (1948), Op. cit., p. 25

¹⁴⁶ Ibid., p. 18 e 19.

era, sem dúvida, uma forma de engrandecer o Maranhão-Atenas. Tendência compreensível se levarmos em conta que o ambiente em que Meireles se fez intelectual era um cenário caracterizado por um intenso saudosismo em relação ao século XIX, que segundo se convencionou pensar, foi a fase áurea do Maranhão em termos de produção intelectual. O pendor literário e a pureza linguística é que teriam dado a tônica a esse momento da história maranhense.

Não seria extemporâneo, portanto, transcrever um trecho de uma carta de Mário Meireles de 1946, destinada ao amigo e romancista maranhense Josué Montello:

Continue Josué trabalhando e escrevendo que de nossa geração você é, presentemente, pelo menos que eu saiba, o único que está procurando, de fato levar avante, à semelhança desses atletas que atravessam o sul do Brasil levando de cidade a cidade o fogo sagrado da Pátria, **a chama vibrante que nossos maiores nos legaram**; continue, com o mesmo ardor, o mesmo entusiasmo, a mesma vontade, até que venha encontrar um outro **ateniense** a quem passe o facho de luz, com a certeza de que ele o conduzirá, fulgurante e vívido, às mãos das gerações por vir.

A nossa Atenas há de voltar ser o que foi, e que não deixou de ser – apenas espíritos pessimistas e vencidos pela própria incompetência, insistem na tarefa ingrata de pretender embaciar, com o hálito de suas bocas maldizentes, o **brilho de nossas glórias**; mas passado o efeito momentâneo de seu sopro, elas refulgem e refulgirão com mais esplendor. Essa, aliás, a maneira popular de reacender o brilho dos metais; embaciada com um sopro leve, a face lisa e polida, aviva-se-lhe a seguir o fulgor com uma rápida fricção.

Não esqueças, a chama está no momento em suas mãos. Corra, leve-a avante sempre acesa, que além encontrará outras mãos que a receberão e conduzirão, uma após outras, pelo futuro afora. ¹⁴⁷ (grifos meus)

Aparece aí, de modo evidente, o discurso de uma geração que se impunha o propósito de perpetuar firmemente o culto à decantada grandiosidade intelectual de seus antepassados. Dizia Aquiles Lisboa, em discurso de recepção ao novo acadêmico Mário Meireles, que as poesias deste, de “fino louvor e alta inspiração”; os seus discursos em que a “elegância da forma cuidada aprimorava a beleza da idéia desenvolvida”, os seus artigos de crítica “penetrante e sensata”, diziam-se bem com a “fortuna em que se procura em grande altura refundir as glórias do Maranhão”. ¹⁴⁸

Espírito otimista que era, Meireles adentra o cenáculo literário de maior importância na sua terra natal com a convicção de estar reacendendo a chama vibrante e sagrada legada pelos “nossos maiores”, um outro ateniense disposto a fazer reviver a velha Atenas, culta e esplendorosa.

Como vimos, os traços da trajetória de Meireles, tais como: a formação de base erudita, as experiências no funcionalismo público, as suas experiências no magistério e sua

¹⁴⁷ Carta de Mário Meireles a Josué Montello escrita em 29 de novembro de 1946. p. 1 e 2. Documento do arquivo pessoal de Mário Meireles.

¹⁴⁸ LISBOA, Aquiles. **Discurso de Recepção em sessão solene na Associação Comercial do Maranhão** em 3 de março de 1948.

inserção nas principais instituições de promoção cultural, são essenciais para que se compreenda o modo como o intelectual produziu um conhecimento acerca de história do Maranhão. Em outras palavras, o sentido de sua obras só nos é em parte possível se vislumbrarmos com clareza a síntese das influências que constituíram os seus discursos, e sobretudo, sua forma concreta de entender a realidade maranhense.

3.1.5. A criação da FAFI – Faculdade de Filosofia de São Luís

Sem dúvida a Faculdade de Filosofia de São Luís foi um dos pontos centrais da trajetória intelectual de Mário Meireles. Para recuperarmos as circunstâncias de sua criação e as ações efetivadas no sentido de torná-la realidade, recorreremos a artigos de jornais, memórias, documentos do arquivo da reitoria da UFMA e, sobretudo, depoimentos avulsos encontrados no arquivo pessoal de Mário Meireles. Em face da quase inexistência de estudos sobre o ensino universitário maranhense, adotamos uma forma narrativa com o propósito de esmiuçar as mediações concretas pelas quais se deu o papel de Mário Meireles na construção da Ensino Superior no Maranhão – o que nos parece um fator importante para compreendermos algumas posições estratégicas de seu discurso historiográfico, que serão analisadas no capítulo 3.

Em 1944 não havia escola de ensino superior no Maranhão. As duas únicas que existiram até 1941, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Farmácia e Odontologia foram cassadas pela Diretoria do Ensino Superior do MEC em virtude das irregularidades encontradas no seu funcionamento.

Para reverter esse quadro o interventor federal Paulo Martins de Sousa Ramos instituiu a “Fundação Paulo Ramos”, que tinha como principal objetivo criar e manter escolas de terceiro grau no Maranhão, que embora pessoa jurídica de direito privado, teria sempre como seu presidente quem detivesse o cargo máximo da instrução pública do Estado. Imediatamente foram tomadas providências no sentido de criar uma nova Faculdade de Direito e outra de Farmácia e Odontologia que foram ditas “de São Luís” e não “do Maranhão”, obviamente para não serem confundidas com as anteriores.

Passados três anos de funcionamento, e por influência do senador Vitorino Freire, as duas escolas foram federalizadas pela lei nº 1.254 de 04 de 12 de 1950, passando seus servidores à condição de funcionários públicos.

A federalização das faculdades tirando à Fundação Paulo Ramos a responsabilidade de mantê-las, subtraía dessa instituição seu objetivo estatutário, condenando-a ao

desaparecimento e obrigando-a a restituir o patrimônio aos seus instituidores, na quase totalidade ao Estado, algo que dependia apenas da decisão do legislativo para se formalizar.¹⁴⁹

Como não houve uma decisão imediata do legislativo sobre como deveria ser aproveitado esse patrimônio, e como a instituição legalmente continuasse existindo, os professores das duas faculdades, e que pertenciam à Academia, como Odilon Soares, Fernando Perdigão, Clodoaldo Cardoso e Mário Meireles, dentre outros, na prévia das sessões ordinárias, começaram a discutir a possibilidade de aproveitar o patrimônio da fundação dentro daquele que era o seu objetivo estatutário: manter o ensino superior no Maranhão.

As discussões evoluíram para a segunda proposta que era a criação de uma Faculdade de Filosofia. A viabilidade dessa proposta se devia ao fato de haver bacharéis em diversas áreas que podiam integrar um corpo docente. Além do mais, ela se fazia tanto mais necessária em virtude da necessidade de aprimoramento da qualidade do magistério secundário, haja vista a situação “alarmante” pela qual passava o ensino de segundo grau no Estado.¹⁵⁰

Mário Meireles e Clodoaldo Cardoso propuseram uma parceria entre a Academia e a igreja para que esta última se fizesse condômina da escola, cedendo-lhe o Palácio Cristo Rei que estava sendo reformado para sediar a arquidiocese. A parceria foi aceita e o arcebispo se comprometeu em ceder em comodato o prédio do Palácio à Fundação.

O primeiro problema que veio após o acordo foi a dificuldade em obter uma autorização para o funcionamento da instituição. O acadêmico e deputado federal, Odilon Soares, que ficou encarregado dos trâmites burocráticos junto ao Ministério da Educação, comunicou aos acadêmicos que este só autorizava o funcionamento da faculdade se todos os professores que viessem a compor o quadro fossem aprovados mediante um concurso de títulos. Além disso, não havia, entre os membros do quadro que estava se formando para a Faculdade de Filosofia, um professor para a disciplina de História da América.

Tal questão, no entanto, não demoraria a ser resolvida. Os acadêmicos sabiam da experiência de Mário Meireles como professor no Colégio Cysne e isso lhes pareceu um motivo para integrá-lo ao quadro de professores da faculdade. A sugestão foi feita em sessão da Academia e como Meireles houvesse recusado, por não se sentir preparado, os acadêmicos lembraram-no que havia tempo suficiente para isso, uma vez que a disciplina em questão só funcionava no terceiro ano. Desse modo, foi aprovado como catedrático fundador da cadeira de História da América do curso de História e Geografia.

¹⁴⁹ MEIRELES, Mário Martins. **O Ensino Superior no Maranhão; esboço histórico**. In: Dez estudos históricos. São Luís: Alumar, 1994. p. 70.

¹⁵⁰ Ibid.

Com o falecimento do arcebispo Dom Acioli Sobral em 1951, o processo de criação da faculdade foi suspenso. Fazia-se necessário esperar a chegada do novo arcebispo para ratificar o acordo.

Chegado à São Luís em 1952, o novo arcebispo D. José de Medeiros Delgado ratificaria o acordo cedendo em comodato o Palácio Cristo Rei para que nele fosse sediada a Faculdade de Filosofia, cuja manutenção ficaria a cargo da Fundação Paulo Ramos. A Faculdade fora então fundada em 15 de agosto de 1952, em sessão solene da Academia Maranhense de Letras, oferecendo quatro cursos de bacharelado: Filosofia, Pedagogia, Línguas Neo-Latinas e História e Geografia, todos com três anos de duração, os quais foram autorizados por decreto em maio de 1953¹⁵¹. Dada por concluída a sua missão, a Academia fazia registrar em ata da sessão do dia 9 de maio um voto de louvor aos acadêmicos Odilon Soares, Clodoaldo Cardoso e Mário Martins Meireles “a quem o Maranhão ficava devendo a criação da supracitada faculdade”.¹⁵²

Após a criação da Faculdade decidiu-se, num acordo verbal, que o corpo docente da Faculdade seria indicado metade pela igreja e metade pela Academia e, que do mesmo modo, se constituiria o corpo técnico-administrativo que seria composto de seis membros, três de cada lado, sendo que ao diretor caberia o mandato de dois anos. E como os membros da Academia concordassem que sem ajuda da arquidiocese não teriam concretizado o ideal de fundação da Faculdade, elegeram, em retribuição à ajuda prestada, o monsenhor Luís Madureira para a sua primeira diretoria¹⁵³.

Houve, a partir dessa resolução, uma série de outros conflitos decorrentes das disputas internas pela sucessão na diretoria da Faculdade, resultando em três mandatos sucessivos por parte da igreja. Na verdade, todas as indisposições eram motivadas pela intenção desta última em relação à Faculdade. Ficava cada vez mais óbvio que a igreja nutria o desejo de criar uma Universidade Católica no Maranhão, e a posse da Faculdade de Filosofia seria o passo inicial para essa investida.

Essa intenção ficou claramente expressa em janeiro de 1955 quando o arcebispo D. José de Medeiros Delgado criava a SOMACS – Sociedade Maranhense de Cultura Superior¹⁵⁴,

¹⁵¹ A Faculdade de Filosofia instituída pela Fundação Paulo Ramos, com a colaboração da Arquidiocese de São Luís, tinha como finalidade segundo seus estatutos: a) formar professores para o curso secundário; b) dar aos estudantes ensejo de se especializarem conforme suas aptidões individuais; c) colaborar com institutos oficiais congêneres para a difusão da educação nacional e generalização da alta cultura no Brasil; d) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura que constituíam seu objeto de ensino. Sobre essas resoluções ver **REGIMENTO interno da Faculdade de Filosofia de São Luís**. São Luís, (s.d). Documento do Arquivo do Palácio Cristo Rei, sede da reitoria da Universidade Federal do Maranhão. p.1.

¹⁵² FARIA(2005). Op. cit., p.435.

¹⁵³ Ibid. p. 435.

¹⁵⁴ Mário Meireles foi o primeiro secretário da SOMACS, mas logo abandonou o cargo em virtude dos constantes desentendimentos com o Arcebispo D. Delgado.

entidade que estatutariamente tinha a finalidade de promover a cultura no Estado por meio da criação de um museu, uma biblioteca, um teatro, faculdades superiores e uma Universidade Católica, objetivo que viria a ser alcançado em 1958¹⁵⁵.

Os acadêmicos, por sua vez, também se articulavam no sentido de criar uma universidade no Maranhão. Por duas vezes tentaram realizar esse intento pela via da federalização. A primeira ocorreu em 1955 por intermédio de Antônio Jorge Dino que, quando foi eleito deputado federal, pediu a Mário Meireles que organizasse uma assessoria informal para apresentação de propostas e sugestões de interesse do Estado a serem defendidas no Rio de Janeiro.¹⁵⁶ A criação de uma Universidade foi a primeira idéia a ser defendida pelos intelectuais que compunham a assessoria: Mário Meireles, Enéas Frazão, Fernando Perdigão, Clodoaldo Cardoso e os irmãos Jorge e José Nahuz.

Mário Meireles, que era o organizador do grupo, foi incumbido de elaborar o anteprojeto de lei¹⁵⁷ com os subsídios que o mesmo Antônio Dino conseguira no Ministério da Educação:

Acolhendo-o com entusiasmo, cuidou logo de nos enviar os subsídios que nos permitissem fazer o necessário anteprojeto de lei e de cuja redação fui encarregado; e ainda trabalhávamos nele, tomando por modelo o Projeto nº 104, de 16.03.1955, com que o deputado Medeiros Neto propusera a criação da Universidade de Alagoas, quando Dino escreveu pedindo urgência na remessa, isso porque soubera que o também deputado maranhense Hugo da Cunha Machado, estava trabalhando no mesmo sentido.¹⁵⁸

O projeto de Antônio Dino não pôde, todavia, ser apresentado porque um outro, com a mesma finalidade, de autoria de Hugo da Cunha Machado, chegara antes e, conforme o regimento da Câmara dos Deputados, não era aceitável a apresentação de um segundo projeto sobre o mesmo assunto sem que o primeiro tivesse sido levado à discussão em plenário. Frustrou-se, desse modo, a primeira empreitada de fundar uma universidade no Maranhão.

A segunda tentativa aconteceria em 1959. Por essa época, o Maranhão esperava a visita do presidente Juscelino Kubstcheck para a festa do 1º centenário da cidade de Pinheiro, terra natal de José Sarney. Atentando para essa oportunidade que se apresentava, o corpo docente das três escolas quais fossem: Direito, Farmácia e Odontologia e Filosofia, resolveu elaborar um manifesto para entregar em mãos do presidente. O documento foi redigido por Mário Meireles que passou a pedir a assinatura de todos os colegas interessados. Apenas os membros da SOMACS não assinaram o manifesto haja vista que já articulavam a criação da

¹⁵⁵ REGO, Luiz de Moraes. **Cultura e Educação**. São Luís: SIOGE, 1980. p. 23.

¹⁵⁶ FARIA(2005). Op. cit., p. 441.

¹⁵⁷ Nesse projeto estavam previstos os cursos de Direito, Farmácia, Odontologia e os da Faculdade de Filosofia.

¹⁵⁸ MEIRELES, Mário Martins. **A Universidade Federal do Maranhão: sua história** (Depoimento). São Luís, 1993. p. 4. Documento do arquivo do memorial do Palácio Cristo Rei.

Universidade Católica. Cancelada à última hora a visita do presidente, o documento nunca seria entregue e o plano de criar uma universidade no Maranhão seria novamente frustrado.

Em que pesem os atritos entre os religiosos e intelectuais da Academia a Faculdade prosseguia suas atividades motivada “pela necessidade imperiosa e inadiável que se impunha para remediar preventivamente o declínio acentuado e progressivo do nível intelectual da terra”¹⁵⁹. Para Meireles, cuja participação na idealização e concretização desse ideal fora significativa, urgia uma providência que era a de proporcionar aos colégios secundários com os recursos existentes um corpo docente à altura das necessidades e, sobretudo, dignamente responsável pela “honrosa tradição de cultura herdada dos grandes intelectuais”. Isso significaria oferecer ao material humano, de que já se dispunha, condições locais de aperfeiçoamento para especializar-se sem o “desgaste de suas vontades e de sua energia” ante o “autodidatismo asfíxiante” em que se consumia.

Seria poder dar as novas gerações “guias para que soubessem o caminho certo a trilhar”, ao invés de perderem-se em “cansativas buscas” que só poderiam arrastar à exaustão prematura e, desse modo, aprimorar o meio e enriquecê-lo ao máximo para que tantos colégios pudessem abrir levando, “aos menos aquinhoados da sorte”, a possibilidade de oferecer um segundo grau de instrução com o que se objetivaria a “formação de uma consciência cívica essencial à sobrevivência do regime político de liberdade, igualdade e fraternidade”. Seria enfim, o concurso de intelectuais de boa vontade para solucionar o maior problema que desafiava os homens públicos – o da Educação.¹⁶⁰

Motivado por essa consciência missionária no concurso da promoção da vida cultural maranhense, a atuação de Meireles na Faculdade da qual fazia parte não só como professor, mas como membro do Conselho Técnico, se fez sentir expressivamente em momentos decisivos para a sobrevivência da instituição.

No ano em que a primeira turma obteria o grau de bacharelado, o pedido de reconhecimento da Faculdade foi indeferido, uma vez que Lourenço Filho, o relator do processo, não podia aprovar o reconhecimento junto ao Ministério da Educação pelo fato de a instituição não dispor de uma biblioteca. Mário Meireles se lembrou de que o Grêmio Littero Recreativo Português, do qual era sócio-proprietário, dispunha de uma biblioteca que pertencera ao extinto Gabinete Português de Leitura, criado por iniciativa de comerciantes portugueses no século XIX, e que nunca fora utilizada. Sugeriu então aos comerciantes dirigentes, dos quais era amigo em virtude do cargo que ocupava de delegado da Receita Federal, a doação do material. Embora a proposta não tivesse sido aceita a princípio, firmou-

¹⁵⁹ MEIRELES, Mário Martins. **Veritas Liberabit Nos**. São Luís: Tip. M. Silva e Filhos, 1957. p. 4.

¹⁶⁰ Ibid. p. 5.

se um acordo no qual o Grêmio cederia, na forma de empréstimo, toda a biblioteca para Academia Maranhense de Letras, com a condição de que aquela estivesse sempre à disposição dos sócios do clube.¹⁶¹

Meireles propôs, então, em sessão da Academia que se pedisse ao Grêmio, autorização para transferir a guarda dos livros à Faculdade. Situação que encontrou grande resistência do lado da Academia em virtude dos conflitos que se acirravam entre clérigos e acadêmicos. Estes últimos diziam que a Faculdade havia se tornado uma “filha ingrata” da Academia em virtude de boa parte do corpo docente ter se aliado ao arcebispo. A despeito de toda a discussão que ia se avolumando Meireles articulava, com a ajuda de alguns professores, a imediata transferência dos livros para a sede da Faculdade. Para tanto, solicitou ajuda de Eduardo Aboud, industrial do ramo de babaçu, para o transporte do material. A transferência ocorreu quase que secretamente e em caráter de urgência, pois o que estava em jogo era a própria existência da instituição. Somente depois de concluída, a transferência foi comunicada aos acadêmicos que a essa altura nada mais podiam fazer em intenção contrária. Relacionados todos os livros, o recurso foi entregue ao fiscal federal para que atestasse a existência daquele material na casa. E conforme relata o próprio Meireles:

...nós nos cotizamos, compramos uma passagem aérea para Luiz Rego, amigo de Lourenço Filho e o despachamos para o Rio com o nosso recurso e o atestado fornecido pelo fiscal federal que nós ganháramos aqueles livros. Contou-nos Luiz Rego que Lourenço Filho afirmou: ‘Bom, depois de o pessoal fazer um negócio desses, em 24 horas, não posso examinar mais nada, está aprovada a Faculdade.’¹⁶²

Foi assim que nasceu a Faculdade de Filosofia de São Luís.

3.2. Aspectos de uma fala institucional: a visão do historiador Mário Meireles a partir dos ideais da “Casa de Antônio Lobo.”

Se os aspectos formativos e a atuação de Meireles na configuração do ensino superior no Maranhão são elementos fundamentais para a compreensão de sua trajetória intelectual, a sua vivência na Academia Maranhense de Letras é também um elemento importante a ser considerado. Desse modo, pareceu-nos pertinente discorrer acerca das circunstâncias e das relações que o levaram a fazer parte do quadro dessa instituição, das atividades de tribuno e das primeiras obras elaboradas a partir do contato com essa agremiação que se empenhava na conformação memorativa para fins de consolidar uma identidade regional.

Conquanto não se afigure apenas como um local de culto, mas também um núcleo de sociabilidade intelectual, que envolve discussão, crítica, jogos de interesse, intencionalidades

¹⁶¹ FARIA(2005). Op.cit. p. 439

¹⁶² Ibid.

etc., a Academia Maranhense de Letras conferiu a Mário Meireles um grande prestígio e, de certo modo, o impulsionou a produzir mais. É notória a quantidade de obras produzidas a partir de sua inserção nessa instituição.

Em uma determinada ocasião Meireles afirmava que a sua entrada na Academia o havia motivado a começar uma produção literária. Estando lá, dizia se sentir obrigado a mostrar aos acadêmicos que José de Mata Roma, o intelectual que o havia impelido a inscrever-se na vaga de Catulo da Paixão Cearense, não havia cometido um erro absurdo, que ele não era um “analfabeto”. Dizia ter o hábito de colecionar fichas. Tinha um fichário onde anotava todas as informações que conseguia reunir sobre personalidades maranhenses em jornais e livros, onde ia organizando tudo por pessoas.¹⁶³

Em virtude desse hábito, passou a ser muito requisitado na elucidação de algumas dúvidas que eventualmente surgiam entre os acadêmicos a ponto de ser considerado um “saberete”, expressão muito comum no vocabulário da época. Dizendo-se farto de tantos questionamentos, resolveu publicar um dos seus primeiros livros, o *Panorama da literatura maranhense*(1955), a partir das fichas que colecionou, tomando como modelo o *Panorama da literatura brasileira* de Afrânio Peixoto.¹⁶⁴

Embora tenha chegado ao seu formato atual e tenha sido publicado apenas em 1955, as intenções que moviam a realização desse trabalho davam-se a conhecer publicamente ainda em 1948, ano em que havia conquistado a vaga na Academia. Em artigo publicado na **Revista Fon-Fon** de setembro de 1948, após enunciar que a doação do Maranhão como capitania hereditária a João de Barros, um homem letrado do século XVI, era como um sinal da predestinação intelectual do povo maranhense, afirmava ser de extrema importância que algum intelectual se dispusesse à empreitada de deixar em livro uma história ou um simples panorama da literatura maranhense em que “os moços de amanhã, nossos filhos e netos”, pudessem encontrar, “devidamente reunidas, classificadas e estudadas as biobibliografias daqueles que fizeram a nossa glória e que nos legaram a responsabilidade que a eles, moços, transmitiremos, de Atenas do Brasil”.¹⁶⁵

Em adiantamento de como seria essa sua empreitada de reunir para os “moços” as informações da história literária maranhense esboçava, no artigo, o modo como iria estruturar sua obra. Esta seria dividida em três ciclos. O primeiro, seria aquele compreendido entre 1832

¹⁶³ FARIA, Regina Helena; MONTENEGRO, Antônio Torres (Orgs.). **Memória de professores:** histórias da UFMA e outras histórias. São Luís: Universidade Federal do Maranhão/Departamento de História; Brasília: CNPq, 2005. p. 431.

¹⁶⁴ Ibid. p. 431.

¹⁶⁵ Revista Fon-Fon. São Luís, 04 de setembro de 1948. p.5.

e 1868, correspondendo ao advento do Romantismo no Brasil, em que o Maranhão, com um grupo excepcional de poetas e humanistas, conquistara o título “imorredouro de Atenas”; o segundo, entre 1868 e 1894, caracterizado pela chamada “fuga de cérebros,” em que parte dos literatos maranhenses emigrara para o sul, polarizando as atividades intelectuais e aprofundando o sentimento de decadência cultural; e, finalmente, o terceiro ciclo, entre 1894 e 1918, ou talvez até a Segunda Guerra Mundial, caracterizado por um movimento reativo à letargia decorrente da emigração que caracterizou o segundo ciclo, encabeçado pelos chamados Novos Atenienses e que culminaria com a fundação da Academia Maranhense de Letras, em 1908, e algumas outras instituições culturais.¹⁶⁶

Nos primeiros anos de vida acadêmica Meireles publicou alguns trabalhos. O primeiro trabalho levado ao conhecimento público foi *O Imortal Marabá*, seu discurso de posse na Academia, no qual fez homenagem ao patrono da cadeira que ocupara, o poeta Antônio Gonçalves Dias. Todavia, dizendo-se insatisfeito com a “pequenez” de seu discurso de posse, resolveu escrever, ainda em 1948, e publicar, em 1949, um trabalho de pouco mais de cinquenta páginas, sobre os amores de Gonçalves Dias, intitulado *Gonçalves Dias e Ana Amélia*, que foi proferido sob forma de conferência na ocasião da comemoração do octogésimo aniversário de morte do “Cantor dos Timbiras,” em sessão solene da Academia Maranhense de Letras realizada em 03 de novembro de 1948, no teatro Artur Azevedo. Nesse trabalho, por intermédio de uma minuciosa análise de poesias e cartas, Meireles expunha a vida amorosa do poeta, ressaltando a figura daquela que teria sido a grande paixão de sua vida - a maranhense Ana Amélia, inspiradora de seus mais conhecidos poemas românticos.

Meireles deixava claro, nesse trabalho, que foi motivado pela mesma razão que justificou seu discurso de posse, sua imensa admiração pelo “Poeta da Raça”. Na página inicial, fazendo uso de linguagem metafórica, comparava-o a “um brilhante de soberbo quilate, puro e cristalino, no colar de gemas preciosas que é toda aquela geração de nossos românticos.”¹⁶⁷

A repercussão do texto sobre a vida amorosa do poeta não ficou restrita apenas aos limites da capital maranhense. A convite do Centro Cultural Coelho Neto, da cidade de Caxias, Mário Meireles reapresentou em sessão solene realizada a 19 de dezembro no Casino Caxiense, sob a presidência do bispo de Caxias D. Luís Marelin, e com a presença do prefeito municipal, Eugênio Barros, a sua conferência sobre Gonçalves Dias e Ana Amélia. O entusiasmo do novo membro da Academia em relação a Gonçalves Dias, não ficou, no

¹⁶⁶ Ibid. p. 6, 7 e 8.

¹⁶⁷ MEIRELES, Mário Martins. *Gonçalves Dias e Ana Amélia*. Separata da Revista da Academia de Letras – vol. VII. São Luís, 1949.

entanto, restrito apenas a esse momento solene. Três dias após à primeira conferência, Meireles proferiu, na sede do referido centro cultural, um discurso direcionado aos jovens caxienses.¹⁶⁸

Declarava, nesse discurso, que sendo um dos mais novos membros do quadro de sócios efetivos da Academia Maranhense de Letras, para o qual tinha sido eleito mais pela vontade que vinha demonstrando de querer ver o Maranhão se firmar melhor no conceito das províncias irmãs como a Atenas do Brasil, do que por seus discutíveis dotes literários, não poderia perder a oportunidade, estando de passagem em Caxias, de dirigir a sua palavra “fraternal” e “cheia de fé” no passado e de esperança no futuro, aos moços caxienses, cujo entusiasmo ecoava até São Luís de forma uníssona, no movimento de reação que ali se manifestava no sentido de reerguimento da bandeira da fama ateniense daquela “gleba privilegiada”.¹⁶⁹

E prosseguia tecendo elogios à cidade de Caxias, berço de Gonçalves Dias e de Coelho Neto, ícones de duas grandes gerações intelectuais. Numa construção metafórica, dizia que do povoado de Jatobá, onde nasceu Gonçalves Dias, teria brotado a fonte de Castaliassi se os deuses do Olimpo não a tivessem feito brotar sobre o Parnaso, em terra de Delfos, porque só uma terra onde as águas que corriam das fontes fossem a transubstanciação do sangue de uma ninfa poderia nascer um poeta do tamanho imensurável do cantor de “Os Timbiras”...; ou poderia surgir um escritor aprimorado e fecundo como Coelho Neto, “príncipe dos prosadores, joalheiro das palavras, perdulário de belezas na tessitura da oração”.¹⁷⁰ Na mesma ocasião, conclamava todos os maranhenses de boa vontade, e orgulhosos das glórias dos antepassados, ao reerguimento da fama ateniense da terra, e concluía com uma frase de Jaurès, um socialista francês, morto em 1914: “desejamos conservar do passado o fogo, e não as cinzas”.¹⁷¹

A década de cinquenta assinalou um momento importante na vida intelectual de Mário Meireles. Foi o período em que o intelectual intensificou a sua prática de escrita vindo a publicar trabalhos importantes, de grande repercussão e aceitabilidade no meio intelectual. Prematuro nos parece afirmar que teria sido esse o momento da concretização de sua carreira de historiador, embora se verifique, a partir daí, o delineamento de uma tendência que seria uma das marcas de sua vida intelectual: o caráter regionalista de suas obras.

A princípio, o que se observa é o esboço de uma identidade intelectual no campo da historiografia. Nas suas primeiras publicações observamos o predomínio das análises que

¹⁶⁸ Revista da Academia Maranhense de Letras, maio de 1954, vol IX. p. 77.

¹⁶⁹ **Discurso de Mário Meireles lido aos jovens caxienses em 22 de dezembro de 1948.** Documento do arquivo pessoal de Mário Meireles.

¹⁷⁰ Ibid.

¹⁷¹ Ibid.

privilegiavam o Maranhão como o seu principal objeto, no entanto, sua visão parecia estar mais direcionada para a exposição (o dar a conhecer) da vida intelectual do Maranhão do que para as questões que envolviam política, economia e administração, por exemplo. Há toda uma preocupação inicial em traçar as trajetórias dos grupos intelectuais e evidenciar a vocação literária maranhense. Não que essa tendência fosse abandonada ou clareada nos estudos posteriores, mas na década de cinquenta, nos parece a questão central.

Exemplos óbvios disso foram, principalmente, as publicações de três importantes obras: o *Panorama da literatura maranhense*(1955); a *Antologia da Academia Maranhense de Letras*(1958), e *Pequena História do Maranhão*(1959).

Direcionado ao preenchimento de uma lacuna, o *Panorama da literatura maranhense* foi certamente uma das obras mais bem recebidas e aceitas na segunda metade do século XX. Ganhou notoriedade no meio intelectual e fixou, em definitivo, o nome de Mário Meireles no cenário das letras maranhenses. Iniciado ainda na década de quarenta e publicado pela Imprensa Oficial em 1955, o livro foi o resultado de um conjunto apreciável de informações adquiridas e organizadas na sua prática de pesquisador. Trata-se de um detalhado registro biobibliográfico da vida literária maranhense em diversos momentos de sua história. Em outras palavras, é um ensaio acerca da evolução mental maranhense que contempla os primórdios da produção literária, passando pelos momentos de refulgência, e terminando na verificação da chamada decadência cultural.

Nas palavras de apresentação, Meireles atribuía a produção do livro às curiosidades que havia acumulado desde a infância acerca da vida intelectual da “Atenas Brasileira”. Na impossibilidade de conhecer mais, dada a inexistência de uma obra que houvesse reunido tudo o que pudesse sanar sua curiosidade de “menino orgulhoso da terra berço”, decidiu reunir ao longo de muitos anos tudo o que fosse passando pelos olhos e que o informasse sobre um ou outro intelectual. À certa altura, organizou e concatenou todas as informações que havia conseguido. Daí teria surgido a idéia do livro. Desculpava-se, de antemão, pelas omissões, equívocos e deficiências do livro, no entanto, deixava patente o caráter utilitário de sua obra e sua boa vontade no sentido de preencher uma lacuna na história intelectual do Maranhão.¹⁷²

As palavras do acadêmico Luso Torres, no prefácio do livro, tentavam dar a medida do que seria a obra e dos objetivos a serem alcançados. Dizia esse acadêmico que o trabalho de Mário Meireles era uma revisão conjunta das figuras mais representativas da evolução mental maranhense, algo de antologia, de panteão para os gloriosos e de museu para os restantes “que já passaram de todo”, ou ainda “estavam passando”. Uma obra feita não só para fixar na

¹⁷² MEIRELES, Mário Martins. *Panorama da Literatura Maranhense*. São Luís: Imprensa oficial, 1955. p. 15 e 16.

memória os feitos dos mortos, como também para homenagear aqueles que ainda vivos jaziam em “piedoso ossuário” com “simplório epitáfio”, faltando apenas a invocação do “orai por ele”.¹⁷³

Torres deixava claro que não se tratava de uma obra de crítica ou de teoria literária (o que de fato não era a intenção de Meireles), mas uma tentativa de focalizar em simples traços cronológicos e algumas considerações “despretenciosas” as figuras “máximas, médias e mínimas que fizeram a vida mental da província” e que, com o tempo, caíram no esquecimento e na “proverbial vala comum”. O grande mérito da obra era, então, o fato de ter traçado em linhas gerais os “altos e baixos da evolução mental maranhense”, plena de variações e que, por isso, acabara resvalando para uma situação de decadência.¹⁷⁴

Assim, para o delineamento da vida literária maranhense o livro foi dividido em sete capítulos. Do capítulo um ao três, que abrange os séculos XVI, XVII, XVIII e princípios do século XIX, Meireles traça um panorama do que seria não uma “literatura da terra”, mas uma “literatura sobre a terra”, a chamada literatura dos cronistas; e do capítulo IV ao VII, põe em relevo o surgimento e o desenvolvimento de uma literatura propriamente maranhense.

Segundo Meireles, o atraso do Maranhão em pelo menos um século e meio para iniciar-se na vida colonial portuguesa, excluindo-o, originariamente da comunidade das demais capitanias e ocasionando sua constituição como estado independente, deixou-o, forçosamente, à margem do desenvolvimento literário que já se processava no Brasil; primeiro com a escola seiscentista na Bahia, que firmaria os alicerces da literatura brasileira e depois, com a escola mineira (Arcadismo), do século XVIII que, no seu entender, já se erguia com linhas próprias e impressionistas.¹⁷⁵

E prosseguia:

O Maranhão, entretanto, continuava e continuou, toda essa centúria no seu período de formação literária; mas período incipiente, sem acompanhar de maneira alguma a evolução que se processava no sul, tão alheado do movimento cultural que se desenvolvia no Brasil quando dele vivia politicamente independente, os dois estados eqüidistantes da metrópole e autônomos entre si.¹⁷⁶

¹⁷³ Ibid. p.11.

¹⁷⁴ Ibid.p .11.

¹⁷⁵ Ibid. p.20.

¹⁷⁶ Ibid. p.39.

A emancipação literária do Maranhão, segundo consta no *Panorama*, só teria ocorrido de fato com a independência política e com o advento do Romantismo. A partir daí, o Maranhão, incorporando-se definitivamente na comunidade das demais províncias, integrar-se-ia nesse movimento intelectual de forma “brilhante” e “singular” com o chamado Grupo Maranhense. Esse fenômeno ganhava nos discursos de Mário Meireles uma conotação excepcional, quase mágica, engendrada por razões ainda não totalmente explicáveis: “Era como um vulcão emergido inopinadamente, cujas lavas se alargavam, se espriavam pelas circunvizinhanças, enquanto o claro e o fumo que se erguiam de sua cratera levavam bem mais longe o fenômeno inédito!”¹⁷⁷ O movimento literário que arrebentou no Maranhão entre 1832 e 1868, “chamando a atenção de todos”, inclusive da ex-metrópole, para esse recanto onde se manifestaram “tantos e tão assinalados engenhos”, era o mesmo que cognominaria a capital maranhense de “Atenas Brasileira”.

No percurso dessa literatura propriamente maranhense, o ciclo que se seguiu ao aparecimento do chamado “Grupo Maranhense” era aquele compreendido entre os anos de 1868 e 1894, em que as influências literárias circunscreviam-se aos cânones das escolas naturalista, parnasiana e simbolista. Para Meireles, a despeito de muitas opiniões, essa fase não foi, de forma alguma, inferior àquela que revelou o “Grupo Maranhense”. Ao contrário, ela teria vindo apenas confirmar, com o surgimento de uma nova plêiade, o título de Atenas. Todavia, observava que essa fase se caracterizou por uma intensa e irreversível emigração em massa dos valores intelectuais, a chamada “fuga de cérebros”. Os intelectuais maranhenses passavam a ser definitivamente literatos nacionais, granjeando fama e reconhecimento fora da capital maranhense.

No dizer de Meireles, seria exagero afirmar que essa fase teria marcado o início da decadência intelectual, mas, certamente, ela teria assinalado o princípio da estagnação ou da diminuição da atividade intelectual. Seria o indício de que a capacidade geradora e produtiva da Atenas tinha atingido seu ponto de saturação. Donde a constatação pungente de que: “daí para cá, não mais tivemos, a um só tempo, tantas e tão grandes expressões literárias concorrentemente, e nem mesmo figuras que marcassem momentos de transição na evolução da literatura pátria”¹⁷⁸.

A confirmação de uma decadência intelectual de fato só viria no terceiro ciclo, que compreendeu o período entre 1894 e 1932. Essa fase, a propósito da referida análise, seria a consequência direta da abolição da escravatura que abalou irremediavelmente os alicerces do agrarismo maranhense. A vida econômica maranhense, que experimentara seus momentos

¹⁷⁷ Ibid. p.52.

¹⁷⁸ Ibid. p. 121.

“áureos” durante todo o Império, não fornecia mais a sustentabilidade necessária ao desenvolvimento de uma vida cultural efetiva e promissora. A reação a tal estado de coisas não demoraria a aparecer. Todo um conjunto de ações reativas passou a ser encetado por um grupo de intelectuais denominados “Novos Atenienses” no sentido de restabelecer no Maranhão os foros de Atenas. Produziram obras, criaram instituições culturais, reformaram outras tantas. A academia e o IHGM seriam, talvez, os mais profícuos frutos dessa investida. Não obstante todo o empreendimento e todos os esforços despendidos, para Meireles a situação apresentava-se desanimadora quiçá, irremediável. Sobre esse aspecto, pronunciava:

A força da decadência era superior à vontade dos poucos idealistas, dos poucos sacerdotes fiéis ao culto dos penates da Acrópole. Aliás, a decadência era generalizada e progressiva a contar da data da Abolição – as letras, é certo, estão sempre em função do estado econômico do meio e o Maranhão, agrícola e escravocrata, ainda sofre as consequências da Lei Áurea que abalou até aos alicerces.¹⁷⁹

É notório que, para o autor, a questão econômica foi o fator responsável pela suposta decadência intelectual maranhense. Combalida em suas forças econômicas a capital maranhense não mais garantia a permanência dos intelectuais na capital e, para os poucos que ficavam, não fornecia os meios indispensáveis à plenitude de suas atividades. Ainda assim, não deixa de pontuar que, não obstante essa crise, “o vírus da intelectualidade é inato ao maranhense, a correr-lhe nas veias e nas artérias” e que, apesar das limitações impostas, os que aqui ficaram prosseguiram “ao modo da Fênix legendária”¹⁸⁰. Não obstante o reconhecimento da investida a obra não chegaria a ganhar uma segunda edição.

Já a *Antologia da Academia Maranhense de Letras*, publicada em 1958, em comemoração ao cinquentenário da Academia, foi uma obra realizada através de uma parceria entre os acadêmicos Mário Meireles, que à época era vice-presidente da instituição, Arnaldo de Jesus Ferreira e Domingos Vieira Filho, designados, para isso, pela presidência da Academia em 11 de agosto de 1956.

Conforme palavras de Meireles, em discurso proferido na ocasião das comemorações, a *Antologia* era uma espontânea prestação de contas, humildemente oferecida ao público maranhense, ante as dificuldades pelas quais vinha passando a Academia. Compunha-se de um resumo biográfico, um completo registro biobibliográfico e uma ligeira referência de fontes para estudo acerca dos pouco mais de cem intelectuais “imortalizados” entre 1908 e 1958.

Não se tratava, portanto, de uma obra de análise, embora fizesse um rápido comentário no prefácio sobre a história da Academia, incluindo as seis modificações sofridas

¹⁷⁹ Ibid. p. 222.

¹⁸⁰ Ibid. p. 223.

pelos seus estatutos até 1958, e um alerta das dificuldades pelas quais vinha passando a instituição que, embora sobrevivesse “no limite de suas forças,” procurava manter viva para os “coevos e pósteros” a tradição da terra de Gonçalves Dias.

Outra obra importante do autor foi a *Pequena História do Maranhão* lançada em 1959 na foma de opúsculo em atendimento a uma solicitação. Na ocasião, era professor de História do SENAC, órgão que ajudou a instalar no Maranhão e do qual também era membro do Conselho Consultivo. Não havia na época nenhum livro de história do Maranhão destinado ao ensino de jovens e crianças. Por sugestão da professora Odila Soares, diretora pedagógica do SENAC, Mário Meireles escreveu esse livro especialmente talhado em linguagem didática e de fácil compreensão.

Publicada em 1959, a *Pequena História do Maranhão* teve o uso oficializado por decreto em 9 de setembro de 1960 nas escolas primárias do Estado do Maranhão ganhando, posteriormente, 2º e 3º edições.

A obra não fugia, todavia, aos paradigmas da didática tradicional. Não só os conteúdos dos textos se inscreviam nas formas tradicionalistas da historiografia, como também o modo como foram dispostos e os tipos de atividades sugeridas. Dividido em 15 pequenos capítulos, e concebido a partir de uma visão evolucionista da história, iniciava com o “descobrimento” do Maranhão, passando pelos fatos mais importantes que fizeram essa “história grandiosa”, e concluindo com uma apologia às suas “figuras mais ilustres”.

Considerando o recorte temporal utilizado, que vai do descobrimento até o período republicano, o enredo do livro assumia ares de uma verdadeira epopéia, ainda que seus textos fossem condensados e resumidos. Após o texto inicial, que tratava do descobrimento, na seção reservada à sugestão do modo como a aula deveria ser conduzida, Mário Meireles sugeria à professora que, após explicar pormenorizadamente os aspectos das grandes navegações, concluísse a aula ressaltando “a heroicidade dos primeiros navegadores”.¹⁸¹

Um aspecto importante a ser observado nessa obra é o caráter enfático do papel civilizador atribuído ao homem europeu. Era quase sempre apresentado como aquele que tinha a missão de propagar o conhecimento e a fé. Assim, nos parece sintomático dessas apreciações o modo como Meireles representa a figura do indígena no momento imediatamente anterior à conquista: “Nossos índios eram homens ainda muito atrasados, não sabiam ler, nem escrever e viviam quase como animais.”¹⁸²

Ao engendrar a defesa do discurso civilizador europeu, as figuras de homens como o padre Antônio Vieira, por exemplo, ganhavam um sentido amplamente positivo. Em um

¹⁸¹ MEIRELES, Mário Martins. *Pequena História do Maranhão*. São Luís: Tipografia São José, 1960.p. 6.

¹⁸² Ibid. p. 11.

determinado momento do texto, o autor sugeria à professora que ressaltasse com carinho a figura desse orador sacro, acentuando o fato de que se tratava de um dos maiores nomes da Literatura Portuguesa de todos os tempos e um grande mestre da língua, acrescentando ainda que o Maranhão, onde Vieira teria feito grande parte de suas pregações, sempre se orgulhou de ser uma terra onde a língua pátria é cuidada no falar e no escrever.¹⁸³ No suporte desse discurso civilizador ressaltava a figura do Imperador Pedro II como um monarca justo e bom, amante dos estudos e também um grande patriota.¹⁸⁴

Não seria extemporâneo ressaltar que, ao conteúdo do livro, se interpunha um discurso profundamente moralizador. Para Meireles, a História enquanto “Mestra da Vida” vale não somente pelo que dá a conhecer, mas pelos exemplos que pode inspirar. Ela se configura como o palco onde ocorre o embate entre as boas e as más ações, entre a honra e a desonra, entre homens justos e de caráter com os injustos e traidores. A história, vista sob esse prisma, não transcende dualidades. Ao estabelecer julgamentos ela impõe uma tomada de posições. É preciso saber de que lado ficar, de quem tomar partido. É imperioso ainda reconhecer os grandes feitos e a boa ordem, enaltecer as ações positivas e depreciar as execráveis.

Num discurso proferido em outubro de 1959 no salão nobre da Associação Comercial do Maranhão, pelo transcurso do dia do professor, Meireles expôs as intenções que ditaram a obra. Dizia que com ela queria tão somente atualizar a lembrança dos principais fatos históricos e deles ajudar a tirar para as crianças maranhenses, os exemplos que as ajudariam a encontrar nas *nossas* tradições de honradez, cultura, patriotismo e fé cristã, o estímulo que as professoras saberiam, inteligentemente, transmutar num fanal.¹⁸⁵

No capítulo VII que tematiza a Revolta de Bequimão, ocorrida no Maranhão no final do século XVII, como reação às ações da Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, Meireles põe em relevo o caráter de Manuel Bequimão, a principal liderança do movimento. Descreve-o como um homem incorruptível que se recusou a receber honras e dinheiro em sacrifício de seus ideais. Traído pelo afilhado Lázaro de Melo e depois preso, foi condenado à morte. Numa demonstração pública de valor e dignidade, teria pedido aos maranhenses que o perdoassem se algum dia tivesse ofendido alguém e concluía o seu discurso afirmando que “pelo Maranhão morria contente.”¹⁸⁶ Meireles sugeria à professora que acentuasse a procedência justa dos motivos da Revolta em face à exploração do povo; ressaltasse a figura de Bequimão que se recusara a receber suborno das autoridades e acentuasse a seus alunos a

¹⁸³ Ibid. p. 27.

¹⁸⁴ Ibid. p. 36.

¹⁸⁵ **Discurso proferido a 15.10.1959 no salão nobre da Associação Comercial do Maranhão pelo transcurso do dia do professor.** Documento do arquivo pessoal de Mário Meireles.

¹⁸⁶ MEIRELES, Mário Martins. **Pequena História do Maranhão.** São Luís: Tipografia São José, 1960. p. 23.

“hediondez” que revestiu o “crime” de Lázaro de Melo, exortando seus “discípulos” a nunca, com o sacrifício de seu caráter e de sua honra, “quererem conquistar títulos e vantagens que antes serão objeto de escárnio no presente e no futuro”.¹⁸⁷

No mesmo teor eram dirigidas as apreciações aos indivíduos considerados bons governantes. Benedito Leite e Urbano Santos, governadores do Maranhão na Primeira República, são exemplos dessas representações. O primeiro é ressaltado pela preocupação primordial com o desenvolvimento da instrução pública no Maranhão. Um dos seus méritos seria o de ter criado a Escola Normal. O segundo, por ter sido duas vezes eleito vice-presidente da República demonstrando o “prestígio” e o “conceito” que gozava o Maranhão no cenário político brasileiro, “dando-o como exemplo a seguir pelas novas gerações.”¹⁸⁸

Note-se que no exemplo da Revolta de Bequimão (contra os desmandos governamentais) não são as hierarquias ou as estruturas sociais que são questionadas, mas a ausência de ordem e cumprimento do dever no cerne dessas hierarquias constituídas. Diferentemente do capítulo em que trata das qualidades dos grandes estadistas maranhenses, cuja tônica era o fiel cumprimento do dever e a competência nas ações governamentais.

Ainda no cerne da tendência apologética o autor finalizava o livro com um capítulo intitulado “Maranhenses ilustres” onde relembra os “grandes heróis”, desde a fundação de São Luís, até o advento do regime republicano. Não obstante dispor de uma galeria de heróis, Meireles afirmava que a maior glória do Maranhão era a da inteligência de seus filhos e conclamava os jovens maranhenses a estudarem sempre “para se fazerem dignos dos grandes maranhenses que já morreram. Decoremos os seus nomes”.¹⁸⁹ Nada mais conveniente para quem concebia que o objetivo primordial da história era “o estudo do passado para exemplo do presente e edificação do futuro”.¹⁹⁰

Conforme as análises acima, é notória a relação entre o teor dessas obras com o fenômeno geracional¹⁹¹ que caracterizou a intelectualidade maranhense nas primeiras décadas do século XX. Os elementos que elas conjugavam, tais como a valorização da figura do herói, a rememoração de alguns mitos regionais e a insistência no caráter redentor da cultura, foram as matérias com as quais a intelectualidade, à sua maneira, tentava moldar, (re)construir ou (re)afirmar uma identidade maranhense. Mário Meireles, na condição de intelectual, cuja formação esteve circunscrita a esse ambiente cultural densamente regionalista, imbuído de ideais de afirmação e do esforço em demarcar espaços, foi também um dos grandes ícones na

¹⁸⁷ Ibid. p. 24.

¹⁸⁸ Ibid. p. 39.

¹⁸⁹ Ibid. p. 46.

¹⁹⁰ Ibid. p. 46 e 47.

¹⁹¹ Cf. SIRINELLI(2003). Op.cit.

busca de uma identidade maranhense. Guardadas as particularidades de sua trajetória, não se pode esquecer que sua formação foi alicerçada nas vicissitudes de uma geração que edificou os seus discursos sobre os alicerces de um saudosismo narcísico e que, por isso, se impôs a árdua tarefa de resgate das glórias materiais e culturais dos tempos áureos.

Nessa ênfase discursiva, cujo enunciado emite um juízo superlativo a respeito do potencial intelectual do Maranhão, ou de uma forma aproximada, de seu povo (entenda-se elites), cabe-nos a reflexão de Michel de Certeau acerca da particularidade do lugar de onde se fala e se produz um discurso historiográfico. Em outras palavras, para esse autor, toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Ela estaria necessariamente “submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas se organizam.”¹⁹² Nesse sentido, a Academia se configurava, circunstancialmente, como uma das instituições do saber que não somente dava estabilidade ao viés discursivo que afirmava os mitos regionais como, de certa forma, o tornava possível.

Comportando esse teor tradicionalista **O Imortal Marabá**, discurso de posse de Mário Meireles na Academia, já enunciava aspectos que posteriormente comporiam o rol das questões presentes em suas obras como, por exemplo, o culto ao mito ateniense no suporte de um discurso da decadência. Teor encomiástico que pode ser amplamente observado nas palavras com as quais se refere ao “poeta maior da nação”, Antônio Gonçalves Dias:

Mas, tão grande é a minha admiração pela genialidade artística do Poeta da Raça, tão grande é a minha veneração por seu nome augusto e glorioso que me não pude furtar a satisfação, ou à vaidade, de tê-lo como patrono, ante a coincidência de estar vaga a sua cadeira quando de minha candidatura, como se assim pudesse eu, de ora em diante e só por isso, afinar melhor as frouxas cordas da lira que dedilho ou na ingênua convicção de me tornar menos insignificante.¹⁹³

Essa fala expressa não só um culto ao ideal ateniense, aqui personificado em Gonçalves Dias, como também um sentimento “decadentista” diante de um suposto panorama intelectual que, em detrimento de uma grandeza passada, se apresentava insignificante. Para Flávio Soares, essa fala é expressiva de uma relação simbólica delicada e ambivalente, em que aquele que idolatra “é mesmo que deseja obter o privilégio de partilhar a força e a imortalidade do ídolo em sua infinita generosidade”. O “decadentista” ver-se-ia atravessado por sentimentos intensos e contraditórios de humildade e orgulho. Destarte, “não estaria em

¹⁹² CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 66 a 67.

¹⁹³ MEIRELES, Mário Martins. **O Imortal Marabá**. Discurso de posse de Mário Meireles na Academia Maranhense de Letras proferido em 1948. São Luís: Tipografia M. Silva, 1948. p. 18 e 19.

questão o poeta, mas um estado de espírito que diante da força e da beleza do ídolo intocável, autocondena-se à reverência, sem conseguir, ou mesmo sem querer fazer de sua valorização um meio de potencializar as funções críticas e criadoras do pensamento”¹⁹⁴. Na opinião desse autor tal reflexão, aprisionada em si mesmo, expurgava as contradições, de modo a tornar-se apenas repetição do já dito, com o anseio de comprovar o que se imaginava como já sabido de todos.¹⁹⁵

Nesse sentido, a decadência se impunha como algo inquestionável, uma verdade em si mesma e, por isso, isenta de maiores reflexões que a pusessem em xeque. Afirmar esse estado de coisas era a condição **sine qua non** para a existência de um choro permanente, um pranto “coletivo” que, em última instância, tinha função precípua de preservar uma memória e, com isso, manter intactas certas posições consolidadas. Paradoxalmente, as elites falidas necessitavam afirmar sua própria ruína passada para que pudessem se fazer herdeiras de uma tradição, conferindo-se, a si mesmas, a autoridade para o resgate dos tempos das glórias: econômica, política e social.

Aproximando a reflexão sobre as nuances da vida acadêmica de Mário Meireles, podemos afirmar que além da publicação dos seus primeiros livros, onde expressava de forma sistematizada essa relação com a tradição, outras atividades desenvolvidas pelo mesmo na Academia foram sobremaneira importantes para a consolidação desse discurso acerca da cultura maranhense. Os inúmeros discursos proferidos, as palestras, as recepções, etc., formaram um repertório de atividades que, se bem observadas, ajudam a perceber algumas nuances do modo como o intelectual se articulava no cenário cultural vigente.

Um dos exemplares da Revista da Academia de 1951 registrava a sua participação na romaria à estátua de Gonçalves Dias localizada numa praça do mesmo nome em São Luís¹⁹⁶. Tratava-se de um evento anual realizado por intelectuais, com o apoio do governo que tinha como principal objetivo prestar culto ao poeta Antônio Gonçalves Dias no transcurso do aniversário de sua morte, ocorrida em 1864. A participação anual de Meireles nesse evento, quase sempre como orador, é uma pequena mostra do quanto as manifestações cívicas eram caras a esse intelectual. Há aí implícito um caráter de valorização das tradições, a necessidade de perpetuar nomes, feitos e ações que pudessem ser responsáveis pelo engrandecimento da história maranhense.

¹⁹⁴ SOARES(2002). Op. cit. p. 3.

¹⁹⁵ Ibid. p. 3.

¹⁹⁶ Essa romaria cívica foi idealizada pelo escritor luso Fran Paxeco, um dos fundadores da Academia Maranhense de Letras.

Uma vez que a Academia constituiu-se um espaço no qual Meireles também pôde exercitar suas habilidades de tribuno, foi em muitas ocasiões escolhido para recepcionar intelectuais importantes ou reconhecidos no cenário intelectual, a exemplo do sociólogo Gilberto Freyre.

A visita de Gilberto Freyre em 1954 foi considerada na época “o acontecimento da mais alta expressão da vida literária do Maranhão-Atenas”,¹⁹⁷ com direito a um banquete oferecido por Eugênio Barros, governador do Estado, e pelo senador Vitorino Freire, além de uma outra grande homenagem oferecida pela diretoria do Grêmio Lítero Recreativo Português e demais figuras da intelectualidade maranhense. Na edição do dia 27 de julho de 1954, o jornal **O Combate** fazia publicar o discurso de recepção ao sociólogo pernambucano pronunciado por Mário Meireles em sessão solene da Academia Maranhense de Letras.

Nesse discurso, que tinha a intenção de “traduzir os sentimentos” de todos os maranhenses, Meireles dizia sentir-se profundamente comovido pelo fato de lhe pesarem sobre os ombros, com todo o “assoberbamento esmagador de uma tradição gloriosa”, a responsabilidade de saudar, “em nome da terra de Gonçalves Dias e João Lisboa e em nome da Academia, uma das figuras exponenciais da cultura e inteligência brasileira”,¹⁹⁸ um intelectual que soube alcançar todos os limites da pátria e que também se projetara mundialmente.

Embora o referido discurso não fugisse aos dizeres e homenagens comuns a uma recepção, pleno de falas de agradecimento e elogios, talhadas em linguagem rebuscada e erudita, havia nele uma expressiva intenção de engrandecer as tradições culturais da cidade anfitriã. Justificando a necessidade de dar a conhecer aspectos da capital maranhense aos visitantes para que pudessem melhor apreciá-la, Meireles fazia um comentário da história da cidade de São Luís a partir de uma narração de alguns “fatos” e “feitos” considerados mais importantes, culminando com o aparecimento apoteótico da Atenas do Brasil. O discurso comportava então uma dupla homenagem: uma para o intelectual recepcionado e outra para a cidade que o recepcionava.

No discurso pronunciado na sessão comemorativa do cinquentenário da Academia, a 10 de agosto de 1958, após rememorar a criação do sodalício, pelos novos atenienses, e os reveses pelos quais passou a instituição nos seus anos iniciais de existência, Meireles pontuava a importância da mesma no sentido de garantir a “fama” da terra berço. Para ele, a crise econômica sobrevinda da Abolição, que resultou na “fuga das inteligências” para outras regiões do país, lançou a cidade em uma atmosfera sombria, sem prognósticos animadores:

¹⁹⁷ JORNAL **O Combate**. São Luís, 27 de julho de 1954. p. 2.

¹⁹⁸ Ibid.p.2.

Fora como se por um fenômeno cósmico inexplicável, aqueles muitos astros se houvessem desprendido e se desgarrado do engaste que os sustinha no firmamento intelectual, e se desgarrado e se perdido na imensidão dos céus, quais meteoritos que fogem num risco esplendoroso de sua passagem. E, após a fantasmagoria daquela chuva de estrelas cadentes, nas alturas onde fulgira a constelação de Atenas, na abóbada celeste da Terra de Santa Cruz, fizera-se quase a escuridão de um bátrio.¹⁹⁹

Não sem excessivo dramatismo, o autor novamente recorria à temática da decadência. As imagens empregadas no discurso são sintomáticas de uma visão de mundo propriamente afeita ao culto e idealização do passado. Este seria o lugar, por excelência, das tradições, ponto fundamental da elaboração de uma discursividade quase consensual referente a um esforço de construção identitária.

Para fixar esse ponto de vista Meireles fazia questão de marcar a atuação benfazeja dos Novos Atenienses, no sentido de comungar forças para perpetuar as tradições intelectuais da terra berço. A criação da Academia seria uma dessas atitudes louváveis e ao mesmo tempo desesperadas para não se deixar perder a excepcionalidade intelectual que tipificaria o Maranhão e os maranhenses. Diante desse quadro que caracterizava como “deprimente” e “asfixiante”, Meireles justificava e louvava as ações dos intelectuais, que em 1908, comungaram forças para restituir o sentido cultural da antiga “capital da Hélade”:

Reuniram-se, juntaram-se, congregaram-se, aliaram-se para, ajudando-se e amparando-se mutuamente, fundidas as vontades e as forças, lutarem contra a decadência desanimadora que os humilhava e, aviltando a terra, ofendia a memória de seus bronzes e na frieza de seus mármoreos eram, em nossas praças, antes o estigma infamante dessa mesma decadência que elas testemunhavam impotentes, que o símbolo de uma tradição ufanosa que os coevos não sabiam cultivar e não faziam por merecer.²⁰⁰

Fica explícito na fala do orador que Academia surgiu do reconhecimento ou assunção de uma derrota, aliada a uma vontade crescente de tentar-se resgatar para o Maranhão os foros de Atenas. O sodalício seria um dos responsáveis pela oxigenação de uma ambiência cultural asfixiada e agonizante.

Ainda no discurso do cinquentenário Meireles louvava a atitude de alguns intelectuais maranhenses que, a despeito das dificuldades pelas quais a Academia vinha sofrendo ao longo de sua existência, “acorrerão sempre a preencher quantos claros se abram”,²⁰¹ e justificava a afirmação: “a marcha prosseguirá porque um só ideal, que é puro e sacrossanto, nos anima e nos irmana, sob a bandeira de nossos patronos – o de fazer eterna a glória do Maranhão – Atenas.”²⁰²

¹⁹⁹ **Discurso pronunciado por Mário Meireles na sessão comemorativa do cinquentenário da Academia**, a 10 de agosto de 1958. Revista da Academia, Ano 80, v. 20, dez, 1998.p.173.

²⁰⁰ Ibid. p. 174.

²⁰¹ Ibid. p. 175.

²⁰² Ibid. p. 175.

Apologética, a fala do autor reflete um ponto de vista que acreditava num fluxo contínuo de extraordinária capacidade intelectual maranhense, a despeito da crença em um progressivo declínio da capacidade produtiva. Concordando com a reflexão de Tzvetan Todorov²⁰³, podemos dizer que todo esse esforço de produção/reprodução desse discurso, do qual Meireles foi talvez o principal expoente no século XX, pressupõe o empenho de isolamento radical dessa lembrança e seu conseqüente desdobramento lógico: a sacralização de uma memória histórica. Para aquele autor, esse é um dos riscos que se corre ao se recorrer ao passado, mesmo sendo este um dos recursos basilares e necessários para afirmação de identidades coletivas e individuais. No caso maranhense, o isolamento radical da lembrança de um passado mítico, seria, de certo modo, um desses exemplos de singularidade exacerbada, cujo acontecimento encerraria um fim em si mesmo.

Em suma, a atmosfera cultural maranhense era apresentada sempre sob o signo da falta, cruzando sentimentos contrários de orgulho e vergonha. Afirmar a Atenas significava conciliar ao mesmo tempo a superioridade do intelecto maranhense e reconhecer uma derrota: já fomos, não somos mais, quem sabe voltaremos a ser. Representando esse ideal, a partir do alinhamento com a instituição, a obra de Meireles estava circunscrita num conjunto operatório, cuja ordem de problemas pressupunha a convicção da ressurreição de uma época promissora e feliz. Por isso, é sempre possível verificar no cerne do seu discurso um fio de esperança e um certo entusiasmo pela reação, pelas atitudes que, na contracorrente dessa situação, tentaram liquidar, em definitivo, esse estado de coisas. Reações que reclamavam sempre a operosidade e o apoio incondicional dos homens públicos, preocupados e sensíveis com a causa da cultura encetando ações no sentido de dinamizá-la e preencher os claros que eventualmente se abriam. Virtude que pressupunha algo mais do que a vontade, pressupunha ainda a consciência do valor das tradições para afirmação cultural de um povo.

²⁰³ TZVETAN, Todorov. “La vocación de la mémoire”. In: Cahier français. **La mémoire entre histoire et politique**. Juillet-août, n.303, 2001, p.3.

4. CAPÍTULO 3: REGIONALISMO E (RE)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA EM “HISTÓRIA DO MARANHÃO”: UM CONTEÚDO TRADICIONAL ACERCA DA HISTÓRIA MARANHENSE.

“E o nosso nome voará de boca em boca – de pais a filhos – até às mais remotas gerações e o esquecimento não prevalecerá contra ele.” (Gonçalves Dias)

4.1. Um estímulo à imaginação da decadência: o sentido da escrita de “História do Maranhão” num cenário de “escassez” e “carências”.

Em certas falas enunciadas acerca da realidade histórica maranhense no período compreendido entre o final dos anos trinta e o final da década de 50, vê-se claramente a força que tiveram algumas concepções consagradas pela tradição no sentido de determinar intenções e expectativas de redenção social:

Firmado nas convicções políticas, convulsionou os elementos incapazes e deu ganho de causa à inteligência construtiva, desde que ela aparecesse.
E foi assim que, rompeu com todos os preconceitos, se impôs no meio de todas as classes.
E é por isso que, para mim, a obra mais extraordinária de seu governo é o **levantamento do Maranhão mental** que, felizmente, já se está manifestando exuberante, com o **desenvolvimento do Maranhão econômico**.²⁰⁴[grifos nossos]

Esse juízo emitido por Ribamar Pinheiro, jornalista e poeta maranhense, acerca das vicissitudes do interventor federal Paulo Ramos, reflete, muito mais do que uma suposta adesão ao discurso desenvolvimentista hegemônico no Rio de Janeiro dos anos 1950, a convicção, arraigada na sociedade maranhense da época, de que ao poder político caberia o concurso de fórmulas salvadoras no combate às carências: econômica e cultural. É certo que a atuação desse político na conjuntura do Estado Novo não se furtava aos procedimentos usuais de “afastamento” das oligarquias e cooptação intelectual, no entanto, no caso maranhense ela se coadunava com algo muito mais profundo e que remetia ao discurso da decadência. Concordando com Corrêa acreditamos que, nesse momento, havia um esforço substantivo no sentido de reafirmar carências, uma vez que “a imaginação da decadência [era] altamente estimulada [alimentando a crença de que] começava a processar-se o renascimento econômico-espiritual maranhense”.²⁰⁵

Nesse período, o Maranhão continuava com uma economia de base primária, apresentando taxas insuficientes de expansão, voltada para o exterior e altamente concentradora de renda. Fatores que perduravam mesmo em conjunturas de relativo ânimo em virtude de contingências externas, como a Segunda Guerra Mundial, que incrementou a

²⁰⁴ PINHEIRO apud CORRÊA, 1993. Op.cit. p. 211.

²⁰⁵ CORRÊA, 1993. op.cit.p. 211.

demanda do algodão, dos tecidos e do babaçu – produtos que sintetizavam a economia maranhense da época. Não restam dúvidas de que se tratava de uma economia frágil, sem muitas possibilidades de crescimento e sem apresentar muitos prognósticos animadores, no entanto sua “debilidade” era quase sempre explorada para justificar certas posturas salvacionistas assumidas pelas elites políticas e intelectuais.

No caso mais específico desse governante vemos que tal postura se fez sentir de modo bastante contundente quando tentou colorir sua gestão com as tintas do progresso e do desenvolvimento. Numa perspectiva discursiva, seu governo teria se caracterizado por um plano de trabalho perseverante e sério, visando a integral recuperação administrativa e econômica de um Estado “carente de providências enérgicas e urgentes que lhe pusessem a vida nos trilhos.” Para afirmar essa política empreendeu, dentre outras ações, a execução de um plano rodoviário, a idealização de um plano para modernização urbanística (que não chegou a ser executado imediatamente), a reformulação da administração estadual, a criação do Banco do Estado e da Fundação Paulo Ramos (destinada a manter as duas únicas escolas superiores que existiam, a de Direito e a de Farmácia e Odontologia). Além de outras obras públicas como a reforma do Palácio do Governo em estilo neo-clássico, a construção do Fórum “Clóvis Beviláquia” para a sede do poder judiciário, do Centro de Saúde, do Hospital Infantil etc.

Como pode ser observado, tratavam-se de ações que escapavam da órbita essencialmente econômica para atingir o plano mais amplo da cultura. Segundo Rossini Corrêa, Paulo Ramos trabalhava como uma espécie de ‘animador cultural’, mostrando-se disposto a restaurar a consistência da vida intelectual, chegando mesmo a tornar-se freqüentador e presidente da Academia de Letras, onde distribuía cargos e atividades a intelectuais e estudiosos. Relembrava uma passagem de Paulo Ramos por Belém do Pará onde foi recepcionado por um acadêmico com o teor encomiástico digno de quem haveria de empreender obra regeneradora:

Ao vosso governo, pelo amor à terra em que nasceste, para servir ao Brasil no engradecer aquela gleba feliz e bem fadada, vós estais reanimando e revivendo a glória mental do Maranhão, num trabalho que é saúde, é instrução, é fartura, é civilização e progresso. ²⁰⁶

Não restam dúvidas de que a sedimentação de uma política cultural empreendida pelo interventor, no concurso de atividades de recrutamento e cooptação das elites intelectuais, sobretudo as que compunham os quadros da Academia, implicava não só a construção de um campo de estratégias voltado à manutenção e fortalecimento da política estadonovista, mas em

²⁰⁶ CAMPOS RIBEIRO apud CORRÊA(1993). Op.cit.p.238.

microescala, no uso político de um passado²⁰⁷, local que, envolto em uma simbologia da prosperidade, oferecia um modelo a ser resgatado, revivido ou na pior das hipóteses, imitado.

Numa perspectiva discursiva o passado maranhense era visto, pensado e sentido como um ponto luminoso a irradiar luz sobre uma realidade presente. Era necessário, portanto, recuperar o ‘paraíso perdido’, reconstruir as idades edênicas, tarefa que exigia o concurso de homens públicos de qualidade sensíveis à causa da cultura (letrada) e simpáticos ao progresso. O uso do passado, nesse sentido, implicava não apenas a repetição de um conteúdo narcísico, pano de fundo de uma busca de identidade regional, mas também a legitimação de uma vontade de mando estrategicamente empreendida pelas elites. Nesse sentido, a memória, de caráter seletivo, inventivo, pluralista e presentista²⁰⁸, adquiria um papel fundamental, pois era o instrumento com o qual as elites podiam contar para se autoproclamarem herdeiras de um passado e, portanto, fazerem-se porta-vozes do resgate desse mesmo passado.

Foi altissonante e persistente o discurso salvacionista enunciado pelas elites maranhenses. Uma incursão pelas conjunturas políticas e econômicas que se sucederam a esse momento que analisamos nos permite visualizá-lo como uma recorrência permanente com o intuito subjacente de demarcar espaços, fortalecer influências, afirmar posturas.

Assim como Paulo Ramos, o governador Sebastião Archer da Silva, industrial maranhense eleito pelo Partido Social Trabalhista a 31 de janeiro de 1947, não se eximiu de fazer uso das queixas para se fazer um porta-voz das carências e agruras do povo maranhense. Contando com o apoio da representação situacionista, capitaneada pelo senador Vitorino Freire (que a época já ensaiava com vigor a condução discricionária e mandonista da política maranhense) promovia uma “política de melhoramentos” em vários setores da administração pública, destacando-se o prosseguimento e conclusão de várias obras iniciadas pelo governo Paulo Ramos, como o Palácio da Justiça Clóvis Beviláquia, a Escola Modelo Benedito Leite e o Hospital Infantil. É dessa administração a construção do “majestoso” edifício da Biblioteca Pública, em estilo neo-clássico com quatro pavimentos (“obra de grande vulto”) e a construção de casas residenciais para funcionários públicos.

²⁰⁷ Em trabalho sobre a história política da Espanha Pedro Ruiz Torres argumenta que o uso da memória e da história para fundar uma identidade grupal se realiza num terreno conflituoso no qual interesses diversos se chocam com a finalidade de impor memórias e identidades hegemônicas. Desse modo, o desaparecimento ou enfraquecimento de várias memórias em benefício de uma só é o resultado de uma luta política para manter ou permitir a hegemonia de um grupo social sobre os outros.

²⁰⁸ TORRES, Pedro Ruiz. **Les usages politiques de l’histoire en Espagne**: formes, limites et contradictions. In: HARTOG, François; REVEL, Jacques (Orgs.). **Les usages politiques du passé**. Paris: Éditions de l’HESSES, 2001. p. 135.

Segundo o **Álbum do Maranhão** de 1950, elaborado pelo jornalista Miécio Jorge com a finalidade de fazer um balanço do governo de Sebastião Archer, o Estado à época ainda apresentava “finanças frágeis para grandes cometimentos”, cuja população, em sua maioria, era “desprovida de sólidos recursos particulares”. O Maranhão permanecia num atraso geral inadequado às suas possibilidades de progresso em consequência dos meios insuficientes com os quais se enfrentavam os problemas fundamentais da coletividade. Todavia, acrescentava que o atual governo vinha caminhando através de “sinuosa linha de marcha progressista”, nos setores da saúde e da educação que durante muitas décadas estiveram subordinados “a uma série de avanços e recuos” que várias circunstâncias histórico-político-sociais impuseram ao Maranhão e ao Brasil.²⁰⁹ Sobre o setor educacional, talvez o mais penalizado pelas carências e fragilidades financeiras, queixava-se de o Estado haver sofrido, entre o período administrativo de 1937 a 1945, o prejuízo do fechamento de vários estabelecimentos de ensino na capital e no interior, inclusive o Instituto Cururupuense que servia nos municípios da Baixada com ensino normal, ginásial e de ofícios, a Escola Normal de Caxias, um ginásio e uma escola Normal em Carolina e três cursos de ensino superior em São Luís que “se constituíram desastroso atraso em nossas conquistas educacionais”.²¹⁰

Mais uma vez o discurso da carência e da fragilidade era acionado para justificar cometimentos de toda ordem. Era preciso constantemente reafirmar a crise, exagerá-la, chorá-la, tanto para se justificar planos não realizados, como para superlativizar o valor de obras ou projetos a serem executados. Daí o diagnóstico positivo acerca do referido governo pois os dados oficiais “oferecem satisfatória conclusão do panorama geral da situação financeira do Estado, mercê de uma orientação comedida do poder público no trato dos negócios administrativos”²¹¹. Situação que se tentava demonstrar a partir de dados acerca da produção para o exterior, com certo acréscimo em toneladas na produção da amêndoa de babaçu(45.726), do óleo de babaçu(5.534), arroz pilado(19.090), tecidos de algodão(1.323), algodão em rama(2.010), cera de carnaúba (853) e outros produtos de menor porte.

O que se observa é que embora os dados fossem aparentemente significativos parecendo mostrar uma realidade tocada pela varinha mágica do desenvolvimento, da “boa vontade” e da lisura na administração pública, não se pode esquecer que se tratam de dados reunidos isoladamente. Isso porque, segundo estudos que avaliaram a conjuntura econômica da época, o Maranhão da década de 40 era um Estado predominantemente agrário com 96% da força de trabalho ocupada em atividades primárias pouco relevantes e gerando 67% da renda estadual,

²⁰⁹ JORGE, Miécio de Miranda. **Álbum do Maranhão**. São Luís, 1950. p. 25.

²¹⁰ Ibid.p.25.

²¹¹ Ibid.p.29.

com uma indústria consideravelmente inferior, ocupando apenas 1,5% da força-de-trabalho e gerando 8% da renda.²¹²

Em tom laudatório, o **Álbum do Maranhão** ressaltava ainda o apoio do governo Archer às iniciativas e aos movimentos culturais, interpretando-o como “um autêntico incentivo à revivescência da tradicional intelectualidade maranhense”. Dentre as realizações destacava a doação de prédios para a Academia Maranhense de Letras, para o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e para a Escola Técnica de Comércio do Maranhão, instituições que alavancavam a tão combatida vida cultural do Estado; teria ainda incentivado a reedição do **Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão** de Augusto César Marques e a instalação do primeiro curso ginásial noturno do Estado. Justificando o empenho e incentivo às atividades culturais do Maranhão nesse governo, o autor do álbum, em tom de reprimenda aos que não acreditavam nas possibilidades do renascimento espiritual maranhense, pontuava que:

Ao contrário do que alardeiam os detratores da **glória literária do Maranhão**, o nosso Estado não vive a recordar as suas grandes conquistas do passado, quando foi o **centro irradiador de cultura, viveiro efervecente de arte, colméia de escritores, poetas, artistas, jornalistas e cientistas de renome nacional, cuja fama se espalhou por todos os quadrantes do mundo**. No presente, embora com menos fulgor ou menor repercussão, conseqüência mesma da época de profundo utilitarismo e apego as coisas materiais em que vivemos, **somos ainda um povo que honra o seu passado e procura progredir no terreno das letras e das artes**. Vencidas uma fase de maior decadência e pessimismo durante o qual uma sensível apatia influenciou o espírito dos nossos literatos e artistas, verificamos, agora, que estamos **num período de plena florescência intelectual**.²¹³

Todavia, a despeito dos “detratores da glória literária do Maranhão”, havia ainda quem acreditasse vivamente nos poderes desses “príncipes renascentistas”, no restabelecimento da plena florescência intelectual da antiga “**capital da Hélade**”. Quando da sua gestão como presidente da Academia Maranhense de Letras, o acadêmico Clodoaldo Cardoso, em carta redigida a 20 de 08 de 1949, solicitava veementemente o apoio financeiro do Governador Sebastião Archer da Silva para publicação do livro **Panorama da Literatura Maranhense** de Mário Meireles que, à época, já era membro do referido sodalício, ocupando a vaga que pertencera ao poeta Catulo da Paixão Cearense. Livro que segundo o próprio Meireles, tornou-se realidade somente pela “provocação e instância dos seus pares na Academia em especial ao presidente Clodoaldo Cardoso, [que resolveu publicar, valendo-se] da oportunidade oferecida pelo Governo do Estado” e por intermédio da Imprensa Oficial em 1955.²¹⁴

²¹² GOMES, José Tribuzzi Pinheiro. **Estudos Inéditos**. São Luís: SIOGE, 1992.p. 44.

²¹³ JORGE, Miécio de Miranda. **Álbum do Maranhão**. São Luís, 1950. p. 29.

²¹⁴ MEIRELES (1955). Op.cit.p.15.

Nessa atmosfera “renascentista” com promessas de ressurreição econômica e sobretudo cultural, não somente as atitudes governamentais arvoraram-se individualmente no sentido de sanar os fados decorrentes da calamitosa atmosfera de decadência. Em paralelo, o Maranhão presenciou, à época, a sedimentação de agremiações literárias e artísticas que se arregimentavam no sentido de promover campanhas voltadas para despertar entre a coletividade maranhense “o maior gosto pelas coisas do pensamento”, que agrupavam em suas fileiras nomes “de grande valor e combatividade” em prol da cultura das novas gerações, sendo que dentre eles alguns já haviam publicado “obras literárias que granjearam boa receptividade dentro e fora do Estado”.²¹⁵

Discorrendo acerca desse processo de “renovação cultural” Henrique Borralho nos diz que não obstante a noção de decadência presente nos discursos, os jovens do século XX, aqueles que tinham o ímpeto de perpetuar tradições, continuavam se organizando. Todavia percebiam a partir dos discursos dos intelectuais mais velhos, remanescentes da fundação da Academia Maranhense de Letras e do IHGM e dos que trabalhavam nos jornais, que o Estado do Maranhão estava longe no tempo e no espaço das realizações artísticas e culturais do resto do mundo. Tomaram, portanto, a iniciativa de, a partir das agremiações estudantis fundadas nas escolas, organizarem-se em torno de Grêmios, Cenáculos ou Centros Culturais que remontavam à década de 30 e que levavam o nome de intelectuais maranhenses como seus patronos. Para o autor, seguiram uma organização muito próxima a da Academia Maranhense de Letras que já se encontrava desprestigiada perante uma parcela que exigia respostas e ações efetivas no plano da cultura.²¹⁶

Os intelectuais responsáveis por essa tentativa de renascimento foram aqueles situados na chamada “**Geração de 45**” que seria uma espécie de “congregação” ou, melhor dizendo, “reunião” entre intelectuais provenientes da esfacelada “máquina protetora” do Estado Novo, relegados a uma espécie de “vazio de poder”, com a mocidade intelectual ávida por alterações na dinâmica cultural da antiga Atenas. Para Rossini Corrêa:

Na juventude, renascia o sentimento de unidade e de compromissos geracionais. Era a recomposição de arquétipos temporais, imaginada a existência de um espírito histórico missionário determinando comportamentos específicos aos congregados – pela proximidade do nascimento biológico, pela semelhança temporal da emergência participativa e pela convivência com circunstâncias idênticas de transformação da realidade concreta.²¹⁷

²¹⁵ JORGE (1950).Op.cit.p.29.

²¹⁶ BORRALHO (2002). Op. cit. p. 127.

²¹⁷ CORREA(1993). Op. cit. p. 222.

Dentre os diversos centros surgidos no processo de organização da chamada “**Geração de 45**”,²¹⁸ a fundação do Centro Cultural Gonçalves Dias foi talvez o principal expoente e catalisador da vontade de resgate das glórias intelectuais de um Maranhão tão estigmatizado por “carências” dessa ordem. Nasceu sob a liderança do jornalista Nascimento de Moraes Filho, com a companhia de intelectuais como Lago Burnett, Ferreira Gullar, Vera-Cruz Santana, Bandeira Tribuzzi, etc. Demonstrava uma preocupação com o dinamismo e a organização da cultura pela promoção de conferências, pelo estímulo de debates e patrocínios para o rádio, o teatro, a oratória, a literatura e estudos departamentais. Enquanto agremiação literária dispunha de uma estrutura acadêmica com um número limitado de participantes eleitos segundo critérios próprios da instituição.²¹⁹ Desse modo, realizavam duas reuniões semanais “ a primeira, fechada e obrigatória a todos os participantes da reunião; a segunda, aberta e dominical, que constava de conferências e debates públicos, mutuamente pedagógicos, pois os expositores eram antigos mestres da cultura.”²²⁰

Segundo Rossini Correa, é bastante relevante a revelação do panorama dos atores sociais vinculados aos movimentos culturais da década de 40, sobretudo no que diz respeito a uma certa renovação estética, pelas conquistas literárias e, sobretudo, pela organização da experiência intelectual coletiva sob a batuta de Nascimento de Moraes Filho. O Centro Cultural Gonçalves Dias, nessa configuração, era um espaço privilegiado de divulgação do pensamento estético, mormente através do seu “Suplemento Cultural” que era publicado no **Diário de São Luís**, periódico de propriedade do partido dominante na política maranhense da época, o Partido Social Trabalhista, capitaneado pelo Senador Vitorino de Brito Freire.²²¹

Tão grande era a empolgação com o significado da fundação de um centro cultural dessa importância, com o surgimento de jornais e revistas de debates e divulgação estética, com as conferências que pululavam no ambiente literário maranhense, em suma, com a agitação cultural promovida pela mocidade, (realizando atividades pictóricas, radiofônicas e literárias) que José Nascimento de Moraes Filho chegou a afirmar com certa ousadia:

²¹⁸ Nessa configuração incluem-se: o Centro Cultural Humberto de Campos, o Centro Cultural Coelho Neto, o Centro Cultural Machado de Assis, o Centro Cultural Graça Aranha, a Movelaria Guanabara, etc. Esta última de propriedade de Pedro Paiva considerada como um espaço cultural de acomodação, caudatário de experiências das revistas jornais era um lugar por excelência de reunião e encontro de pintores para teorizar sobre as construções artísticas e também para planejar caminhos para intervenção na realidade intelectual maranhense.

²¹⁹ Ibid., p.223.

²²⁰ CORREA apud BORRALHO (2001). Op. cit. p. 132.

²²¹ CORREA(1993). Op. cit. p. 224.

Atenas revive.

Qual a Fênix mitológica que renascida das suas próprias cinzas, ela ressurge para mostrar aos descrentes que não morreu e que traz consigo uma mensagem de Fé para transmitir ao mundo e mais glórias para o seu glorioso Panteon.

[...]Atenas revive.

E é pela arte que ela fala e grita aos quatro ventos.

É pela arte que ela se expressa ao mundo.²²²

Na fala desse intelectual vemos o quão forte ainda era aos intelectuais maranhenses de meados do século o mito ateniense. Embora os discursos vigentes postulassem a renovação do meio cultural ou o alinhamento do Maranhão com as discussões estéticas vigentes nos meios intelectuais externos, o que realmente parecia importar era o lugar que o Maranhão ocupava no imaginário coletivo, ou seja, a terra onde outrora se falava melhor e mais castiçamente a Língua Portuguesa e onde se seguia com rigor cartesiano as regras incontestáveis e quase sagradas do mestre Sotero dos Reis, cuja gramática fez-se a bíblia do Maranhão “greco-timbira”.

O sentido da renovação estava, portanto, inscrito numa complexa lógica, onde mudar, transformar, evoluir, alinhar não prescindiam do retorno do passado estabelecendo uma complexa relação entre o par antigo/moderno. No Maranhão o vínculo que se constituiu entre esses dois elementos transcendeu o caráter puramente contraditório, como por vezes se pensa. O passado, nesse caso, adquiriu uma espécie de “função social”, sendo até mesmo exaltado como modelo do presente:

se a ligação com o passado pode admitir novidades e transformações, na maior parte dos casos o sentido da evolução é percebido como decadência ou declínio. A inovação aparece em uma sociedade sob a forma de um regresso ao passado: é a idéia-força das “renascenças”.²²³

Esse fetiche passadista claramente reinante na psiqué social maranhense dos letrados e políticos e que se fazia presente tanto no plano da cultura quanto em outras esferas da realidade, com o fim precípua de tirar o Maranhão da situação causticante no presente, seguia, com certas inflexões de forma e sentido, por toda a segunda metade do século em questão, contaminando discursos, justificando promessas, legitimando não somente atitudes políticas, como também, políticas culturais. Não foi apenas um uso peculiar do período situado entre o final do século XIX até conjuntura do Estado Novo, mas que prosseguiu incontinenti, por todo o restante do século XX, pontuando de falas de decadência, falta, carência, observando crises em época de relativa prosperidade ou anunciando grandezas em momentos de dificuldades explícitas e inegáveis.

²²² MORAES FILHO apud CORREA(1993).Op.cit.p. 225.

²²³ LE GOFF(2003). Op.cit.p. 217.

Segundo José Tribuzzi Pinheiro Gomes, em estudo sobre a formação da economia maranhense, cessado o conflito mundial (Segunda Grande Guerra), e com isso a contingência favorável dos preços internacionais, a economia refluíu aos “níveis medíocres” até a década de 1950, enquanto se acentuava a decomposição do parque têxtil “pela qualidade da produção algodoeira e, sobretudo, pela ineficiência tecnológica e econômica dos equipamentos (os mesmos implantados na década de 1890) que o empresariado mantivera obsoletos”²²⁴. Continuando o seu raciocínio sobre as nuances dessa economia, o autor apontava apenas uma leve melhoria de padrões de crescimento, com o incremento da produção agrícola mais diversificada, especialmente de cereais, ocasionado, em grande medida, pelo adensamento da corrente de imigração nordestina, que não chegava “a níveis mais ponderáveis pelo mau condicionamento da infra-estrutura viária que limitava a expansão da área produtiva.”²²⁵

O Maranhão da década de 50 era predominantemente agrário e dependente, presenciando-se uma relativa alteração no seu horizonte econômico, pois a decisão do governo federal de interligação rodoviária das regiões do país ocasionou o intercâmbio do espaço maranhense com Belém e a Amazônia interior, ampliou a integração econômica do Maranhão com o Nordeste e o restante do país e facilitou, sobremaneira, a imigração nordestina, tornando relativamente acessível à mão-de-obra rural a ocupação produtiva de uma nova fronteira de terras desocupadas e devolutas.²²⁶

Embora essas alterações parecessem significativas não prediziam, todavia, modificações profundas na realidade econômica nem sinalizavam para um forte potencial de crescimento econômico. Tais “alterações” naquela conjuntura agrária não representaram um avanço significativo para a melhoria das condições de vida do maranhense, ao contrário, evidenciou-se um corolário de problemas provenientes de atitudes governamentais que se impunham com o discurso pronto do desenvolvimento e do progresso, mas que não partiam de um planejamento adequado nem levavam em consideração todas as nuances da realidade concreta. Por essa razão, a realidade agrária, base da economia maranhense da década de 50 apresentou alguns problemas: o processo de incorporação das terras da nova fronteira processou-se de forma predatória, destruindo parte significativa dos recursos florestais pela queima e por não ter existido nenhuma ação do poder público, o modelo de ocupação tendeu a não fixação do homem à terra e à grilagem, deixando a terra livre a uma agropecuária mais capitalizada²²⁷; a fronteira agrícola avançou sem que houvesse um acompanhamento do poder

²²⁴ GOMES, 1981. Op.cit .p.27.

²²⁵ Ibid.p.27.

²²⁶ GOMES (1981). Op.cit.p. 28.

²²⁷ No princípio da década de 50 o jornalista Inácio Rangel, citado por GOMES(1981). Op.cit.p.35, sintetizava esse fenômeno dessa forma: “O chifre do boi contra o rim do lavrador expele este das terras que beneficiou para

público no sentido de implantar uma infra-estrutura social e econômica para as novas áreas de ocupação, sobretudo, no que concerne aos transportes, o que ocasionou elevados fretes agrícolas prejudicando o produtor, mantendo a sobrevivência em níveis elementares; o fato de se caracterizar como um ocupante sem posse legitimada impediu o acesso do produtor rural as políticas de crédito condicionando-os à política de comerciantes e usineiros; a nova “classe empresarial”, surgida com a expansão da fronteira agrícola e com os novos fluxos de comercialização, não estava condicionada a assumir um processo de industrialização que à época já se encontrava em estado de total liquidação no ramo têxtil e em dificuldades no ramo da produção de óleo babaçu.²²⁸ Desse modo:

A combinação do processo de liquidação da indústria têxtil com as dificuldades dos produtores de óleo de babaçu criavam uma visão negativa e desencorajadora e iniciativas industriais que, contrastando com o alto lucro obtido pelo capital nas transações mercantis propiciadas pelo incremento da produção agrícola, não poderia permitir o surgimento de um empresariado local capaz de utilizar as oportunidades que a despeito de tudo, existiam e continuam à espera da iniciativa industrial.²²⁹

Pelos dados da economia maranhense, vemos que não havia, a princípio, como acreditar-se em uma realidade em que a tônica fosse dada pelas curvas ascendentes de crescimento ou que apresentasse prognósticos animadores. O quadro apresentado não sendo dos mais promissores nem revelando uma melhoria substancial nas condições de vida do trabalhador, sobretudo rural, os discursos correlatos da escassez e da decadência continuavam sendo acionados nas falas das elites políticas para justificar o “atraso”, não obstante os esforços empreendidos pelo “bem do povo” e da sociedade maranhense.

Quando lemos a Mensagem do governador Eugênio Barros à Assembléia Legislativa do Estado, um dos protegidos políticos do Senador Vitorino Freire (que dominava a política maranhense na época), vemos o quão forte e necessário era fazer uso das lamentações conjunturais para se justificar insuficiências governamentais no que concerne à assistência, ou melhor, às políticas de fomento e melhoria das condições econômicas do Estado. Dizia esse governador que diante dos resultados do seu período administrativo, cumpria com justiça e de modo indeclinável não se perder de vista “a aflitiva conjuntura financeira” que no país tinha permanecido sem alterações substanciais para melhor e que vinha incidindo em cheio nas atividades governamentais, “pautando-lhes a rigor a marcha e a amplitude”²³⁰. Numa reedição do discurso da decadência, e para justificar a “escassez” da Receita que não bastavam para as “rotineiras necessidades” dos serviços públicos existentes, afirmava que:

a mata”.

²²⁸ GOMES(1981). Op.cit.p.38.

²²⁹ Ibid.p.38.

²³⁰ MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 3 de maio de 1955, pelo governador Eugênio Barros. São Luís, 1955.p. 9.

Este **estado de carência**, essa manifesta desproporção entre o volume do que urge fazer e do que está ao nosso alcance para fazê-lo, vem de longe, aliás, e infelizmente, terá de permanecer enquanto não nos for possível alterar substancialmente os padrões de uma economia embrionária e desorganizada, **arcabouço frágil e antiquado** sobre que repousa a vida do Estado.²³¹ [grifos nossos]

Em virtude dessa economia “embrionária” e “desorganizada”, para o governador, dificilmente algum outro governo empreenderia obras de grande vulto que pudessem resgatar o Maranhão do marasmo econômico baseado apenas em cifras orçamentárias que “ora infletiam para o alto, na crista da valorização do babaçu ou do arroz, ora despenham em colapso ao sabor das oscilações do mercado”.²³² Ainda assim, manifestava uma postura paliativa, e levemente salvadora, com a intenção de se não resolver, ao menos conduzir, da melhor maneira, as agruras desse momento faltoso e crítico:

Até que possamos, portanto, romper o **círculo angustiante** dessa conjuntura, não pode o Estado deixar de permanecer indeciso às vacilações de seu destino ora alentado pela esperança alvoroçada de um **futuro promissor**, nas **épocas de euforia**, ora **acabrunhado e manietado** pela dúvida de melhores dias, nas **fases deprimentes de estagnação e decadência**.²³³

Urgia, pois, diante desse quadro, e para modificar esse estado de coisas, atitudes planejadas e bem orientadas. Nesse sentido, o governador fazia menção às plataformas de governo, aos programas de candidatos, a mandatos políticos, às alentadas dissertações de técnicos e estudiosos no assunto, aos inquéritos e investigações de órgãos de governo ou de entidades privadas, todas ações de “incontestado valor” que apontavam soluções, mas que “esbarravam na falta de recursos com que levá-las a termo”. Era patente que o barateamento dos meios de transporte; a fixação do homem ao solo, pela criação da pequena propriedade e de condições econômicas favoráveis; a seleção e distribuição de sementes; a mecanização da lavoura; a assistência técnica, sanitária e educacional; o crédito agrícola etc; eram de fundamental importância para a recuperação econômica do Maranhão.²³⁴ Contudo, havia uma queixa insistente em relação aos poucos recursos de um erário que “mal atendia às despesas de rotina” e aos esforços de uma iniciativa particular de acanhadas possibilidades.

Aliando os discursos da decadência com o da boa conduta governamental Eugênio Barros fazia uso de tática antiga: pontuava os males quase que irremediáveis de uma decadência que teimava em permanecer ao mesmo tempo que, pedagogicamente, mostrava as boas ações idealizadas e as dificuldades em executá-las. Além disso fazia questão de atribuir

²³¹ Ibid.p.9.

²³² Ibid.p.9.

²³³ Ibid.p.9 e 10.

²³⁴ Ibid.p.10 e 11.

parte da culpa a uma certa omissão do Governo Federal que não prestava a ajuda devida para sanar todos os males presentes nesse cenário de escassez e carências:

Por isso tenho afirmado e volto agora a fazê-lo, com absoluta convicção, que só a ajuda substancial e oportuna do Governo Central, através dos órgãos competentes, nos poderá, com a presteza necessária, afastar da órbita desse verdadeiro círculo vicioso em que se debate o nosso obsoleto organismo econômico.²³⁵

No teor desse discurso há um clamor incessante junto aos poderes da União para o fortalecimento econômico do Maranhão, argumentando-se que essa ajuda não refletiria apenas em termos de solução regional, como também sobre a economia nacional aliviando, inclusive, a crise das divisas, considerando-se as “incalculáveis fontes de riquezas naturais” até então inexploradas e, se exploradas, deixando muito a desejar. Ao contrário de muitos outros, o governador não se resignava “a só esperar dos céus o favor da Providência”, pontuando com muita ênfase todas as suas ações “sacrificadas” no sentido de presidir uma administração com “justiça e comprometimento”. Desse modo, enumerava a ampliação e o aperfeiçoamento do meios de transporte através dos “Serviço de Acordo” fomentando com o Ministério da Agricultura a produção agrícola em geral; a fundação de escolas e postos de assistência médico-farmacêutica; a organização e disseminação do ensino rural “especializado”; o apoio à iniciativa privada que também se empenhava na melhoria das condições econômicas, dentre outras coisas, tudo em benefício da atenuação das dificuldades econômicas existentes no Estado que, segundo o governador, eram generalizadas ocasionando a alta do custo de vida “a criar por toda parte, desajustamentos que assumem as proporções e os contornos de uma crise social de consequências imprevisíveis”.²³⁶

Ao enumerar os problemas maranhenses e as possíveis soluções para saná-los, bem como o esforço empreendido diante das dificuldades, Eugênio Barros, ao contrário dos governos anteriores, dá menor ênfase à questão da educação na referida Mensagem, no entanto, não se excusa de pontuar os incentivos à educação ruralista, a criação de alguns novos grupos escolares, a criação do Museu Histórico e Geográfico e as reformas de alguns prédios dessas áreas, como o Liceu Maranhense e o Palácio da Educação, etc.

Se o diagnóstico de Eugênio Barros que administrou o Maranhão entre 1951 e 1955 não parecia dos mais promissores, haja vista as dificuldades enfrentadas num Estado pleno de carências e dificuldades de toda ordem, na fala do governador seguinte, José de Matos Carvalho, notamos uma espécie de inflexão discursiva no que concerne ao modo como se encarava o “fantasma” da decadência, embora dela fizesse uso, como boa parte das elites

²³⁵ Ibid.p. 11.

²³⁶ Ibid. p. 11 e 12.

políticas e intelectuais que atuaram no século XX. Na mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em maio de 1960, dizia que a situação econômica do Estado prosseguia naquele ano em escala ascendente “com apreciável melhoria da produção agrícola e extrativa”²³⁷. Sem dúvida era um discurso promissor anunciando os “resultados positivos” de sua administração situada no período de 1957 a 1961. Pontuava os ganhos na lavoura com uma produção ascendente e as melhorias (questionáveis, obviamente) das condições de vida das populações rurais; o aumento da produção do babaçu e exportação do arroz e do babaçu (principais produtos da economia maranhense nessa década), o que estabilizou a balança comercial do Estado.

José de Matos Carvalho falava de um certo “ressurgimento” da agricultura diante das melhores possibilidades de aceitação do arroz maranhense no mercado nacional, especialmente em virtude de “medidas adequadas e melhoria das condições proporcionadas pelos poderes públicos”, mencionando a distribuição de sementes aos agricultores, a abertura de estradas de penetração e rodagem e outros incentivos. Apesar dos prognósticos animadores, pontuava também algumas dificuldades encontradas para o escoamento da produção pela deficiência dos transportes, e um certo decréscimo da produção do algodão em pluma que era o terceiro produto de significação da balança comercial.

É marcante, nesse discurso, o uso que o governador faz do caráter salvacionista e promissor de sua gestão. Em toda a sua “prestação de contas” faz questão de pontuar a promoção de medidas de amparo e incentivo à economia a partir de acordos; da criação de secretarias; da Comissão de Planejamento Econômico – COPEMA (criada para realizar estudos de um plano desenvolvimento econômico do Estado).²³⁸

Embora não se livre da fala da escassez, no discurso desse governador suas atitudes pareciam acenar para uma melhoria substancial na realidade econômica maranhense. Mostrava-se fazendo o possível para remediar a situação de decadência quase crônica que acometia o Maranhão. Certa vez, chegara a afirmar que não cabia discutir as causas, várias e complexas que determinaram a decadência da Antiga Atenas, chegando a alcançar “um pálido penúltimo lugar, na ordem decrescente das unidades da federação, no que tange à alfabetização”²³⁹ Não obstante esse estado desanimador, ocasionado por razões “não totalmente

²³⁷ MENSAGEM apresentada pelo governador José de Matos Carvalho à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão em maio de 1960. p. 7.

²³⁸ Esse órgão estudou e planejou a criação, pela lei nº 1.804 de 21 de agosto de 1959, o Instituto Maranhense do Arroz – IMAR com personalidade jurídica e natureza autárquica, para amparar e incrementar a lavoura de arroz no Maranhão. Foi inspirado no IRGA – Instituto Rio Grandense do Arroz. É também apanágio da COPEMA, a criação de uma sociedade de economia mista, a LOIDE MARANHENSE, uma fábrica de cimento, das Centrais Elétricas, da Sociedade de Melhoramentos e Urbanização da Capital, dentre outros.

²³⁹ CARVALHO apud SOARES (2002) Op. cit. p 2.

explicáveis”, via com certo entusiasmo as potencialidades que o Maranhão apresentava, e pontuava sempre o potencial latente de suas inesgotáveis riquezas. O Maranhão continuava, nesse discurso, aquém de suas possibilidades econômico-financeiras. Por isso, afirmava que:

ainda que se fazia necessária a adoção de uma política administrativa em termos revolucionários, associando o capital e o trabalho à execução de um planejamento técnico de grande envergadura, para a exploração adequada de nossas riquezas naturais. E foi o que fez meu governo com a criação do Plano de Recuperação Econômica do Estado.²⁴⁰

Mas, em se tratando da felicidade geral do povo maranhense, não somente a prosperidade financeira, via planejamento, era um objetivo a ser alcançado: o desenvolvimento do setor educacional era o que parecia ser a questão primordial no resgate da plenitude intelectual, experimentada nos tempos áureos da Atenas. O desenvolvimento desse setor impunha-se, segundo o discurso vigente, “a todo custo”, pois se as realizações materiais, produtos da técnica, estão invariavelmente sujeitas “à ação deletéria do tempo e às limitações do espaço”, a cultura era obra imperecível, com a finalidade de alargar e iluminar os horizontes do espírito, “imortalizando a inteligência humana pelo produto de suas criações intelectuais”.²⁴¹ Para Matos Carvalho, mesmo tendo caído por terra a hegemonia política da Grécia e da Roma antigas “ainda hoje[década de 60] vive entre nós a alma da cultura greco-romana, como infra-estrutura da civilização ocidental, influenciando diretamente na formação intelectual do povo brasileiro e no espírito de nossas instituições político-sociais.”²⁴² E para não perder de vista esse espírito de cultura, uma vez que dizia ser a educação cultural de um povo o alicerce sobre o qual se constrói o edifício do progresso de um Estado, utilizou-se de tática similar à política de amparo e fomento que dera à economia, criando também um Plano de Desenvolvimento para Educação que tinha como finalidade a expansão da rede de estabelecimentos escolares, a subvenção do ensino em vários níveis e a contratação de professores, sobretudo para o ensino primário.²⁴³

Vimos até agora, traçando em razoáveis pinceladas, de cunho político e cultural, a trajetória do discurso da decadência e seus diversos usos, tanto para fins de legitimação de vontades de mando e posições, quanto para expor uma certa nostalgia das elites em relação ao passado. Nessa atmosfera, nada era mais conveniente do que “as práticas de mecenato” ou mesmo as atitudes que partiam do princípio de que era possível acontecer a redenção pela cultura. Nesse contexto é que é possível avaliar a trajetória de Mário Meireles e a importância do surgimento de **História do Maranhão**.

²⁴⁰ CARVALHO (1960). Op.cit. p. 19.

²⁴¹ CARVALHO (1960). Op.cit.p. 30

²⁴² Ibid.p.30

²⁴³ Ibid. p 30 a 33.

Ela surge num contexto em que a carência de obras que pudessem “explicar” o Maranhão ou contar sua história, fazia-se premente. Era necessário escrever-se algo que pudesse preencher uma lacuna, sanar uma deficiência acumulada durante décadas. Uma das visões que saudavam a publicação do livro, anunciava entusiasticamente que:

Sem contestação, a **História do Maranhão** é um livro esmeradamente estudado, criteriosamente planejado e patrioticamente escrito. Não é um simples trabalho de compilação; é uma obra de valor, com idéias e observações originais, onde o leitor, por mais erudito que possa ser, encontra sempre o que aprender. É o que se chama de um livro bom; do tipo desses que por si só consagram seu autor. Pois, nós, em nossa desvaliosa opinião, consideramos a **História do Maranhão** em apreço um livro que só os mestres o conseguem produzir, além de vir preencher uma grande lacuna na bibliografia histórica do Maranhão.²⁴⁴

A apreciação de Jerônimo de Viveiros, antigo mestre de História, e o primeiro tutor intelectual de Mário Meireles, refere-se ao que consideramos o ponto crucial na consolidação da carreira deste último como historiógrafo. Era um livro de síntese com quase quatrocentas páginas de texto, publicado em 1960 pelo DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público que à época tinha como Diretor do Serviço de Documentação Manuel Caetano Bandeira de Melo, membro da Academia Maranhense de Letras, jornalista e também amigo pessoal de Meireles.

Na nota preliminar à primeira edição, Meireles dizia que o que o movera a produzir o livro era tão somente o propósito sadio de as futuras gerações da mocidade maranhense não lutarem com as mesmas dificuldades com que se defrontava aquela da década de sessenta quando, mesmo por curiosidade, quisesse saber algo do seu passado e de suas tradições. Constatava que quase não havia onde ler e procurar informações sobre o passado, visto que as obras clássicas de história provincial já escasseavam e que os poucos exemplares que ainda sobreexistiam estavam guardados sob sete chaves nas bibliotecas de uns poucos estudiosos, cujas fileiras desfalcavam-se dia-a-dia, sendo raros também os compêndios de história maranhense, a exemplo dos **Anais Históricos da Província do Maranhão** de Bernardo Pereira de Berredo e a **Poranduba Maranhense** do Frei Nossa Senhora dos Prazeres, sobre a história da colônia, e a **História do Maranhão** de Barbosa de Godóis que ia até o advento da República.²⁴⁵

²⁴⁴ A “**História do Maranhão**” por Mário Meireles na apreciação de Jerônimo de Viveiros. In: Jornal O Imparcial. São Luís 10.01.1961; 14.01.1961 e 17.01.1961. Sem número de páginas. Documento do arquivo pessoal de Mário Meireles.

²⁴⁵ Trata-se dos clássicos: **Anais Históricos do Estado do Maranhão** de Bernardo Pereira de Berredo e Castro publicada (1849); **Poranduba maranhense ou relação histórica da província do Maranhão** de Frei de Nossa Senhora dos Prazeres Maranhão (1820) e, **História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal** de Barbosa de Godóis (1904).

“Como possível a nosso magistério ensinar a disciplina às futuras professoras primárias, se não há onde aprendê-la?”, questionava o autor. A confecção do livro seria a resposta a essa angustiosa indagação consolidando, para os “porvindouros”, tudo o quanto ainda se podia encontrar, na convicção de que, “despertando-lhes a curiosidade e o interesse por nosso passado, entre eles se venha a constituir uma falange que enlargueça e faça perpetuar esse pequenino grupo(...) que se conta por uma precária de meia dúzia de homens que ainda queiram saber do passado porque sabem que *a História é a Mestra da Vida...*”.²⁴⁶ Era clara, portanto, a intenção de preencher uma sensível lacuna na historiografia maranhense reabilitando, em caráter metodológico, e em linguagem científica, a velha atitude missionária que marcou vários momentos de sua trajetória intelectual.

Jerônimo de Viveiros a considerava uma obra de valor não só pelo extenso recorte temporal estudado, mas também pela análise dos acontecimentos e métodos de exposição, não se tratando apenas de um trabalho de compilação. Segundo o velho mestre, Meireles estudava os acontecimentos como consequência dos “fatos históricos” mundiais, nos quais procurava evidenciar suas “causas determinantes”. Dessa maneira, não apresentava a História isoladamente, sem ligação com o que se passava no resto do mundo. Com tal ponto de vista, que era, segundo o mesmo, “um critério novo”, investigava os antecedentes dos fatos, o que se via logo no primeiro capítulo referente ao descobrimento do Maranhão, no qual dava “uma bela e completa síntese das lendas e hipóteses a respeito”. E ainda na mesma diretriz fazia conjecturas sobre o nome “Maranhão”; os aborígenes; a França Equinocial; a “Jornada Milagrosa”; a Conquista do Maranhão; os Governadores, divididos metodicamente em grupos conforme as “mutações” pelas quais passava a Colônia; a Invasão Holandesa; as expulsões jesuíticas; a Revolta de Bequimão; a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, etc; e já no Império, uma outra grande investida de “originalidade”, quando ao descrever a Balaiada, ou a “grande sangueira humana”, fugia às explicações puramente políticas para dar lugar ao que chamava de “considerações sociológicas”. Por todas essas razões, e pelas “opulentas páginas de verídicas interpretações históricas”, Viveiros a considerava uma obra superior às suas similares que há muitos anos se achavam escassas ou esgotadas.²⁴⁷

Para Manuel Caetano Bandeira de Melo, que foi quem ajudou na publicação e que também o prefaciou, o livro era um largo painel da História do Maranhão, no que esta tinha de mais significativo para a História do Brasil. Para ele, a justificativa para tamanha importância estava no fato de que era a História de um Estado de tradições poderosas “cujo irredentismo

²⁴⁶ MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. 3. ed. São Paulo: Editora Siciliano, 2001. p. 14.

²⁴⁷ A “**História do Maranhão**” por Mário Meireles na apreciação de Jerônimo de Viveiros. In: *Jornal O Imparcial*. São Luís 10.01.1961; 14.01.1961 e 17.01.1961. Sem número de páginas. Documento do arquivo pessoal de Mário Meireles.

[refletia] os ideais de grandeza da nacionalidade”. A grandiosidade do trabalho era tanto maior pelo fato de que, para ele, o autor era um dos nomes mais prestigiados das letras maranhenses. Um prestígio advindo de um labor “infatigável e ilustre”, haja vista o fato de já dispor, não de uma escrita eventual e descompromissada, mas de uma obra séria de estudioso, pesquisador, de “historiador verdadeiro” ao lado daqueles que se mantiveram fiéis “à dignidade com que os de sua terra sempre exerceram a profissão das letras”, tais como: Jerônimo de Viveiros, Clodoaldo Cardoso, Rubem Almeida, Domingos Vieira Filho, Arnaldo Ferreira e Luiz Gonzaga dos Reis. Todos intelectuais que exerceram sua profissão em meio “a toda sorte de conhecidas dificuldades”.²⁴⁸

Bandeira de Melo considerava o livro como um “largo painel” pelo fato de descrever (e essa é uma característica da obra) os momentos decisivos da história do Maranhão, e por extensão, do Brasil, desde o seu descobrimento. Momentos que ganharam uma força simbólica significativa na historiografia maranhense, pelo teor de heroísmo com que foram interpretadas, tais como: a “Jornada Milagrosa” nome com o qual se consagrou a batalha em Guaxenduba, na qual o mestiço de português com índia, Jerônimo de Albuquerque, derrotou os franceses liderados por La Ravardière; o modo peculiar como se processou a formação do Estado colonial do Maranhão; as expulsões dos jesuítas e, nesse ambiente, as pregações de Antônio Vieira, considerado um pregador genial; a tumultuada questão da emancipação indígena; a escravatura negra; a evolução política econômica e cultural da região; a tardia adesão à Independência do Brasil; a Balaiada, movimento de múltiplas conotações que no livro Meireles chega a mencioná-la como “algo incompreensivo na história administrativa do Maranhão”; a República de São Bento e a Revolta dos Frades, episódios, de certo modo, picarescos da história local, etc. Temáticas que, na apreciação crítica de Bandeira de Melo, são na obra narrados com “linguagem correntia, objetiva e certa” em que todas as asseverações “se comprovam exatamente”.²⁴⁹

Nesse contexto de “escassez e carências”, sentido e reclamado por muitos, a recepção de uma obra que fizesse a história do Maranhão como um todo o seu objeto de estudo teve certamente muita ressonância no meio intelectual ou mesmo fora dele, embora não disponhamos de todos os indícios para dimensionar com maior largueza o impacto dessa obra que veio com a finalidade de suprir uma lacuna. No jornal maranhense *O Imparcial* de 24 de dezembro de 1960, o jornalista Vera Cruz Santana fazia um comentário louvando a chegada

²⁴⁸ MELO, Manoel Caetano Bandeira de. In: MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do D.A.S.P, 1960.

²⁴⁹ Ibid.p.7.

de uma obra de tão grande valor para a cultura maranhense. Para ele, o livro que o aplaudido escritor lançou no Estado da Guanabara constituía-se um verdadeiro testemunho da “seriedade” com que o autor encarava as “coisas sérias”. Tratava-se de um livro limpo, de leitura agradável, linguagem acessível e rico em informações sobre o Maranhão. O jornalista dizia ainda que a publicação do livro, de tão grande interesse pelas coisas maranhenses, representava um relevante serviço prestado à cultura e, por isso mesmo, teria merecido o apoio do DASP. E justificava o registro como um “importante acontecimento literário” para juntar os seus aplausos “aos que tem sido recebidos pelo historiador conterrâneo”.²⁵⁰

Um outro comentário, agora vindo de um importante literato maranhense, saudava o livro com uma paródia poética: “*História do Maranhão publicada. Pau d’arco em flor.*” O literato em questão era Josué Montello que no Jornal **O Dia** de 20 de novembro de 1960, parodiava a fala de um conhecido poeta maranhense do século XIX, autor de “**O Guesa**”, Joaquim de Sousa Andrade, o **Sousândrade**, que inimigo voraz do regime monárquico e entusiasta da causa republicana, que via como solução para todos os males, saudou a chegada do regime de 15 de novembro de 1889 com a seguinte expressão: “*República proclamada. Pau d’arcos em flor.*”. Para Montello, **História do Maranhão** expressava um momento de maturidade intelectual do autor. Era o resultado de um saber especializado que o autor reuniu em muitos documentos e livros antigos e mesmo dos rumos que traçou numa longa carreira intelectual. Desse modo, esse seria certamente o seu melhor trabalho confirmando o escritor e o erudito que agora passava a compor suas próprias páginas de antologia.²⁵¹

A carência de uma obra que pudesse “explicar” o Maranhão e preencher uma “lacuna” historiográfica talvez tenha sido o motivo pelo qual a obra tenha sido tão bem apreciada pela imprensa da época, tanto na primeira quanto na segunda edição. O jornal **O Imparcial** de junho de 1961 o recepcionava como uma obra que se iniciava em 1499 até os dias atuais, “num recenseamento fiel de todos os principais acontecimentos que informaram a vida maranhense nesse dilatado período de sua existência”, tratando-a como “um quase milagre de síntese” operado por Meireles. Seu real valor estava no fato de que até aquele momento só havia a **História do Maranhão** de Barbosa de Godois, publicada em dois volumes para o estudo dos alunos de Instrução Cívica da Escola Normal, contemplando a vida maranhense desde a Colônia até o início da República. Embora sendo uma obra de conjunto, e “útil” à

²⁵⁰ JORNAL **O Imparcial**. São Luís, 24 de dezembro de 1960.(Documento do arquivo pessoal de Mário Martins Meireles)

²⁵¹ JORNAL **do Dia**. São Luís, 20 de novembro de 1960.(Documento do arquivo pessoal de Mário Martins Meireles)

mocidade estudiosa, era considerada lacunosa e incompleta, resultado de anotações das preleções das aulas dadas em 1902²⁵². Assim:

A **História do Maranhão** do senhor Meireles nascida, assim, da **necessidade imperiosa de dotar nossos professores de um instrumento de alto valor informativo** não tem, todavia, a leveza que desavisadamente se possa pensar. Além de ser obra de valor de ameníssima leitura, eis que o autor é um estilista primoroso e teve o cuidado de evitar digressões ociosas que os falsos eruditos tanto amam pavonear em tudo quanto escrevem, a “História do Maranhão” é **útil porque de imenso valor informativo**[...]Um **modo objetivo, limpo, seguro, ameno de ensinar a história** é o que surpreendemos nas páginas do livro do senhor Mário Meireles. E por si só é um **documento flagrante e colorido**, como convém, aliás, a um bom livro de história, das **grandezas e vicissitudes de nobre porção da gente brasileira** em várias fases de sua existência.²⁵³

Como se observa, **História do Maranhão**, vinda a lume, era avaliada pelo seu valor informativo numa época em que alguns pensavam o ensino como algo cuja integridade era seriamente comprometida pela ausência de produções que fundamentassem a formação de professores de nível médio, sobretudo. Por isso seu caráter utilitário, lembrando-se que sua importância ia além do valor informativo, uma vez que se tratava de uma obra que expunha “as grandezas e vicissitudes” de um espaço sociocultural há muito carente de uma verificação intelectual que lhe permitisse visibilidade e expressão.

Era preciso dar visibilidade para o Maranhão a partir de uma ótica historiográfica, de uma forma mais sistemática e completa. Mário Meireles se impôs essa tarefa naquele momento final da década de 50, cenário em que o discurso da escassez produzia ímpetus intelectuais de resgate e reafirmação de tradições que aos poucos iam se perdendo. Uma configuração que nos remete ao ponto de vista de Sirinelli de que:

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de aprender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar.²⁵⁴

Compartilhando dessas “afinidades,” Meireles, naquele contexto, fez da carência o motivo do seu discurso, como também vimos nas falas dos governantes. Um discurso fundado necessariamente na tradição e na saudade. Tradição que tinha como pressuposto a idéia de que o passado maranhense, sobretudo aquele período compreendido entre o final do século XVIII e meados do XIX, era o espaço, por excelência, de uma plenitude material e

²⁵² JORNAL O Imparcial. São Luís, 06 de abril de 1961.(Documento do arquivo pessoal de Mário Martins Meireles).

²⁵³ Ibid.

²⁵⁴ SIRINELLI (2003). Op. cit.p. 248.

intelectual, tempo da abundância financeira, de uma relativa paz nas relações produtivas e sobretudo, o tempo áureo das inteligências, supostamente caracterizado por uma intensa produção intelectual que, por sua vez, gerou ícones e “definiu” o ser maranhense. Indivíduo naturalmente dotado da virtude da sabedoria, atravessado por um fluxo constante de cultura cujo modelo era o ideal humanista de criatividade.

Ao se tratar de um discurso fundado na saudade e na tradição, pressupunha, de certo modo, um medo da perda da memória individual e coletiva. O resgate dos mitos regionais, das efemérides cívicas e dos grandes acontecimentos em geral que caracterizaram a história maranhense era uma saída possível para manter reafirmada uma suposta identidade cultural ameaçada pelo perigo da corrosão pelo esquecimento. Considerando que a perda dessas tradições trazia muitas implicações, não somente sentimental como também política e social, as elites, especialmente intelectuais, buscam a elaboração de um lugar da saudade e do lirismo. Tratava-se de uma tentativa de se criar uma imagem do que não mais existia ou ao menos daquilo que se imaginou existir um dia. Desse modo, “lutar contra a história é lutar contra a finitude, e é justamente a memória a única garantia contra a morte, contra a finitude.”²⁵⁵

História do Maranhão se apresentava, portanto, como uma dessas investidas intelectuais na luta contra a perda e a finitude. Amparada no resgate das tradições culturais pelo uso da memória, sua proposta deixava óbvio um teor saudosista, uma intenção evidenciar uma verdade regional.

Nas páginas iniciais do livro da primeira edição, o leitor é logo surpreendido por duas grandes “máximas históricas”. As duas epígrafes utilizadas são sintomáticas de uma visão tradicional de História. A primeira de Hoerdt, que diz: “A História não se dá, impõe-se-nos”. A outra de Schopenhauer: “Só através da História um povo adquire plena consciência do seu próprio ser”. Nessas duas citações está implícito um modo de ver a história fundado em critérios de verdade, em definições fixas e, sobretudo, em uma visão essencialista da história. Quando se propõe a narrar a história do Maranhão, Mário Meireles está necessariamente imbuído desses critérios. Pretende dizer o Maranhão de uma forma objetiva, verdadeira, dando a conhecer o “passado [maranhense] e suas tradições”. Ora, o autor comungou com critérios geracionais especialmente afeitos ao culto dos mitos locais, perfazendo-se como intelectual em instituições criadas para legitimar um regionalismo numa época de construção de identidades regionais.

²⁵⁵ ALBUQUERQUE JUNIOR (2001). Op.cit.p.79.

História do Maranhão é uma obra extensa. Sua primeira edição que foi publicada em 1960, composta de trinta capítulos que se estendiam por 395 páginas, tinha como finalidade traçar um painel da história maranhense desde o período anterior ao descobrimento (1499) até o Estado Novo e a Reconstitucionalização de 1946. Para tanto, dividia-se em três grandes partes: O Maranhão na Colônia de 1499/1823, com 18 capítulos; o Maranhão no Império de 1823/1889, com 6 capítulos; e o Maranhão na República de 1889 até o ano de 1957, com 6 capítulos. Podemos dizer que se caracterizava como uma obra de epopéia, cujos aspectos constitutivos eram: a evolução do Maranhão, a sua formação política e a sua vida cultural. A extensão do recorte temporal aliada à disposição dos assuntos em rigorosa ordem cronológica evidenciavam o cunho provincial de sua escrita formulada em grande síntese histórica.

Além de ser um trabalho de fôlego, nele há todo um esforço de valorização das grandes ações, dos grandes feitos e, portanto, dos grandes homens cujas atribuições morais eram largamente valorizadas para servirem de exemplo às futuras gerações. Nada disso poderia ser pensado sem que se considerasse a existência de uma ordem imanente à história, cuja série de acontecimentos sucessivos seria a razão do desenvolvimento social. Meireles imprimia, desse modo, um sentido evolutivo à história que se inicia com as investidas dos europeus no contexto da expansão de seus domínios (início do processo “civilizador” nesse espaço) e chega ao seu ponto culminante com a formação de uma elite intelectual no século XIX, condicionando toda a narrativa posterior. Tudo o que viria depois desse tempo é entendido sob a ótica do declínio e, conseqüentemente, da espera (expressas em origem, apogeu e decadência) numa possível ressurreição dos tempos áureos a ser empreendida pela vontade de homens públicos comprometidos com a causa da cultura e da boa administração.

Segundo Flávio Soares, **História do Maranhão** é o resultado de um programa geral desenvolvido ao longo da vida de Mário Meireles numa sucessão impressionante de obras. Avalia o livro como a modalidade de fazer história do Maranhão que deu expressão a uma “ordem de problemas” formulada inicialmente no final do século XIX e início do século XX com Antônio Lobo, o fundador da Academia Maranhense de Letras. Essa suposta “ordem de problemas” seria um conjunto de indagações acerca da “decadência do Maranhão-Atenas” e das possíveis ações a serem executadas no sentido de resgate pleno das tradições intelectuais. Para Soares, foi certamente com o autor de **História do Maranhão**, mais do que com qualquer outro autor que a “decadência do Maranhão-Atenas” teria ganhado pela primeira vez uma nítida dimensão historiográfica, embora a questão já estivesse presente num texto ‘sem

quaisquer pretensões' como o da **Pequena História do Maranhão**, opúsculo destinado aos alunos do ensino primário, publicado em 1959 e oficializado em 1960 nas escolas estaduais.²⁵⁶

Em nossa visão, a fórmula encontrada pelo autor para expressar essa suposta decadência com toda sorte de possíveis causas, o corolário de problemas dela decorrentes e as possíveis saídas para remediar o mal, estava presente na prioridade às políticas governamentais. Se bem observada em sua estrutura, a **História do Maranhão** é a história das administrações maranhenses naquilo que realizaram de melhor ou pior. Essa demasiada preocupação com a arte de governar impõe um sentido ordenativo que direciona toda a narrativa, impregnando o texto de um forte teor político. Não é de se estranhar o fato de que o autor finaliza a obra utilizando como apêndice a **Constituição do Estado do Maranhão** de 1947 cujas disposições ainda estavam vigorando em 1960.

Embora o signo da decadência fosse sentido por Meireles como uma fatalidade, algo do qual não se pode fugir, e do qual o Maranhão seria vítima constante, adornando todas as conjunturas e períodos analisados a sua voz de burocrata, de funcionário público e de intelectual ligado aos institutos promotores da cultura, dava ao teor do livro a aparência de expressão de uma realidade coletiva. Uma realidade ansiosa por resoluções efetivas e eficazes no plano da educação, da economia e das decisões políticas.

Se o plano da obra revelava uma preocupação com o modo como as administrações foram sendo executadas e quais implicações elas tiveram numa realidade pontilhada de falas de angústia, por sentimentos saudosistas em relação aos tempos áureos, ela estava circunscrita na mesma tendência (de época) que impulsionou as várias ações salvacionistas e redentoras, o seu sentido intrínseco era também de suprir uma demanda no plano da cultura, preencher uma ausência, dar aos maranhenses a possibilidade de conhecer sua “verdadeira” história. Disposição que nos remete ao início do século XIX quando o intelectual Antônio Lobo idealizou a criação da Academia Maranhense de Letras em meio a dois questionamentos que, atordoado, parecia fazer de si para si: “Mas nossa ressurreição espiritual, como explicá-la satisfatoriamente? Que causas precisas lhe devem ser atribuídas, que antecedentes genéticos lhe poderão com verdade e justiça ser apontados?”.²⁵⁷

É notório que os ecos desses questionamentos continuaram reverberando pelas gerações seguintes e que a intenção de Meireles em elaborar um trabalho que pudesse informar à mocidade as tradições da terra diante da escassez dos clássicos da “História provincial” era parte, não de um projeto, mas de um ideal notadamente elitista de trazer de volta à vida uma realidade passada da qual se considerava caudatária. Daí o prudente

²⁵⁶ SOARES (2002) Op. cit.

²⁵⁷ LOBO (1970).Op. cit.p. 5.

posicionamento de Flávio Soares, que compartilhamos, que afirma existir uma espécie de “messianismo particular”²⁵⁸ a espreitar a visão da historiografia de Meireles quando este interpreta a história maranhense como uma trajetória plena de conjunturas de relativa ascendência seguida de profundas crises, as quais só poderiam ser remediadas ou mesmo suprimidas atendendo a um estado de plena prosperidade se fossem consideradas as causas reais do declínio quase fatal.

Não obstante o caráter polissêmico da noção de intelectual, como pontua Sirinelli, e mesmo diante da impossibilidade de estabelecer categorizações fixas acerca deles, poderíamos dizer que a atuação de Mário Meireles como intelectual estaria mais próxima da acepção “mais ampla e sociocultural” defendida por Sirinelli que englobaria os criadores e os “mediadores” culturais. Para ele, inclui-se nessa categoria tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Ora, Meireles havia construído uma carreira como professor que se consolidou com a criação da Faculdade de Filosofia de São Luís, já havia até a década de 60 construído uma carreira de escritor e de pesquisador respeitado, publicava artigos em jornais, participava ativamente das solenidades e comemorações cívicas além de ser um dos membros mais ativos da Academia Maranhense de Letras e um burocrata do Imposto de Renda, essas razões eram suficientemente fortes, para garantir-lhe ressonância no meio intelectual maranhense e, sobretudo, circunscrevê-lo às ideologias e a cultura política de sua época.

²⁵⁸ SOARES (2002). Op.cit. p.2

4.2. Mitos, fatos e heróis: ecos de uma “história exemplar”.

Em palestra proferida no II Congresso de Universitários, realizado na Academia Maranhense de Letras, a 30 de setembro de 1958, com o tema **O Papel das Américas nos Tempos Moderno e Contemporâneo**, o autor já deixava explícita a concepção de História que orientava suas produções. Afirmava no seu demorado discurso que a História, embora não submetida a leis, mostrava claramente, e sempre a posteriori, os perfis de constantes que se produziam quase fatalmente ainda que o homem, desde sua origem, não pudesse fazer outra coisa além de observá-las, historiá-las, medi-las e contá-las, nunca, porém, variar o curso do seu desenvolvimento. E apenas historiando essas constantes, saber-lhes-ia observar essas conseqüências, pois a História era a “Mestra da Vida”, ensinando os homens a seguir um desenvolvimento do qual jamais poderiam fugir.²⁵⁹

Para fixar esse ponto de vista, aliando-o também a uma visão providencialista da História, argumentava que a América foi oferecida por Deus ao homem como um amplo campo experimental para que nela semeasse a semente da boa nova. Avaliando o curso de seu desenvolvimento e de suas constantes afirmava ser o Novo Mundo uma terra predestinada à Liberdade, à Igualdade e à Fraternidade na concepção de Democracia idealizada por Rousseau.²⁶⁰

No caso mais específico do Brasil, reclamava a insuficiência desses ideais na sua constituição enquanto povo, especialmente no que concernia às políticas educacionais. Por essa razão, conclamava, no discurso, todos os jovens a unirem-se de uma vez por todas para solucionar o problema brasileiro da Educação, para que se apagasse definitivamente o anátema do analfabetismo, uma vez que sem essa atitude jamais se alcançaria a verdadeira Igualdade.

A solução estaria, segundo ele, com as próprias lições da História, como no caso da Colônia de Massachussets, cuja Assembléia, em 1649, decretava a obrigatoriedade da existência de uma escola primária em cada povoação de mais de cinquenta proprietários e de uma escola secundária em cada cidade com mais de cem fogos e que mesmo antes disso, em 1683, já votara uma verba para a construção de uma escola superior que viria a se tornar a Universidade de Harvard. “Uni-vos, pois, dizia, e exigi que em cada distrito urbano, haja no mínimo uma escola primária; que em cada cidade menor haja sempre um colégio secundário; que em cada capital de estado haja uma Universidade”. Valia-se, dessa forma, do exemplo da

²⁵⁹ **Palestra proferida ao II Congresso de Universitários realizada na Academia Maranhense de Letras a 30 de setembro de 1958.** Documento do arquivo pessoal de Mário Meireles. p.2.

²⁶⁰ Ibid. p. 10.

América do Norte, o qual era recorrente em nossa tradição intelectual²⁶¹, para mostrar aos jovens que era possível e recomendável utilizar-se de um exemplo bem sucedido para resolver o problema da educação, solução sem a qual o povo não haveria de alcançar os grandes ideais para os quais a América estava predestinada.²⁶²

Todo esse conteúdo espalhava-se num território de pegadas antigas, mas ainda bastante nítidas no campo das disputas regionais ocorridas na primeira metade do século XX, o espaço da *História Magistra Vitae*, expressão que, baseada em modelos helenísticos, foi cunhada por Cícero para designar aquele tipo de história “contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico”²⁶³. Tratava-se de concepção antiga entendida no plural para designar narrativas particulares e sem relação direta entre si que tinham a finalidade de transmitir uma sabedoria acumulada pelos exemplos do passado para orientar a conduta presente evitando, assim, a repetição de erros e insucessos do passado.

História do Maranhão foi uma obra escrita com a finalidade de narrar as coisas maranhenses nessa perspectiva, com suas respectivas vicissitudes, seu conteúdo de grandeza, sua superioridade intelectual, sua história de conquistas e de perdas, suas grandiosas batalhas e com a virtude de seus heróis, por essa razão guarda um sentido eminentemente regional e tradicionalista.

4.2.1 Os mitos fundadores:

Esse modo tradicional e regionalista de abordagem se revela na obra de diversas maneiras. Uma delas é a importância que o autor dedica a dois mitos fundadores: um que diz respeito a origem francesa da cidade de São Luís e o outro, que já mencionamos, que diz respeito à capacidade intelectual do povo maranhense ou da “gente gonçalvina”.

Segundo Maria de Lourdes Lauande Lacroix, o mito da fundação da cidade pelos franceses surgiu na última década do século XIX, anos iniciais da República, fase de busca de uma identidade nacional e regional. Para ela, a elite maranhense, influenciada pelas ideias e práticas francesas ensaiadas durante todo o século XIX, fazia a edificação de seus “tempos de glória”, delineando uma identidade assentada no orgulho de ser superior e singular. Aconteceu então a invenção das tradições, fenômeno relativamente comum, sobretudo, a partir da última década do século XIX e mais acentuadamente, nas primeiras do século XX²⁶⁴. Assim,

²⁶¹ Sobre o assunto, ver Silveira, Helder Gordim. Joaquim Nabuco e Oliveira Lima – faces de um paradigma ideológico da americanização nas relações internacionais do Brasil. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

²⁶² Ibid.p.10.

²⁶³ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006. p. 42.

²⁶⁴ LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A Fundação Francesa de São Luís e seus Mitos**. São Luís: Lithograf, 2002.p.120.

Aquele momento de rápidas transformações sociais exigia instrumentos asseguradores de uma identidade e coesão social[...] No Maranhão, La Ravardière, fidalgo francês, tornado novo herói, passou a fundador da cidade, sendo subtraída de Jerônimo de Albuquerque, o valente mestiço de português com índia – símbolo da incivilidade – a honra da fundação da “Atenas do Brasil”²⁶⁵

A primeira obra a atribuir a fundação de São Luís aos franceses foi **O Estado do Maranhão em 1896**, de João Ribeiro do Amaral. Esse autor reafirma tal idéia em **Fundação do Maranhão**, de 1912. A partir dessas duas obras uma série de outras foram escritas por inúmeros autores fundando assim um mito da origem da cidade de São Luís. Essa versão teve tanto impacto que ainda em 1912, por ocasião da *Festa Popular do Trabalho*, evento em que se promoveu a exposição de produtos regionais, Luís Domingues, então governador do Estado, proferia discurso acerca do caráter excepcional da origem da cidade:

É assim a tantos títulos memorável para nós o dia 8 de setembro, o que vale dizer que bem inspirada foi a sociedade Festa Popular do Trabalho, promovendo, para comemorá-lo esta exposição, em que três séculos depois afirmamos à França sempiterno gloriosa, que somos um povo ennobrecido pelo trabalho e engrandecido pelas letras, pelas sciencias e pelas artes e que vaidosos embora da descendência dos portugueses, guardamos como glória a fundação da Capital pelos francezes[...]Assim, minhas Senhoras e meus Senhores, todos de pé e alma em toda mostra de alegria: _Viva o Maranhão! Viva a França! Viva o Brasil! Viva a República na França e no Brasil!²⁶⁶

A expedição francesa de 1612 adquiriu, então, um caráter excepcional na constituição da cidade, chegando-se até mesmo a associá-la ao progresso intelectual posterior.

Para Lacroix, tal construto revela-se, desse modo, com mais um dos elementos indispensáveis no fortalecimento da construção da figura do “maranhense”, herdada da ancestralidade ilustre dos franceses gentis e fidalgos, cheios de honradez e preocupações com a cultura, ponto fundamental de distinção no contexto da colonização.²⁶⁷ O mito da fundação francesa ligar-se-ia, portanto, a um passado imemorial. Tradição que se avolumou com o surgimento do regime republicano, momento em que símbolos, imagens e alegorias edificadas pela elite buscavam alicerçar sentimentos de coesão.²⁶⁸

A fundação francesa expressando-se insistentemente durante todo o período republicano em datas comemorativas, discursos de autoridades, práticas festivas, nomes de avenidas, estátuas, registros históricos etc., passa a compor o imaginário social integrando-se à sua memória histórica e compondo, dessa maneira, a arquitetura identitária das elites maranhenses.

²⁶⁵ Ibid.,p.121.

²⁶⁶ ÁLBUM Commemorativo do 3º Centenário de Fundação da Cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão. São Luís: Typografia Teixeira, 1913.p.13 e 14.

²⁶⁷ LACROIX, Op.cit.,p.127.

²⁶⁸ Ibid.p.127.

Imbuído dessa concepção Mário Meireles atribui em **História do Maranhão** a fundação da cidade de São Luís aos franceses. Tanto na primeira quanto na segunda edição da obra essa afirmativa é contundente, não havendo qualquer inflexão a respeito de tal acontecimento. No subcapítulo intitulado “A Fundação”, após discorrer sobre percalços enfrentados pelos corsários franceses na sua chegada e estabelecimento da colônia, ponderava:

Escolhido para a sede da colônia um altaneiro promontório, na confluência dos dois maiores rios da ilha, defronte a Jeviré, aí rezaram os capuchinhos, a 12 de agosto, a primeira missa no Maranhão. Puseram-se, então, franceses e indígenas, já confraternizados, a trabalhar na construção de um forte e na ereção das residências, estas de folhas de pindoba, mas algumas de dois pavimentos, enquanto os frades iam, mil passos adiante, ao pé de uma nascente, fazer construir sua capela e sua residência, a que chamaram Convento de São Francisco.

A 8 de setembro de 1612, foi, por fim, solenemente fundada a colônia

[...]Ao forte chamaram de Saint Louis, em homenagem ao rei menino – Luís XIII, de França e Navarra; ao ancoradouro, de Port de Sainte Marie, em honra da Virgem Senhora e da Rainha-Mãe, Maria de Medicis.²⁶⁹[grifo nosso]

A chamada “França Equinocial”, fundada pelo huguenote francês Daniel de La Touche, *Senhor de La ravardière*, estender-se-ia do Forte de São Luís, cinquenta léguas para o norte e para o sul, sendo regulada por uma constituição decretada pelos loco-tenentes-generais do rei, seus fundadores. Seguia-se a partir daí, segundo Meireles, a colonização efetiva, cuidando os franceses de empreendimentos na lavoura, da fundação de fortes e capelas e, sobretudo, da catequese indígena buscando, com estes, a todo custo, “consolidar a sua amizade, explorando os ressentimentos dos portugueses que, conquistando o Brasil, os haviam forçado a emigrar do sul; ao mesmo tempo, faziam o reconhecimento da terra.”²⁷⁰

Esse cunho de positividade em relação à conduta dos franceses remonta aos clássicos da historiografia maranhense, a exemplo dos escritos de João Francisco Lisboa, da obra de Antonio Baptista Barbosa de Godóis e Ribeiro do Amaral. Lisboa, ao traçar um paralelo entre as invasões francesa e holandesa no Maranhão, dizia que a primeira, ao contrário da outra, não se dirigia de maneira pérfida a surpreender uma cidade já edificada por outra nação amiga, senão a cultivar uma terra que se encontrava abandonada e deserta, uma vez que seus únicos habitantes eram “os selvagens tupinambás, que precisavam eles mesmos de mais cultura que a terra que pisavam”. E continuando, afirmava:

²⁶⁹ MEIRELES (1960). Op. cit., p. 34.

²⁷⁰ Ibid.p.39.

Eis aí os franceses antes da guerra que os expulsou: _ explorações científicas por todo o litoral até o Pará, e pelo Itapecuru acima até cinco graus de latitude austral, assim como pelo Mearim, até oito graus; - política consumada na conversão e civilização dos índios; - **verdadeiros colonizadores enfim, tão cheios de humanidade e filantropia, como de inteligência.**²⁷¹ [grifo nosso]

Em **História do Maranhão. Para uso dos alunos da Escola Normal**, no capítulo XIX, que trata dos franceses no Maranhão, Barbosa de Godois reiterava a boa conduta dos franceses pincelando com uma tinta civilizadora a presença francesa no Maranhão. Para ele, os indígenas ficaram desvanecidos com o trato cordial dispensado pelos franceses tornando-lhes preciosos cooperadores em tudo o que contribuísse para satisfação dos invasores em que viam “em boa fé”, amigos e defensores prontos a se sacrificarem por eles em todas as emergências “solidários como estavam no reconhecimento da soberania do rei de França”. Construíram-lhes habitações para os religiosos e seculares, tomaram parte na construção de fortes, incorporaram-se às solenidades de hasteamento da cruz e do estandarte da França. Em outras palavras:

Os franceses não deixavam escapar como se vê cousa alguma que pudesse lhes estreitar a amizade e confiança dos indígenas, diferentemente dos portugueses, cujo sistema de colonização era rude e brutal para com os aborígenes[...]Marchando em progresso na **afeição e dedicação dos índios**, os franceses julgaram oportuno o momento para a acentuação dos seus desígnios e firmeza da autoridade da terra conquistada. **Hábeis**, porém, nas suas relações com os selvagens, **procederam com cautela**, pondo na dependência da resolução destes últimos a imposição do domínio do rei sobre o território do Maranhão.²⁷² [grifo nosso]

Ribeiro do Amaral, em sua obra **Fundação do Maranhão**, faz um elogio à ação francesa ressaltando o convívio amigável com os índios, a preocupação com a catequese, em suma, os seus “elevados princípios de civilização”:

Era, portanto, a expedição francesa uma missão toda de paz, tôda no interesse da própria civilização.
Três annos e quatro mêzes durou a occupação franceza no Maranhão, com os mais proveitosos e reaes resultados para a civilização e para a sciencia.²⁷³

A França Equinocial seria, para Meireles, uma realidade inquestionável, fruto das investidas bem sucedidas, a princípio, de fidalgos franceses. O ponto fundamental era o tema da real origem da cidade que, a despeito de todas as investidas dos portugueses, é atribuída às intenções e atitudes dos conquistadores franceses, tipificados como homens de grande cultura intelectual e, sobretudo, partidários da política de boa convivência e amizade com os indígenas, pelos quais, em virtude disso, foram recebidos com muitos sinais de alegria e

²⁷¹ LISBOA, João Lisboa. **Paralelo das invasões francesa e holandesa**. In: Obras de João Francisco Lisboa. Vol.I. Lisboa; Tipografia Matos Moreira e Pinheiros, 1901. p. 327.

²⁷² GODOIS, Antonio Baptista Barbosa de. **História do Maranhão. Para uso dos alunos da Escola Normal**. Maranhão: Tipografia Ramos e Almeida e Socios, 1904.p.104-106.

²⁷³ AMARAL apud LACROIX(2002) Op.cit.p.126.

espontâneos protestos de amizade. Destarte, é um ponto de vista fundado nos clássicos da história provincial e emblemática do modo positivo como Meireles concebia o papel civilizador da conquista europeia em terras do Maranhão.

É preciso esclarecer que embora Lisboa e Godois em seus trabalhos tivessem atribuído a fundação da cidade aos portugueses no período imediatamente posterior à expulsão francesa, é dos franceses o mérito da civilização. Não se pode esquecer que na época que compuseram suas obras a França era considerada o centro difusor da cultura “civilizada”.

Outro grande mito a compor as páginas de **História do Maranhão** é o da Atenas Brasileira, aquele cujas definições fundou uma espécie de superioridade intelectual do homem maranhense definindo e delineando o seu “ser”, a sua essência. Como vimos, foi um mito criado em meados do século XIX tendo como principal argumento o fato de que no Maranhão surgiu uma plêiade intelectual sem precedentes, fruto de uma espécie de distinção natural da “gente gonçalvina”.

Referendando esse ponto de vista, Meireles deixa claro que o fenômeno da Atenas não foi produto de artificialismos e nem apenas de um contexto cultural favorável ao florescimento das letras no Maranhão oitocentista. Já na época em que estava preparando um dos seus primeiros livros, o **Panorama da Literatura Maranhense**, atribuía o fenômeno aos desígnios da providência, entendendo-o como uma predestinação, um futuro do qual a cidade de São Luís não poderia fugir. Para ele, o sinal dessa predestinação intelectual remontava ao princípio do processo de colonização da América Portuguesa. Na Revista Fon-fon de 1948 dizia que:

Quando D. João III, em 1534, resolveu dividir o Brasil em capitanias hereditárias e distribuí-las graciosamente por gentishomens da nobreza lusitana, o Maranhão coube por excessão singularíssima na partilha ao historiador João de Barros, nome consagrado já nas letras portuguesas, e esse fato, que no momento não poderia ter significado pessoal algum, não pode hoje, pelos que estudam nossa história, deixar de ser encarado como **coincidência interessante**, como **o sinal da predestinação que os filhos da terra** souberam cumprir honrosa e brilhantemente, conquistando para ela, não muito tarde, **o cognome invejado de Atenas Brasileira**.²⁷⁴[grifos nossos]

Mesmo no **Panorama**, cuja escrita obedecia a uma certa “imparcialidade”, voltava a afirmar o caráter providencial das realizações intelectuais do povo maranhense, no entanto, não mais usava o vocábulo predestinação, preferindo substituí-lo por “capricho”, o que não diminuía nem alterava o modo de se conceber as realizações no plano da cultura:

²⁷⁴ Revista Fon-fon. São Luís, 04 de setembro de 1948.p.5.

O Maranhão, que como capitania hereditária fora a única, - é um **interessante capricho da História!** – a ter como donatário um homem de letras, e um dos maiores nomes da literatura portuguesa de todos os tempos – o historiador – João de Barros -, naqueles dois primeiros séculos de sua vida, ou melhor, na sua primeira centúria, que era a segunda da história pátria, só nos oferece, numa visão panorâmica de sua evolução literária, como a que estamos propondo ousadamente a expor as figuras de Frei Manuel da Assunção e do Padre Antônio Pereira, maranhenses ambos aquele famoso missionário das índias e este grande teólogo, ambos oradores sacros, além da figura maior e inconfundível do padre Antônio Vieira.²⁷⁵[grifo nosso]

Em “**História do Maranhão**”, no capítulo de número XXIV, intitulado **O Maranhão no Império. Panorama econômico e cultural** o ideário da Atenas aparece pela primeira vez com nítida dimensão historiográfica, apresentando-se de forma mais elaborada e referenciada o ambiente no qual se configurou, seus principais expoentes, suas “causas”, seu legado e motivos da sua decadência.

Meireles dá tanta importância ao fenômeno da Atenas que considera o momento de seu surgimento como um dos mais importante da história maranhense, talvez o seu ponto culminante. Afirma tratar-se de um tempo áureo caracterizado pelo triunfo das inteligências, ou da civilização sobre a barbárie. Por isso,

O período do Império foi a fase áurea do Maranhão. Abolida a escravidão, em que se fundava a sua então estabilizada economia, e entrada a República, a velha província entrou, não há como negá-lo em decadência, dentro de poucos anos vindo a perder aquela situação privilegiada que houvera conseguido, principalmente no Segundo Reinado quando, como galardão maior, à força da inteligência de seus filhos conquistou o título de glória que tem enobrecido as gerações subseqüentes – o de Atenas do Brasil.²⁷⁶

É pertinente pontuar que embora as obras que fundamentavam a escrita de Meireles considerassem o triunfo das inteligências como um fenômeno memorável, digno de ser lembrado, ostentado e imitado, o período que consideram áureo na história maranhense é aquele situado nos últimos quarenta anos do período colonial em que se acreditava ter alcançado a plenitude da produção material; momento marcado pela eficácia da política do Marquês de Pombal que se materializava pelas ações da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Meireles desloca o período áureo para o Império atribuindo ,dessa forma, um valor especial às realizações no plano da cultura.

Não obstante acreditasse na predestinação maranhense à plenitude intelectual, em **História do Maranhão** Meireles caracteriza detalhadamente a ambiência que a tornou possível. Para ele, o enriquecimento particular, conseqüência do “desafogo econômico”, permitiu aos grandes senhores do Maranhão, a partir das duas últimas décadas do século XVIII, o luxo de enviarem seus filhos à Europa a fim de realizarem seus estudos em

²⁷⁵ MEIRELES(1955)Op.cit.p.20.

²⁷⁶ MEIRELES(1960).Op.cit.p.281.

universidades de Portugal, França e Alemanha, de onde voltariam bacharéis, doutores em leis, filosofia, medicina e matemática. Além disso, “uns e outros”, com o exemplo local da aristocratizada colônia inglesa em São Luís e com o forte estímulo do comércio francês de artigo de luxo, teriam possibilitado à sociedade maranhense, no Império, o surgimento de um grupo literário nos moldes do romantismo literário que influenciava intelectuais no “Novo-Mundo”.

Meireles pontuava ainda que depois da Independência política, Olinda far-se-ia um pólo de formação da juventude maranhense, sendo a razão pela qual não se quebrou o costume que garantiu ao Maranhão à criação do “ambiente humanístico de sabor coimbrão” e que impulsionou até mesmo o surgimento de autodidatas, a exemplo do jornalista João Francisco Lisboa e do gramático Sotero dos Reis. Assim:

Foram estes homens, os doutores e bacharéis de Coimbra com os que aqui se formaram sem escolas e universidades que, constituído o literariamente chamado “Grupo Maranhense”, do Romantismo Brasileiro, alcançaram para o Maranhão, naquele período áureo do Império, o cognome ilustre de Atenas do Brasil, galardão de honra que tem sido objeto de respeitoso culto para todas as gerações subsequentes.²⁷⁷

Segue-se a partir daí a enumeração rápida dos ícones dessa geração intelectual, dos mais destacados até aqueles considerados “menores”, mas nem por isso “merecedores de olvido”. Para o autor, dentre os primeiros, a figura maior era o poeta Gonçalves Dias, não só do Grupo Maranhense, mas das letras pátrias que com sua Escola Indianista “se fez insuperável”, só se equiparando a José de Alencar que não era, entretanto, poeta. Destacava o fato de que o poeta maranhense teria definido as primeiras características do Romantismo na poética indígena, além de ser etnógrafo, dramaturgo e purista da língua.

Aliás, este último é o principal valor cultural preconizado por Meireles, atribuído à Atenas. Em vários textos de sua autoria, ou em discursos acadêmicos, vangloriava-se do fato de ser São Luís a capital do Estado onde melhor e mais castiçamente se falava a língua pátria.

Esse excessivo valor atribuído a fala apurada e castiça justificava-se, segundo Rossini Correa, por uma razão fundamental - o fato de ser marcadamente ibérica a síntese da cultura erudita maranhense. Lembra que o célebre Grupo Maranhense e “adjacências”, embora se tratasse da primeira elite provincial, consciente de sua “missão nacional”, estava fortemente ligada às raízes portuguesas. Pois,

²⁷⁷ Ibid.p.290.

Gonçalves Dias estudou, João Francisco Lisboa pesquisou, Odorico Mendes parolamentou e muitos outros, física e espiritualmente, sempre estiveram ligados a Portugal, de que são exemplos perfeitos Sotero dos Reis, estudioso da língua portuguesa e Cândido Mendes de Almeida, exegeta da legislação colonial lusitana.²⁷⁸

Essa constante portuguesa, a que Corrêa se refere, teria prosseguido incontinenti na cultura maranhense, delineando um perfil de intelectual e também ditando conceitos quanto às formas de expressão do homem maranhense. Criou-se, dessa maneira, um fetiche pelo modo castiço de falar e pela escrita rebuscada, ou em outras palavras, pela exímia vernaculidade como um valor social. Isso porque constituiu-se:

a revelação do liame da província maranhense com a corte lusitana; foi **um veículo de afirmação da presença portuguesa nas terras timbiras**; representou uma demonstração pública na ambiência local, **de títulos particulares de ilustração**; foi robustecida com o retorno à terra natal de levas de bacharéis maranhenses formados em Coimbra; configurou um **veículo de distinção da elite timbira** em relação às restantes oligarquias brasileiras.²⁷⁹

O culto à profilaxia vernácula, à ortodoxia gramatical e ao policiamento lexicográfico conquistou um lugar privilegiado entre os maranhenses, fazendo-se sua marca distintiva. Seu valor social ganhou dimensão mais ampla com a criação da Academia Maranhense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Maranhense. Segundo Correa, sob a tutela de Sotero dos Reis, autor das **Postilas de Gramática Geral**, os maranhenses teriam desempenhado o papel de inspetores da língua portuguesa no Brasil, vivendo uma espécie de “louvor”, senão “servidão”, ao paradigma clássico da língua.²⁸⁰

Não era, portanto, à toa o fato de Meireles afirmar a condição “honrosa” e “nobre” do Maranhão dentre as demais províncias brasileiras. Para ele, expressar-se melhor ou mais corretamente era o que diferenciava o maranhense do restante da população brasileira. Por isso, primava por esse valor, divulgava-o e incentivava as gerações futuras a imitá-lo.

Com base nessa crença é que no capítulo XXIX intitulado **O Maranhão na República. _ Panorama econômico e cultural** lamentava a derrocada do período áureo da cultura que seria decorrente, em macro escala, do desequilíbrio político e a decadência econômica, consequências diretas da República e da Abolição. Desse modo, afirmava a existência de um ciclo “decadentista” que se estenderia do último decênio do século XIX até o primeiro quartel do século XX, ou seja, entre 1894 e 1932. Período em que o Estado, vivendo das glórias do passado e dos sobreviventes do segundo ciclo que ainda o representavam no sul, procurava lutar para que não se apagasse a chama do ideal que lhe deu “as glórias de

²⁷⁸ CORREA(2001)Op.cit.p.67.

²⁷⁹ Ibid. p 146-148.

²⁸⁰ Ibid.p. 248 e 249.

Atenas do Brasil”.²⁸¹ Assim, “contra a onda asfixiante dessa apatia constrangedora e desonrosa”:

levantaram-se os jovens chefiados por Antônio Lobo e Fran Paxeco; este, português de nascimento; eram os “novos atenienses”, como se apelidaram a si mesmos[...]A luta fez-se ferrenha, arrastou-se, entre vitórias e derrotas pelos anos ingratos e prossegue ainda, sucedidos muitos daqueles batalhadores, abatidos no curso da refrega, por outros tantos que lhes tem procurado preencher o claros nas fileiras incontestavelmente escassas.²⁸²

Não restam dúvidas de que o autor foi um desses espíritos “batalhadores”, empenhados no preenchimento de “escassaz fronteiras” no Maranhão intelectual. Não somente pelo esforço retórico para imprimir à ambiência cultural maranhense uma aura de sacralidade, como também atuando concretamente no plano da cultura, incentivando as futuras gerações a perpetuarem os valores intelectuais da terra de Gonçalves Dias.

4.2.2 Sobre fatos e heróis

Se a postura de Meireles encerra uma concepção propriamente clássica de História – a história *Magistra Vitae* -, sempre pronta a trazer lições e a instituir práticas balizadas nos “erros” ou “acertos” do passado, é fato que não deixou de registrar os principais episódios da história maranhense os “fatos pitorescos”, as batalhas grandiosas com suas pinceladas de heroísmo, as grandes conquistas, o triunfo da civilização sobre a barbárie.

Um dos primeiros capítulos da obra trata de episódio da história maranhense conhecido como a “Jornada Milagrosa” – visão regionalista e, em certos casos, mística do processo que culminou com a expulsão dos franceses de São Luís pelos portugueses, liderados pelo mestiço de português com índia, Jerônimo de Albuquerque. O enredo da narrativa desse acontecimento assim como de toda obra é todo ele uma tessitura épica; plena de ataques, negociações, armistícios, traições, abnegação e heroísmo.

4.2.2.1 A “Jornada Milagrosa”

Tudo começa quando o Governador Geral do Brasil, D. Diogo de Botelho (1602-1608) articulava-se politicamente ante às ameaças estrangeiras, demonstrando uma preocupação especial com o Maranhão que, à época, “era pasto de flibusteiros europeus, notadamente ingleses, franceses e holandeses”. Posteriormente o autor enumera as iniciativas de defesa dos demais governadores no sentido de empreender uma efetiva proteção às regiões ameaçadas:

²⁸¹ MEIRELES(1960).Op.cit.p.345.

²⁸² Ibid.p. 346.

Vindo Gaspar de Sousa(1612-1617) substituir a Diogo de Menezes no governo do Brasil, neste último ano, trouxe a recomendação especial de conseguir a conquista e o descobrimento das terras e rio Maranhão, prometendo o Rei, a quem se empregasse na empresa, deferir-lhes as pretensões, honras e mercês, na razão do merecimento rigorosamente apurado; outrossim, as de ficar, ele o governador, em Pernambuco, em vez de na Bahia, por mais próximo, e de entregar a Jerônimo de Albuquerque o comando da expedição..²⁸³

Tal como um enredo das grandes batalhas, a narrativa se desenvolvia pontilhada de estratégias, negociações, disputas de comando. Tudo contado com riqueza de detalhes; especificando-se nomes de personagens e lugares, datas, quantidades de provisões, armamentos e contingentes militares. No corpo do texto fazia um adendo para explicar o curioso nome dado ao evento. Para tanto, esclarecia que o nome “Jornada Milagrosa”, atribuído ao empreendimento que pôs fim à presença francesa em terras maranhenses, era um construto lendário, chamado assim por se acreditar que a inacreditável derrota dos franceses só podia ser explicada por uma intervenção sobrenatural – a da Virgem Mãe de Deus -, que teria assistido aos lusitanos curando os feridos e transformando areia em pólvora. Em retribuição à ajuda, os portugueses a fizeram padroeira da cidade sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória.²⁸⁴

O ponto culminante dessa parte da narrativa era o momento da chamada “Batalha de Guaxenduba” em que os portugueses teriam vencido definitivamente os franceses de La Ravardière. Descreve em minúcias o complicado processo de negociação entre as partes, a aliança com os índios, as sondagens, as intermináveis refregas. Ainda assim, chamava a atenção para o caráter diplomático e polido com o qual os chefes da revolução conduziam as negociações:

La Ravardière, completamente aniquilado, trancou-se em seu camarote e só a 21 resolveu se manifestar, escrevendo a Jerônimo de Albuquerque para lhe profligar a deslealdade do ataque traiçoeiro[...] o general português, porém, respondeu-lhe com energia, mas de tão feliz maneira que entre os dois houve, a seguir, uma troca por demais cordial de correspondência, culminando com a permuta amistosa de plenipotenciários para a discussão de um armistício[...] O modo inteligente e diplomático por que o adjunto português soube, a seguir, conduzir suas conversações com La Ravardière e Du Pratz, levou os franceses a apresentarem os termos da trégua sugerida pelos lusitanos, o que representou uma segunda vitória para a causa destes, incapazes materialmente de consolidar a que haviam conquistado em campo raso[...]²⁸⁵

Mesmo se tratando de uma guerra, situação em que nem sempre se pode vislumbrar atos de cortesia e humanidade, o autor abre um parênteses para evidenciar o que considerou uma conduta civilizada. Aliás, esse é um dos conceitos que permeiam toda a construção do

²⁸³ Ibid.p.44.

²⁸⁴ Segundo Meireles à menção a tal lenda aparece a princípio na obra **Relação Sumária das Cousas do Maranhão. Dirigida aos pobres do reino de Portugal** de Simão Estácio da Silveira publicada em Portugal em 1617.

²⁸⁵ Ibid.p. 51.

texto, embora nem sempre aparecesse de forma explícita. É por isso que falava com indisfarçado orgulho de “nossa” fundação francesa, marcando sempre as ações benfazejas dos “papagaios amarelos”²⁸⁶, cujas atribuições estavam sempre em consonância com os mais elevados ideais de humanismo e civilização.

Ainda assim, não deixou de atribuir um caráter heróico à expulsão daqueles pelas tropas de Jerônimo de Albuquerque, homem de “raro desprendimento” e “superioridade de espírito” que, mesmo diante da escassez de seu contingente, soube conduzir com maestria a complexa rendição das tropas gaulesas, o que lhe rendeu o posto de Capitão-mor da conquista do Maranhão. Já Daniel de La Touche, o herói civilizador da primeira conquista, verdadeiro fundador da cidade, foi vencido, segundo afirma Meireles, - certamente por ter sido abandonado pelo seu governo -, levado preso para a cidade de Olinda e depois para Lisboa onde permaneceu encarcerado por cerca de dois anos.

Concordando com Arnaldo Ferreira, “paciente e escrupuloso” pesquisador da história maranhense, Meireles afirma que Daniel de La Touche teria negociado a rendição aos portugueses em troca de dinheiro e do direito de enviar ao Brasil durante doze anos dois navios mercantes com equipagem portuguesa. O trato não foi cumprido e o nobre francês acabou encarcerado na Torre de Belém. Ao sair, embarcaria para França onde procuraria “tirar a desforra”, primeiro despertando o interesse dos holandeses para a chefia de uma expedição e depois, utilizando-se de uma carta-patente do rei Luis XIII que o nomeava locotenente real para tudo o que conquistasse desde o Amazonas até a ilha de Trindade. Segundo o autor, não havia estudos suficientes que pudessem comprovar essa desforra; havia apenas a certeza de que: “os franceses, não obstante a derrota inexplicável, repetimos, de Guaxenduba, saíram do Maranhão porque negociaram a entrega da França Equinocial aos portugueses”²⁸⁶.

· Modo pelo qual os índios maraňangaras se referiam aos homens franceses.

²⁸⁶ Ibid.p.54.

4.2.2.2 A “aventura holandesa”.

Um outro episódio da história do Maranhão, construído nos moldes da história épica e exemplar, foi a “aventura” holandesa nessas terras situada entre os anos de 1641 a 1644. Segundo o autor, a invasão holandesa esta inscrita no quadro da luta dos Estados Gerais da Holanda por sua emancipação da tutela espanhola, com o intuito de não só diminuir a pressão das tropas imperiais contra seus campos, diques e cidades, obrigando a correr em socorro de suas colônias, como também, objetivando enfraquecer o trono de Madri, roubando-lhe as possessões, cujas defesas pareciam mais frágeis.

Cerca de dois mil homens holandeses invadiam a cidade em novembro de 1641 a bordo de dezoito navios de guerra sob o comando do Almirante Jan Cornelizzon Lichtard, secundado pelo Coronel Koin Anderson, comandante das forças de terra. Ao adentrar em São Luís, alcançaram, sem encontrar resistência, a ermida de Nossa Senhora do Desterro no lado sul da cidade. A narrativa traça um quadro de horrores da investida holandesa, considerada pelo autor uma invasão e não uma conquista como se referia à presença francesa, décadas atrás. Hostis, os holandeses teriam causado pânico entre a população local que, a todo custo, tentava abandonar a cidade:

Os holandeses, já desembarcados todos, saquearam a ermida do Desterro e, entrando na cidade, marcharam contra o forte, a uma de cujas portas Soares de Avelar tentou-lhes opor, enquanto Francisco de Carvalho, de espada desembainhada, animava seus soldados a uma luta desigual, até que Bento Maciel ordenou a rendição. Seguiu-se a mais desenfreada pilhagem, com a requisição de todos os mantimentos e fundos monetários; da população exigiu-se público juramento de fidelidade ao pavilhão dos Estados-Gerais, que já substituíra a bandeira lusitana no mastro do forte.²⁸⁷

Em meio a tanta “desordem” e pavor diante das atitudes discricionárias dos invasores, Meireles destaca a figura “heróica” do biscainho Pedro Dessaes, homem comum que, imbuído de um forte senso de fidelidade à coroa portuguesa, teria se recusado a comparecer ao juramento público de obediência à nova bandeira. Intimado pelo “comandante invasor” a comparecer sob pena de enforcamento, teria dito, numa demonstração de coragem e bravura, que a sua palavra era uma só e que havia dado em juramento ao rei português. Poderia ter morrido, mas as lágrimas de sua esposa, as súplicas dos padres e certamente “sua audácia e bravura” valeram-lhe o perdão da pena, embora não tivesse jurado.

Dando continuidade à narrativa da política de saque e ocupações indevidas pelos holandeses destacava a atuação imoral do Capitão Pieter Bas que não era um “digno representante do famoso Maurício de Nassau”, por sua “arrogância e tropelias” concorrendo para exacerbação de ânimo entre os maranhenses:

²⁸⁷ Ibid.p.84.

Desse modo, e não obstante já tivesse a população retornado à cidade e procurado conformar-se com a nova ordem de coisas, a sua política de simples conquistador que não reconhecia nem um direito ao conquistado, propiciou o desenvolvimento de um clima de revolta, que foi atizado pelos jesuítas Lopo de Couto e Benedito Amodei e que encontrou um digno chefe na pessoa do ex-capitão-mor Muniz Barreiros Filho, secundado pelo sargento-mor Antônio Teixeira de Melo e pelo Capitão Paulo Soares de Avelar, e mais os indígenas Joacaba Mitagal e Henrique de Albuquerque.²⁸⁸

Para descrever a reação portuguesa o autor baseou-se na obra do padre Felipe Betendorf - **A Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus** –, uma das fontes clássicas para a história regional. Justificava sua escolha por acreditar que as demais versões se afiguravam fantasiosas ou “incríveis”, como a de Berredo, nos **Anais Históricos da Província do Maranhão**, preferindo, portanto, aquela que estivesse mais próxima da “verdade” dos fatos. Utilizava, portanto, neste ponto, com o critério semelhante ao defendido por Langlois e Seignobos, e seguido, posteriormente, por Taunay e Capistrano de Abreu. Assim, esclarecia que no princípio dos conflitos os portugueses, com o auxílio de dois traidores holandeses, entraram na madrugada no forte por uma entrada falsa, matando todos os que não puderam escapar.

Muniz Barreiros aparece como um dos primeiros “heróis” da resistência portuguesa. Sua trajetória caracterizou-se a princípio por “sucessíveis e fáceis vitórias”. Guarneceu fortes e engenhos circunvizinhos, marchou até próximo à capital acampando a poucas léguas da cidade de onde enviava pequenos destacamentos para o enfraquecimento das forças holandesas. Audacioso, entrincheirou-se com seu destacamento na colina de Nossa Senhora do Carmo, em São Luís, a pouca distância do forte de São Felipe, ponto estratégico para atacar as forças batavas e “porque os holandeses não oferecessem qualquer resistência fecharam o cerco várias vezes, aumentados os portugueses em número”.²⁸⁹

Pouco faltava para que os portugueses passassem de “hostilidades cometidas” ao “assédio definitivo”, quando Barreiros foi ferido e morto. A batalha prosseguiu sob o comando do capitão Teixeira de Melo que ofereceu tenaz resistência ao inimigo. Apesar da assunção da batalha por um outro “altivo” comandante, os “portugueses e maranhenses outros, no convento, choravam a morte prematura do bravo e heróico Muniz Barreiros”.²⁹⁰

Prometendo retomar o governo “à força de suas próprias armas” e recusando toda e qualquer tentativa de cooptação em troca de privilégios, Teixeira de Melo combateu os holandeses com “tenacidade e inteligência”, desgastando as forças inimigas pelo combate com tropas menores, mas nem por isso menos eficazes:

²⁸⁸ Ibid.p.84.

²⁸⁹ Ibid.p.87.

²⁹⁰ Ibid.p.88.

Por fim, está Teixeira de Melo em outubro na ilha, e prosseguiu com vigor no sistema de guerrilhas e terra arrasada, mandando incendiar quanta lavoura houvesse, e do que encarrega o índio Sebastião. Os holandeses, sentindo-se, apertados dia a dia num cerco que lhes ia aumentando as dificuldades de subsistência, chegaram a uma situação extrema, já não se arriscando nem um deles fora dos muros do forte, sem risco de vida, não obstante fossem ainda uns quinhentos, além de mais de uma centena indígenas amigos do Ceará. A cidade estava praticamente em ruínas.²⁹¹

Essa estratégia de Teixeira de Melo se justificava pelo fato de os holandeses no momento da invasão terem estendido seus domínios até às margens do rio Itapecuru ocupando o forte, apropriando-se das lavouras e dos engenhos, dos quais exigiram, a princípio, cinco mil arrobas de açúcar. Aliás, foram essas atitudes que, avaliadas posteriormente pelos cronistas, conferiram à “invasão” uma feição violenta, discricionária, muito diferente do modo como foi vista e foi transmitida pela memória a que foi empreendida pelos súditos de Luís XIII. Os holandeses foram chamados de invasores por encontrarem a cidade habitada por portugueses e seus descendentes. Já a presença francesa foi entendida como conquista e não como invasão, pelo fato de se considerar que a terra não possuía proprietários, sendo apenas habitada por indígenas “carentes de civilização” e tutela, a esperar por alguém que os resgatasse daquela condição “indigna” ou daquela situação de “abandono”.

Embora se pretendesse mais imparcial e metódico, Meireles conservou esse ponto de vista na sua escrita, não havendo, portanto, inflexão discursiva. Baseou-se em versões correntes, já consagradas pela historiografia local como as já mencionadas de João Francisco Lisboa e Barbosa de Godois. Para o primeiro, a fisionomia da invasão holandesa era militar com seu “cortejo de horrores” agravados “pelas paixões ruins dos conquistadores”. Estes teriam abusado de um povo frágil e desarmado. Na feição de soldados-mercadores, por um ato de perfídia, surpreenderam a jovem cidade de São Luís, marcando sua presença com profanações e sacrilégios, saques, contribuições forçadas e atentados contra a honra e liberdade dos “pacíficos e descuidados” habitantes. Além disso,

a sua cobiça infrene e insaciável decreta a desapropriação dos engenhos de açúcar e, juntando o roubo, a humilhação e o escárnio, transforma os proprietários despojados em feitores, e os obriga a cultivar em proveito alheio, uma terra que haviam desbastado com suas mãos e regado com o suor do seu rosto.²⁹²

Para Lisboa, estas foram razões suficientes para que os holandeses não deixassem no Maranhão alguma memória que denunciasse boas intenções. Afirmava que embora em Pernambuco tivessem dado vigoroso impulso ao comércio e agricultura, contribuindo para que o Brasil, até então, completamente ignorado, se revelasse à Europa, no Maranhão a sua presença só pôde ser assinalada pelas ruínas e estragos que deixaram. Os franceses,

²⁹¹ Ibid.p.90.

²⁹² Lisboa, João Francisco. **Paralelo das invasões francesa e holandesa**. In: Obras de João Francisco Lisboa. Vol.I. Lisboa: Tipografia Matos Moreira e Pinheiros, 1901. p. 320.

demonstrando índole contrária, ocuparam um país vago, mantendo sempre relações amigáveis e bondosas com seus únicos habitantes – “as raças selvagens” que ali existiam.²⁹³

Godóis, apoiado nas opiniões de Lisboa, também era partidário dessa idéia. Referendando as versões correntes, afirmava que a ocupação holandesa no Maranhão, diferentemente do que se dera na Bahia e Recife, representou a desordem, a violência, o saque e o canibalismo, “em que se assinalaram desde os menos aos mais graduados dos invasores”.²⁹⁴

Essa herança foi tão marcante na memória histórica maranhense que o desfecho da luta, implicando a expulsão definitiva do “invasor” batavo foi entendida não apenas como uma demonstração de coragem dos maranhenses, mas ainda um tipo de patriotismo ainda embrionário. Para tanto, Meireles relembra as palavras de Capistrano de Abreu em **Capítulos de História Colonial** afirmando que a iniciativa dos maranhenses produzira impressão em Pernambuco e alentando os anelos patrióticos, ainda desconexos, apontou um exemplo a seguir.²⁹⁵

Reafirmando o sentido do heroísmo impresso no episódio que pôs fim ao domínio batavo no Maranhão, Meireles finaliza o capítulo comentando o reconhecimento da Corte à bravura e fidelidade à causa portuguesa revelada pelos maranhenses, que serviria de estímulo a Vidal de Negreiros para unir e levantar os pernambucanos para as duas vitórias nos Guararapes. Esse reconhecimento nada mais era do que a concessão, por Sua Majestade, aos habitantes de São Luís e de Belém, do chamado privilégio de infância ou “Cidadão do Porto” que garantia aos beneficiados o direito de não serem postos em prisões comuns, mas em suas residências; não serem sujeitos a ferros ou tormentos; não serem obrigados ao serviço militar; gozarem do direito de usar armas em qualquer lugar e hora, inclusive as espadas com bainha de veludo, terços dourados, punhos de fios de ouro, usar adornos de metais e pedras preciosas e ainda de trajar sedas.²⁹⁶

Aproveitando o ensejo, lembrava Teixeira de Melo, o “bravo e heróico finalista da luta” iniciada por Muniz Barreiros. Para isso, concordava com Berredo que nos seus Anais dizia ser lamentável o fato de a Coroa não ter sabido reconhecer, nos seus descendentes, o mérito e a bravura desse capitão que já antes se fizera notado na sua disputa contra corsários no Cabo do Norte e que o cronista esclarecia que por um instrumento judicial se provava a sua origem na casa de Drumond, uma das mais ilustres do Reino da Escócia.²⁹⁷

²⁹³ Ibid.p.327.

²⁹⁴ GODOIS (1904) Op.cit.p.100.

²⁹⁵ MEIRELES (1960) Op.cit.p.90.

²⁹⁶ Ibid.p. 91.

²⁹⁷ Ibid.p.91.

4.2.2.3 O “heroísmo” de Beckman

Se a expulsão holandesa foi algo a ser elencado na lista dos grandes acontecimentos pelo elevado teor de bravura e abnegação dispensados em benefício da liberdade, não se poderia atribuir uma importância menor à Revolta de Beckman ocorrida em 1684. Segundo consta na obra ela foi uma reação legítima aos desmandos da Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, instituída no governo de Francisco Sá de Menezes e sob a direção do assentista Pascoal Pereira Jansen.²⁹⁸ Encarregada de promover a economia maranhense, introduzindo no Estado dez mil escravos africanos na razão de 500 por ano, importar gêneros necessários ao consumo da Colônia, bem como melhorar a lavoura e a indústria, ela não teria cumprido os acordos resultando no descontentamento público:

Cedo, porém, começaram os descontentamentos. Pascoal Jansen se excedia nos seus direitos e faltava ao compromisso de suas obrigações. Os pesos e as medidas eram roubados na tara; as fazendas e os gêneros de má qualidade, se não estragados; os preços superiores aos taxados quando para a venda das mercadorias e inferiores aos reais quando para o pagamento dos gêneros da colônia; os escravos não vieram como prometido e não vieram com a regularidade devida, os navios. Fez-se o clamor e as duas Câmaras, de São Luís e Belém, representaram ao governador e à Corte, mas sem resultado.²⁹⁹

Contra este estado de coisas, levantou-se Manoel Beckman que o autor define como um abastado lavrador e antigo vereador da Câmara de São Luís que se fizera estimado por suas qualidades e virtudes e que tivera coragem de se opor à nomeação do bastardo Vital Maciel Parente para capitão-mor do Maranhão pelo governador Inácio Coelho da Silva. Para Jerônimo de Viveiros, cujas opiniões serviram de referência à escrita de Meireles, Beckman ou Bequimão, figura invulgar, era um espírito independente e altivo, dotado de sentimentos de justiça e generosidade e sempre a primeira voz a levantar-se contra os desmandos das autoridades “que não tardaram a fazê-lo alvo de perseguições”.³⁰⁰ Por suas atitudes ousadas chegara a ser preso na capitania do Gurupá, algo que prejudicou a gestão de seu patrimônio, culminando na sua ruína material.

Em retorno do exílio e revoltado com a injustiça que sofrera, “fez causa comum aos descontentes, mesmo porque reconheceu impossível restabelecer, nas condições atuais, o seu engenho Vera-Cruz no Mearim”. Dotado de ânimo revolucionário, “fez-se automaticamente o chefe da revolta que pregava como remédio único para os males que se haviam abatido sobre a cidade, e que só esperava mesmo por um chefe para deflagrar”³⁰¹.

²⁹⁸ MEIRELES(2001) Op. cit. p.121.

²⁹⁹ Ibid. p. 130.

³⁰⁰ VIVEIROS (1954) Op.cit.p. 53.

³⁰¹ MEIRELES (1960) Op.cit. p. 131.

Ao chefe revolucionário juntaram-se: Tomaz Beckman, seu irmão, orador e advogado que escrevia pasquins com a finalidade de estimular o povo à revolta; alguns “homens do povo”, a exemplo de Jorge de São Paio, Francisco Dias Deiró, Eugênio Ribeiro Maranhão, Belchior Gonçalves, João de Sousa de Castro e Manoel Coutinho de Freitas, além de religiosos de ordens desafetas à Companhia de Jesus como os padres Inácio da Fonseca e Silva, Frei Inácio de Santa Tereza e Frei Inácio da Assunção, que utilizavam o púlpito para divulgar as idéias revolucionárias. Decidiu-se que a supressão do mal se daria somente pela extinção do estanco, a expulsão dos jesuítas e a deposição do governador e de seu lugar-tenente.³⁰²

Conta-nos o autor que os conjurados tiveram êxito nas suas primeiras investidas. Prenderam e depuseram o capitão-mor, confinaram os jesuítas e a seguir, selaram todas as portas dos armazéns do estanco. Posteriormente, convocaram “clero, nobreza e povo” à casa da Câmara para a eleição de uma junta governativa com três procuradores e três adjuntos para as funções administrativas, denominada de Junta dos Três Estados. Era composta pelo Padre Inácio da Fonseca e Silva e Frei Inácio da Assunção representando o clero, Manoel Bequimão e Eugênio Ribeiro, da nobreza, e Francisco Dias Deiró e Belchior Gonçalves, do povo. Nesses primeiros tempos da revolução, tratou-se de enviar emissários para as demais regiões da Capitania no sentido de divulgar os ideais da revolta, especialmente em Belém e Alcântara. Outra providência tomada foi a imediata expulsão dos jesuítas para Pernambuco e Belém.³⁰³

Não obstante a alteração de ânimos e o empenho de Manoel Bequimão e os demais conjurados na luta pela extinção do estanco, o governo revolucionário teria caído na rotina; arrefecia-se o entusiasmo e a novidade da revolta. Segundo Meireles, o povo castigado pela disciplina militar, à qual não estava acostumado, começou a dar sinais de cansaço e temor de uma reação legalista. O próprio Beckman, que já havia se recusado a receber propinas para abdicar de seus ideais, caíra em descrédito público, passando a ser apontado “pelos descontentes e pelos covardes” como ambicioso e atrabiliário, chegando a ser vaiado por impor uma postura que proibia o uso de fitas a todas as mulheres e de mantilhas de seda às mamelucas e ainda acusado de fraude na distribuição, por sorteio, de 200 escravos africanos chegados à São Luís em um dos navios da Companhia.³⁰⁴

Com esse estado de coisas o fim do governo revolucionário era apenas uma questão de tempo. Por exigência dos homens do povo, o governo foi entregue aos legalistas na pessoa do sargento-mor Costa Belo, deixando a revolução desarmada. Além disso, o envio tardio de um

³⁰² Ibid.p.131.

³⁰³ Ibid.p.132.

³⁰⁴ Ibid.p.133.

representante da causa revolucionária ao rei de Portugal levou a investida ao descrédito, uma vez que à metrópole já haviam chegado os jesuítas expulsos pelos revoltosos, sedentos de “tirar a desforra das passadas afrontas”³⁰⁵.

A reação da Coroa veio com o envio de Gomes Freire de Andrade, o novo Governador e Capitão-general do Maranhão e Grão-Pará que desarticulou a revolução e empreendeu vigorosa perseguição aos conjurados, sobretudo a Beckman que buscava refúgio no engenho Vera-Cruz às margens do rio Mearim. Nesse ínterim, os vereadores das demais capitânias reunidos com o governador propuseram a extinção do estanco por ter sido comprovada suas irregularidades. Parafraseando João Lisboa, Meireles via aí o motivo principal de sua extinção, o fato de que tanto na sua introdução, como pelo tempo em que atuou, se dera “fraude, dolo e violência”. Dava-se, portanto, a “vitória moral” da revolução.

Ainda assim, continuou-se

a caça ao homem que chefiara o povo contra essa situação que se reconhecia insuportável! Lázaro de Melo, afilhado ou compadre de Bequimão, prestou-se, por ambição da recompensa prometida, ao papel infamante de que carecia a História para dar ao destemido chefe da revolta maranhense a coroa de mártir. Acompanhado de pequena escolta, fez-se de viagem ao engenho “Vera-Cruz” e, recebido sem maior desconfiança porque amigo, prendeu-o à traição.³⁰⁶

A devassa foi concluída culminando com a condenação à forca dos principais líderes do movimento: Jorge de São Paio, Francisco Dias Deiró e Manuel Bequimão. Utilizando João Lisboa como referência que, por sua vez, apoiou-se no testemunho do frei Domingos Teixeira de Moraes, Meireles afirmava que a sentença do último condenado, o governador assinou tão cheio de mágua e de piedade, e com o braço tão trêmulo, que a letra pareceu pertencer a uma outra pessoa.

O nobre líder revolucionário teria morrido “na mesma altivez em que sempre vivera”, pedindo, do patíbulo em que fora enforcado, aos que o escutavam, que lhe perdoassem as ofensas, e numa demonstração de heroísmo concluía que “pelo povo do Maranhão morria contente”. E como em toda a história em que há um herói, também há um vilão, o autor finalizava o capítulo lembrando o destino nada compensador do delator de Beckman, tratado como criminoso:

³⁰⁵ Ibid.p.134.

³⁰⁶ Ibid.p.135.

e a Lázaro de Melo, o execrando traidor que enodoa esta página de nossa História que refulge como uma auréola sobre a memória de Bequimão, foi pago o preço combinado com o posto de Capitão das Ordenanças da Nobreza. Recusando-se, porém, os subalternos a reconhecer-lhe a superioridade hierárquica, reclamou ele a Gomes Freire que, penitenciando-se do crime em que fora conivente, lhe respondeu que sua promessa fora cumprida...; o resto, entende-se, não era com ele.³⁰⁷

4.2.2.4 O triunfo da “ordem”.

Desse extenso agrupamento factual presente em **História do Maranhão**, a revolta da Balaiada, ocorrida no período regencial, se assinala como um dos eventos memoráveis da história maranhense. Para o autor, essa revolta, cronologicamente inscrita no período regencial, é fruto tanto da exaltação de ânimos existentes nesse período em virtude das ideias liberais sopradas do Porto como, também, “um movimento das massas rurais contra os potentados”³⁰⁸.

Para fundamentar seu ponto de vista o autor inicia o texto definindo os perfis humanos que compuseram os quadros da revolta. Seriam, a princípio, homens que constituíam o chamado Exército Auxiliador que contribuiu no processo de adesão do Maranhão à Independência do Brasil. Por essa razão não eram soldados de linha, afeitos à disciplina militar, mas elementos heterogêneos, recrutados à revelia pelo interior, acostumados à vida desregrada, desconhecendo todo e qualquer princípio da autoridade constituída, sendo muitos deles elementos *suspeitos, ignorantes, viciados e de baixos instintos*. Juntavam-se a estes, alguns foragidos da Confederação do Equador, alguns inimigos da chefia política do Piauí e escravos fugidos e aquilombados.³⁰⁹

No dizer do autor, essa era a “matéria prima” ou “massa bruta” que seria trabalhada consciente e inconscientemente pela oposição maranhense representada por intelectuais como José Cândido, João Francisco Lisboa e Estevam Rafael de Carvalho, os “Bem-te-vis”. Este era o modo como se designavam os chamados liberais e republicanos que se contrapunham aos cabanos ou conservadores, representados pelos governistas, ou portugueses.

Para Meireles, ao combater o mandonismo, personificado na Lei dos Prefeitos e Subprefeitos, e as várias formas de arbítrio e violências cometidos pelos “cabanos”, os líderes oposicionistas insuflaram o povo à revolta fornecendo uma espécie de fermento ideológico para a reação à opressão e às injustiças. Contudo, não queria dizer que houve uma intenção deliberada em incitar as massas à reação sustentando a idéia de que a Balaiada teria sido a conseqüência de idéias que fugiram do controle das chamadas elites pensantes:

³⁰⁷ Ibid.p.136.

³⁰⁸ Ibid.p.258.

³⁰⁹ Ibid.p.258.

Quem suporia que a palavra escrita daqueles líderes oposicionistas se ergueria do solo, onde fora semeada, como a bandeira de sangue da Balaiada? Que ecoaria em nossos campos como o uivo de uma tempestade incontrolável? Ninguém; nem eles, que nem um deles quis assumir essa responsabilidade.³¹⁰

Essa “tempestade incontrolável” assumiu vários significados na historiografia regional. Alguns autores como Jerônimo de Viveiros, que em muitas situações foi um dos referenciais de Meireles, em seu livro **O coronel Alves de Lima e Silva no Maranhão** considerou-a a mais sanguinária e desprovida de sentido e idéias de todas as revoltas que houve no período regencial. Para esse intelectual tradicional, descendente da aristocracia alcantareense, o levante não passou de uma volúpia de roubos e incêndios, de mortes e atrocidades incitados pelas indefinições de um partido político que *levantou do pó da terra, como estúpido instrumento*, um vaqueiro, Raimundo Gomes, fazendo-o chefe de uma rebelião. Era uma revolta de milhares de bandidos em armas e escravos fugidos que viviam de rapina assolando e aterrorizando as fazendas. Tão grande era a audácia que o negro Cosme, escravo boçal, baixava proclamações, intitulado-se – Dom Cosme Bento das Chagas, “Tutor e Imperador das Liberdades Bem-te-vis”. Raimundo Gomes e seus sequazes chegaram a compor um conselho militar impondo *vergonhosas condições de paz ao governo*.³¹¹

Muito diferente da opinião de Viveiros foi aquela emitida pelo escritor maranhense Astolfo Serra no livro **A Balaiada**, publicado em 1946. Revisando o fenômeno, afirmava não ser possível compreendê-lo fora da geografia humana. Dizia não ser justo que uma rebelião desse porte continuasse a ser julgada apenas como uma arrancada de bárbaros assassinos dispostos somente à brutalidade de atentados contra a honra e a propriedade. Para ele, havia em tudo isso não um *deflagar de taras de tipos primitivos*, mas um *complexo de forças adormecidas há muito no subconsciente das massas* despertando para o ódio e a vingança dos impulsos de libertação. Assim, a Balaiada não teria sido apenas uma aventura de política ou banditismo, mas um fenômeno de “acentuadas características revolucionárias, quase comunista, manifestando-se como um movimento de massa com o caráter de reabilitação social”.³¹²

Em História do Maranhão Meireles não rompe totalmente com as idéias de Viveiros tampouco adere prontamente ao ponto de vista oposto de Astolfo Serra. Mantém uma postura dúbia acerca dessa revolução que considera *absurda em sua definição e na concepção de suas causas*, ora evidenciando os ímpetos bárbaros ou violentos de seus agitadores, ora expondo as

³¹⁰ Ibid. p. 259.

³¹¹ VIVEIROS, Jerônimo. **O coronel Alves de Lima e Silva no Maranhão**. Rio de Janeiro: Gráficos Bloch, 1940.p. 5 e 6.

³¹² SERRA, Astolfo. **A Balaiada**. 2ª edição. Rio de Janeiro: BEDESCHI,1946.p. 13-17.

injustiças e a opressão que justificaram a eclosão de tantos ódios recalcados. A análise de Meireles parece orbitar no plano das indefinições, em certos momentos tendendo a uma postura elitista e tradicional e, em outros, a uma postura de cunho mais sociológico, buscando entender o fenômeno a partir de suas “causas” sociais. Assim, a Balaiada, em sua concepção, foi um:

Levantamento de cafusos, creoulos, mulatos e presos, de vaqueiros e agricultores, de escravos fugidos e soldados desertores, de bandidos e vagabundos, sem uma figura maior que os chefiasse; sem terem conseguido, nas elites “bem-te-vis”, despertar para sua causa atitude semelhante à que haviam tido pela causa que eles da burguesia, da oficialidade de linha, da magistratura, do funcionalismo à sua frente [...] Uma erupção de velhos ódios recalcados, por parte de colonos humilhados e explorados que, sem orientação, sem um objetivo preconcebido, envenenados pela demagogia de uma oposição política desabrida, atirando-se à luta, como num estouro de boiada, quando se reconhecessem ludibriados pela independência, que fôra um mito, uma miragem que não satisfizera a seus elementares anseios de liberdade, de igualdade e fraternidade. O Brasil, o Maranhão, haviam se tornado independentes de Portugal, mas a vida para eles, por isso, não mudara absolutamente em nada!³¹³

É nítido em Meireles a idéia de que ela desencadeou um onda de vinganças. Vinganças em todos os níveis e para muitas afrontas: injustiças, ultrajes à honra pessoal, furto legalizado, extorção fiscal, recrutamento forçado, castigos imerecidos, enfim, toda a sorte de arbitrariedades e humilhações impostas pelos poderosos e pelas autoridades. No entanto, não deixava de pontuar a irracionalidade que em certa altura passou a dominar os revoltosos, pois com a dor das feridas, o cheiro de sangue, o cansaço da luta, a fome e as doenças não se poderia esperar algo diferente da dominação exclusiva dos ‘baixos instintos’ e, com eles, os assassinatos, as atrocidades e os saques.

A narrativa da luta, dá-se no texto em três etapas. Tudo começa com uma desavença entre o vaqueiro cafuzo Raimundo Gomes Vieira, indivíduo supostamente fugido do régulo do Piauí, com o subprefeito José do Egito num povoado conhecido como Vila da Manga. Isto porque parte de seus homens foi presa pela força legalista a pretexto de um recrutamento. Para o autor o motivo da prisão, sob a capa da legalidade, era o antagonismo entre o subprefeito, autoridade “cabana”, com o padre Inácio Moraes, de filiação “Bem-te-vi”, para quem Gomes prestava serviços. Esgotadas todas as possibilidades de negociação Gomes resolve apelar para força invadindo e libertando, com mais nove companheiros e com a conivência de alguns membros da guarnição, seus homens da prisão. A data do incidente era treze de dezembro de 1838, considerada por muitos historiadores maranhenses, inclusive Meireles, a origem da Balaiada.

³¹³ MEIRELES(1960).Op.cit.p.260.

Iniciam-se a partir daí as primeiras marchas e conflitos com a atuação das forças legalistas em vários povoados onde se encontravam “os bandoleiros”. Os primeiros destacamentos das forças legalistas derrotaram e perseguiram Raimundo Gomes que buscara refúgio em outra localidade. Tudo parecia sob controle quando o vaqueiro reiniciou sua “tropelias” em outros povoados da região. Assim:

A coisa não era, pois, como intempestivamente parecera ao desapercibido presidente do Maranhão; muito pelo contrário, crescia assustadoramente. A Raimundo Gomes juntaram-se, então, muitos outros chefes do bando, reconhecendo-lhe superioridade hierárquica, e os quais, por seus nomes de guerra, bem identificavam seus propósitos; eram eles Relâmpago, Corisco, Raio, Caninana, Sete Estrelas, Tetéu, Andorinha, Tigre, Coque, Mulungueta, Ruivo, Riachinho, Gitirana Violeta, etc.³¹⁴

A situação ia se tornando cada vez mais grave. Sucessivos e violentos combates seguiram por povoados como Icatu, Mutuns, Mocambo, Angicos, Brejo, etc., pontilhando todo o Maranhão oriental, sobretudo entre os baixos do Parnaíba e Mearim – boa parte da província infestava-se de “bandoleiros”. A essa altura Manoel Francisco dos Anjos, o Balaio, mestiço fazedor de cestos, que se unira a revolta “para lavar a honra ultrajada na pessoa de uma filha que fora violentada por um oficial legalista Capitão Antônio Raimundo Guimarães”, já havia reunido centenas de homens em direção a Pastos Bons.³¹⁵

O narrador segue contando o cortejo de saques e mortes nas cidades de Tutóia, Miritiba, Vargem Grande e Coroatá, seguindo até Caxias onde chegaram em 24 de maio de 1839. Nessa cidade, os “balaio” se organizaram em um Conselho Militar instituindo uma Junta Provisória contando com a participação de “elementos qualificados de Caxias”. Definidas as prioridades, enviaram uma deputação ao governo da Província exigindo algumas condições que eram: a revogação da Lei dos Prefeitos; a prévia anistia aos revoltosos; pagamento de soldo às tropas; processo regular para os presos das cadeias públicas; expulsão dos portugueses natos e restrições para os naturalizados; confirmação dos oficiais revoltosos em seus postos.³¹⁶

Para Meireles, pelo teor das exigências, não havia dúvida de que se tratava de uma articulação da oposição para aproveitar-se dessa circunstância crítica. Diante disso, e reconhecendo a gravidade da situação o governo da Regência decidiu enviar reforços com ajuda de outras províncias como o Pará, a Bahia, Alagoas, Pernambuco, Ceará e Piauí, totalizando dois mil homens. A partir desse momento, a luta entra no que Meireles denominava de segunda fase. Era o momento dos ataques mais violentos e do endurecimento da luta. Os balaio se tornavam aos olhos do governo da Província, cada vez mais assustadores

³¹⁴ Ibid.p.262.

³¹⁵ Ibid.p.262.

³¹⁶ Ibid.p.263.

e perigosos, derrotando os comandantes legalistas e voltando a ocupar locais dos quais já haviam sido expulsos. Em virtude disso, conta-nos o autor que a imprensa da capital abria suas colunas contra o governo, acusando-o de incompetência, sobretudo, em relação à inoperância do Coronel Sérgio de Oliveira, considerado por um dos jornais como “um espantalho militar, uma nulidade em sua profissão.” Segundo Meireles:

a luta generalizou-se; brigava-se, com crueza e ferocidade, por toda zona do Maranhão oriental. Os “balaíos” foram batidos em Formiga, Boa Vista, Mandacuru, Cajueiro, Pindoba, Alagoa do Carneiro e Buriti Cortado[...]A fereza da disputa aumenta e a luta se torna cada vez mais sangrenta[...] O governo está tonto; não há um plano militar. Luta-se e volta-se a lutar nas mesmas localidades, e os “balaíos” parecem renascer dos próprios cadáveres de seus companheiros.³¹⁷

Inicia-se a partir do recrudescimento da força dos rebeldes e da perda de controle por parte de quem deveria combatê-los, o que o autor caracteriza como a terceira e última fase da luta – o momento em que o poder central, reconhecendo a dimensão do conflito, nomeia em 12 de dezembro de 1839 o Coronel Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, como o novo presidente da província e o comandante das armas. Para Meireles, Caxias, como bom articulador que era restabeleceu a ordem na administração, pondo “termo às desinteligências políticas”, assumindo, também, o exercício das atividades militares.

Embora se pretendesse imparcial o perfil traçado por Meireles acerca desse personagem, não foge à lógica do herói que caracteriza sua concepção de história. Caxias é lembrado como um excelente articulador político e também militar – *o maior general brasileiro de todos os tempos*. Não podemos negligenciar o fato de que essa opinião está alicerçada nas influências que Meireles recebeu de Jerônimo de Viveiros. Para este, o coronel Luís Alves de Lima e Silva não era apenas um organizador de exércitos, o pacificador de províncias ou o exímio estrategista dos campos paraguaios, mas “um estadista de larga visão, um administrador enérgico e justo, a autoridade serena e moderada, o cidadão nobre e generoso”.³¹⁸ Corresponde a uma visão nitidamente dualista, em que a História se apresenta como um palco onde se travam as grandes lutas entre o bem e o mal. Dessas lutas os heróis são sempre lembrados como homens virtuosos, capazes de feitos memoráveis, corajosos e pacificadores. Tal é a imagem que ficou para a posteridade, sobretudo na historiografia regional, acerca do Duque de Caxias que teria influenciado autores da geração de Meireles.

Assim, na narração da última parte da luta o que se desenha é a habilidade de Caxias na condução das batalhas que teriam posto fim à “ignomínia” dos revoltosos. Divide cerca de oito mil homens em três colunas para fechar o cerco aos inimigos e desse modo quebrar-lhes mais facilmente a resistência; põe em prática um plano bem arquitetado de ocupação das áreas

³¹⁷ Ibid.p.264-265.

³¹⁸ VIVEIROS(1940).Op.cit.p.5.

mais críticas; posiciona estrategicamente uma reserva de homens para evitar a fuga dos que escapassem ao cerco. As lutas ocorrem então em vários pontos do interior, tornando-se extremamente agressivas da parte legalista frente à resistência dos balaios. Esses últimos, diante de tão grande ofensiva e numa sucessão de derrotas capitularam nos últimos dias de 1840:

Os caudilhos ainda em armas – Pio, Tempestade e Coco, depõem-nas na vila de São Francisco, bem assim Pedrosa, embora já a serviço da legalidade. Raimundo Gomes, porém, auxiliado pelo centenário Matrauá, veterano das campanhas da Independência, ainda tenta apoderar-se do Rosário e Miritiba; não o conseguindo, entrega-se e é mandado exilar-se em São Paulo, por oito anos morrendo na viagem. Dom Cosme, porém, persistiu na luta. Aprisionado depois no combate de Calabouço, no Mearim, foi mandando à forca.³¹⁹

Era janeiro de 1841. Dava-se por terminada a Balaiada, tendo vencido a ordem – um dos principais pontos de todo o livro – que assume sempre o ponto de vista do Estado e da lei, exaltando-se virtudes e condenando defeitos dos administradores.

4.3. **Sobre uma visão da história maranhense.**

Em se tratando da análise de um tipo de história cuja finalidade era o critério da exemplaridade, das lições transmitidas aos homens ao longo do tempo, pareceu-nos pertinente entender a maneira como a argumentação de Meireles está estruturada no texto. Partindo desse princípio, empenhamo-nos em analisar aspectos presentes na obra que entendemos fundamentais para o tipo de história que o autor propõe, tais como: o rol de conteúdos, o caráter heróico presente nas batalhas, o estilo de escrita, os conceitos implícitos na avaliação dos “fatos” ou personagens, os nexos explicativos e temporais.

Para tanto, priorizamos no texto a exposição dos principais argumentos elencados pelo autor, considerando-se os critérios de verdade e as referências utilizadas; o método de escrita, enfatizando-se as conexões temporais, em que se vislumbra o seu uso particular da temporalidade linear (que não exclui a idéia de retorno); o estilo detalhista e erudito de construção textual; e por fim, os conceitos de moralidade e ordem impressos no seu modo de compreender as ações dos homens no tempo.

³¹⁹ MEIRELES(1960). Op. cit.p.267.

4.3.1. O conteúdo:

Na introdução de **História do Maranhão**, no que chama de simples intróito explicativo do motivo que o levou a escrever o livro, Meireles justificava o seu trabalho dizendo-o como uma forma de dar às gerações futuras uma possibilidade de conhecer mais da história do Estado, sem a qual não haveria possibilidade de conhecer o passado e as tradições da terra.

Essa preocupação de Meireles em tornar conhecida aos jovens maranhenses a história de sua terra parece ter direcionado a construção da obra para um todo coerente e contínuo. O conteúdo do texto, disposto de modo ordenado e profundamente didático, exprime detalhadamente os fatos pontuais da história maranhense, com profundas influências dos clássicos da historiografia local. Aliás, era a intenção de Meireles fazer uma história regional, plena de um sentido identitário.

Partindo desse princípio, fica claro reconhecer que a natureza dos conteúdos obedece a uma busca incessante de mostrar ao leitor a verdade sobre a realidade maranhense, construída ao longo dos séculos. Destarte, há uma preocupação evidente em criar uma linha de argumentação baseada em dados lineares em que os pontos de flexão nos parecem ser a busca das origens, os panoramas políticos e econômicos, o conceito de civilização e as tentativas de reabilitação cultural.

No capítulo I, intitulado **O descobrimento – As primeiras expedições: espanhóis, portugueses e franceses**, o autor tenta reconstruir um conjunto circunstancial (muitas vezes hipotético, ele mesmo o assume) que teria propiciado a descoberta dessa parte da América Portuguesa. Para tanto, executa um recuo temporal bastante acentuado, buscando as evidências numa temporalidade muito remota.

Desse modo, para tornar inteligível esse evento, ele recorreu à Antiguidade, onde supostamente já havia certas hipóteses acerca da existência de terras em outras partes do mundo, além do continente euro-asiático e da África. Recorre ao que possivelmente era dito ou acreditado pelos homens daquela época acerca de regiões desconhecidas ou desaparecidas no vasto Oceano Atlântico, a exemplo do que era proferido por filósofos como Platão e Aristóteles, ou como “historiadores” como Diodoro e Cícero. Elencava crenças como a da existência de uma civilização superior desaparecida noventa séculos antes da era socrática, de ilhas distantes povoadas em segredo, de uma expedição fenícia que arrastada pelas correntes marítimas teria chegado a uma ilha de belas praias e rios; ou já na era cristã, na existência de um continente ou de uma terra a oeste.

Embora traga à lume essas suposições no texto, tem um cuidado de pontuar que elas se inserem no campo das acepções lendárias, sem possibilidade imediata de comprovações ou contestações a princípio. Desse espaço lendário, Meireles prossegue no texto no campo das conjecturas presentes em textos de alguns “sábios” que objetivavam encontrar pistas materiais da presença dos antigos na América, tais como: estátuas, utensílios ou jazidas pré-colombianas. Para esse momento, fundamentava-se nas obras de conhecidos intelectuais brasileiros, a exemplo do **“Compêndio de História da América”** de Rocha Pombo, **Entre a Amazônia e o Sertão** de Raimundo Lopes, **História secreta do Brasil** de Gustavo Barroso, dentre outros.

Mas como um bom caçador de verdades, o passo seguinte tomado no texto, pelo autor, foi o abandono dos campos lendário e conjectural:

Deixemos, porém, o domínio fascinante da lenda, enquanto os mais entendidos que nós não conseguimos dele extrair a realidade que se disfarça sob os véus da fantasia, o mais sedutor o faz e aproximemo-nos da Era dos Descobrimentos, nas centúrias XV e XVI, quando chegaria a termo as disputas entre as sociedades islâmica e cristã, debruçadas sobre o antigo “mare nostrum” latino, pela hegemonia da civilização ocidental.³²⁰

A partir desse momento do texto, pisando no terreno mais seguro daquilo que poderia ser comprovado, elencava os fatos mais importantes que prenunciaram o descobrimento. A investida dos cristãos na busca de novos mares, além do já conhecido mar Mediterrâneo em tempos do avanço dos mouros sobre a Península Ibérica; o conhecimento acidental ou não de ilhas no Oceano Atlântico e o alcance de parte significativa da África; a busca das índias por Colombo; o Tratado de Tordesilhas; a discutida viagem de João Coelho em 1493; a viagem de Cabral e outros.

Embora esses fatos não respondessem à indagação de quem teria descoberto o Maranhão e quando exatamente isto teria acontecido, resvalando-se quase sempre para as “divagações para os apaixonados de Clio”³²¹, o autor dizia não haver dúvidas de que mesmo depois da chegada de Cabral ao Brasil, o Maranhão passou todo o século XVI praticamente fora da história política de Portugal, tanto por não existir interesses imediatos quanto pelo fato de ser muito difícil, pela localização geográfica, a exploração dessa parte da América Portuguesa. Daí a explicação do fracasso de sucessivas expedições, das quais se tem alguns registros, como as que foram empreendidas por espanhóis (ainda no século XV), por portugueses (nos séculos XV e XVI) e pelos franceses (séculos XVI e XVII).

³²⁰ Ibid.p.8.

³²¹ Ibid.p.10.

O alcance destas terras por estrangeiros e os possíveis primeiros povoamentos apontados na obra são resultantes de intensas pesquisas baseadas em cartas datadas dos séculos XV e XVI; nas crônicas coloniais, a exemplo dos “Anais Históricos da Província do Maranhão” de Bernardo Pereira de Berredo (funcionário da Coroa Portuguesa) ou em autores dos séculos XIX e XX.

No campo das origens, poderíamos exemplificar ainda a preocupação com o nome “Maranhão” dado a essa parte do Novo Mundo. Meireles entende essa indefinição como um problema. Traz uma série de conjecturas a respeito, elaboradas por estudiosos da história e da geografia do Maranhão. As hipóteses eram várias. Uma delas dizia que o vocábulo teria se originado de *Marañon* que era o nome do atual rio Amazonas descoberto em 1499, supostamente herdado de um companheiro de Gonçalo Pizarro.³²² A hipótese defendida por Cândido Figueiredo era de que apenas um aumentativo de *maraña* – que quer dizer matagal, coisa enredada, teia de lã, provavelmente de origem alentejana³²³. A de Fran Paxeco em “Geografia de Maranhão” era a de que se tratava de um vocábulo tupi-guarani para designar um afluente goiano do Tocantins³²⁴. Teodoro Sampaio em “O Tupi na Geografia Nacional” indicava: *mbará-nhã*, que significa *o mar corrente, o grande caudal que simula um mar a correr*.

Mas para Meireles, depois de uma longa exposição de conjecturas, e de avaliar o que seria mais provável, preferia aceitar a de que o nome da terra teria vindo mesmo do rio, ainda hoje *Marañon* em terras peruanas “porque assim designado antes e porque confundida a sua foz com o golfo em que demora a ilha de São Luís.”³²⁵

Assim como a preocupação pela busca das origens, uma parte elementar do conteúdo de **História do Maranhão** é o panorama político-econômico traçado em todas as épocas contempladas pela narrativa. Aspecto absolutamente pertinente para uma obra que se constitui como uma história das administrações maranhenses. Esse panorama pode ser observado em quase toda a narrativa, tanto no tratamento das administrações em particular, quanto no final de cada um dos três grandes períodos nos quais está dividida a obra, quais sejam: o Maranhão na Colônia, no Império e na República.

Esse plano da obra, principiado com a configuração do Maranhão na Colônia, começa com a conquista do Maranhão pelos capitães-mores, passando pela constituição do Maranhão

³²² Ibid.p.19.

³²³ Ibid.p.20.

³²⁴ Ibid.p.21.

³²⁵ Ibid.p.22.

enquanto Estado em suas várias configurações administrativas até o alvorecer da independência. Quando avalia a conjuntura da conquista há uma preocupação permanente em evidenciar as complexas relações políticas, prefigurando-o como um ambiente das constantes intrigas alimentado pelas disputas incessantes de poder. A “conquista” do Maranhão inicia-se logo após a expulsão dos franceses em 1615 com Jerônimo de Albuquerque, o herói de Guaxenduba, para que se firmasse o domínio e a administração portugueses.

Segundo Meireles, Jerônimo de Albuquerque empregou, nos dois anos de seu governo, o melhor de suas atividades no cumprimento das recomendações deixadas por Alexandre de Moura: remodelou o forte de São Felipe e terminou o de São Francisco, executou o arruamento da cidade, iniciou a construção da residência dos capitães-mores. Além disso, fez uma generosa doação de terras aos missionários carmelitas, os freis Cosme da Anunciação e André da Natividade³²⁶. Tudo indica que a rápida administração de Albuquerque aconteceu sem muitas ocorrências traumáticas com colonos, jesuítas ou outros membros da administração, aliás, algo que marcou sua gestão foi o pronto atendimento ao pedido de socorro vindo da capitania do Grão-Pará que na ocasião estava sofrendo com uma sublevação Tupinambá.

Mas no campo das relações políticas, como já foi sinalizado, as coisas quase nunca se processavam de maneira harmônica. Antônio de Albuquerque(1618/1619), por exemplo, que sucedeu o pai no comando da capitania encontrou forte restrição a sua autoridade por Bento Maciel, um assistente de sua administração que era mais velho e gozava de muito prestígio. Já Diogo da Costa Machado, o seu sucessor, parece não ter encontrado muita resistência quanto ao seu governo, talvez por ter saído às ruas convocando os “homens bons” para elegerem os membros da vereação; por ser um homem dotado de um “largo coração”, que não empreendeu represália a um violento ataque indígena e também na condição de “homem piedoso” por ter feito construir a igreja da matriz.

As “desinteligências”, segundo o autor, não aconteciam apenas na esfera do poder temporal. As indefinições das leis metropolitanas acerca das questões indígenas eram sem dúvida um agravante à complexa política colonial. A disputa pelo monopólio da mão-de-obra do nativo punha em lados opostos colonos e jesuítas. Uma dessas situações de conflito ocorreu ainda no governo de Antônio Muniz Barreiros Filho com a chegada do Frei Cristóvão de Lisboa em 1624. Esse visitador publicou o alvará de 15/03/1624 tirando aos colonos a administração dos indígenas, atitude que gerou imediata reação da Câmara que embargou a

³²⁶ Ibid.p.56.

decisão. O resultado disso foi uma provisão de excomunhão dos que se opuseram contra essa deliberação. Essa primeira crise era a evidência de que:

com o estabelecimento definitivo dos portugueses no Maranhão, cria-se, de logo, a questão do indígena, o choque entre os colonos e os missionários religiosos, estes, a serviço do seu ideal religioso, querendo minorar a situação do silvícola ante a ganância daqueles, que só queriam escravizá-los para lhes explorar o trabalho. Esta questão será o fundo de cena de quase todas as páginas de nossa história da colonização[...].³²⁷

Se as intrigas de poder e a questão do monopólio da mão-de-obra indígena (que ocasionou posteriormente três expulsões dos jesuítas) eram, sem dúvida, questões prementes no conteúdo acerca do cenário político-econômico do Maranhão, elas não eram mais complexas do que a caótica situação econômica em que se encontrava essa parte das conquistas portuguesas.

Meireles deixa claro no texto que a vida no Maranhão colonial não era mais que algo precário, difícil e miserável. As razões para isso eram muitas. Primeiro, era uma ambiência pontuada de “lutas mesquinhas”, com o predomínio da corrupção, do suborno e até do assassinato, comprometendo substancialmente a gestão promissora dos negócios públicos. A par disso, os negócios baseados na rentabilidade dos engenhos de açúcar, da produção de tabaco, algodão, aguardente e coleta de drogas do sertão, viam-se prejudicados não só pelas rigorosas leis restritivas impostas pela Metrópole que limitavam a produção e dificultavam o intercâmbio, como a inexistência de navios regulares que pudessem viabilizar a venda desses produtos.

Para dar uma idéia do que se passava no campo político-econômico, Meireles recorria ao julgamento do Padre Vieira, cujo testemunho ele achava válido por ser “contemporâneo dos fatos”, que quando consultado pelo rei sobre a conveniência de se restabelecer ou não a unidade do estado que, a esta altura, estava dividido em duas capitânicas (Maranhão e Grão-Pará), dizia não estar de acordo porque *menos mal será um ladrão que dois e que mais dificultoso serão de achar dois homens de bem que um*.³²⁸

Baseado em clássicos da história maranhense como “História do Comércio do Maranhão”, de Jerônimo de Viveiros e “Efemérides Maranhenses”, de Ribeiro do Amaral, dizia que a esta época a cidade não progredia. Ainda no final do século XVII não excedia 1.000 almas “a população de uma cidade acanhada, de ruas tortuosas, aladeiradas e sem calçamento, em que a quase totalidade das casas era de taipa, cobertas de palha, com

³²⁷ Ibid.p.62.

³²⁸ Ibid.p.213 e214.

urupemas por janelas.”³²⁹ Os alimentos básicos como a farinha e o arroz eram extremamente escassos, tanto pela deficiência quanto pela proibição do seu cultivo.³³⁰

É nítida no texto a idéia de que o Maranhão colonial foi um tempo de escassez extrema. O cenário político-econômico era bastante desanimador. No entanto, o autor abre um parêntese para situar um primeiro surto de progresso na região, que conforme comentamos em outra ocasião, correspondeu ao período de operação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em tempos da política modernizadora do Marquês de Pombal.

Na caracterização desses panoramas político-econômicos o período imperial, na visão de Meireles, foi certamente o mais promissor, e o mais tranqüilo também, numa análise mais generalizante. Todavia não foi de todo desprovido de perturbações de várias ordens.

A princípio, a narrativa recai sobre o complexo processo de adesão do Maranhão à Independência. Meireles o representa como um momento conturbado, resultante da constituição do Maranhão desde os primórdios da sua existência em um Estado a parte do Brasil, sem muitos vínculos políticos e econômicos. A essa problemática sucederam-se as sublevações do período regencial, fermentadas pelos ventos do discurso liberal como a Revolução de novembro de 1831, conhecida como a “Setembrada”, e, posteriormente, a Balaiada.

Foi sem dúvida o período do dualismo político-partidário, em que a disputa pelo poder na política maranhense acontecia ferozmente entre conservadores e liberais. Ainda assim, não vê grandes traumas ou desequilíbrios. O segundo reinado(1840/1889) foi o momento privilegiado, coincidindo com o governo de Pedro II, “príncipe justo e equilibrado, estudioso das ciências e das letras” que soube com “seu espírito moderado reinar com absoluto respeito às leis e acatamento aos tribunais, garantindo à nação um período de sossego”.³³¹

Um outro fator negativo nesse processo detectado por Meireles, afora as lutas do dualismo político-partidário, foi o curto espaço de tempo de governo dos presidentes de províncias. Detalhista que era, Meireles fez uma relação exaustiva de todos os presidentes de província, chegando à conclusão que foram quarenta e três os presidentes nomeados pelo trono nos quarenta e nove anos do segundo reinado sem contar as interinidades. Para ele, essa ausência de continuidade administrativa impediu que se assegurasse a execução de algo planejado no trato das coisas públicas a longo prazo.³³²

³²⁹ Ibid.p.214.

³³⁰ Ibid.

³³¹ Ibid.p.270.

³³² Ibid.p.275.

Não obstante essas “irregularidades”, quando trata do Império o que se percebe é uma quase ausência de relatos de improbidade. O grau de positividade impresso a esse momento é tanto maior porque nele foi maior a expressão do Maranhão no campo político, uma vez que contou com participação de seus políticos nos quadros do governo imperial. Para demonstrar isso, Meireles constrói uma exaustiva lista de nomes de todos eles com os seus respectivos cargos. E para ilustrar ainda mais o alto conceito dos maranhenses no Império, deixava uma relação dos maranhenses que, por mercê real, constituíram a nobiliarquia da província.³³³

O Império foi também o tempo dourado das finanças. O enriquecimento material foi uma realidade que permitiu o surgimento de uma elite latifundiária e uma nobreza rural que concederiam, à então Província, destaque nos campos econômico, político e cultural. Meireles divide esse “capítulo áureo” da economia maranhense em dois ciclos: o do algodão e o da cana de açúcar. O primeiro compreendia o fim do século XVIII até pelo menos 1846, quando o presidente da província, Franco de Sá, com intenção de remediar os males da Balaiada, dispensou recursos para a abertura de canais de escoamento e especiais cuidados para a lavoura e indústria de cana de açúcar. O segundo ciclo era referente ao cultivo de algodão que data de meados daquele século até o princípio da República. Meireles o aponta como um cultivo promissor de ampla ressonância na economia, cujas fazendas, circunscritas nas terras da Capitania de Cumã, chegavam a contar em mais de cem, onde trabalhavam cerca de 10.000 escravos negros.³³⁴

Com base nesse ponto de vista, o autor afirmava categoricamente que:

O Império, repetimos, foi a Idade do Ouro do Maranhão, não obstante quando em vez os azares da balança comercial, as altas e baixas inesperadas do algodão, não raro provocadas pelo “trust” inglês que o explorava e monopolizava, causassem algum pânico à praça e arrastasse um ou outro fazendeiro à bancarrota.³³⁵

Esse momento fáustico permitiu à São Luís, único pólo exportador da província, desenvolver-se e enriquecer-se ainda mais. Em virtude disso, os casarões decorados com luxuosos umbrais de ferro e pedras de cantaria, que compunham a paisagem urbana de São Luís, teriam aumentado significativamente. O comércio da capital adquiriu considerável importância chegando a instituir um órgão de classe, a Comissão da Praça em 1854 e a criar a Companhia Confiança Maranhense com a finalidade de abrigar as lojas da capital que se encontravam em péssimas instalações na Casa das Túlias – antiga sede do comércio. Na

³³³ Ibid.p.282.

³³⁴ Ibid.p.284.

³³⁵ Ibid.p.286.

mesma época foram construídos, pelos comerciantes, o Gabinete Português de Leitura, um Hospital Português, um serviço de navegação a vapor e um parque bancário.³³⁶

Se na configuração dos panoramas político-econômicos o Império foi considerado a época de promessa da história maranhense justamente por ter sido uma conjuntura em que a tônica foi dada pelo equilíbrio, a ausência deste último na República, ocasionada por eventos de grande relevância política e social, como o 13 de maio e o 15 de novembro, a tornou uma periodização marcada carências de várias ordens.

Para ilustrar esse estado de penúria e carência, expunha a transformação de Alcântara, que era um grande pólo produtivo, em uma cidade fantasma, apenas uma relíquia “de um passado brilhante que não voltaria jamais” e Caxias, “o empório do sertão”, uma cidade estagnada e sem perspectivas de progresso.

Afora a trágica situação material, dava especial destaque ao fracasso maranhense no campo político, com perda significativa do prestígio anteriormente conquistado:

No campo político, a queda do prestígio foi algo de mais lamentável e tanto mais sensível porque justamente na emergência que mais carecíamos dele para a consecução do apoio e da assistência, por parte do Poder Central, que poderiam talvez ter evitado o desastre. Hoje, o Maranhão ainda não conseguiu se soerguer, persistindo, sob o aspecto fiscal, como uma das menos rendosas unidades da federação, deficitária mesmo pelo que dela se canaliza para os cofres do Tesouro Nacional por via dos tributos e pelo que destes recebe em contas orçamentárias, auxílios e subvenções.³³⁷

A promessa de “salvação” que se apresentava naquele começo de República, para toda aquela angústia, era o investimento no setor fabril, ramo de atividade onde foram aplicados segundo Jerônimo de Viveiros, 11.000 contos, dos quais quase 50% representavam a cota dos ex-lavradores. Esses estabelecimentos fabris eram sociedades anônimas destinadas a fiação e tecelagem de algodão, à fabricação de pregos, fósforos, calçados, cerâmica, sabão, etc.

Essa corrida industrial, que se apresentou como uma saída para aquela situação de desespero econômico resultou em fracasso. Meireles, compartilhando do ponto de vista de Jerônimo de Viveiros, a considerava uma miragem; ou em outras palavras, uma aventura na qual os proprietários maranhenses se atiraram sem uma reflexão prévia, sem avaliação das possíveis conseqüências. Parecia óbvio, aos cronistas da história local, transformar o Maranhão agrário e arcaico num Maranhão industrial. A investida foi atingida em cheio pela desvalorização da moeda, que derrubou a taxa cambial e duplicou o preço do maquinário, levando os empresários a contraírem pesados empréstimos. Agregava-se a isso a estabilização da monocultura do café no sul do país e o enriquecimento produzido pela borracha na

³³⁶ Ibid.p.287 a 288.

³³⁷ Ibid.p.339.

Amazônia que provocou uma imigração em massa, ocasionando um déficit populacional considerável que prejudicou o desenvolvimento da economia do Estado.

Segundo Meireles, essa situação declinante e pouco animadora só viria a ser suavizada na I Guerra Mundial com a exportação da amêndoa do babaçu, propiciando “um relativo desafogo que cria um clima de recuperação, cujo processo de desenvolvimento, entretanto, [carecia] da falta de capitais”. Desse modo, o autor fazia questão de marcar “para os menos avisados” que o babaçu, embora tivesse dado um certo impulso a já combalida economia maranhense, não foi um milagre, foi apenas um paliativo para um mal que se encontrava enraizado. O investimento de capitais foi alto e mal planejado, desencadeando uma reviravolta no sistema de crédito, “cujo abuso se praticou em tais limites que determinou a falência de casas importantes” . Juntava-se a isso o fracasso de uma grande empresa norte-americana, a The Overseas Company, que entrara no Maranhão objetivando a industrialização do coco em grande escala, por motivo de prejuízos na indústria de açúcar em Cuba.³³⁸

Com a falência do parque industrial, a praça bancária não se firmara. Apenas o Banco do Maranhão sobrevivera, mas sem desenvolver-se, “enquistado no limite de seus recursos iniciais”.³³⁹

Para Meireles, ferida de morte pela Abolição e malograda na tentativa de restabelecimento por meio da atividade industrial, só passando vinte anos é que a economia entraria no que ele chamava de “fase de convalescença”³⁴⁰ com a exploração do babaçu, pois ela não evitaria as posteriores crises que viriam caracterizar a vida econômica maranhense até pelo menos meados do século XX.

Embora incorpore o discurso econômico do desenvolvimento, como se vê, no domínio dos conteúdos de **História do Maranhão** a evolução cultural é uma das problemáticas centrais. Ela é um dos fios que perpassam a narrativa desde o princípio da colonização até meados do século XX.

A princípio, o que se observa na narrativa é que para Meireles, que era um entusiasta da civilização, não existia uma vida cultural propriamente dita no Maranhão Colonial. O que existia era um punhado de homens em situação de penúria extrema e ávidos pelo enriquecimento pessoal para poder retornar ao seu local de origem . Em virtude disso, pouca ou quase nenhuma atenção era dada à problemática do ensino, ficando essa questão sempre em último plano.

³³⁸ Ibid. p.344.

³³⁹ Ibid.p.344.

³⁴⁰ Ibid.p.344.

Um exemplo disso, trazido por Meireles, “foi a curteza de vistas”³⁴¹ do governador e capitão-mor D. Fernando Antônio de Noronha(1792/1796) que, quando questionado pela corte acerca da possibilidade de se criar escolas de ensino superior, teria afirmado que estudos superiores só serviam para nutrir o orgulho e destruir os laços de subordinação civil e política que deviam ligar os habitantes à Metrópole.

Quase nada havia que ao menos se pudesse entender como esboço de uma vida cultural nos moldes da civilização. O próprio clero, no dizer do autor, que por sua vez se baseou nos escritos de Lisboa, era composto de degredados, de má vida e ruim exemplo.³⁴²

Dizia Meireles que o ensino era precário e restrito. A primeira escola de que se tinha notícia, sem considerar o seminário dos capuchos franceses para os meninos e colonos nativos, foi criada em 1626 pelo jesuíta Luiz Figueira, para ensinar as letras aos filhos dos portugueses. Durante todo o século XVII, a instrução fora restrita às aulas de filosofia, teologia, retórica, gramática e primeiras letras mantidas pela Companhia de Jesus. Somente em meados do século XVIII, instalaram-se as aulas régias e uma outra de escrever “com talhe moderno”. Sem esquecer que em 1753 o padre Manoel de Malagrida, da Companhia de Jesus, já havia fundado um abrigo para moças desvalidas, o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios.³⁴³

A situação do ensino, segundo o autor, só melhoraria no final do século XVIII, quando a província, graças a atuação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, já saíra da “situação de extrema penúria em que antes sempre se debatera”. É dessa época, embora de forma restrita, a ida dos primeiros estudantes para as grandes instituições de ensino de Portugal, a exemplo do poeta José Pereira da Silva, que foi encaminhado para Universidade de Coimbra, em 1777, e Raimundo Pedro da Silva e Cunha, Antônio Xavier de Lima, João Alves de Carvalho recomendados a Academia da Marinha e também para Universidade de Coimbra para as profissões de hidráulico, topógrafo, médico cirurgião e contador.³⁴⁴

Para Meireles, considerando essas condições expostas, o Maranhão, em comparação com o Estado do Brasil não podia, diante dessas deficiências, ter ensaiado, paralelamente, uma literatura própria, como se verificou com as chamadas escolas pernambucanas, de Bento Teixeira, e a baiana de Gregório de Matos. E se nula foi a sua expressão cultural no campo das

³⁴¹ Ibid.p.194.

³⁴² Ibid.p.220.

³⁴³ Ibid.p.221.

³⁴⁴ Ibid.p.

letras, no domínio das artes nada se tem a dizer. Assim, do ponto de vista literário, o Maranhão colonial viveu os ciclos de “literatura sobre a terra” e não uma literatura da terra.³⁴⁵

Considerando as atribuições desse cenário, para Meireles não havia uma vida cultural digna de importância. O tempo da colônia, por ter sofrido carências de várias ordens, era visto com aquele que estava carente de civilização, imerso num estado de barbárie. Não existia um sistema educacional digno de importância, os costumes reduziam-se aos baixos instintos de conquistadores interesseiros. Com base nessa indiferença dos portugueses chegava a supor que nesse campo, os franceses poderiam ter feito mais pela cultura se tivessem permanecido por terem servido em sua expedição de oficiais artífices, dois astrônomos e um médico até de gentis homens que a integraram. Fazia ainda uma comparação com a política colonial dos espanhóis que disseminaram, por seus missionários, várias universidades em suas capitanias e vice-reinados na América.

Mas se o panorama cultural no Maranhão Colonial era o tempo da gentildade e da barbárie, do indígena apolítico e do colonizador interesseiro e rude, o Império foi o tempo das luzes. O tempo do retorno dos jovens mandados a Portugal em busca dos dizeres, pensamentos e práticas da civilização. Agora bacharéis e doutores em leis, filosofia, medicina e matemática, vindos da França e de Portugal, e mesmo os formados em Olinda, deram a sociedade maranhense um toque de refinamento que criou um campo propício para o surgimento de um grupo intelectual talhado nos moldes do romantismo europeu.

O ambiente era propício, sem dúvida nenhuma. Era o tempo dos enriquecidos pelas fazendas de arroz e engenhos de açúcar, dos que podiam custear temporadas de estudo dos filhos na Europa. Era o tempo do surgimento de bibliotecas, da criação do Gabinete Português de Leitura, da criação das primeiras tipografias, da publicação mais freqüente de jornais e revistas literárias. É bom lembrar que essa agitação cultural em São Luís, para o autor, não se tratava apenas de um resultado direto de uma conjuntura econômica, mas de uma predestinação intelectual do homem maranhense, conforme o autor afirmava no **Panorama da Literatura Maranhense** (1955).

Esse surto de sabedoria, que gerou ícones como Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Odorico Mendes e Sotero dos Reis, e que elevou a Província à condição de Atenas do Brasil, foi considerado no texto como o ponto mais elevado de toda a vida cultural maranhense. O que vinha antes disso era barbárie, o que veio depois na visão do autor configurou-se como perda e deficiência. Enumera exaustivamente todos os ícones, traçando-

³⁴⁵ Ibid.p.222.

lhes características, impondo-os qualificativos quase sobre-humanos. Relatava os seus escritos como os responsáveis pela condição ímpar alcançada pela província no campo das idéias.

Todavia estabelecia claramente os pontos em que a produção era mais intensa ou significativa. O período que vai de 1832 a 1868, o do chamado “Grupo Maranhense” do romantismo brasileiro, coincidindo com o “ciclo do algodão”, foi o mais profícuo de todos gerando os ícones mais expressivos da Atenas. O ciclo literário subsequente ia de 1868 a 1894, coincidindo com o ciclo do açúcar, quando se sobrepunham as influências da Escola Naturalista, do Parnasianismo e do Simbolismo poético.³⁴⁶ Corresponde ao momento em que já se tornavam mais evidentes os processos de retração e falência da sociedade agrário-escravagista, ocasionados pela Lei dos Sexagenários, pela Lei do Ventre Livre, pela Lei Áurea, que lhe deu “a extrema unção”, a por fim pelo 15 de novembro. É desse período a dissolução do grupo local, uma vez que os homens de letras passaram a emigrar para sul “onde grajeando justo reconhecimento”, far-se-iam literatos nacionais.³⁴⁷

Dentre eles, o autor enumerava os poetas Adelino Fontoura, Teófilo Dias, Raimundo Correa, Teixeira de Sousa; e dentre os prosadores, Aluísio e Artur Azevedo, Dunshee de Abranches, Coelho Neto e Graça Aranha. Homens de letras que buscaram reconhecimento distante de uma província que já não mais oferecia condições de prover suas vivências intelectuais.

Em virtude de sempre estabelecer uma isocronia entre as fases de evolução da vida econômica e da vida cultural, quando trata da cultura maranhense na República, exprime-a como o ponto culminante de uma vivência civilizadora em ruínas. Mortos alguns dos “gênios” da pena e emigrados outros tantos (para atuar não só no campo das letras como da política também), a chama vibrante da Atenas de outrora, agora se exauria ante a falta de oxigenação econômica e cultural. O sucesso ainda existia entre os homens de letras, mas sempre fora e longe das fronteiras maranhenses, muitos deles morriam sem se sequer retornar à terra natal. Em São Luís, “a velha Atenas, apenas o mármore frio e o bronze mudo das estátuas e bustos que se haviam erguido em memória daqueles que deveriam servir de exemplo e estímulo às novas gerações.”³⁴⁸

A atmosfera da cultura na República era tão apática, constrangedora e desonrosa que Meireles via como extremamente humilhante a sobrevivência miserável, quase mendicante, do poeta de “O Guesa”, Joaquim de Sousa Andrade, o “Sousândrade”. Contra esse estado de

³⁴⁶ Ibid.p.291.

³⁴⁷ Ibid.p.292.

³⁴⁸ Ibid.p.346.

coisas levantaram-se os chamados Novos Atenienses, jovens intelectuais entusiastas da renovação cultural do Maranhão que, chefiados pelo jornalista Antônio Lobo, fundaram a Academia Maranhense de Letras (1908) e o Instituto de História e Geografia do Maranhão (1926).

Reafirmando esse ponto de vista, o autor dizia que não se podia negar que essa fase foi inferior à dos ciclos anteriores, não obstante se caracterizasse pelo “empenho sadio na luta pelo restabelecimento dos foros de grandeza intelectual da terra”³⁴⁹. Enumerava, a partir desse ponto, os nomes dos grandes homens que integraram aquele movimento de recuperação cultural nos limites das fronteiras regionais, tais como: Corrêa de Araújo, Vespasiano Ramos e Ulpiano Brandão, Humberto de Campos (que granjeou reconhecimento nacional), Astolfo Marques, Godofredo Viana, Antônio Lopes, etc.

No ensejo desse empenho de restabelecimento cultural, Meireles achava digna de nota a fundação das primeiras escolas superiores por Domingos de Castro Perdigão e Fran Paxeco, que eram as Faculdades de Direito e de Farmácia e Odontologia; e posteriormente, a fundação da Faculdade de Filosofia de São Luís em 1953, instituída pela Fundação “Paulo Ramos” com o incentivo da Academia Maranhense de Letras. Dentre os fundadores estavam Odilon da Silva Soares, José Domingos Vieira Silva, Jerônimo de Viveiros e Mário Meireles.

Ainda com as tentativas de reerguimento intelectual fica evidente, no conteúdo acerca da cultura, que a República, comparativamente ao período anterior, foi o momento da decadência, da suspensão de um fluxo contínuo de civilização que se iniciou em fins do século XVIII e chegou ao seu ponto culminante em meados do século XIX.

4.3.2. O método:

História do Maranhão é uma obra de síntese. Meireles a planejou como uma grande unidade em que condensou todos os eventos políticos, econômicos e culturais que considerou relevantes para contar a “verdade” sobre a história do Maranhão.

A disposição do texto em três grandes blocos: O Maranhão na Colônia, o Maranhão no Império e o Maranhão na República, ordenados numa cronologia, imprimiram à obra um sentido evolucionista. Os fatos são dispostos num crescendo, iniciando-se com a busca das origens, passando por um desenvolvimento que culmina com um tempo próspero e fáustico, nos âmbitos econômico e cultural, e termina com um tempo de decadência.

³⁴⁹ Ibid.p.346.

Embora se tratando de uma narrativa que tem como prioridade dar lições, referendando padrões éticos que deveriam ser acatados ou imitados, nos cânones de uma história “Mestra da Vida”, ela não seguia o modelo clássico que agregava narrativas particulares, desconectadas entre si, mas sim uma estrutura linear permeada por relações de causalidade. Por essa razão, estabelecia relações diretas entre o desempenho político dos governantes e as conjunturas posteriores de progresso ou falência.

Partindo desse princípio, a história em História do Maranhão tem uma dimensão teleológica, pois está sempre condicionada a estabelecer relações entre meios e finalidades. Para Meireles cabia ao historiador, na impossibilidade de interferir na história, apenas observar as conseqüências para melhor seguir o curso do seu desenvolvimento a que jamais se poderia escapar.

Desse modo, observamos uma conjugação de dois sentidos históricos alternados: um clássico e um moderno. Clássico na medida em que mesmo sem construir uma narrativa pluralizada, entende-a como o espaço das exemplaridades e, ao mesmo tempo, moderna, porque está inscrita num campo semântico da longa duração que tende a entender o tempo histórico como um processo inexorável de progresso.³⁵⁰

Para Meireles, o progresso era uma conseqüência direta da capacidade que tinha os homens de fazerem coisas grandiosas e de deixarem sua marca para a posteridade. Por outro lado, as ações dos homens no tempo nunca podiam ser de relevância suficiente para transformar radicalmente a marcha de progresso a que a história estaria destinada, mas era possível aperfeiçoar no tempo tudo aquilo que estava previamente determinado. Por isso dava tanta importância a certos personagens e ações que competiram para o engrandecimento da história maranhense.

Desse modo, as intervenções marcantes no tempo histórico maranhense foram aquelas que tiveram importância no aperfeiçoamento do que Meireles entendia como civilização, conjugando boa conduta com os feitos memoráveis. Exemplos claros dessas intervenções, que se deram, tanto no plano intelectual quanto político foram: a atuação exemplar e honesta de Manoel Beckman na luta pelos seus direitos (de elite) usurpados; o gênio criativo do padre Antônio Vieira num dos primeiros esforços de configuração de um ambiente letrado; a gestão empreendedora e eficiente do ministro de D. José I, o Marquês de Pombal, que culminou a posteriori com a elevação econômica e cultural; o brilhantismo pacificador de Luís Alves de

³⁵⁰ KOSELLECK (2006) Op. cit.p.11.

Lima e Silva, o Duque de Caxias, no esmagamento da Balaiada; a pena refinada de um Gonçalves Dias, de um Lisboa, de um Aluísio ou um Catulo.

É pertinente pontuar que todas essas intervenções situavam-se num plano narrativo que fazia da economia, da política e da cultura faces comunicantes ou relacionadas entre si. Todas elas deveriam caminhar sempre em sentido progressista, funcionando de modo harmônico para que se alcançasse um estado de plenitude. No texto este estado pleno foi alcançado, como vimos, no Império – o ponto culminante - resultado de ações positivas acumuladas ao longo do tempo.

Essas ações se articulavam numa trama que em primeiro lugar dispunha as administrações em ordem linear ou cronológica, explicitando-as em detalhes, segundo suas atribuições, competências, exequibilidade, atenção dispensada nos diversos domínios da realidade; ainda reservando um espaço no final de cada período histórico para fazer uma espécie de balanço da vida econômica e cultural. Sem dúvida, o texto foi arquitetado como um imenso esforço de síntese.

Quando analisamos o livro observamos que para realizar esse imenso trabalho de síntese da história do Maranhão, considerando a extensão de recorte temporal escolhido, o autor empreendeu um gigantesco trabalho de pesquisa, lançando mão de uma enorme quantidade de informações colhidas em fontes variadas, tais como: crônicas, memórias, compêndios e obras gerais diversas.

Isso revela uma enorme preocupação em fundamentar em sólidas bases seu conhecimento acerca da história e, acima de tudo, atribuir um certo grau de legitimidade a esse conhecimento produzido. Nesse sentido, importava conhecer a fundo e em seus múltiplos aspectos, aquilo de que se falava. Impunha-se saber, relacionar, catalogar tudo o que acerca do objeto com o qual se trabalhava foi produzido, argumentado, descrito. É por isso que quando tece conjecturas sobre as origens do vocábulo “Maranhão” no segundo capítulo, lança mão de uma extensa relação de obras em diversas áreas do conhecimento a exemplo da geografia, da linguística e da historiografia. É pertinente pontuar que para composição da obra, a quase totalidade dos clássicos maranhenses tanto da historiografia como de outras áreas foram cuidadosamente estudados. Desde as produções mais remotas, como as crônicas e compêndios dos períodos pré-colonial, colonial e imperial, até aquelas de cunho mais “científico” elaboradas pelos chamados “Novos Atenienses” que escolheram o Maranhão como seu objeto referente.

Assim, nesse largo acervo escolhido pelo autor encontramos no período pré-colonial obras como *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão* do padre Claude D'Abbeville e *Viagem ao Norte do Brasil* de Yves D'Evreux ambos datados do século XVII; *Relação Sumária das Cousas do Maranhão* de Simão Estácio da Silveira e *Anais Históricos da Província do Maranhão* de Bernardo Pereira de Berredo, ambos na Colônia; *Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão* de Augusto César Marques e *Pantheon Maranhense* de Antonio Henriques Leal, no Império; e na República, uma série de obras produzidas pelos “Novos Atenienses” ou por outros intelectuais que atuaram tanto no Maranhão como fora dele, a exemplo de *História do Maranhão* de Barbosa de Godóis, *Geografia do Maranhão* de Fran Paxeco, *Entre a Amazônia e o Sertão* de Raimundo Lopes, *A Balaiada* de Astolfo Serra, dentre outras. Além, é claro, de obras de apoio, como alguns clássicos da historiografia brasileira, tais como: *Capítulos da História Colonial* de Capistrano de Abreu, *História Administrativa do Brasil* de Max Fleiuss, *O Tupi na Geografia do Brasil* de Teodoro Sampaio, *História da Independência do Brasil* de Adolfo de Varnhagen.

Sem dúvida, as influências dos clássicos regionais (utilizados em maior quantidade) foram marcantes. No conjunto da obra há pouca variação ou discordância das versões correntes acerca de muitos aspectos da história maranhense. Aparentemente, ele utiliza os clássicos como *autoridades*, dentro de uma concepção em que há pouca margem para uma crítica historiográfica. Sua postura é muito mais a de “completar o incompleto” do que, apoiado nos procedimentos de crítica documental, a de questionar ou confirmar, de forma investigativa, afirmações consagradas. Vê-se que Meireles apenas aprofunda algumas questões (talvez por lançar mão de um acervo documental extenso) ou faz alguns deslocamentos em relação a que momento se situaria determinada conjuntura de fracasso ou progresso.

Conquanto tente imprimir um cunho mais científico na obra, utilizando-se de versões menos “apaixonadas” ou “preconceituosas”, e demonstrando um trabalho mais acurado na seleção das “fontes”, de modo geral preserva os mitos, as periodizações, o “fetiche” do discurso civilizador, as peculiaridades regionais, os heróis, as impressões das batalhas, etc. As idéias e opiniões são tomadas de empréstimo sem muita preocupação em estabelecer questionamentos significativos. Nesse sentido, preserva-se o conceito tradicional de conhecimento, apoiado nas “autoridades” do passado.

A tentativa de representar o que realmente aconteceu esteve circunscrita às determinações de um lugar social ou um sistema de referências³⁵¹ inerente à formação intelectual de Mário Meireles. Se a escrita da história permanece controlada pelas práticas das quais resulta, a de Meireles representou uma postura regional e tradicionalista ligada à perspectiva dos institutos históricos. Isso influenciou não somente no modo como Meireles representou o tempo histórico, concebendo-o como uma progressão linear e causal, como também no seu estilo de escrita. Podemos afirmar que a escrita de Meireles está marcada: pelo estilo rebuscado de escrever e por um excessivo rigor “anedótico” revelado na importância dada aos detalhes para a construção da narrativa histórica.

O estilo de escrita de Meireles era erudito. Os longos períodos, a correção da linguagem, a utilização de vocábulos e expressões rebuscadas, indicavam uma formação cultural que valorizava, sobretudo, a forma culta da língua com forte vinculação ao português arcaico. *História do Maranhão* é, desse ponto de vista, um livro escrito com excessivo rigor linguístico e com fortes pinceladas de um arcaísmo conquistado numa ambiência em que se valorizou largamente as heranças do humanismo coimbrão. Não é inoportuno lembrar que os mestres que passaram pela vida do autor e que orientaram sua vida intelectual eram herdeiros das tradições da velha Atenas, terra em que supostamente se falava melhor e mais castiçamente a Língua Portuguesa.

A importância dada aos pormenores na construção da narrativa histórica era também uma característica marcante da escrita de Mário Meireles. Em todo o texto, entrevê-se uma real preocupação em estabelecer quantidades (de homens, de combates, de armas, de provisões, de vitórias...); em fixar datas; em relacionar nomes (de heróis, governantes, intelectuais...),etc. Atribuímos essa intensa valorização do detalhe a duas ordens de dois fatores: as experiências funcionais do autor no serviço público e as influências recebidas durante a sua formação educacional.

A primeira ordem de fatores situa-se no plano de sua vivência funcional. Mário Meireles construiu uma sólida carreira na instituição fazendária e não há como negligenciar a importância do *habitus*³⁵² institucional na configuração de suas competências e disposições produtivas. À sua escrita, trabalho efetivamente intelectual subjaz, além das impressões da ordem, o signo numérico que se expressa intransigentemente na disposição de quantificar/conferir e em reunir dados baseados, sobretudo, em resultados estatísticos. Isso é

³⁵¹ CERTEAU(1982) Op.cit.p.66.

³⁵² Pierre Bourdieu conceitua *habitus* como “um sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação, tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas. Cf. BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003. p. 202.

observável em momentos do texto em que avalia contextos econômicos de crise ou não (com suas respectivas flutuações, déficits, cotações, taxas, arrecadações, etc.), ou demográficos (recenseamentos, taxas de crescimento e baixas populacionais, número de escravos em relação aos brancos e mestiços, etc.), por exemplo.

Outro ponto a se considerar nesta questão da valorização dos detalhes foi a influência que Meireles recebeu de seu mestre Jerônimo de Viveiros, um dos grandes ícones da historiografia maranhense, e a quem atribuía o seu gosto pela História. Nas obras de Viveiros é possível verificar o quanto o pormenor é valorizado no sentido de dar credibilidade ao que era narrado. Nisso, constata-se a crença de que a maior ou menor eficácia na busca da verdade dependia do exaustivo trabalho de reunir o maior número de indícios possíveis nos suportes documentais. Assim, quando escreveu *Benedito Leite: um verdadeiro republicano*, - obra laudatória à memória desse estadista maranhense, e que foi publicada em segunda edição pelo DASP em 1960³⁵³-, utiliza-se de um conjunto detalhado de informações com a exaustiva relação de cifras, para caracterizar o momento econômico do Maranhão naquela conjuntura (início do século XX); a extensa relação de nomes de personalidades que enumera para caracterizar o panorama cultural; e a preocupação na fixação de datas.³⁵⁴ Em um momento do texto a preocupação com o detalhe mostra-se, de certo modo, curiosa, uma vez que o autor chega a utilizar-se de imagens fac-similares das notas promissórias assinadas pelo governador Benedito Leite.

Conquanto a valorização do miúdo e do pormenor seja um dos aspectos característicos da narrativa de Mário Meireles, ela não tem em *História do Maranhão*, como em nenhuma outra obra desse historiador, um sentido metonímico ou de reconhecimento do potencial explicativo das margens. O detalhe por si só não explica, ele é um acessório necessário para enriquecer e dar credibilidade ao que é narrado.

4.4. **Moralidade e ordem: os “bons princípios” e as coisas “no seu devido lugar”.**

Uma vez que em *História do Maranhão* a concepção essencial é a de que a história é sempre, e necessariamente, um aglomerado de lições a serem aprendidas pelas gerações futuras, a fim de evitarem os mesmos erros e desastres do passado, não se poderia negligenciar o forte teor moralista que perpassa toda a argumentação da obra.

Esse, diríamos, é um dos principais pontos de flexão utilizados pelo autor para mostrar que não é possível existir o pleno desenvolvimento material ou cultural na história de um povo

³⁵³ VIVEIROS, Jerônimo de. *Benedito Leite, um verdadeiro republicano*. Rio de Janeiro: DASP, 1960.

³⁵⁴ Em outras obras como *Alcântara no seu passado histórico, econômico e social* e *História do Comércio do Maranhão* (vol. I, II e II), identifica-se a mesma preocupação com descrição maciça dos detalhes.

sem que haja plenitude de princípios nas ações ou escolhas acertadas e justas. Autoriza-nos tal observação o fato ser a obra uma história das administrações do Maranhão, naquilo que realizaram de melhor ou pior, desde o princípio da colonização até boa parte do período republicano.

O cunho político-administrativo, pelo qual a história maranhense era contada, centrava-se no desempenho dos homens públicos cujas atribuições morais eram amplamente consideradas. Em todo o texto a ênfase é dada aos qualificativos individuais, ou seja, naquilo que os personagens tinham de louvável ou desprezível e no modo como conduziam a gestão da “coisa pública”.

Um exemplo disso encontramos logo no início do livro, quando fazia a narrativa das primeiras administrações no Maranhão colonial. Referindo-se a Bento Maciel Parente, Governador e Capitão General entre os anos de 1638 a 1641, dizia-o como um homem de moral duvidosa, tanto por fazer uso indevido do cargo para o qual foi designado, pondo seus interesses pessoais sempre em primeiro plano, quanto pelo fato de ter negligenciado a segurança da capitania facilitando ou quase “autorizando” a invasão da cidade pelos holandeses. Nesse sentido, Parente é definido como um homem corrupto, covarde e inoperante contribuindo com suas atitudes, ou com a ausência delas, para aprofundar “o ambiente de mesquinhez e intriga que dominava o nosso período colonial”.³⁵⁵

Um dos momentos de grande expressão desse ponto de vista é a avaliação que o autor faz da administração de Francisco Sá de Menezes, que assumiu a direção dos negócios do Estado Colonial do Maranhão. Este Governador e Capitão General foi encarregado de estabelecer na colônia a Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, estanco que tinha como finalidades: viabilizar a economia local pela introdução de mão-de-obra africana, para compensar a proibição da escravidão indígena; importar e fornecer gêneros indispensáveis ao consumo da colônia; incrementar a lavoura e a indústria, dentre outras obrigações.

Todas essas atribuições talvez se concretizassem, não fosse a conduta do governador e do assentista da Companhia, Pascoal Pereira Jansen. No texto, Meireles os caracteriza como homens de índole reprovável, agindo de maneira contrária aos interesses dos colonos, praticando suborno, enriquecimento ilícito, não cumprindo todas as obrigações devidas ou não as executando a contento. Quanto a isso, denunciava os roubos no peso e nas medidas, a venda de produtos de péssima qualidade, taxações abusivas e não cumprimento das obrigações contratuais referentes ao fornecimento de escravos. Essas, aliás, foram as razões que impulsionaram a irrupção da chamada Revolta de Beckman, o levante contra a exploração

³⁵⁵ Ibid.p.98.

econômica, “sem qualquer traço de nativismo”, capitaneado pelo abastado e “honrado” lavrador Manoel Bequimão.

É visível que no texto em que trata da Revolta de Bequimão a lhanza de princípios ganha amplo significado. Ela direciona a compreensão da Revolta para um episódio legítimo diante da corrupção dentro da hierarquia e da ordem. Sua legitimidade se inscreve na órbita das coisas corretas, de tudo o que contesta o desvio das condutas previamente estabelecidas. Desse modo, a Revolta de Bequimão seria, então, um episódio justo, não pelo fato de ser uma proposta “popular” para a construção de uma ordem totalmente nova, contrária à anterior que era elitista e excludente, mas pela razão de ser uma reação a uma ameaça de desequilíbrio, provocada pela dinâmica anômala, imprevidente e imoral das estruturas constituídas.

Mas se os maus governantes como Sá de Menezes sofrem demérito pelas suas atitudes que despertam revolta e indignação outros, como Joaquim de Melo e Póvoas³⁵⁶, são louvados e engrandecidos por suas atitudes que pugnavam pela garantia da boa ordem administrativa. Quando governador da capitania do Maranhão e coadjuvado pelo tio não menos ilustre, o Marquês de Pombal, teria realizado um governo eficiente e produtivo muito contribuindo para o desenvolvimento da agricultura e incremento do comércio, muitas vezes pondo-se contra a companhia de comércio quando esta agia em prejuízo dos colonos.³⁵⁷

A essa época, vivia-se, segundo o autor, sob os auspícios da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão que abriu para o Estado, a porta “para um caminho de progresso que o levaria à fase áurea de toda a sua existência no Império”. Esta Companhia foi criada com o objetivo de suprir as carências que foram negligenciadas pela anterior: introduzir nas capitâneas escravos em quantidade suficiente para suprir a falta de braço indígena e fomentar o comércio e a agricultura. Segundo o autor, cuja opinião não foge à versão corrente nos clássicos da história maranhense, a tão propalada Companhia operou regularmente por dois decênios prestando os mais reais serviços à economia maranhense que, à época, recebia por ano apenas um navio pelo qual fazia seus negócios com a metrópole.

A maneira como Meireles avalia a Companhia, evidenciando a boa organização da produção e as altas taxas de crescimento, põe em relevo a figura dos homens públicos como os grandes responsáveis pelo seu desempenho. Isto quer dizer que para Meireles não há, no que diz respeito a virtude e a ética, uma separação nítida entre as condutas pública e privada – um homem cuja conduta particular é duvidosa jamais poderia ser um administrador público confiável. As adjetivações impostas ao personagem remetem sempre ao grau de confiabilidade

³⁵⁶ Em 1974 foi publicado um trabalho de Meireles intitulado “**Joaquim de Melo e Póvoas: governador e capitão-general do Maranhão**”. Neste trabalho qualifica-o, concordando com outros estudos, como um homem “de vida exemplar, temente a Deus e fiel ao Rei, caridoso, prudente, justo, honesto e despido de ambição”. p. 22.

³⁵⁷ MEIRELES (1960), op. cit. p. 169.

que este pode apresentar ao lidar com diversas situações. Desse modo, são comuns expressões como: honesto, probo, lanho, piedoso, atrabiliário, corrupto, justo, caridoso ou desprovido de ambição.

Está aí implícita a noção de que cabe ao historiador estabelecer julgamentos em relação aos acontecimentos passados. A história, nesse sentido, é concebida não apenas como um mostruário factual, onde apenas se expõem os eventos que já passaram, mas como um tribunal, uma instância julgadora que tem como prerrogativa “separar o joio do trigo”, dizer o que é aceitável ou não, pugnar pelas boas causas.

Por vislumbrar a perenidade do conteúdo da experiência, não reconhecendo a historicidade do tempo e das relações, ela pressupõe sempre a aplicabilidade de modelos fixos ou conteúdos de validade geral. Daí a recorrência a idéia de que a história é “a escola dos governantes”, para usar uma expressão de Frederico o Grande, exprimindo “um indício inquestionável da constância da natureza humana, cujas histórias são instrumentos recorrentes apropriados para comprovar doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou políticas”.³⁵⁸

Assim, quando faz um balanço do panorama político-econômico do Maranhão na Colônia, no item de título homônimo, lastimava a condição pouco favorável da colônia em virtude de uma carência moral na condução da vida pública. A situação era precária, difícil, miserável em virtude, principalmente, da corrupção e do suborno. Em outras palavras, faltava honestidade para que se pudesse alcançar a plenitude nas relações socioeconômicas:

Passam-se os anos e a situação não melhora. Gomes Freire pusera em ordem a administração e, pela vez primeira, deixara nos cofres públicos um saldo, e não pequeno, de 40.000 cruzados – prova indiscutível que era simplesmente de honestidade o que se carecia no governo; mas seus sucessores não lhe seguiram o exemplo, e sim o de seus antecessores que tinham levado aquela situação de desespero[...]O panorama político igualmente não melhorara: as autoridades ambiciosas, politikeiras, atrabiliárias, desonestas, em luta umas com as outras.³⁵⁹

O recurso aos qualificativos como forma de delimitar claramente aquilo que é bom ou ruim, reprovável ou não na conduta dos homens públicos, remete-nos também à maneira como parte da intelectualidade local, sobretudo a que se impôs a tarefa de pensar a realidade maranhense, concebia a história. Ele se inscreve na concepção maniqueísta ou dualista, implicando sempre em um combate entre forças antagônicas, preconizando-se impreterivelmente os bons preceitos morais.

Por esse prisma, podemos conceber as nuances de algumas elaborações que serviram de referência à obra de Meireles. Uma delas, e a que consideramos a mais importante, é a

³⁵⁸ KOSELLECK (2006) Op.cit.p.46

³⁵⁹ Ibid.p.216.

moralidade política inscrita na obra de João Francisco Lisboa. Em **Partidos Políticos e Eleições no Maranhão** o jornalista traçava um painel sombrio da política maranhense nas vésperas das eleições no Maranhão oitocentista. Eram momentos em que predominavam os distúrbios, as violências e as falsificações. Aliás, estas últimas faziam o efeito de um primeiro papel nas eleições, começavam no primeiro dia, acabavam no último, revestindo-se de todas as formas e dimensões; eram “de todas as espécies materiais e morais, delicadas e grosseiras, máximas, médias e mínimas, gerais parciais e pessoais, absolutas ou relativas, recíprocas e convencionais, exclusivas e aquisitivas, de aumento e diminuição, e tem, como os papas, o poder de ligar e desligar.”³⁶⁰

Para Lisboa, esse tipo de falsificação que parecia ligar e desligar a engrenagem social, se dava por meio da corrupção, da difamação, do vitupério, da exaltação e aberração dos espíritos – caracterizando o “falseamento da opinião” - , sem o qual não havia eleição. A esse primeiro nível de falseamento, seguir-se-ia o que o jornalista chamava de “falseamento do sistema”, relativo à abusiva interferência do governo que paralisava, estendia, encolhia, sofismava e desnaturava as leis nos seus regulamentos e atribuições. Todos esses aspectos tornavam o sistema eleitoral maranhense, aos olhos de João Lisboa, algo repugnante e violento.³⁶¹

No **Jornal de Timon** Lisboa comparava o modo como se processava a política maranhense a um grande mal, embora não se pudesse negar a existência do bem. Em outras palavras queria dizer que a despeito da corrupção e da imoralidade presentes na vida política ainda existiam homens dotados de sentimentos honestos e de grandes qualidades. Com base nesse princípio, afirmava ser possível a uma luta contra esse vergonhoso estado de coisas:

O mal é patente, dizem, ninguém o contesta. Mas por isso mesmo, que ele existe, é que há mister ser combatido, sempre, e por toda a parte. Se atarmos os braços a vãos receios e esperanças, deixando-nos atuar ao sabor dos acontecimentos, e aguardando que venha um novo Moisés com a mágica varinha abrandar o rochedo, e operar o milagre de regeneração, ficaremos para todo sempre transviados no deserto, sem jamais por os pés na cobiçada terra de promessa.³⁶²

Seguindo essa lógica da “regeneração” cultural ou econômica pela via da ordem e da moralidade no trato com a coisa pública, César Augusto Marques, em **seu Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**(1870), atribuía a prosperidade trazida pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão à gestão zelosa e honesta de Joaquim de Melo e Póvoas. Segundo Marques, quando aquele assumiu o governo da província, não havia sequer um hospital ou pelo menos um simples armazém de artigos bélicos.

³⁶⁰ LISBOA, João Francisco. **Partidos Políticos e Eleições no Maranhão**. In: Obras de João Francisco Lisboa. Vol I. Lisboa: Tipografia Matos Moreira e Pinheiros, 1901.p. 152 e 153.

³⁶¹ Ibid.

³⁶² Ibid.p.197.

Sensibilizando-se com este estado de carência esse governador cuidou da lavoura, animando os lavradores, pedindo providências para a corte a favor dos seus gêneros e colocando-se ao lado daqueles contra o alto preço dos fretes. Seu amor à lavoura era tão grande que se deslocava constantemente às regiões produtoras como Guimarães, Mearim, Munim e Itapecuru, não só para a acompanhar e coordenar o trabalho dos lavradores, como também “para alentá-los no meio do seu desânimo”. Assim:

A Capitania dirigida com tanto cuidado não podia deixar de florescer e do ofício deste governador, dirigido ao governo de Lisboa no dia 29 de agosto de 1768, se conhece que já neste ano tinham partido do porto da cidade de São Luís nove navios, e todos levaram a maior remessa que se tinha feito da terra, havendo ainda carga para mais dois navios, pois nos armazéns da Companhia ficaram muitos efeitos e diariamente chegavam mais.³⁶³

Esse ponto de vista enunciado por Marques, em cujo pano de fundo contemplamos o equilíbrio e os bons princípios como meios de se conquistar a prosperidade, teve um peso significativo sobre a visão de história de Jerônimo de Viveiros. Para este, antes da gestão enérgica e correta do Marquês de Pombal e de seus subordinados a colônia portuguesa na América debatia-se “em angustiosa situação de ruína”. No caso do Estado do Maranhão e Grão-Pará a situação se apresentava mais grave, pois estava reduzido “à extrema miséria” e seus moradores se encontravam “na última consternação”, segundo relato de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o seu governador.³⁶⁴

Partindo desse princípio, a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, com o monopólio de todo o Estado, foi a “pedra de salvação” da economia maranhense, prestando-lhes relevantes serviços. De acordo com Viveiros, ela introduziu escravos, vendendo-os a preços módicos e a longos prazos; adiantou numerário aos colonos para a criação de campos; forneceu sementes; entregou mercadorias no prazo; comprou e vendeu a justo preço; estabeleceu a navegação para o reino. Realizando tudo isso com “lisura” e “probidade” transformou “a nossa penúria em fartura, a nossa pobreza em riqueza”.³⁶⁵

O mérito da segunda companhia de comércio se dava então pelo fato de ter atuado de modo oposto à primeira, denominada Companhia de Comércio do Maranhão e Grão – Pará. Os motivos pelos quais ela não teria dado certo foram as “desonestidades” e “velhacarias” dos que ficaram encarregados de administrá-la. Acusa-a de não cumprimento das obrigações a que se havia sujeitado, de se exceder em toda a casta de roubos e vexações, de falsificar pesos e medidas, de fornecer produtos ruins e de má qualidade, de superfaturamento, de mentiras em

³⁶³ MARQUES, Augusto César. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fon-Fon e Seleta, 1970. p. 334.

³⁶⁴ VIVEIROS(1954). Op.cit.p. 67 e 68.

³⁶⁵ Ibid.p.74.

relação às vendas realizadas, de dificultar as exportações de drogas do sertão. Pascoal Jansen, o assentista da Companhia e encarregado de sua administração, aparece como o principal articulador das arbitrariedades e irregularidades, apresentando, como era de se esperar, uma índole perversa, inclinada à toda a sorte de corrupções.

É nítida na maneira como Viveiros avalia o desempenho da companhia, a relação umbilical que se estabelece entre a lhanura de princípios e a boa condução da vida e das coisas públicas. Esse aspecto que de certo modo justificaria os períodos de apogeu e decadência econômica e cultural está amplamente ancorado numa visão ética de história, em que todo o valor é atribuído ao que se realiza com base nos ideais da bondade e da justiça.

Referendando esse princípio Viveiros escreveu o livro **Benedito Leite: um verdadeiro republicano**, cuja primeira edição foi lançada em 1957. Nessa obra, que é uma espécie de biografia de Benedito Leite, político maranhense que governou o Estado entre os anos de 1906 e 1910, e com quem o autor manteve profundos laços de amizade, desenha uma trajetória política plena de abnegação e honradez. Dizia no texto que o estadista maranhense não foi apenas um homem virtuoso e bom, ou um digno chefe de família, mas também um grande administrador, não obstante tivesse assumido o estado em angustiosa situação financeira ou, às vezes, pecasse pelo excesso de confiança empenhado em suas ações, teria dispensado à administração do Estado “todo o vigor de seu talento e toda a dedicação do seu amor”.³⁶⁶

Tão alto era o grau de positividade impresso na descrição da vida de Benedito Leite que Viveiros escreveu um capítulo intitulado “A honradez de Benedito Leite no conceito de seus adversários” onde afirmava ser o estadista um homem integralmente honrado e que não admitia nenhuma alusão que, malevolamente, lhe maculasse o nome. Viveiros pontuava ainda a imensa preocupação desse estadista com a educação e a cultura maranhenses. Louvava-lhe o fato de aos treze anos de idade ter manifestado a idéia de criar escolas e de ter dito, em 1908, quando já era governador, que preferia cortar as mãos a ter que assinar a supressão da Escola Normal ou da Escola Modelo.

Pontuava no final da obra a importância das manifestações apoteóticas à memória de Benedito Leite que aconteciam em forma de romaria cívica de estudantes à estátua construída em sua homenagem e na comemoração do seu centenário. E para finalizar o texto encomiástico, transcrevia um texto do próprio estadista em que afirmava que os mortos dormiam, mas a vida, o amor, a grandeza moral, as virtudes que neles brilharam não se

³⁶⁶ VIVEIROS, Jerônimo de. **Benedito Leite: um verdadeiro republicano**. 2. ed. DASP, 1960.p.223.

extinguiriam nos túmulos, brilhariam como sóis iluminando presente, passado e futuro da terra das palmeiras.³⁶⁷

A escrita de Mário Meireles sofreu profunda influência desses autores. Da mesma maneira que emitia julgamentos morais acerca do período colonial, também o fez quando discorria sobre o Maranhão no Império e na República.

Exemplo disso é o valor atribuído às administrações dos presidentes de província Franco de Sá e Olímpio Machado. Informava que o primeiro iniciou sua gestão em 1846 com uma circular às autoridades comunicando que pretendia realizar um governo de justiça e progresso com “melhoramentos materiais e morais”. Sua administração é descrita como plena de realizações: foi quem primeiro consignou em orçamento uma verba para obras públicas; reorganizou a tesouraria da Província; incentivou a lavoura e a indústria da cana de açúcar; e incrementou o comércio abrindo estradas, construindo pontes e concluindo um canal em Alcântara. No texto, Meireles não deixa de pontuar a origem do governante – um “maranhense ilustre”, natural de Alcântara e bacharel em leis por Olinda.³⁶⁸

Outro governador no qual Meireles centra suas atenções como exemplo de bom governante no Império é Olímpio Machado. Segundo o autor, este seria um nome grato aos seus governados, lembrado com respeito na memória dos maranhenses. O autor o aponta como um homem dedicado, que deu especial atenção às obras públicas e ao problema da instrução, fundando o asilo de Santa Tereza para a educação de crianças e jovens órfãos. Além disso, foi o primeiro a atentar para o potencial do babaçu no futuro da economia maranhense, e a designar comissões para o estudo da exploração de possíveis jazidas de ouro e cobre.³⁶⁹

Essa conjunção de alguns bons governos comprometidos com a gestão honesta e bem executada da coisa pública fez do Império, na visão de Meireles, o período mais promissor da história maranhense. Além de ter sido o período em que o Maranhão desfrutou de um grande prestígio político, com diversos de seus homens públicos ocupando cargos importantes no governo imperial, ele se caracterizou como o momento em que a economia maranhense atingiu o seu ponto culminante, apresentando índices de crescimento nunca antes vistos. Contava-se ainda com a ressonância da tão propalada Companhia de Comércio instituída no período anterior. Ela teria alterado profundamente a vida do Estado na lavoura e no comércio dando à sua economia uma estabilidade que lhe permitiu entrar no século XIX em condições de enfrentar as crises políticas decorrentes da adesão à independência e da Balaiada, sem se arruinar “pois que lhe sobraram energias para a imediata restauração, sobre os ombros do

³⁶⁷ Ibid.p.265.

³⁶⁸ Ibid.p.276.

³⁶⁹ Ibid. p. 284 e 249.

negro escravo, e isso, mesmo depois das agruras da seca no chamado ano ‘Ano da Fome’(1825).”³⁷⁰

Meireles atribui ao período imperial não apenas a plenitude no âmbito econômico, mas também a reversão total do quadro de escassez cultural vivenciado durante quase todo o período colonial. Nas imagens que constrói acerca deste último, configura-o como o momento da história maranhense em que reinavam a gentilidade e a barbárie.

Poucas eram as realizações no plano da cultura comprometendo substancialmente o desenvolvimento satisfatório da vida cultural. Prova disso era a quase inexistência de instrução sistemática que, por todo o século XVII, limitou-se às aulas de filosofia, teologia, retórica, gramática e primeiras letras, mantidas pela Companhia de Jesus, e uma escola gratuita, de ler, escrever e solfa, dos mercedários do Convento de Nossa Senhora dos Remédios; e no século XVIII, às aulas régias³⁷¹.

É claramente perceptível no texto a relação isocrônica que Meireles estabelece entre vida econômica e vida cultural. Há sempre uma correlação direta entre prosperidade material, ou a ausência dela, e o modo como a inteligência se configurava.

O Maranhão imperial destacava-se no plano da cultura, chegando a conquistar o título de Atenas, por encontrar-se em situação de plena estabilidade econômica que só podia ser explicada em termos da boa ordem e do equilíbrio. Quer dizer que para Meireles não haveria possibilidade de alcançar uma prosperidade material e, conseqüentemente, intelectual sem o concurso de ações políticas bem direcionadas. Em várias ocasiões em que se refere à prosperidade alcançada nesse momento da história maranhense, faz sempre referência à atuação, no final do século XVIII, de Joaquim de Melo e Póvoas e do Marquês de Pombal – administradores públicos que souberam valorizar a ordem e empreender ações eficazes.

Tendo por base esse ponto de vista é fácil compreender porque Meireles entendia o surgimento da República e a Abolição da escravatura como eventos que abalaram a economia maranhense nos seus alicerces mais profundos, inaugurando a decadência. Eles representavam a perda de equilíbrio ou a alteração de uma determinada ordem que mantinha em funcionamento uma estrutura considerada promissora. As fazendas e engenhos foram abandonados pelos seus proprietários que a todo custo tentavam reaplicar os capitais auferidos com a venda de suas antigas posses na aventura industrial. Sem alcançar êxito algum, parte dessa elite emigrou para o sul do país, tanto aqueles que tencionavam obter uma formação

³⁷⁰ Ibid.p.284.

³⁷¹ Ibid. p.199.

intelectual quanto aqueles que “reconheciam a estreiteza das possibilidades regionais nas novas circunstâncias”.³⁷²

Por esse quadro descrito é evidente que a realidade maranhense, para o autor, não só não apresentava prognósticos animadores, como carecia de gestões empreendedoras e honestas. Uma dessas gestões avaliadas no texto é a de Benedito Leite que se estendeu do ano de 1906 a 1910. Para Meireles, retomando as impressões de Jerônimo de Viveiros, Benedito Leite era um “espírito de escol e um estadista de larga visão” que teve um ímpeto irrepreensível de enfrentar a grave crise econômica pela qual passava o Estado. Para conter a crise, o governador traçou planos para o fomento da agricultura e pecuária, reduzindo impostos, concedendo prêmios, investindo na importação de gados de raça, além de empreender reformas no campo da administração, criando serviços que não existiam até então, ou aperfeiçoando os anteriores, tais como: biblioteca pública, estatística, registro civil, etc.³⁷³

É tão evidente o teor laudatório com o qual Meireles avalia o governo de Benedito Leite que justificava o descontrole na administração, que posteriormente caracterizaria o seu governo, não como algo resultante de desonestidade com o bem público, mas como uma circunstância resultante de imprevidência e espírito visionário. Opinião que provém do fato de que ao assumir o governo, sem prever o declínio dos preços e a diminuição da arrecadação fiscal, Leite aumentou significativamente os vencimentos da magistratura e do funcionalismo – o que provocou uma substancial elevação dos encargos públicos, desencadeando uma crise sem precedentes, resultando numa violenta reação da oposição e o abandono do cargo pelo governador.

Cessada a crise, depois de uma complexa articulação dos grupos políticos locais e realizada nova eleição, assumia o governo da capital o Dr. Luís Antônio Domingues, “parlamentar brilhante e festejado tribuno”. É esse um dos governadores do período republicano mais bem avaliados pelo autor. Para este, como administrador, Domingues revelou-se “um digno sucessor de Benedito Leite”, uma vez que não se submetia à tutela da chefia partidária, representada, à época, por Urbano Santos.³⁷⁴

Sua administração é caracterizada com um teor semelhante a de Benedito Leite, embora com um pouco mais de previdência com a gestão das finanças públicas. Segundo o autor, suas intenções não se reduziam apenas ao equilíbrio das finanças do Estado que a esta altura se encontravam extremamente deficitárias, mas também de tirar o Maranhão “da situação do avarento, que de andrajos [montava] guarda ao seu Tesouro”. Sem encontrar

³⁷² Ibid.p. 310.

³⁷³ Ibid.p.321.

³⁷⁴ Ibid.p.323.

meios de sanar o déficit nas finanças, recorreu ao empréstimo externo de 20.000.000 de francos por intermédio do Banco Argentino Francês. Com esse capital saldou parte das dívidas do governo para o pleno restabelecimento do crédito público; fomentou o comércio da capital pela concessão de empréstimos à Companhia de Navegação à Vapor e à usina de açúcar; deu início às obras de saneamento da capital. Além de ser um administrador competente e honesto é também lembrado como um dos governantes mais dedicados e sensíveis à causa da cultura. Dentre as suas realizações nesse plano destacam-se a reorganização do Liceu Maranhense e da Escola Modelo “Benedito Leite” e a criação da Inspeção Geral de Instrução Pública.³⁷⁵

Embora dê expressão aos chamados bons governos, como os acima mencionados, Meireles traça um panorama desanimador do Maranhão da Primeira República (1889/1930). Entende-o como um período de desequilíbrio, em que todos os planos da realidade maranhense sofreram os “desastrosos efeitos” da Abolição e do 15 de novembro. Nostalgicamente, relembra os bons tempos do Império, quando viajantes estrangeiros, como Spix e Martius, no advento da Independência, afirmavam ser a cidade de São Luís a quarta em importância econômica e uma das mais refinadas nos modos.

Para Meireles, essa situação caótica, que repercutiu nas décadas seguintes, reclamava o concurso de homens públicos comprometidos com a causa pública, como acontecera no Império:

A par de tais circunstâncias, têm nos faltado estadistas que saibam ou possam sobrepor, aos interesses político-partidários, por seu prestígio e valor no âmbito nacional, como antes os houvera no Império, de modo a nos serem dados os recursos necessários à recuperação que só poderia vir em benefício geral da economia de todo o país, eis que as condições e recursos naturais de que dispomos não poderiam ser mais favoráveis.³⁷⁶

Não obstante reclamasse a ausência de homens públicos de qualidade, que sobrepujassem interesses pessoais ou político-partidários, como se imaginava existir no Império – tempo onde supostamente teria reinado a ordem e a abundância nos âmbitos econômico, político e cultural -, Meireles não deixa de pontuar a atuação dos bons governantes na República, conquanto esse período fosse avaliado sob o signo do desequilíbrio. Afora Benedito Leite e Luís Domingues, destaca-se no pós-revolução de trinta a figura de Paulo Ramos, governador e depois interventor federal que, não obstante os excessos de autoridade cometidos, teria realizado um governo de relativa paz e desenvolvimento social expresso na grande quantidade de obras públicas construídas em seu governo.

³⁷⁵ Ibid.p.324.

³⁷⁶ Ibid.p.344

Para Meireles, os nove anos em que Paulo Ramos conduziu os destinos do Estado(1937/1945) foram sem dúvida “dos mais profícuos e progressistas que o Maranhão tem gozado”. Seu grande mérito foi o de ter restabelecido o crédito público “com rigoroso e honesto saneamento das finanças”³⁷⁷. É descrito como um governante que se entregou com afinco e perseverança, visando a recuperação integral do Estado que “estava carente de providências enérgicas e urgentes que lhe pusessem a vida nos trilhos”. Dentre suas realizações, estão a adoção de um primeiro plano urbanístico para modernização da capital que seria abandonado pelos governos subseqüentes; a reforma de importantes prédios públicos e a reforma de tantos outros em estilo neoclássico; reformou hospitais; criou o Banco do Estado; fundou uma estação de rádio, a Rádio Timbira e a Fundação Paulo Ramos, destinada a manter as escolas superiores que existiam até então – a de Direito e a de Farmácia e Odontologia.³⁷⁸

Dessas administrações na República, a de Sebastião Archer(1947/1951) foi considerada por Meireles como uma das melhores. O mérito maior dessa administração estava no fato de que ela acontecera quando o país ainda se recuperava das consequências da II Guerra Mundial, e entrava no complexo processo de redemocratização. Se essas circunstâncias adversas, juntamente com o problema das restrições tributárias não teriam contribuído para realização de grandes cometimentos materiais, seu governo distinguiu-se pela preocupação em manter “o mais perfeito equilíbrio” entre a Receita e as despesas orçamentárias. Para isso, contou com a assistência “vigilante e competente” do Dr. Clodoaldo Cardoso, seu Secretário de Fazenda. Teria findado o governo com os compromissos “rigorosamente em dia” e concluído todas as obras iniciadas no governo de Paulo Ramos, com um saldo positivo nos cofres públicos.³⁷⁹Vale lembrar que esse governador, por iniciativa do seu Secretário de Fazenda, Clodoaldo Cardoso, forneceu subsídios tanto para Academia Maranhense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão que não tinham sede própria, reanimou o ambiente intelectual maranhense pelo restabelecimento da publicação da “Revista” da Academia, subsidiou a criação da SCAM – Sociedade de Cultura Artística do Maranhão – fundada pela professora Lilah Lisboa de Araújo.

Nos parece claro que, no campo das realizações de cada governante, Meireles dá uma conotação especial a todas as ações que tem como finalidade o incentivo à cultura. Exprime um ponto de vista em que o que está realmente em jogo para o pleno desenvolvimento da vida cultural não é somente a vocação intelectual da terra ou, como já expressado anteriormente, a

³⁷⁷ Ibid.p.356.

³⁷⁸ MEIRELES(1980) Op. cit.p.378.

³⁷⁹ Ibid.

existência de um “vírus do intelectualismo”, mas a vigência de um panorama político e econômico em consonância com as exigências do discurso da ordem.

Acreditamos que esse pensamento em Meireles não era apenas resultante do longo passeio que fez em sua formação intelectual pelos caminhos de uma concepção pedagógica e ética da história, era ainda o resultado de sua longa e equilibrada vivência como intelectual da ordem. Construiu sua vida funcional na esfera da burocracia estatal, compartilhando, dessa maneira, das atribuições, prerrogativas e discursos institucionais de uma estrutura que tendia a reproduzir ou perpetuar relações sociais, sem o concurso de quaisquer simpatias com reações traumáticas que pudessem por em ameaça o tão cobiçado “estado de coisas”. Conquanto fosse pouco afeita a mudanças traumáticas, essa estrutura ainda sustentava o discurso (tantas vezes distanciado das ações de seus partícipes) da transparência e da correção de princípios.

Em muitas situações Meireles se colocava como porta-voz desse discurso, tanto em suas intervenções como intelectual quanto em sua conduta como funcionário público. Era sempre uma voz a reclamar atitudes decentes do poder público e a depreciar sempre os maus governantes. Embora tentasse manter uma certa distância da esfera política de sua época, dizendo muitas vezes estar alheia à dinâmica de suas relações, talvez para evitar confrontos ou ataques diretos, fazia questão de sempre mencionar o que achava louvável ou não em atitudes desse tipo. Acreditamos que a escrita da obra, arquitetada como uma história das administrações, tenha sido um modo indireto, mas bastante contundente, de dar “lições de moral” a um cenário político pleno de falsificações, corrupção, violência e desatinos de toda ordem.

O conteúdo moralista nada mais é do que um elemento balizador da ausência/existência de ordem. Meireles imprime, portanto, um sentido evolutivo à história maranhense (expresso em origem, apogeu e decadência) que se inicia com as investidas dos europeus no contexto da expansão de seus domínios e chega ao seu ponto culminante com a formação de uma elite intelectual no século XIX, consequência direta da prosperidade material e da boa administração pública. O “Maranhão – Atenas” seria produto de um determinismo histórico, respaldado pelas ações positivas de homens empenhados na manutenção das coisas “no seu devido lugar”.

Ele expõe as fraturas, os desequilíbrios e tudo o que pode ser contrário à tão almejada harmonia social em seus múltiplos aspectos. Destarte, em **História do Maranhão** a decadência seria a consequência mais expressiva da suposta quebra da ordem: ordem social, econômica, política, cultural, enfim.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao nos debruçarmos sobre **História do Maranhão**, de Mário Meireles, tínhamos como objetivo central o conhecimento da obra em seus múltiplos aspectos evidenciando-se, além de seu conteúdo enunciativo de um modo tradicional de se escrever história, a importância de sua produção naquela realidade social “desalentadora”, tanto no plano da cultura quanto no plano da economia. Isto pressupôs um trabalho interpretativo voltado para o entendimento da realidade que tornou possível o surgimento da obra, para várias nuances do percurso intelectual do autor e para análise dos conceitos e intenções que determinaram aquele tipo de escrita.

Verificamos que sua elaboração foi uma forma deliberada ou intencional de se tentar preencher uma lacuna historiográfica(cultural), movida por um pendor missionário do seu autor, num cenário, cujas falas nostálgicas em relação a um passado imaginado de prosperidade ganhavam amplitude até mesmo entre as elites políticas.

Assim, configurou-se como uma obra de síntese privilegiando aspectos pontuais da história maranhense. Os mitos de engrandecimento ancorados no discurso da decadência foram amplamente considerados, fixando o ponto de vista de que era preciso basear-se nos acontecimentos passados louváveis ou não para que se pudesse direcionar as ações presentes.

Nesse sentido, a publicação de **História do Maranhão** em 1960, foi uma das respostas possíveis e positivas a um cenário social que vivia sob o signo da falta – sentimento que perdurou pelas décadas seguintes vindo mesmo a justificar a edição posterior.

Permitimo-nos nesse momento final verificar que embora a segunda edição da obra tenha acontecido vinte anos depois da primeira, ela foi recepcionada como um grande acontecimento, com vistas a preencher um dos claros na lacuna cultural no Maranhão. Era marcante o reconhecimento público, sobretudo nos meios intelectuais, da importância dessa reedição. O Jornal **O Estado do Maranhão** de 29 de janeiro de 1981 publicava nota comunicando o lançamento da obra na Academia Maranhense de Letras contando com a presença do Governador do Estado João Castelo. O jornal afirmava tratar-se de um riquíssimo material que subsidiaria os estudos sobre o Estado, fruto da pesquisa acurada de um historiador que estava com seu nome inscrito “entre os maiores intelectuais da terra”.

Reproduzindo as palavras de Meireles, a autora da nota, Arlete Machado, dizia que com aquela segunda edição ampliada e revisada e com as demais publicações, o autor acreditava ter alcançado seu objetivo que era de chamar a atenção das “nossas tradições” e de

sua “gloriosa história”, esclarecendo que não alimentava a pretensão de ter esgotado o assunto e de não cometer erros que viessem a ser corrigidos pelos novos historiadores, um vez que reconhecia ser muito difícil fazer história do Maranhão, ante a escassez ou quase inexistência de bibliografia.

Mais uma vez o discurso da falta vinha à tona. A escassez de material que pudesse subsidiar pesquisas sobre a história do Estado justificava a importância do lançamento, visto como uma grande novidade, embora o livro fosse uma reedição com os seus respectivos acréscimos. A divulgação do evento num jornal de grande circulação na capital maranhense e cuja realização se daria na Academia Maranhense de Letras nos dá uma noção do valor atribuído aos eventos culturais dessa ordem como uma saída para a reanimação do cenário intelectual maranhense, que parecia viver sempre sob o signo da falta.

Um outro artigo do mesmo jornal de autoria do jornalista Ubiratan Teixeira, e publicado em 08 de fevereiro de 1981, reconhecia em Mário Meireles um intelectual afeito ao trabalho de laboratório e análise, que conseguiu ver a história maranhense de forma “imparcial”, dispondo os fatos de maneira mais linear possível, o que segundo sua opinião de jornalista dava ao leitor uma certa margem de liberdade, autorizando-o a tirar suas próprias conclusões de “Quem-foi-quem-e-porque-fez”. Elogiava veementemente o “diligente pesquisador” que soube utilizar-se do apoio da Fundação Cultural do Maranhão para reatualizar a obra, acrescentando-lhe mais três capítulos que contemplavam mais de trinta e cinco anos da vida histórica do Maranhão. Sem dúvida, afirmava, a obra era o resultado feliz do labor de um intelectual “sério, metucioso e sistemático”, a providência necessária “de um trabalho precioso para quem queria conhecer na verdade nosso caminho histórico”.³⁸⁰

Nessa segunda edição conservou praticamente intacta a estrutura com a qual ordenou a primeira edição. Manteve os três grandes blocos: O Maranhão na Colônia; O Maranhão no Império e o Maranhão na República; contudo, nesta última parte reordenou os capítulos e fez alguns acréscimos de recorte temporal de modo a contemplar os anos finais da década de 70, mais precisamente até o ano de 1977, alcançado o governo de Nunes Freire. Com isso, somou cerca de 20 anos à história maranhense. Ao contrário da primeira edição, essa não veio com a Constituição Estadual anexada. Não há menção à razão pela qual foi suprimida da segunda publicação.

O lançamento dessa segunda edição foi uma iniciativa da Fundação Cultural do Maranhão que a mesma época publicou *Pregões de São Luís* de Lopes Bogéa e Antônio Vieira, e em parceria com o SIOGE (Serviço de Imprensa e obras Gráficas do Estado)

³⁸⁰ JORNAL **O Estado do Maranhão**. São Luís, 08 de fevereiro de 1981. Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís (MA).

publicou também: *No meio da vida* de Roberto Kenard, *Caminho sem tempo* de Ubiratan Teixeira, *Vida e Obra em João do Vale* de Wilson Costa, *Caminhão de Sena* de Alexandre Júnior e *Equação do Verbo* de Déo Silva. Não é sem propósito afirmar que a publicação dessas obras no governo de João Castelo é parte das chamadas políticas culturais empreendidas pelo Estado para resgate das tradições locais e da intelectualidade maranhense.

Não seria extemporâneo afirmar que, embora seja um recurso de quase todos os governos o apoio às ações culturais como uma estratégia política, no caso maranhense ele ainda estava associado à idéia de que havia uma carência a ser sanada ou uma falta a ser preenchida. Embora vinte anos tivessem transcorridos da publicação da primeira edição da obra para a segunda o choro da decadência, sempre circunstanciado pelo signo da falta, ainda era uma permanência nas falas oficiais e intelectuais. O bom governante deveria estar necessariamente empenhado nas questões que dissessem respeito ao bom andamento das atividades culturais do Estado, especialmente quando a este Estado se atribuía a fama imorredoura de Atenas do Brasil. Assim, fornecer os meios indispensáveis a causa da cultura era um imperativo para dar legitimidade ao governo, uma vez que o associava à nobre causa defendida há muito por alguns segmentos da intelectualidade maranhense.

Para fixar esse ponto de vista trazemos como exemplo o tom queixoso da fala do jornalista Carlos Cunha quando em janeiro de 1981 fazia duras críticas ao governador Nunes Freire (antecessor de João Castelo), em cujo contexto político e administrativo de sua atuação teria relegado o legítimo intelectual à marginalização, transformando-o, dessa maneira em “mais um personagem solitário e alienado no imenso elenco de atores do drama cotidiano”. Para Cunha, a máquina estatal naquele contexto “estava montada com todos os ingredientes de aversão ao homem que cultiva as coisas do espírito, e impunha, a ele, um terrível jejum ao potencial criador”.³⁸¹

No ensejo da reclamação chamava atenção do governador em exercício, João Castelo, pouco antes da publicação da segunda edição de **História do Maranhão**, para o problema do “eminente Mário Meireles”. Solicitava uma providência urgente do governador no sentido de publicar a segunda edição da obra que havia sido reconhecida pelo DASP (na edição de 1960) como a fonte maior de informação sobre o povo maranhense, seus feitos e suas glórias. O jornalista argumentava que o autor havia ampliado a obra com “sua cultura indiscutível”, trazendo o registro dos fatos até a gestão do próprio governador João Castelo. Todavia, em tom de repreensão e com certo ressentimento, afirmava que não obstante a dedicação e o amor do verdadeiro intelectual Mário Meireles pelo Estado do Maranhão, a impressão da obra

³⁸¹ JORNAL **O Estado do Maranhão**. São Luís, 16 de janeiro de 1981. Documento do arquivo pessoal de Mário Meireles.

caminhava em passos retardados pela gráfica oficial que não tinha culpa da lentidão e do engavetamento devido ao fato de estar sujeita a convênios com o órgão que deveria promover as letras maranhenses³⁸². E finalizava o texto dizendo:

Sabemos do desejo e dos propósitos do governador João Castelo de divulgar o Maranhão no cenário da cultura nacional. Mas nem sempre um dirigente tem as informações detalhadas sobre o que acontece aqui fora. Publicar a **História do Maranhão** do professor Meireles não é apenas um dever do governador João Castelo. É, sobretudo, uma obrigação. E nos formulamos este apelo ao eminente governador, traduzindo, sem dúvida e indiscutivelmente, o pensamento dos homens que fazem com sacrifício e com honradez, a verdadeira história literária do Maranhão.³⁸³

A reprimenda teve ressonância e o livro veio a ter sua segunda edição de 1980, para gáudio dos mais entusiasmados com o futuro intelectual do Maranhão. Um desses entusiastas era o poeta Nauro Machado que, à época, foi convidado para resenhar a orelha do livro. Vê-se que o parecer do poeta expressa o reconhecimento profundo do trabalho intelectual de Mário Meireles e o comprometimento desse autor com as coisas da terra e da vida maranhenses. Considerava-o um dos poucos e privilegiados espíritos que, optando por uma espécie de “estoicidade silenciosa”, alimentada e conduzida por um amor à terra comum, a ela voltava no estudo obstinado, apaixonado e profundo dos fatos e acontecimentos que lhe marcaram os “ciclos temporais” forjadores de sua história.

Afirmava que dos reconstrutores de épocas sepultadas, Meireles era o de mais clara visão analítica e inteligência abrangedora, pelo método conceitual do estudo e isenção parcimoniosa dos fatos “estudados na magnificente opulência de um passado rico e poético”. E considerando a extensão de sua obra, que à década de 80 já somavam muitos volumes, bem como de sua dedicação e empenho em “dizer” o Maranhão para a geração presente e para as gerações futuras, encerrava seu pequeno texto de modo contundente e sugestivo:

Autor de inúmeros títulos indispensáveis para o percurso retrospectivo das fontes elucidadoras do nosso destino como povo, sobressaindo-se, dentre eles, essa monumental *História da Arquidiocese de São Luís do Maranhão*, Mário Meireles é bem o símbolo hierático do pesquisador apaixonado pela sua busca, na simbiose de um acasalamento raro e feliz, onde o amador, como no soneto camoneano, transforma-se na coisa amada.³⁸⁴

Ficou evidente que em **História do Maranhão**, Meireles deixa explícito o seu grande apego às tradições maranhenses. Ao conceber a história como a ciência “Mestra da Vida” revelou sua tendência à concepção antiga, entendendo-a como a guardiã dos eventos excepcionais e exemplares, por isso insistiu num discurso acentuadamente nostálgico,

³⁸² Ibid.

³⁸³ Ibid.

³⁸⁴ MACHADO, Nauro. In: MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.

notadamente quando tratava da superioridade intelectual das gerações passadas na capital maranhense. O passado, ao guardar a representatividade da evolução mental maranhense, serviria de exemplo às gerações subseqüentes pelo espírito de grande apego às letras e às artes.

Daí compreender-se a ênfase moralista que o autor imprimiu à história administrativa maranhense desde os seus princípios até certa altura do período republicano. A decadência, nesse sentido, foi o discurso acionado para validar a ausência de uma ordem que prevaleceu em tempos remotos e que possibilitou o surgimento de uma conjuntura de progresso em vários níveis.

Sem dúvida, **História do Maranhão**, em suas edições, foi a principal obra da historiografia maranhense, sempre tomada como uma referência indispensável quando o objeto de estudo era o Maranhão com sua história administrativa, seus conflitos políticos, suas batalhas e seus heróis, sua vida cultural intensa etc. Surgiu como resposta a um contexto percebido como de carência em várias ordens, sobretudo cultural e, desse modo, respondeu a certas expectativas no campo da cultura, especialmente por ter sido resultado do trabalho de um intelectual amplamente integrado na ordem pública e reconhecido nas principais instâncias de consagração intelectual criadas no Maranhão no século XX.

6. FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes primárias:

ALBUM Commemorativo do 3º Centenário de Fundação da Cidade de São Luís

AMARAL, José Ribeiro do. **O Estado do Maranhão em 1896**. São Luís: Governo do Estado, 1897.

_____. **Fundação do Maranhão**. Maranhão: Typogravura Teixeira, 1912.

_____. **Ephemerides Maranhenses**. Maranhão: Typogravura Teixeira, 1923.

BABAÇU: Estudo técnico-econômico. Relatório do Grupo de Estudo do Babaçu _ CEB. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Instituto de Óleos, 1959.

BUZAR, Benedito. **A greve de 1951. Os trinta e quatro dias que abalaram São Luís**. São Luís: Editora Alcântara, 1983.

_____. **O Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965**. São Luís: Lithograf, 1998.

DELGADO, José de Medeiros. **A Universidade do Maranhão: Definição pastoral**. São Luís: DURIL, 1961.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970.

GODÓIS, Antônio Baptista Barbosa de. **História do Maranhão**. Para uso dos alunos da Escola Normal. Maranhão: Tipografia Ramos e Almeida e Sócios, 1904.

JORGE, Miécio de Miranda. **Álbun do Maranhão**. São Luís, 1950.

JORNAL da Lavoura. São Luís, 15 de julho de 1876.

JORNAL O Combate. São Luís, 27 de julho de 1954.(Documento do arquivo pessoal de Mário Meireles)

JORNAL O Imparcial. São Luís, 24 de dezembro de 1960.(Documento do arquivo pessoal de Mário Meireles)

JORNAL O Imparcial.São Luís, 6 de abril de 1961.(Documento do arquivo pessoal de Mário Meireles)

JORNAL do Dia. São Luís, 20 de novembro de 1960.(Documento do arquivo pessoal de Mário Meireles)

LOBO, Antônio. **Os Novos Atenienses: subsídios para a história literária do Maranhão**. 2. ed. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 1970.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fon-Fon e Seleta, 1970.

MEIRELES, Mário Martins. **Os meus versos**. São Luís: S/N., 1946. (Documento do arquivo pessoal de Mário Meireles).

_____. **O Imortal Marabá**. (Discurso de posse na Academia Maranhense de Letras). São Luís: Tip. M. Silva, 1948.

_____. **Gonçalves Dias e Ana Amélia**. São Luís: Separata da Revista da Academia Maranhense de Letras, vol. II, 1949.

_____. **Discurso lido aos jovens caxienses a 22 de dezembro de 1948**. Documento do arquivo pessoal de Mário Meireles.

_____. **Discurso pronunciado pelo Acadêmico Mário Meireles, em sessão do Rotary Club de São Luís, no dia 1º de novembro de 1949**. Documento do arquivo pessoal de Mário Meireles.

_____. **Discurso pronunciado na sessão comemorativa do Cinquentenário da Academia, a 10 de agosto de 1958**. In: Revista da Academia Maranhense de Letras. São Luís, Ano 80, v.20, dezembro de 1998.

_____. **Palestra proferida no II Congresso de Universitários realizado na Academia Maranhense de Letras a 30 de setembro de 1958**. Documento do arquivo pessoal de Mário Meireles.

_____. **Um poeta esquecido – Arlindo Martins**. In: Revista da Academia Maranhense de Letras, maio de 1949.

_____. **José do Patrocínio**. In: Revista da Academia Maranhense de Letras. vol. IX, maio de 1954.

_____. **Panorama da Literatura Maranhense**. São Luís: Imprensa Oficial, 1955.

_____. **Veritas Liberabit Nos**. São Luís: Tip. M. Silva e Filhos, 1957.

_____. **O general Cesário Mariano de Albuquerque Cavalcante**. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, julho, ano IV, número 4. São Luís, 1952.

_____. **Antologia da Academia Maranhense de Letras 1908-1958**. Publicação comemorativa do cinquentenário da Academia Maranhense de Letras. São Luís, 1958.

_____. **Pequena História do Maranhão**. São Luís: Tipografia São José, 1960.

_____. **História do Maranhão**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do D.A.S.P, 1960.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão em 3 de maio de 1955 pelo governador Eugênio Barros. São Luís, 1955.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão em maio de 1960 pelo governador José de Mattos Carvalho. São Luís, 1960.

PINHEIRO, José Tribuzi Gomes. **Formação Econômica do Maranhão**: uma proposta de desenvolvimento. São Luís: FIPES, 1981.

_____. **Estudos inéditos**. (Organização, seleção e revisão de texto e notas de Joaquim Itapary). SIOGE, 1992.

REGO, Luiz de Moraes. **Cultura e Educação**. São Luís: SIOGE, 1980.

REVISTA Fon-Fon. São Luís, 04 de setembro de 1948.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Ano I, nº1, 1926.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Ano II, nº1, novembro, 1948.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Ano XXVIII, nº3, agosto, 1951.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Ano IV, nº5, dezembro, 1952.

REVISTA de Geografia e História do Diretório Regional de Geografia. Ano I, nº1, dezembro, 1946.

REVISTA de Geografia e História do Diretório Regional de Geografia. Ano II, nº2, junho, 1947.

REVISTA de Geografia e História do Diretório Regional de Geografia. Ano IV, nº4, dezembro, 1953.

REVISTA de Geografia e História do Diretório Regional de Geografia. Ano VI, nº6, maio, 1961.

REVISTA da Academia Maranhense de Letras. Janeiro a abril de 1935 – 2ª edição. Co-edição AML/UFMA, 2002.

REVISTA da Academia Maranhense de Letras. Vol. VI, maio, 1949.

REVISTA da Academia Maranhense de Letras. Vol.III, setembro, 1950.

REVISTA da Academia Maranhense de Letras. Vol.IX, maio, 1954.

SERRA, Astolfo. **A Balaiada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1946.

VIVEIROS, Jerônimo de. **O coronel Alves de Lima e Silva no Maranhão**. (Fevereiro de 1840 a maio de 1941). Rio de Janeiro: Gráficos Bloch, 1940.

_____. **História do Comércio do Maranhão (1612-1895)**. Vol.I. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

_____. **História do Comércio do Maranhão (1612-1895)**. Vol.II. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

_____. **Benedito Leite**: um verdadeiro republicano. Rio de Janeiro: DASP, 1960.

_____. **História do Comércio do Maranhão**. Vol.III. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1964.

2. Livros e artigos de apoio:

ABREU, Capistrano de. **O descobrimento do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão**. São Luís: IPES, 1983.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu**. In: Estudos Históricos. Associação de Pesquisa e Documentação Histórica. CPDOC/FGV, 1988.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e céu de nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão**. Assis(SP); UNESP, 2000 – Dissertação de Mestrado.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

BURNS, Edward McNall. **História da Civilização Ocidental: Do Homem das Cavernas até a Bomba Atômica**. 2. ed. Vol.II. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1965.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CEZAR, Temístocles. **Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen**. SCIELO. Vol.24 n.2. Franca, 2005.

CORREA, Rossini. **Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís. SIOGE, 1993.

_____. **Atenas brasileira: a cultura maranhense na civilização nacional**. Brasília: Thesaurus; Corrêa & Corrêa, 2001.

FARIA, Regina Helena; MONTENEGRO, Antônio Torres (Orgs.). **Memória de professores: histórias da UFMA e outras histórias**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão/ Departamento de História; Brasília: CNPq, 2005.

FARIA, Regina Helena Martins. **O historiador Mário Meireles e a invenção do Maranhão**. Minuta da palestra proferida na Casa de Cultura Josué Montello, em São Luís do Maranhão em 18 de maio de 2005.

FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2004.
- GLEZER, Raquel. **História da Historiografia Brasileira: construção e permanências**. In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.) *Historiografia Brasileira em Debate: “olhares, recortes e tendências”*. Cursos e Eventos, Nova série, n. 3. Humanitas: FFLCH/USP, 2002.
- GONTIJO, Rebeca. **História e Historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu**. SCIELO. Vol.24 n.2. Franca, 2005.
- GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. **Nação e Civilização nos trópicos**. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos Históricos*. Associação de Pesquisa e Documentação Histórica. CPDOC/FGV, 1988.
- GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. **Francisco Adolfo de Varnhagen: História Geral do Brasil**. In: *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. 2.ed. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo, 2002.
- _____. **Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX**. SCIELO. Vol. 9. n. 18. Niterói, jan/jun, 2005.
- _____. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889 – 1538)**. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Tentativas de mitologia**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- IGLÉSIAS, Francisco. **José Honório Rodrigues e a Historiografia Brasileira**. In: *Estudos Históricos*. Associação de Pesquisa e Documentação Histórica. CPDOC/FGV, 1988.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **João Francisco Lisboa: Jornalista e Historiador**. São Paulo: Ática, 1977.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. 2 ed. ver. e ampliada. São Luís: Lithograf, 2002.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.
- MARTINS, Manoel de Jesus Barros. **Operários da saúde: Os Novos Atenienses e a Invenção do Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2006.
- MORAES, Jomar. **Apontamentos de Literatura Maranhense**. São Luís: SIOGE, 1977.
- NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.
- PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **Paranismo: o Paraná inventado**. Cultura e imaginário no Paraná da Primeira República. Curitiba: Aos quatro ventos, 1997.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy; LEENHARDT, Jacques (orgs.) **Discurso Histórico e Narrativa Literária**. Campinas: Editora Unicamp, 1998.

PRADO, Maria Lígia Coelho. **Identidades latino-americanas(1870-1930)**. Mimeo, 2000.

RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais**. In: REMOND, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

SOARES, Flávio José. **A “História do Maranhão”, a Decadência e seu Averso**. In: Jornal Folha da Manhã. São Luís, 24 de novembro de 2002.

TODOROV, Tzvetan. **La vocación de la memoire**. In: Cahier français. La mémoire entre histoire et politique. Juillet-août, nº 303, 2001.

TORRES, Pedro Ruiz. **Les usages politiques de l’histoire en Espagne: formes, limites et contradictions**. In: HARTOG, François; REVEL, Jacques (Orgs.). **Les usages politiques du passé**. Paris: Éditions de l’HESSES, 2001.